

**SÍLVIA ISABEL DO ROSÁRIO RIBEIRO**

**ESTRUTURAS COM SE ANAFÓRICO, IMPESSOAL E DECAUSATIVO  
EM PORTUGUÊS**

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto.

**FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

**2011**



Dissertação de Doutoramento financiada pelo PROTEC – Programa de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior Politécnico (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Fundação para a Ciência e para a Tecnologia), através da Bolsa de Formação Avançada SFRH/BD/49581/2009, concedida em Julho de 2009.



## AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora se apresenta beneficiou dos contributos de várias pessoas e instituições a quem quero agradecer muito sinceramente.

Um reconhecimento muito especial à Professora Doutora Graça Rio-Torto, que sempre orientou este trabalho com profissionalismo e dedicação. Agradeço sobretudo o incentivo constante, a disponibilidade e a amizade. Não posso deixar de prestar a devida homenagem a quem, desde as aulas de Licenciatura na Faculdade de Letras, sempre me transmitiu, com alegria e simplicidade, a paixão pela Linguística.

Agradeço também à Professora Doutora Ana Maria Brito, pela disponibilidade com que me recebeu durante a frequência da disciplina *Temas de Sintaxe I*, no Porto, pela ajuda na definição do quadro de referência deste estudo e pela orientação científica, determinante para impulsionar o desenvolvimento deste trabalho.

Devo também uma palavra de agradecimento às Professoras Doutoradas Alexandra Rodrigues, Inês Duarte, Maria Jesús Fernandez Leborans e Michela Cennamo, pela troca de informações e pela cedência de materiais, alguns deles inéditos.

Dirijo ainda uma palavra de profunda gratidão à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – Universidade de Aveiro (ESTGA-UA), por ter assegurado as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento desta dissertação, e, sobretudo, por me ter permitido ter a disponibilidade temporal que um trabalho desta índole exige. Agradeço, ainda, o carinho e o interesse com que este trabalho foi acompanhado pelos meus colegas da ESTGA. À Carla Coelho devo um especial agradecimento pelas palavras de encorajamento e de amizade. À Sara Carvalho agradeço a preocupação, o interesse e a cuidada revisão do texto em inglês.

Um agradecimento é também devido à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sobretudo ao Centro de Linguística Geral e Aplicada (CELGA) e ao Instituto de Língua e Literatura Portuguesas (ILLP), pelas facilidades materiais concedidas, nomeadamente no que respeita à recolha de bibliografia.

Não posso deixar de agradecer, também, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e à Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, pelo financiamento deste trabalho através da Bolsa PROTEC (Programa de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior Politécnico).

Para concluir, deixo algumas palavras de profundo agradecimento à minha família, a quem devo tudo...

Aos meus pais, pela disponibilidade, carinho e compreensão com que acompanharam mais esta etapa da minha vida. Agradeço, sobretudo, os conselhos e o exemplo de trabalho e de dedicação.

Ao Rui, pelos incentivos múltiplos, pela paciência com que me ajudou durante todo o período de elaboração desta dissertação e, sobretudo, pela abnegação com que acompanhou a fase de conclusão.

À minha irmã, Nélia, por, mais uma vez, ter estado sempre disponível para me ajudar. Agradeço, sobretudo, a paciência, a amizade e a companhia durante o marcante Verão de 2010, um período de intensa e fraterna partilha intelectual.

## Índice

<b>ÍNDICE</b> .....	<b>I</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>V</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>VII</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
1. <b>Apresentação geral</b> .....	<b>1</b>
2. <b>Objecto e objectivos</b> .....	<b>2</b>
3. <b>Estrutura interna</b> .....	<b>8</b>
<b>PARTE I: DIMENSÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>11</b>
<b>1. Considerações e conceitos teóricos de base</b> .....	<b>13</b>
1.1. Questões preliminares .....	13
1.2. Natureza e comportamento do operador <i>SE</i> .....	16
1.2.1. Pronominalidade .....	16
1.2.2. Cliticidade .....	18
1.3. Predicadores verbais: propostas de descrição e de representação .....	26
1.3.1. Estrutura temática .....	27
1.3.1.1. Papéis temáticos .....	29
1.3.2. Estrutura argumental .....	35
1.3.3. Estrutura sintáctica .....	40
<b>2. Alternâncias argumentais, diátese verbal e voz: para uma clarificação de conceitos</b> .....	<b>43</b>
2.1. Reflexivização e reciprocização .....	47
2.2. Indeterminação do sujeito .....	53
2.3. Passivação .....	57
2.4. Decausativização .....	63
<b>3. Alternâncias argumentais, <i>continuum</i> de (in)transitividade e clítico <i>SE</i></b> .....	<b>70</b>

<b>PARTE II: PADRÕES DE USO DE <i>SE</i> EM PE ACTUAL</b> .....	<b>79</b>
<b>Considerações prévias</b> .....	<b>81</b>
<b>1. <i>SE</i> anafórico: estruturas reflexas e recíprocas</b> .....	<b>82</b>
1.1. Caracterização preliminar .....	82
1.2. <i>SE</i> em estruturas reflexas: análise empírica .....	84
1.2.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de <i>SE</i> .....	85
1.2.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica .....	100
1.2.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional .....	102
1.2.4. Estruturas reflexas: proposta de classificação .....	104
1.2.5. <i>SE</i> anafórico reflexo e outras ocorrências de <i>SE</i> .....	121
1.2.6. Considerações finais .....	124
1.3. <i>SE</i> em estruturas recíprocas: análise empírica .....	128
1.3.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de <i>SE</i> .....	131
1.3.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica .....	139
1.3.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional .....	141
1.3.4. Estruturas recíprocas: coocorrência de marcadores de reciprocidade .....	143
1.3.5. Considerações finais .....	145
1.4. <i>SE</i> anafórico: conclusões .....	147
<b>2. <i>SE</i> impessoal: estruturas de sujeito indeterminado e estruturas passivas</b> .....	<b>150</b>
2.1. Caracterização preliminar.....	150
2.2. <i>SE</i> em estruturas de sujeito indeterminado: análise empírica .....	158
2.2.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de <i>SE</i> .....	159
2.2.1.1. Estruturas de <i>SE</i> indeterminador com verbos intransitivos.....	165
2.2.1.2. Estruturas de <i>SE</i> indeterminador com verbos transitivos .....	169
2.2.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica .....	176
2.2.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional .....	180
2.2.4. Considerações finais .....	183
2.3. <i>SE</i> em estruturas passivas: análise empírica.....	185
2.3.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de <i>SE</i> .....	186
2.3.2. Proposta de classificação das estruturas passivas de <i>SE</i> .....	196
2.3.3. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica .....	199
2.3.4. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional .....	204



2.3.5. O argumento externo nas estruturas passivas de <i>SE</i> .....	210
2.3.6. Considerações finais.....	215
2.4. Estruturas de <i>SE</i> impessoal: matizes de interpretação.....	218
2.5. <i>SE</i> impessoal: conclusões.....	222
<b>3. <i>SE</i> decausativo: estruturas decausativas .....</b>	<b>226</b>
3.1. Caracterização preliminar.....	226
3.2. Operações de reorganização argumental e estatuto de <i>SE</i> .....	232
3.3. Estruturas decausativas de <i>SE</i> : proposta de classificação.....	241
3.4. Predicadores: caracterização sintático-semântica .....	247
3.5. Sujeito: caracterização sintático-semântica e distribucional.....	254
3.6. Considerações finais .....	260
<b>4. Para uma análise global das estruturas de <i>SE</i>.....</b>	<b>264</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>279</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>289</b>

## CONVENÇÕES

<b>Ag</b>	Agente	<b>LOC</b>	Locativo
<b>Arg</b>	Argumento	<b>PE</b>	Português Europeu
<b>Adj</b>	Adjunto	<b>PB</b>	Português do Brasil
<b>CDP</b>	<i>Corpus</i> do Português	<b>OI</b>	Objecto Directo
<b>CTP</b>	<i>CetemPúblico</i>	<b>OD</b>	Objecto Indirecto
<b>EArg</b>	Estrutura Argumental	<b>SU</b>	Sujeito
<b>ELC</b>	Estrutura Léxico-Conceptual	<b>Ø(-role)</b>	(papal) temático
<b>Exp</b>	Experienciador		

## RESUMO

O presente estudo analisa diferentes tipos de estruturas do Português Europeu (PE) actual que incluem o clítico *SE*. Tendo por base uma abordagem de índole sintáctico-semântica, ancorada, particularmente, em aspectos como a argumentalidade e referencialidade deste clítico, as operações de reorganização temático-argumental a que está associado ou os matizes de interpretação a que se presta, propõe-se a seguinte organização das estruturas de *SE*:

- i) **estruturas de *SE* anafórico**, reflexas (*A Maria inscreveu-se no curso de Verão*) e recíprocas (*Os candidatos criticaram-se mutuamente durante todo o debate*);
- ii) **estruturas de *SE* impessoal**, de sujeito indeterminado (*Procedeu-se à revisão das provas*) e passivas de *SE* (*Estes livros compraram-se em saldo*);
- iii) **estruturas de *SE* decausativo** (*Os vidros partiram-se com a ventania*).

As estruturas de *SE* inerente (*Ela queixou-se da situação*) não são estudadas em profundidade neste trabalho, em virtude de a sua análise requerer um rigoroso estudo diacrónico, não comportável no âmbito desta dissertação.

Na **Parte I** deste estudo abordam-se as dimensões teóricas em que este se espalda. Nela se reflecte sobre o estatuto e comportamento do clítico *SE* (§ 1.2.) e sobre o modo como se correlaciona com outros elementos frásicos que com ele co-ocorrem, sobretudo com os predicadores verbais (§ 1.3.) a que se associa. De seguida, explora-se a relação entre a presença do clítico *SE* e a activação de operações de reorganização argumental ou diatésica (§ 2.), analisando-se, ainda, a importância destas últimas para a definição de vários patamares de (in)transitividade (§ 3.). A **Parte II** deste estudo é consagrada à análise dos padrões de uso de *SE* em PE actual. Para tal, organizam-se as estruturas sob escopo em função dos cinco tipos acima referidos (reflexas, recíprocas, de sujeito indeterminado, passivas e decausativas), analisando-as no que respeita às operações argumentais a que estão associadas e às propriedades sintáctico-semânticas exibidas pelo respectivo SN sujeito e pelos predicadores nelas incluídos. Em função desta análise, apuram-se as características do clítico *SE* que nelas actua, nomeadamente quanto

ao seu estatuto argumental, à sua capacidade referencial e à influência que tem na determinação da organização sintáctico-semântica das estruturas em que opera.

A investigação realizada permitiu verificar que o clítico que ocorre nas várias estruturas em análise exhibe propriedades e comportamentos bastante diferentes. Na realidade, trata-se de um operador muito versátil que, em função das propriedades dos elementos frásicos com que co-ocorre, revela características distintas, nelas assentando a proposta de definição dos vários usos de *SE* acima elencados. Os diferentes usos de *SE* que identificámos distinguem-se, sobretudo, em função do estatuto [+/- argumental] do clítico, do argumento que materializa (quando dotado de estatuto argumental), do seu carácter referencialmente (não)autónomo e da influência que tem na organização e materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores a que se associa, bem como na definição das leituras associadas às construções em que se integra. Assim, distinguem-se:

- i) usos argumentais de *SE* (nas estruturas reflexas, recíprocas, de sujeito indeterminado e passivas);
- ii) usos não argumentais (estruturas decausativas e de *SE* inerente);
- iii) usos de *SE* com capacidade referencial autónoma (*SE* indeterminador e *SE* apassivador);
- iv) usos em que o clítico se afigura como referencialmente dependente (*SE* reflexo e *SE* recíproco).

Se há contextos em que *SE* está associado a importantes alterações na organização e materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores (*SE* decausativo e *SE* apassivador) outros há em que tal não se verifica (*SE* reflexo, *SE* recíproco e *SE* indeterminador).

Na realidade, independentemente destas diferenças, a presença do clítico *SE* está sempre associada à atenuação da manifestação sintáctico-lexical de um dos argumentos seleccionados pelos predicadores em uso: no caso das estruturas decausativas, a presença de *SE* sinaliza a total perda do argumento externo; nas restantes estruturas, *SE* ocorre como realização significativamente reduzida – porque cliticizada – de um dos argumentos verbais. Esta codificação compactada de um dos argumentos (ou a sua total anulação, no caso das estruturas decausativas) está associada à atenuação – em diferentes níveis e em diversos graus – da transitividade das estruturas em uso, podendo esta resultar de motivações de ordem semântico-ontológica (estruturas de *SE* anafórico) ou pragmático-discursiva (estruturas de *SE* impessoal e de *SE* decausativo).

## ABSTRACT

This study analyses different structures that, in contemporary European Portuguese, include the clitic *SE*. Based on a syntactic-semantic approach, we propose the organisation of these structures in three main groups:

- i) anaphoric *SE* structures: reflexive (*A Maria inscreveu-se no curso de Verão*) and reciprocal (*Os candidatos criticaram-se mutuamente durante todo o debate*);
- ii) impersonal *SE* structures: passives (*Estes livros compraram-se em saldo*) and with an indeterminate subject (*Procedeu-se à revisão das provas*);
- iii) decausative *SE* structures (*Os vidros partiram-se com a ventania*).

This distribution is particularly anchored in criteria such as the clitic's argumental character, its referential capability, the operations of thematic-argumental reorganisation it is associated with or the different readings it activates.

We do not study inherent *SE* structures (*Ela queixou-se da situação*) in depth as its analysis requires a rigorous diachronic study, which is not feasible in this work.

The first part of this study presents the theoretical dimensions in which the empirical analysis is based on. It includes some reflections on the behaviour and the status of the clitic and also some considerations about the way it relates to the other constituents of the sentence, mainly to verbs. It also focuses on the relation between the presence of the clitic and the activation of different operations of diathesis reorganisation. Finally, we analyse the importance of these diathesis operations to the definition of different levels of (in)transitivity.

The second part of this study is devoted to the empirical analysis of the different uses of this clitic. We organise the structures under analysis according to the five types identified above (reflexives, reciprocals, with an undetermined subject, passives and decausatives), examining them with respect to the diathesis operations to which they are associated as well as the verb's and the subject's syntactic and semantic properties. Based on the previously mentioned analysis, we look into the clitic's characteristics, namely its

argumental status, its referential capability and its influence on the syntactic and semantic organisation of the structures where it occurs.

This research has allowed to verify that the clitic occurring in the different structures under analysis exhibits different behaviours and properties. Actually, it is a very versatile operator which reveals distinct features, according to the characteristics of the other constituents of the sentence. The different uses of *SE* we have identified can be distinguished mainly in what concerns its [+/- ] argumental status and the argument it realises (when it has argumental status), being also related to the clitic's referential (non)autonomy and to the influence it has on the organisation of the verbs' thematic and argumental structure or on the different readings associated to the constructions where it occurs. Therefore, we distinguish:

- i) Argumental uses of *SE* (when used on reflexives, reciprocals, passives and with an undetermined subject structures);
- ii) Non argumental uses of *SE* (when used on decausative and inherent *SE* structures);
- iii) Uses of *SE* with autonomous reference (when used on passive structures and structures with an undetermined subject);
- iv) Uses of *SE* without autonomous reference (reflexive *SE* and reciprocal *SE*).

There are contexts in which the clitic is associated to important changes on the organisation and on the materialisation of the verb's thematic and argumental structure (decausative *SE* and passive *SE*), and other contexts where the clitic is not related to any of these changes (reflexive *SE*, reciprocal *SE* and undetermined *SE*).

Actually, regardless of these differences, the clitics' presence is always associated with the mitigation of the lexical-syntactic realisation of one of the arguments of the verb: when used in decausative structures, *SE* signals the total loss of the external argument; when used in other structures, *SE* occurs as a signically reduced – because cliticised – realisation of one of the verb's arguments. This compressed codification of one of the verb's arguments (or its total annulment with decausatives) is linked – in different levels and degrees – to the mitigation of the transitivity of these structures. This detransitivisation is a result of semantic-ontological motivations or pragmatical-discursive motivations.

# INTRODUÇÃO

## 1. APRESENTAÇÃO GERAL

O presente trabalho consiste no estudo de estruturas do Português Europeu (PE) actual que têm como denominador comum o uso do clítico *SE*. São exemplos deste tipo de estruturas, muito diferentes em termos formais e semânticos, as construções apresentadas em (1-5).

- (1) *O empresário [...] **definiu-se** ontem como um pequeno banqueiro [...].* (CTP)
- (2) *[...] as equipas **cumprimentaram-se** cordialmente e os benfiquistas regressaram a casa tranquilos.* (CTP)
- (3) *[...] **adquiriram-se** meios materiais para melhor [...] combater a infracção fiscal [...].* (CTP)
- (4) *[...] em 1990, **procedeu-se** à alteração da lei que fixa os preços dos medicamentos.* (CTP)
- (5) *Na freguesia da Praia do Norte **rasgaram-se** fendas no solo, cederam falésias [...] mas os moradores conseguiram fugir a tempo.* (CTP)

Em PE actual as estruturas de *SE* que analisamos e descrevemos neste trabalho são muito frequentes, estão associadas a interpretações que divergem substancialmente entre si e ocorrem em função de intuítos pragmático-discursivos também bastante diferentes. Esta desproporção entre a diversidade de usos de *SE* e a sua reduzida presença gráfica e fonética no PE, já que no Brasil a sua saliência fónica é substancialmente maior, torna especialmente relevante o seu estudo, principalmente pela influência determinante que esta unidade tem na forma e na significação das estruturas em que ocorre.

Assim, *SE* revela-se uma unidade cuja análise tem de assentar necessariamente na convocação de múltiplas dimensões teóricas, sendo claro que estamos perante um operador que actua nas interfaces da gramática e que, portanto, só será satisfatoriamente descrito através de uma análise polidimensional e multifactorial. Por isso, o presente trabalho não assenta numa perspectiva de análise teórica única, mas numa recolha e selecção, a partir de trabalhos de diferentes orientações e de diferentes ancoragens espaço-temporais, dos contributos necessários para enriquecer a análise e descrição destas estruturas.

Pela diversidade do próprio objecto de estudo, que em 2. caracterizaremos com maior detalhe, trata-se de um trabalho que não se enquadra apenas em uma das componentes ou das teorias da gramática, seja do domínio sintáctico, léxico-semântico ou pragmático-discursivo. A análise que propomos espalda-se antes na descrição das estruturas de *SE* como construções em que convergem factores semânticos, sintácticos e pragmático-discursivos.

## 2. OBJECTO E OBJECTIVOS

São objecto de estudo neste trabalho estruturas como as de (6-11), que têm em comum a presença de *SE*, uma unidade cuja caracterização, como adiante veremos, dificilmente reúne consenso. A abordagem que agora encetamos circunscreve-se às estruturas de PE actual.

- (6) *De improviso, Clinton **elogiou-se** e fez rir.* (CTP)
- (7) *[...] caíram nos braços um do outro e **felicitaram-se** mutuamente [...].* (CTP)
- (8) ***Simularam-se** perguntas e **escolheram-se** respostas [...].* (CTP)
- (9) *[...] **procedeu-se** à substituição de cerca de duzentos focos luminosos.* (CTP)
- (10) *A prótese **quebrou-se** algumas vezes e o antigo soldado consertou-a ele próprio [...].* (CTP)
- (11) *Ao ser descoberto, **arrependeu-se** e pagou o desfalque com o seu apartamento.* (CTP)

Independentemente das diferenças formais e de interpretação patentes nestas estruturas, a todas é comum a presença do operador *SE* que, como veremos, assume particular importância na definição da forma e da significação das mesmas.

Tradicionalmente integrado no paradigma dos pronomes pessoais reflexos (cf. Cunha e Cintra, 1998), *SE* é uma unidade cujo estudo se tem pautado por importantes e acesos debates, relacionados tanto com a (a)gramaticalidade de algumas estruturas em que ocorre, quanto com a definição do seu estatuto, com a identificação das suas propriedades definitórias ou com a explicação dos seus comportamentos. Nos últimos anos, e fruto da evolução dos estudos linguísticos sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, *SE* tem sido perspectivado como uma unidade pertencente ao conjunto dos clíticos, mais



precisamente dos clíticos especiais. Sem autonomia prosódica e distribucional, *SE* revela, no entanto, comportamentos diversos nas várias estruturas em que ocorre, e, por isso, a sua descrição continua a assumir-se como um desafio actual e de interesse não só para conduzir a uma mais especiosa caracterização do actual corte sincrónico do PE, permitindo compará-lo, por exemplo, com o actual estágio do PB ou de outras línguas românicas, como também para facilitar a abordagem desta temática em contextos didácticos. Vários são os estudos que analisam as propriedades dos clíticos em geral (Vigário, 1999; Luís, 2002; Monachesi, 2006) ou de *SE* em particular, ao nível prosódico ou sintáctico, aferindo, por exemplo, questões relacionadas com a sua posição em ênclise, próclise ou mesóclise (Magro, 2007). Todavia, o presente trabalho procurará traçar uma análise sintáctico-semântica de *SE* e das estruturas em que o mesmo ocorre, perspectivando-o como um operador de fronteira, actuando nas interfaces da gramática.

Estruturas de *SE* como as de (1-5) e (6-11), presentes nas várias línguas românicas, têm sido objecto de investigação em trabalhos com diferentes enquadramentos teóricos e com diferentes intuitos, sendo organizadas de acordo com propostas de classificação bastante díspares, o que contribui para a actual falta de consenso no que respeita à sua descrição e denominação. Para a presente análise, partimos de importantes estudos aplicados ao Português, optando por propor uma organização das estruturas de *SE* cujas raízes assentam essencialmente no trabalho de Brito, Duarte e Matos (2003). Assim, consideramos que as várias estruturas de *SE* do PE actual se podem dividir em quatro grupos: *estruturas de SE anafórico* (6-7), *estruturas de SE impessoal* (8-9), *estruturas de SE decausativo* (10) e *estruturas de SE inerente* (11).

As estruturas de **SE anafórico** congregam as construções a que tradicionalmente chamamos reflexas e recíprocas. Trata-se de estruturas em que *SE* ocorre associado à posição de objecto, correspondendo à materialização sintáctico-lexicalmente atenuada do argumento interno. Estamos perante estruturas cuja transitividade, por razões semântico-ontológicas, se vê mitigada ou minimizada. Também as estruturas passivas de *SE*, que, como as de sujeito indeterminado, fazem parte das estruturas de **SE impessoal**, são construções de transitividade mitigada, neste caso por motivos pragmático-discursivos: estas estruturas, tal como as correspondentes passivas perifrásticas, usam-se quando se pretende diminuir a proeminência sintáctica e informativa do argumento temático externo, habitualmente um Agente. Este,

nas passivas de *SE*, manifesta-se, ainda que compactadamente, através do clítico *SE*, que funciona em simultâneo como operador apassivador, espoletando a reorganização argumental associada a tais construções. As estruturas de sujeito indeterminado, muito flexíveis quanto aos predicadores que nelas podem ocorrer, são as que assentam num processo de reajuste argumental menos evidente: nelas apenas se assiste à inespecificação do argumento que sintacticamente se assume como sujeito e que passa a ser materializado através do clítico *SE*. Nas estruturas **decausativas de *SE***, intransitivas em resultado de motivações pragmático-discursivas, o clítico não revela comportamento argumental, nem se assume como operador diatésico, funcionando apenas como marcador que assinala a reestruturação argumental inerente a estas construções. Pelas suas particulares características, nomeadamente pelo seu carácter cristalizado, as estruturas de ***SE* inerente** exigiriam uma abordagem um pouco afastada daquela que usamos para a análise dos restantes três grupos de estruturas. Por isso, estas estruturas serão aludidas de forma muito breve, instituindo-se como um objecto de estudo a que certamente voltaremos mais tarde.

Na realidade, apesar da frequência de uso das construções de *SE* do PE que analisamos neste trabalho e das dificuldades, tanto ao nível da codificação quanto ao nível da descodificação, a que estão associadas, não têm sido frequentes os estudos globais dedicados a esta problemática. Embora existam trabalhos que analisam particularmente alguns destes tipos de estruturas, tanto aplicados ao PE (Raposo e Uriagereka, 1996; Correia, 2003; Martins, 2003, 2005) quanto ao PB (Naro, 1976; Nunes, 1991; Camacho, 2002, 2003; Oliveira, 2005), a abordagem conjunta das mesmas é rara, ocorrendo sobretudo em gramáticas e sendo, fruto das próprias condicionantes deste tipo de obras, pouco aprofundada e pouco questionante. Verificamos, ainda assim, que esta é uma temática que desperta o interesse dos estudiosos há longas décadas, havendo já em várias gramáticas da língua portuguesa do século XIX (Barboza, 1830; Reis, 1868) interessantes quadros descritivos dos usos de *SE* em PE. De qualquer modo, actualmente o estudo das estruturas de *SE* em PE pode ter em conta recentes propostas de análise deste tipo de construções noutras línguas românicas, como, por exemplo, as que se encontram nos trabalhos de Mendikoetxea (1999a, 1999b), Sanchez Lopez (2002a) ou Gonzalez Vergara (2006), para o Espanhol, Cinque (1988, 1995) ou D'Alessandro (2007), para o Italiano e ainda Dobrovie-Sorin (1998, 2005), para uma abordagem pan-românica.

Em qualquer uma destas recentes propostas de análise das estruturas de *SE*, independentemente da ancoragem teórico-metodológica que lhes está subjacente, é sublinhada a necessidade de uma abordagem multivectorial destas ocorrências, para cujo estudo são fundamentais conceitos habitualmente associados a vários domínios da gramática, como a sintaxe, a semântica, a pragmática ou a morfologia. Por isso, no presente trabalho, não seguiremos um enquadramento teórico único e de balizas bem definidas, optando antes por recolher, em trabalhos inscritos em diferentes linhas de análise, os contributos que consideramos necessários e adequados para responder aos desafios colocados pela diversidade dos dados em análise. Servem-nos de base, por isso, sobretudo para a definição e consolidação dos conceitos teóricos subjacentes à análise empírica das estruturas de *SE*, trabalhos de filiação teórica muito diversa, como os de Grimshaw (1990), Mel'cuk (1993, 2006), Levin e Rappaport Hovav (1995, 2005), Givón (2001), Jezek (2003), Reinhart e Siloni (2004, 2005) ou Monachesi (2006). A partir das propostas incluídas nestes trabalhos, torna-se mais fácil definir um enquadramento – necessariamente múltiplo e actual – que sirva de base à análise empírica das estruturas de *SE* e que permita obter respostas mais consistentes para as questões de base que norteiam a nossa investigação.

Partindo da constatação da diversidade de estruturas do PE actual que incluem o operador *SE*, o presente trabalho organiza-se em torno de dois objectivos primaciais, determinantes para a sua arquitectura: aferir como se comporta *SE* nos vários contextos em que ocorre, identificando as propriedades que, em cada umas das estruturas em análise, caracterizam este clítico, e perceber as razões – ontológicas, semânticas, sintácticas – que contribuem para a sua polifuncionalidade.

Centrando-se não apenas na análise do operador *SE*, mas também na das estruturas em que este ocorre, o estudo que carreamos ao longo deste trabalho visa ainda aferir a influência de *SE* na determinação da estrutura formal das construções em que se integra e compreender os mecanismos que conduzem às particularidades de interpretação associadas às várias estruturas. De forma mais concreta, pretendemos averiguar de que modo se poderão relacionar as estruturas de *SE* e aquelas que, construídas em torno dos mesmos predicadores, não exibem este clítico. Para tal, abordamos necessariamente questões relacionadas com a organização e com a materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em uso, investigando o papel que o clítico desempenha nas construções em que ocorre e procurando aferir, de forma mais particular, se o mesmo poderá ou não ter

estatuto argumental ou se essa possibilidade varia em função das estruturas em questão. Esta análise, baseada nas noções de alternâncias argumentais ou alternâncias da diátese verbal, leva-nos a questionar a possível relação entre a presença de *SE* e as situações de diátese recessiva e, conseqüentemente, conduz-nos a uma reflexão sobre a influência deste clítico na determinação do grau de (in)transitividade das estruturas em que ocorre.

Para uma sustentada caracterização destas estruturas, torna-se ainda necessário identificar os traços definitórios mais relevantes dos vários elementos que nelas co-ocorrem com o operador *SE*, pelo que procuramos, para cada uma das estruturas em análise, determinar as principais propriedades – sobretudo sintáctico-semânticas e distribucionais – do respectivo sujeito e tentamos identificar as características das formas verbais que nelas têm presença. Em função de todos estes dados, exploramos a possibilidade de organizar as principais estruturas de *SE* em subclasses, definidas principalmente a partir das propriedades formais que exibem e da interpretação a que estão associadas. Estes subgrupos de estruturas são estabelecidos apenas para os tipos de construções cuja diversidade – no que concerne às leituras que espoletam ou às propriedades formais que evidenciam – assim o justifica: estruturas reflexas, estruturas passivas e estruturas decausativas.

Este estudo das estruturas de *SE* ancora-se num **corpus** escrito que inclui as ocorrências de *SE* recolhidas, com o respectivo contexto, entre Março de 2007 e Abril de 2008, e depois sucessivamente actualizadas até Abril de 2011, no portal da Linguateca ([www.linguateca.pt](http://www.linguateca.pt)), maioritariamente na base de dados *Cetem Público*. Uma vez que através desta ferramenta acedemos exclusivamente a dados de textos jornalísticos, produzidos num registo de língua comum, procurámos, noutras ferramentas também disponibilizadas na Linguateca (*DiaCLAV*; *Natura/Minho*), identificar usos de *SE* em produções que reflectam alguma variação regional. Os dados analisados provêm, ainda, da base de dados *Corpus do Português*, de M. Davies e M. Ferreira ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)), e de recolhas feitas a partir do motor de busca *Google*. Tivemos também em consideração ocorrências de *SE* com as quais fomos contactando durante o período de preparação deste estudo, nomeadamente em trabalhos académicos, jornais e revistas publicados em Portugal.

Para procedermos à recolha dos dados, realizámos pesquisas a partir das formas verbais (conjugadas ou não) associadas ao operador *SE* (ocorrendo em posição proclítica, enclítica e mesoclítica). Tivemos em

conta verbos com características sintáticas, aspectuais e léxico-conceptuais diferentes, o que nos permitiu obter atestações de uso de *SE* com diferentes tipos de predicadores, deixando adivinhar, desde logo, a maleabilidade e a polivalência deste operador.

A riqueza dos dados obtidos, embora implicando um trabalho moroso de análise, permitiu-nos ter uma noção mais aproximada da importância e da frequência deste operador nas produções verbais dos falantes de PE, enfatizando, desde logo, a diversidade de estruturas em que ocorre este clítico. Assim, e de modo a respondermos às interrogações com que nos confrontámos perante a multiplicidade de estruturas de *SE* que recolhemos, procedemos, posteriormente, a uma cuidada análise dos resultados que fomos obtendo, centrando-nos não apenas nas propriedades dos predicadores em uso, mas também nas dos restantes constituintes. Para tal, considerámos, entre outros, aspectos como a distribuição dos constituintes frásicos, as áreas léxico-conceptuais a que estão associados e o modo como interagem com o operador *SE*. Na realidade, só partindo desta análise alargada à estrutura frásica foi possível distribuir as ocorrências recolhidas por diferentes grupos, pois, caso o estudo ficasse circunscrito ao operador *SE* e ao predicador a que se associa, dificilmente conseguiríamos perceber as várias leituras associadas aos usos deste clítico, tornando-se difícil aferir o(s) seu(s) comportamento(s) e as suas propriedades. Com base nestes procedimentos, organizámos as ocorrências do *corpus* em quatro grupos: estruturas de *SE* anafórico, estruturas de *SE* impessoal, estruturas de *SE* decausativo e estruturas de *SE* inerente. Como acima referimos, e considerando as particulares características das estruturas de *SE* inerente, para cujo estudo é determinante uma encorpada investigação diacrónica que extravazaria os limites deste trabalho, optámos por não analisar em profundidade as ocorrências que integrámos neste grupo. Já as ocorrências que enquadrámos nos restantes três grupos foram analisadas com detalhe, permitindo distinguir subgrupos de estruturas de *SE*.

Ao longo deste trabalho, privilegiámos, sempre que possível, o recurso a exemplos que façam parte do *corpus* que recolhemos, identificando a respectiva proveniência. No entanto, sempre que tal se revelou necessário, incluímos exemplos construídos por nós, susceptíveis de serem produzidos por qualquer falante nativo do PE.

Uma vez que os dados em que se baseia esta análise estão maioritariamente disponíveis em linha, sendo, por isso, de fácil consulta, optámos por não incluir neste estudo qualquer anexo contendo as

várias centenas de exemplos de estruturas de *SE* com que trabalhámos. Para esta decisão contribuiu também o facto de, sobretudo na segunda parte deste trabalho, usarmos como exemplos – amplamente comentados – muitas das ocorrências que constituem o *corpus* em que se baseia esta análise.

### 3. ESTRUTURA INTERNA

Este trabalho organiza-se em duas grandes partes: na primeira são abordadas as múltiplas dimensões teóricas necessárias à análise empírica das estruturas de *SE* do PE; na segunda procede-se ao estudo das estruturas em apreço, organizadas em três macro-grupos: estruturas de *SE* anafórico, estruturas de *SE* impessoal e estruturas de *SE* decausativo.

Na **Parte I**, partimos de uma breve reflexão em torno da linguagem, concebendo-a, à luz das teorias de Jackendoff (1997, 2002), como uma realidade dinâmica, plural, polidimensional e interactiva, assente na constante comunicação entre as várias estruturas que a compõem e entre estas e outras faculdades cognitivas e motoras do ser humano. Tendo por base esta abordagem interactiva da linguagem, que encara as várias componentes da gramática como estruturas comunicantes e não estanques, procuramos apresentar o operador *SE* como uma unidade de fronteira, cujo estatuto e cujos comportamentos só poderão ser compreendidos através de uma análise que explore as interfaces da gramática. Para tal, identificamos duas linhas de análise complementares (§ 1.2.): uma, mais tradicional, que perspectiva esta unidade como pertencendo ao paradigma dos pronomes pessoais reflexos; outra, mais recente, que, incorporando desenvolvimentos dos estudos linguísticos do século XX, analisa *SE* como um clítico especial, assumindo-o como uma unidade não autónoma aos níveis prosódico, distribucional e, em certos casos, referencial.

Efectivamente, de entre as características que definem os clíticos especiais destaca-se a sua forte dependência, em termos distribucionais e prosódicos, relativamente ao seu hospedeiro, o verbo. Por isso, e de modo a podermos aferir com rigor a relação que se institui entre o clítico *SE* e as formas verbais a que se agrega nas várias estruturas em que ocorre, reflectimos sobre diferentes propostas de representação e descrição dos predicadores verbais (§ 1.3.).

Apesar de nem sempre serem coincidentes, as propostas de representação dos predicadores verbais contemplam, por norma, informações semânticas e informações sintácticas (Grimshaw, 1990; Jackendoff, 1990; Levin e Rappaport Hovav, 1995, 2005) e visam a determinação do número de argumentos seleccionados pelo verbo em causa e a respectiva caracterização. Neste trabalho optamos por uma representação que inclui informações semânticas, contempladas na estrutura temática (§ 1.3.1.) através do recurso a uma lista de papéis temáticos, que, mediante regras de ligação (cf. Levin e Rappaport Hovav, 1995), se projectam na estrutura argumental (§ 1.3.2.). Esta congrega indicações não apenas sobre o número de argumentos sintácticos seleccionados por cada predicador, mas também sobre o modo como os mesmos se relacionam entre si, permitindo distinguir, por exemplo, o argumento externo do(s) argumento(s) interno(s). Por fim, assumimos como terceiro nível de análise a representação sintáctica (§ 1.3.3.), estruturada com recurso às noções tradicionais de funções sintácticas.

A reflexão permitida por este tipo de abordagem trinivelada dos predicadores verbais servir-nos-á de base para a aferir o estatuto e o papel de *SE* nas estruturas em que ocorre, pois a sua presença está frequentemente relacionada com alterações argumentais ou diatésicas mais ou menos substanciais. Assim, de modo a podermos esclarecer a relação entre *SE* e as diferentes alterações argumentais, começamos por clarificar a relação entre os conceitos de alternâncias argumentais, diátese e voz (§ 2.). Posteriormente, apresentamos algumas operações de reorganização argumental ou diatésica – reflexivização, reciprocização, indeterminação do sujeito, passivação, decausativização – em que intervém, de forma mais ou menos expressiva, o operador *SE*. Esta incursão pelas dimensões teóricas subjacentes ao estudo das estruturas de *SE* termina com uma reflexão em torno da interacção estabelecida entre as noções de alternância argumental e (in)transitividade (§ 3.).

A **Parte II** é dedicada à análise empírica das várias estruturas de *SE* do PE actual. Organiza-se em quatro capítulos principais: os primeiros três são dedicados a cada um dos grupos de estruturas de *SE* em análise – estruturas de *SE* anafórico (§ 1.), estruturas de *SE* impessoal (§ 2.) e estruturas de *SE* decausativo (§ 3.) – e o último propõe uma análise global das mesmas. Os capítulos dedicados aos três macro-usos de *SE* atrás referidos incluem, por seu turno, secções dedicadas a usos de *SE* mais particulares. Assim, no âmbito das estruturas de *SE* anafórico, analisam-se as estruturas tradicionalmente denominadas estruturas reflexas e estruturas recíprocas, ao passo que no conjunto das estruturas de *SE*

impessoal se incluem as estruturas passivas de *SE* e as estruturas de *SE* de sujeito indeterminado. A organização interna destas secções não é inteiramente coincidente, variando em função das particularidades evidenciadas pelas construções em estudo. De qualquer modo, antes de explorarmos os dados recolhidos, analisamos, para cada uma das estruturas de *SE* sob escopo, algumas propostas de estudo prévias. Posteriormente, detemo-nos com algum detalhe na análise da estrutura temático-argumental subjacente às várias estruturas, procurando estudar o modo como cada um dos argumentos seleccionados pelos predicadores em uso se materializa (ou não) na linearidade frásica e aferindo o estatuto que *SE* revela. Temos bases, assim, para tecer algumas considerações sobre a influência que o clítico terá na determinação do carácter (in)transitivo das estruturas em causa. A análise das várias estruturas de *SE* inclui, ainda, uma breve caracterização dos predicadores que nelas são usados e dos respectivos sujeitos. Sempre que necessário, analisam-se outros elementos que ocorrem nas estruturas de *SE*, como, por exemplo, os reforçadores de reciprocidade, nas estruturas recíprocas. Quando a diversidade dos dados recolhidos assim o sugere, definimos subgrupos de estruturas de *SE*: no caso das estruturas reflexas, distinguimos as reflexas prototípicas das reflexas de fronteira, incluindo nas primeiras estruturas que denotam acções corporais e acções não corporais; no âmbito das estruturas passivas, diferenciamos passivas eventivas, passivas estativas e passivas atributivas; no conjunto das estruturas decausativas, destacamos três subtipos, consoante o tipo de mudança de estado que codificam (mudança de estado físico, mudança de estado psicológico e mudança de estado social).

Para concluir a análise empírica das estruturas de *SE* do PE actual sugerimos uma análise global das mesmas (§ 4.), procurando relacioná-las com as questões teóricas inicialmente abordadas, nomeadamente com a questão das alternâncias argumentais e do *continuum* de (in)transitividade. Neste capítulo aborda-se também a questão do estatuto de *SE*, identificando as propriedades fundamentais para a sua caracterização e referindo, ainda que sumariamente, a origem e o desenvolvimento diacrónico de cada um dos usos de *SE* em estudo.



# **PARTE I**

## **DIMENSÕES TEÓRICAS**



## 1. CONSIDERAÇÕES E CONCEITOS TEÓRICOS DE BASE

### 1.1. Questões preliminares

O estudo das estruturas de SE do Português europeu actual pressupõe a convocação de múltiplas dimensões teóricas, uma vez que só a partir da integração das mesmas será possível responder com fundamento aos desafios que a própria diversidade do objecto de estudo coloca. Efectivamente, este é um domínio cujo estudo implica a activação e a interacção de conceitos associados a várias componentes da gramática e que, por isso, muito ganhará em assentar numa concepção actual, plural, interactiva e polidimensional do fenómeno da linguagem (cf. Jackendoff, 1997, 2002).

Nesta perspectiva, a linguagem é uma capacidade cognitiva solidária, isto é, não isolada sobre si mesma, que interage com outras capacidades cogn(osc)itivas (e.o., a memória e o raciocínio) e motoras do ser humano, destas recebendo *inputs* fundamentais como, por exemplo, os estímulos visuais e auditivos. Segundo Jackendoff, a organização interna da linguagem assenta no estabelecimento de relações de forte e permanente interacção entre as diferentes estruturas que a compõem – conceptuais, sintácticas e fonológicas –, cada uma das quais dotada de capacidade gerativa e combinatória própria (Jackendoff, 1997, 2002). Uma vez que não são herméticas, estas estruturas recebem influências mútuas e condicionam-se reciprocamente, fruto da actuação de regras de interface que comunicam entre dois níveis de codificação, transportando informação pertinente de um nível para outro.

Entendidas como estruturas cognitivas externas à linguagem, mas essenciais ao seu funcionamento, as estruturas conceptuais incluem unidades diferentes das estruturas linguísticas propriamente ditas, sejam sintácticas ou fonológicas. Nas estruturas conceptuais encontram-se entidades diversas – indivíduos, eventos, predicados, variáveis e quantificadores – entre as quais se concretizam relações diferentes das que ocorrem, por exemplo, entre as unidades próprias das estruturas sintácticas (Jackendoff, 2002: 124).

As estruturas sintácticas distinguem-se das estruturas conceptuais/semânticas desde logo pelo tipo de unidades com que operam e pelas regras por que se rege a articulação dessas unidades. Como

esclarece Jackendoff (1997: 28), “the generative system for syntactic structure (SS) contains such primitives as the syntactic categories N, V, A, P (or their feature decomposition) and functional categories (or features) such as Number, Gender, Person, Case and Tense. The principles of syntactic combination include the principles of phrase structure (X-bar theory or Bare Phrase Structure or some equivalent), the principles of long-distance dependencies, the principles of agreement and case marking, and so forth”.

Ao contrário das estruturas conceptuais/semânticas que, embora fundamentais para a linguagem, não fazem parte das estruturas propriamente linguísticas, as estruturas sintáticas são plenamente linguísticas, ocupando, no esquema tripartido de Jackendoff, lugar central entre as estruturas conceptuais e as estruturas fonológicas. Como explica o próprio autor, “[...] syntactic structure serves as a “way-station” between these two structures [phonology and semantics], making the mapping between them more articulate and precise” (Jackendoff, 2002: 126).

Segundo o autor, os nexos entre estruturas conceptuais/semânticas e estruturas sintáticas são mediados, ou antes, são permitidos e concretizados a partir das já mencionadas regras de interface. Uma vez que nem todas as informações de uma estrutura são pertinentes para a outra estrutura, são estas regras de interface, mais ou menos restritas, que permitem que informações relevantes de ambos os níveis sejam partilhadas.

Em suma, tal como Jackendoff (1997, 2002), assumimos a linguagem como uma capacidade cognitiva humana, que mantém constantes ligações com outras capacidades cognitivas ou motoras, e que se organiza em torno de três níveis estruturais – conceptual, sintático e fonológico. Cada uma destas três fiadas estruturais, dotada de unidades e princípios de organização que lhe são inerentes, caracteriza-se por ter capacidade gerativa própria. Apesar desta organização tripartida, a capacidade da linguagem resulta de uma profunda articulação entre os três níveis estruturais, conseguida através da actuação das chamadas regras de interface. São estas as responsáveis por permitir a articulação entre as diferentes fiadas estruturais, assumindo-se em simultâneo como facilitadores dessa interacção entre níveis estruturais e como constrangimentos (ou filtros) à mesma, uma vez que apenas veiculam a informação relevante para ambos os níveis estruturais. Na realidade, só assumindo uma perspectiva aberta e interactiva da linguagem, que percepcione as várias componentes da gramática como áreas não

estanques, mas em constante comunicação – regulada e organizada – entre si, será possível estudar os diferentes comportamentos do operador *SE* nos vários contextos em que ocorre.

Efectivamente, o estudo das estruturas de *SE* implica não apenas que se reflecta sobre o estatuto deste operador, de que nos ocuparemos na próxima secção, mas pressupõe também que se estudem as relações que se estabelecem entre *SE* e os demais constituintes das estruturas em causa. Uma vez que, em função da sua natureza clítica, *SE* ocorre sempre associado a uma forma verbal, é imperioso que se tenham em conta dimensões teóricas indispensáveis para a compreensão do comportamento dos predicadores verbais quando incluídos nas várias estruturas em que ocorre o clítico em estudo. Sobre elas nos debruçaremos na secção 1.3.

Para o estudo da relação que se estabelece entre o operador *SE* e o predicador verbal a que se associa torna-se necessário aprofundar a questão das alternâncias à estrutura argumental (§ 2.) e aferir até que ponto estas se poderão relacionar com abordagens tradicionalmente propostas para os usos de *SE*, ancoradas em noções como as de passivação ou reflexivização. Neste seguimento, revela-se ainda necessário equacionar a relação existente entre a presença do operador *SE* e a (in)transitividade das estruturas em que ocorre, partindo-se, para tal, de uma revisão da noção de *continuum* (in)transitivo (§ 3.).

Assim, esta primeira parte do trabalho centra-se na revisão de conceitos teóricos indispensáveis para proceder à análise das estruturas de *SE* e para propor uma descrição adequada dos dados empíricos a estudar na segunda parte. Dada a diversidade de contextos em que ocorre *SE* e a multiplicidade de questões teóricas associadas ao estudo de cada um deles, optamos, necessariamente, por uma abordagem heterogénea e plural, não assumindo uma linha teórica particular, que, perante a diversidade do objecto de estudo, seria inevitavelmente restritiva, mas reunindo antes contributos de várias propostas e de autores de diferentes quadrantes teóricos.

## 1.2. Natureza e comportamento do operador *SE*

Como esclarecemos na Introdução deste trabalho, é nosso objectivo identificar e descrever as estruturas do PE actual em que ocorre o operador *SE*, procurando, deste modo, contribuir para um conhecimento mais aprofundado e mais sistematizado de uma unidade que, embora recorrentemente estudada sob várias perspectivas, continua a colocar muitas dificuldades aquando do seu uso em termos de codificação e de descodificação, e aquando da sua abordagem em contexto de sala de aula. As dificuldades inerentes ao tratamento desta questão decorrem, sobretudo, da ausência de consenso quanto à natureza e ao estatuto de *SE*, que, em função das opções teórico-metodológicas subjacentes às várias análises sugeridas, tem recebido diferentes designações e, simultaneamente, diferentes propostas de descrição. Nas próximas secções exploraremos duas propostas complementares de descrição de *SE* que reúnem algum consenso: uma, de pendor mais tradicional, que assume esta unidade como pronome pessoal reflexo; outra, mais recente, que inclui este operador no conjunto dos clíticos.

### 1.2.1. Pronominalidade

No que ao estudo do PE diz respeito, é possível encontrar reflexões sobre o operador *SE* em trabalhos de análise gramatical bastante recuados no tempo, como, por exemplo, na primordial *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540)<sup>1</sup>, ou em várias gramáticas, de reconhecido mérito, que foram sendo publicadas em séculos posteriores, com maior ênfase para o século XIX. Nestes trabalhos (Barboza, 1830; Reis, 1868; Dias, 1881; Grivet, 1881, e. o.), *SE* é percebido como uma unidade multifuncional, presente em estruturas de diferentes tipos. Esta polivalência de *SE* é sublinhada, por exemplo, por Dias (1881: 110-111), ao referir a ocorrência de *SE* em (i) construções reflexas, (ii)

---

<sup>1</sup> Neste texto, faz-se referência ao uso de *SE* na secção relativa aos “verbos impessoais”. O gramático esclarece que os verbos impessoais podem ser de voz activa ou de voz passiva. Estes últimos não têm ocorrência em português, sendo que, para os substituir, se usa o verbo na terceira pessoa do singular, ao qual se acrescenta o pronome *SE*. Para tal, explica o autor, “[...] tomámos o vérbio em a terceira pessoa do número singular e este pronome da terceira pessoa, se, e reçoçando, dizemos: *No páço se pragueja fortemente*”. Este tipo de construções, esclarece ainda o autor, “[...] sempre denótam auçám com generalidade de obrar” (Barros, 1540: 327). Depreende-se destas palavras de João de Barros que as construções de *SE* são usadas quando se pretende transmitir a ideia de que se trata de uma acção recorrente, habitual. Não há, nesta reflexão ainda da primeira metade do século XVI, menção a outros usos de *SE*.

construções recíprocas, (iii) construções passivas e (iv) construções impessoais<sup>2</sup>. Nestes trabalhos, *SE* é, por norma, entendido como um pronome reflexivo<sup>3</sup>.

Esta linha de análise de base tradicional continua presente ao longo de todo o século XX, repercutindo-se em trabalhos de ampla divulgação e de continuado seguimento em contextos pedagógicos, como são as gramáticas de Cunha e Cintra ou de Evanildo Bechara. No primeiro destes trabalhos, *SE* é apresentado como um pronome reflexo, ocorrendo “[...] quando o objecto directo ou indirecto representa a mesma pessoa ou a mesma coisa que o sujeito do verbo [...]”, ou como um pronome recíproco, indicando “que a acção é mútua entre dois ou mais indivíduos” (Cunha e Cintra, 1998: 281-282).

Partindo do estatuto pronominal de *SE*, estes autores propõem uma breve descrição dos seus “valores e empregos”, explicando que “o pronome *SE* emprega-se como (i) objecto directo (uso mais comum); (ii) objecto indirecto; (iii) sujeito de um infinitivo; (iv) pronome apassivador; (v) símbolo de indeterminação do sujeito (junto à 3.<sup>a</sup> pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente); (vi) palavra expletiva (para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito) e (vii) parte integrante de certos verbos que geralmente exprimem sentimento, ou mudança de estado [...]” (Cunha e Cintra, 1998: 307-308).

Apesar de se identificarem os principais usos de *SE*, a verdade é que, nestes trabalhos, não se fornece uma caracterização ampla deste operador, cujas propriedades fonológicas, morfológicas e sintáctico-semânticas continuam maioritariamente por explorar. Nas últimas décadas do século XX, no entanto, paralelamente aos estudos em que se continua a perspectivar *SE* como um pronome reflexo, começaram

---

<sup>2</sup> Um quadro bastante similar é proposto por A. Grivet (1881: 429-433).

<sup>3</sup> É de salientar, no entanto, que Sotero dos Reis propõe a interessante distinção entre *SE* pronome reflexivo e *SE* pronome indefinido. Este último, de acordo com este gramático, ocorre em construções como “e de todas estas cousas *se* fez *bôa* *somma* de dinheiro” (Reis, 1868: 63), construções estas que, para Sotero dos Reis, são equivalentes a construções passivas. Depreende-se, portanto, que este *SE* pronome indefinido a que o autor se refere é aquele a que hoje, nas perspectivas mais tradicionalistas, se chama *SE* passivo. Explica o autor que, neste tipo de construções, “o pronome indefinido, *SE*, não reflecte no sujeito [...], nem a ele se refere, como acontece ao pronome reflexivo, *SE*, com o sujeito pessoa “Pedro ferio-se”, mas refere-se vaga e indeterminadamente á pessoa ou pessoas occultas, que só temos na mente.” (Reis, 1868: 63). Trata-se, por isso, de uma estratégia de omissão/indeterminação do agente cuja ferramenta de concretização é o pronome indefinido *SE*. Ainda assim, Sotero dos Reis não admite que *SE* seja considerado apenas como “uma simples particula empregada para apassivar os verbos”, defendendo que nestas construções *SE* se refere sempre a uma pessoa indeterminada, devendo, por isso, ser considerado um pronome indefinido. Esclarece ainda que “se, reflexivo, não se póde confundir com, se, indefinido, porque sempre se refere a pessoa determinada, a qual é sujeito da proposição em que tem emprego, fazendo com que a acção desse sujeito recaia sobre elle mesmo” (Reis, 1868: 67-68), afirmando, tal como Barboza (1830) também já havia feito, que nestas construções com *SE* reflexo estamos perante exemplos de concretização da voz média.

a surgir vários trabalhos que analisam o comportamento de *SE* no âmbito das reflexões sobre clíticos, e, mais precisamente, sobre clíticos especiais. Na próxima secção procuramos adiantar uma breve caracterização destes elementos, detendo-nos particularmente na análise de *SE* enquanto clítico especial.

### **1.2.2. Cliticidade**

Fruto dos sucessivos desenvolvimentos dos estudos linguísticos, a caracterização do operador *SE* assumiu particular importância em trabalhos da segunda metade do século XX, sobretudo a partir do momento em que se conferiu relevo ao estudo dos chamados *clíticos*, para cuja análise muito contribuíram as propostas iniciais de Kayne (1975) e de Zwicky (1977). Na realidade, o que estes trabalhos, e outros na sua esteira (Kayne, 1991; Miller, 1992; Gerlach e Grijzenhout, 2000), propõem é a delimitação, análise e descrição de um conjunto de “[...] weak forms of functional elements such as pronouns, determiners, auxiliaries, negation particles and question particles” (Gerlach e Grijzenhout, 2000: 1), isto é, palavras que não têm capacidade para ocorrer isoladas, e que, por isso, se apoiam, a vários níveis, em palavras hospedeiras: no que ao Português diz respeito, incluem-se no âmbito dos clíticos preposições, artigos e pronomes pessoais átonos (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003). Sendo tradicionalmente incluído nestes últimos, *SE* assume-se como um dos clíticos do PE.

O estudo destas unidades tem estado sempre associado a importantes controvérsias, sobretudo porque, conforme sublinham Gerlach e Grijzenhout (2000: 1), “clitics play an increasingly prominent role in linguistic research and the status of clitics is a topic of much debate in phonology, morphology, and syntax, as well as in the respective interfaces”. Efectivamente, os trabalhos sobre clíticos têm sido muito abundantes nas últimas décadas, sublinhando-se, em todos eles, a obrigatoriedade de uma abordagem multidisciplinar das unidades em questão. Destes estudos destacamos os trabalhos seminais de Kayne e Zwicky, já referidos, bem como, mais recentemente, os estudos de Miller (1992), Monachesi (1999) ou Gerlach e Grijzenhout (2000).



De entre as várias unidades que habitualmente se incluem no âmbito dos clíticos, interessam-nos sobretudo aquelas que Zwicky (1977) integrou no conjunto dos clíticos especiais e que, *grosso modo*, correspondem aos pronomes pessoais átonos na análise tradicional. Zwicky propôs a distinção entre clíticos simples e clíticos especiais, sendo que «les clitiqes simples résultent de ce qu'un mot, s'il est non accentué, peut être phonologiquement réduit et rattaché prosodiquement à un mot adjacent. Il s'ensuit qu'un clitique simple occupe la même position syntaxique superficielle que les morphèmes non réduits correspondants. Les clitiqes spéciaux, par contre, sont des éléments prosodiquement dépendants d'un hôte et qui apparaissent comme variantes de formes libres autonomes, dont ils partagent le sens et qui peuvent avoir une phonologie similaire, mais dont la distribution syntaxique superficielle est différente. Dans le cadre de cette dichotomie, les éléments comme les articles ou les prépositions monosyllabiques dans les langues romanes ont pu être classés comme des clitiqes simples, tandis que les pronoms clitiqes se rangent parmi les clitiqes spéciaux» (Monachesi e Miller, 2003: 68).

Partindo destes estudos iniciais e adaptando-os às especificidades reveladas pelos dados do Português, foram surgindo nas últimas décadas vários trabalhos que procuram contribuir para um melhor conhecimento das estruturas do PE em que ocorrem os clíticos, como, entre outros, os de Duarte, Matos e Faria (1995), Uriagereka (1995), Vigário (1999), Duarte e Matos (2000), Galves (2000), Luís (2004) ou Magro (2007). Nestes textos, apontam-se como clíticos especiais do PE as unidades do Quadro I.

Pessoas gramaticais	Clíticos não-reflexos		Reflexos
	acusativo	dativo	acusativo/dativo
1. <sup>a</sup> singular	<i>me</i>	<i>me</i>	<i>me</i>
2. <sup>a</sup> singular	<i>te</i>	<i>te</i>	<i>te</i>
3. <sup>a</sup> singular	<i>o/a</i>	<i>lhe</i>	<i>se</i>
1. <sup>a</sup> plural	<i>nos</i>	<i>nos</i>	<i>nos</i>
2. <sup>a</sup> plural	<i>vos</i>	<i>vos</i>	<i>vos</i>
3. <sup>a</sup> plural	<i>os/as</i>	<i>lhes</i>	<i>se</i>

Quadro I: Clíticos especiais em PE (não-reflexos e reflexos) (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003: 827)

Independentemente das diferentes abordagens propostas, estes trabalhos confirmam, tal como sublinha Magro (2007: 44), que “as propriedades dos clíticos, a distribuição que apresentam e a natureza dos

mecanismos gramaticais a que estão sujeitos são questões intensa e continuamente debatidas na literatura sobre o tema”. Efectivamente, aquando da análise e descrição dos clíticos, comumente perspectivados como unidades cujo estatuto categorial e cujo comportamento não são de fácil explicitação, discutem-se, por norma, questões relacionadas com as suas propriedades prosódicas, morfológicas e sintáctico-semânticas<sup>4</sup>. Por isso, um estudo sobre os clíticos – ou sobre um clítico em particular, como é o nosso caso – ancora-se necessariamente numa reflexão profunda e multifactorial sobre as interfaces da gramática, confrontando-se imperativamente com várias questões algo polémicas que, ao longo dos tempos, têm envolvido a análise dos clíticos.

As grandes discussões em torno dos clíticos especiais decorrem, por um lado, da ausência de consenso quanto ao estatuto destas unidades, perspectivadas por uns como palavras (Vigário, 1999) e por outros como afixos (Luís, 2002; Monachesi, 2006), e, por outro lado, advém dos desentendimentos relativos à explicação da sua origem sintáctica e à justificação da sua posição na linearidade frásica. Apesar de não caber no presente trabalho uma revisão detalhada da bibliografia relativa aos clíticos especiais, e em particular aos dilemas que agora mencionámos, a eles faremos referência quando, nos próximos parágrafos, procurarmos caracterizar os clíticos especiais do PE, muitas vezes apontados como dotados de propriedades específicas que os afastam inclusive dos clíticos das restantes línguas românicas<sup>5</sup>.

Conforme já referimos anteriormente, no conjunto dos clíticos do PE incluem-se artigos, preposições e pronomes pessoais átonos, sendo que todas estas unidades têm como denominador comum o facto de se assumirem como destituídas de acento de palavra, não correspondendo, por isso, a palavras

---

<sup>4</sup> São vários os autores que sublinham a importância do estudo dos clíticos e que, simultaneamente, salientam a necessidade de tal estudo ser multivectorial, abarcando aspectos relativos a várias componentes da gramática. Esta é a perspectiva que encontramos, por exemplo, nos trabalhos de Monachesi, que afirma que “clitics represent a topic of crucial importance because their analysis constitutes a challenge for any grammatical theory due to their properties, which can be analysed only through an appropriate interaction of the different modules of the grammar. Therefore, a comprehensive analysis for cliticization requires a deep understanding of the nature of the interfaces between morphology, phonology, and syntax” (Monachesi, 2006: 7).

<sup>5</sup> A especificidade do comportamento dos clíticos do PE é sublinhada, por exemplo, por Madeira, Xavier e Crispim (2010). Estas autoras destacam as particularidades inerentes à distribuição dos clíticos do PE na linearidade frásica afirmando que “as condições que determinam os padrões de colocação dos clíticos em PE são distintas das observadas em outras línguas românicas. Enquanto, por exemplo, em línguas como o espanhol e o italiano, a alternância entre ênclise (ordem verbo-clítico) e próclise (ordem clítico-verbo) é determinada pela finitude do verbo (ocorrendo a próclise com formas finitas e a ênclise com formas não finitas do verbo) e, numa língua como o francês, a próclise é generalizada em todos os contextos com excepção das imperativas, em PE, os dois padrões de colocação são determinados por condições sintácticas muito específicas” (Madeira, Xavier e Crispim, 2010: 3).

prosódicas<sup>6</sup>. Aliás, ao nível prosódico, os clíticos, simples e especiais, caracterizam-se precisamente pela sua não autonomia<sup>7</sup>, estando sempre dependentes do seu hospedeiro, isto é, de uma palavra dotada de acentuação própria. Por isso, é impossível que estas unidades ocorram isoladas no discurso, conforme se verifica em (12-13).

(12) *Regressas de casa ou para casa?*

– *\*Para* vs. – *Para casa*.

(13) *Ele telefonou a alguém?*

– *\*Me!* vs. – *A mim!*

A categoria do hospedeiro a que se associam os clíticos varia consoante estejamos perante clíticos pertencentes ao grupo dos ditos clíticos simples (preposições e artigos) ou ao dos clíticos especiais (os tradicionalmente denominados pronomes pessoais átonos). O hospedeiro seleccionado pelos clíticos do PE pode ser um Nome, um Adjectivo ou um Verbo, caso se trate de um clítico simples (preposição ou artigo); caso se trate de um pronome pessoal clítico, o hospedeiro é, necessariamente, um Verbo, como em (14-15).

<sup>6</sup> Como explicam Mateus, Frota e Vigário (2003: 1061), a palavra prosódica tem como um dos seus elementos caracterizadores a presença de um acento primário. Por isso, as autoras afirmam que “[...] cada palavra prosódica tem um e um único acento principal”. Uma vez que os clíticos são unidades destituídas de acento de palavra, estes não formam, por si, uma palavra prosódica.

<sup>7</sup> As propriedades prosódicas evidenciadas pelos clíticos são muitas vezes usadas como argumento nas discussões relativas ao seu estatuto. Na linha de trabalho que propõe que os clíticos não deverão ser percebidos como afixos, defendida, entre outros, por Vigário (1999), sublinha-se que o comportamento prosódico dos clíticos os aproxima mais daquele que é exibido pelas palavras do que do que é típico dos afixos. A este respeito, Vigário explica, por exemplo, que os clíticos pronominais do PE revelam uma actuação diferente da dos afixos, pois contrariamente a estes não afectam a localização do acento do seu hospedeiro. Efectivamente, esta inocuidade prosódica da presença do clítico, em (a e c), contrasta com as alterações resultantes da junção de um afixo, em (b e d):

a) *lav[á]vamos – lav[á]vamo-nos*

b) *lav[a]r – lavad[ei]ra*

c) *transp[o]rta – transp[o]rta-se*

d) *transport[a]r – transportad[o]r*

Vigário expõe vários outros testes que apontam no sentido do afastamento entre o comportamento prosódico e morfológico dos clíticos e o dos afixos. Para além de não interferirem no padrão acentual do respectivo hospedeiro, os clíticos especiais também não anulam a formação de glides quando surgem à direita do seu hospedeiro verbal, o que indicia que estas unidades não se comportam como afixos, uma vez que a glide nasal só é espoletada em contexto de final de palavra, nunca no seu interior. Já ao nível morfológico, explica Vigário, as operações de cliticização afastam-se das de afixação por responderem de forma muito diversa a duas regras morfológicas: uma que determina a centralização da vogal temática dos verbos da 3.<sup>a</sup> conjugação quando em posição final não tónica; outra que impõe o apagamento da vogal final quando esta é seguida por um afixo iniciado por vogal. Para mais detalhes, consulte-se Vigário (1999).

(14) *A Maria [entregou]<sub>v-o</sub> ontem.*

(15) *A Maria [elogiou]<sub>v-se</sub> em frente de toda a turma.*

Os clíticos especiais mantêm uma relação muito próxima com o respectivo hospedeiro verbal, satisfazendo as exigências de subcategorização do mesmo e ocorrendo, habitualmente, como objecto directo ou indirecto dos verbos a que se associam. No entanto, e conforme sublinham vários autores, “os pronomes clíticos [...] mesmo quando designam um complemento do verbo [...] não ocorrem na posição canónica característica desse complemento, mas antes em adjacência estrita ao verbo” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 829-830). Esta propriedade comportamental dos clíticos torna-se evidente quando comparamos as estruturas gramaticais de (16) e (18), em que o clítico de objecto indirecto (*lhe, se*) ocorre adjacente ao verbo, surgindo antes do SN objecto directo (*os documentos, um relógio de marca*), com estruturas agramaticais como as de (17) e (19), em que o clítico de objecto indirecto, mantendo-se na sua posição habitual, não surge em adjacência estrita ao verbo.

(16) *O Paulo enviou-[**lhe**]<sub>OI</sub> [os documentos]<sub>OD</sub> dentro do prazo legal.*

(17) *\*O Paulo enviou [os documentos]<sub>OD</sub> [**lhe**]<sub>OI</sub> dentro do prazo legal.*

(18) *Para assinalar a data, o Paulo ofereceu-[**se**]<sub>OI</sub> [um relógio de marca]<sub>OD</sub>.*

(19) *\*Para assinalar a data, o Paulo ofereceu [um relógio de marca]<sub>OD</sub> [**se**]<sub>OI</sub>.*

A distribuição dos clíticos pronominais na linearidade frásica caracteriza-se, também, pelo facto de estes, ainda que ocorrendo necessariamente adjacentes ao seu hospedeiro, não estarem associados a uma posição fixa relativamente ao mesmo. Efectivamente, os clíticos pronominais do português podem preceder o verbo (próclise) (20), segui-lo (ênclise) (21) ou surgir no seu interior (mesóclise) (22).

(20) *O Paulo não **lhe** enviou os documentos dentro do prazo legal.*

(21) *O Paulo enviou-**lhe** os documentos dentro do prazo legal.*

(22) *O Paulo enviar-**lhe**-á os documentos dentro do prazo legal.*

Em PE, a posição não marcada dos clíticos é em ênclise (21). A mesóclise ocorre apenas quando em uso estão formas verbais de futuro ou condicional, como em (23-24). A colocação em próclise é espoletada

num conjunto bastante definido de situações<sup>8</sup>, como, por exemplo, em orações negativas, do tipo de (25-26).

(23) *Os alunos **reunir-se-ão** esta noite no anfiteatro principal.*

(24) *A Rosa **inscrever-se-ia** no curso de inglês se tivesse um horário compatível com o das aulas.*

(25) *A Maria nunca **se elogia** em público.*

(26) *Os rapazes não **se encontraram** no jardim.*

É também uma propriedade distintiva dos clíticos pronominais o facto de, no caso de co-ocorrerem numa mesma frase, estarem sujeitos a uma ordem pré-definida, “aparecendo primeiro o clítico impessoal (sujeito)<sup>9</sup>, depois o clítico dativo e por fim o acusativo” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 830), como em (27).

(27) *Eles não sabem por que razão não **se lhos** enviaram antes.*

Na realidade, todas estas peculiares características dos clíticos pronominais vêm sublinhar a dificuldade em assumir claramente estas unidades como palavras ou como afixos, visto que exibem propriedades tanto das primeiras quanto dos segundos. Vigário (1999: 220) aponta como propriedades que os clíticos pronominais podem partilhar com os afixos “[...] (i) the high selectivity with respect to the category of the host/base they attach to; (ii) special phonology triggered by the clitic-verb sequences; and in some cases, (iii) the ordering of clitics with respect to inflection”, explicando que estas unidades partilham também uma série de propriedades com as palavras, “namely, the ability [...] to appear in different positions with respect to the verb, or the lack of (lexical) phonological interaction between verbs and clitics”. Neste seguimento, a autora conclui que em PE não há evidências claras que justifiquem o carácter flexional dos clíticos, razão pela qual defende que “[...] the combination of verbs and pronominal clitics cannot be achieved in the lexicon [...]”, sublinhando que “[...] pronominal cliticization should be considered a postlexical operation in this language” (Vigário, 2003: 155).

<sup>8</sup> Em PE, a próclise ocorre quando se está na presença dos chamados atratores de próclise, concebidos como “[...] palavras funcionais pesadas que c-comand[am] e preced[em] o clítico no mesmo sintagma entoacional” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 853). Alguns atratores de próclise activos em PE são (i) operadores de negação frásicos e sintagmas negativos, (ii) sintagmas-Q interrogativos, relativos e exclamativos, (iii) advérbios de focalização, de referência predicativa, confirmativos, de atitude proposicional e aspectuais, (iv) alguns quantificadores. Para uma abordagem mais pormenorizada destas questões, veja-se Brito, Duarte e Matos (2003: 853-857) e consultem-se as referências aí indicadas.

<sup>9</sup> Em determinados contextos, o clítico SE pode funcionar como clítico de sujeito. Sobre esta questão debruçar-nos-emos com maior profundidade na segunda parte deste trabalho, mais precisamente no capítulo 2.

Independentemente da opção teórica que se assuma relativamente ao carácter [+/- afixal] dos clíticos especiais, é facto incontornável na análise destas unidades a estreita relação que mantêm com o respectivo hospedeiro verbal. Aliás, são vários os autores que sublinham esta proximidade, uma vez que, por norma, os clíticos correspondem à materialização de um dos argumentos seleccionados pelo verbo, funcionando habitualmente como um dos seus complementos (cf., e.o., Brito, Duarte e Matos, 2003; Monachesi, 2006). No entanto, como anteriormente já referimos, nem sempre a posição dos clíticos na linearidade frásica corresponde àquela que é a posição sintáctica típica dos constituintes que funcionam como complementos dos verbos em causa. Por isso, em muitos trabalhos recentes sobre cliticização este tem sido um problema intensamente debatido<sup>10</sup>.

Na tentativa de solucionar esta questão do posicionamento dos clíticos pronominais na linearidade frásica, destacam-se duas propostas de análise: uma que sugere que os clíticos são gerados em posição argumental, movendo-se, posteriormente, para a sua posição sintáctica final; outra que, contrariamente, sustenta que os clíticos são gerados na sua posição final. No que respeita à análise dos dados do PE, são recorrentes as vozes que defendem a primeira destas duas perspectivas. Partindo de trabalhos como os de Martins (1994), Barbosa (1996, 2000) ou Duarte e Matos (2000), Magro (2007) explica que a análise da colocação dos clíticos assenta, entre outras, nas seguintes hipóteses: “(i) os clíticos têm estatuto categorial ambíguo, sendo simultaneamente  $X^0$  e  $X^{\max}$ ; (ii) os clíticos são projectados numa posição argumental e movem-se, em sintaxe visível, para a projecção funcional mais alta atingida por movimento do verbo (cf. Kayne, 1991)” (Magro, 2007: 46).

Estes dilemas associados ao estatuto argumental ou não argumental dos clíticos revelam-se particularmente interessantes quando se procede a uma análise mais detalhada do comportamento do clítico *SE* nos vários contextos em que ocorre. Efectivamente, apesar de exibir um padrão de propriedades prosódicas, morfofonológicas e distribucionais similares às dos restantes clíticos, *SE* revela-se, em consequência da diversidade de estruturas em que ocorre, de mais difícil caracterização no que

---

<sup>10</sup> A importância desta questão é sublinhada, por exemplo, por Gerlach e Grijzenhout (2000), ao afirmarem que uma questão “[...] that needs to be answered is why the position in which clitics surface is different from the positions in which full DPs surface”, sendo que, explicam ainda as autoras, “to solve these questions, we need not only to consider to which syntactic position clitics are assigned on the surface, i.e., “where do they go”, but we also need to ask in which syntactic position clitics are generated, i.e., “where do they come from” (Gerlach e Grijzenhout, 2000: 18).

respeita ao seu estatuto – argumental ou não argumental –, tornando-se conseqüentemente mais complexa qualquer tentativa de definição da(s) sua(s) função(ões) nos vários contextos em que ocorre.

Conscientes desta polivalência do clítico SE e da inconstância do seu carácter argumental, Brito, Duarte e Matos (2003), no seguimento do exposto por Duarte *et al.* (2001), sublinham a ocorrência de SE como:

(i) **clítico com conteúdo argumental**

a) nas estruturas reflexas e recíprocas

(28) *A aluna **matriculou-se** no curso livre.*

(29) *As alunas **encontraram-se** no corredor.*

b) nas estruturas tradicionalmente entendidas como estruturas de sujeito indeterminado

(30) ***Caminhou-se** durante toda a noite.*

(ii) **clítico com estatuto argumental e funcional:** nas estruturas tradicionalmente conhecidas como passivas de SE

(31) ***Venderam-se** dezenas de apartamentos em pouco mais de dois dias.*

(32) *Esses apartamentos **venderam-se** a preço de saldo.*

(iii) **clítico com comportamento de afixo derivacional:** nas estruturas anticausativas

(33) *O gelado **derreteu-se** em poucos segundos.*

(iv) **clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintático:** clítico inerente

(34) *Ele **arrependeu-se** da sua atitude.*

Conferindo particular importância ao carácter [+/- argumental] do clítico SE, esta proposta de análise afigura-se particularmente interessante, pois implica necessariamente uma profunda reflexão sobre a relação que se institui entre SE – umas vezes dotado de estatuto argumental, outras dele destituído – e o seu hospedeiro verbal. Com efeito, parece-nos que para uma análise fundamentada dos vários contextos de uso do clítico SE é crucial que se reflecta cuidadosamente sobre o modo como a presença desta unidade interfere na realização dos argumentos seleccionados pelos hospedeiros verbais a que se agrega. Por isso, uma parte substancial da análise empírica que proporemos na segunda parte deste

trabalho assenta precisamente na tentativa de caracterização da estrutura temático-argumental subjacente às construções em que ocorre o clítico SE e na reflexão sobre eventuais alterações à realização desses argumentos na linearidade frásica favorecidas ou consubstanciadas pela presença do clítico. Entretanto, porque este tipo de estudo exige a convocação de noções e conceitos necessários à caracterização e descrição dos predicadores verbais, sumariamos, nas próximas secções, algumas das linhas de análise fundamentais para a descrição dos predicadores verbais, principais hospedeiros disponíveis para os clíticos pronominais em PE.

### 1.3. Predicadores verbais: propostas de descrição e de representação

Qualquer proposta de descrição dos predicadores verbais parte da assumpção de que os mesmos se instituem como palavras predicativas por excelência, permitindo “[...] atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades” (Duarte e Brito, 2003: 182). Assim, assume-se como propriedade definatória dos verbos a sua capacidade para seleccionar um determinado número de argumentos, que codificam, conceptual e linguisticamente, as entidades envolvidas na situação extralinguística que os verbos descrevem<sup>11</sup>.

Há já várias décadas<sup>12</sup> que se procura representar esquematicamente esta relação entre predicadores e respectivos argumentos através das chamadas estruturas predicado-argumentos ou estruturas argumentais, sendo hoje relativamente consensual que a representação lexical de um predicador verbal deve englobar informações semânticas e informações sintácticas.

Efectivamente, e apesar da diversidade de opiniões a respeito do modo como interagem estes dois tipos de informações, são vários os autores (Grimshaw, 1990; Levin e Rappaport Hovav, 1995, 2005; Bresnan,

---

<sup>11</sup> À noção de argumento associa-se habitualmente a de adjunto. Os adjuntos, também denominados modificadores ou circunstantes, “[...] são unidades que fazem parte da interpretação situacional, mas que não dependem de nenhum item lexical presente na frase, como acontece com expressões de tempo e muitas expressões de localização espacial [...]” (Duarte e Brito, 2003: 184).

<sup>12</sup> Os primeiros trabalhos em que se reflecte sobre a relação estabelecida entre o predicador e os seus argumentos datam de meados do século XX. Por essa altura, L. Tesnière (1959), baseando-se na terminologia da química, introduz os conceitos de valência verbal, actante e relação actancial. Na perspectiva deste autor, “il V è rappresentato come una sorta di átomo dotato di uncini, in grado di esercitare attrazione su un numero variable di elementi della frase [...]. La valenza di un V corrisponde al numero di tali elementi, chiamati ‘attanti’ e definiti come ‘les personnes ou choses qui participent à un degré quelconque au procès’ (Tesnière, 1959: 105)” (Jezek, 2003: 16).



2001; Pereira, 2007) que consideram relevante que a representação lexical dos verbos inclua duas camadas, uma semântico-conceptual e outra argumental, relacionadas entre si mediante regras de ligação. Por isso, para a análise das estruturas de SE, partiremos precisamente deste tipo de representação. No entanto, aos níveis de representação semântico-conceptual e argumental associaremos um terceiro, através do qual procuraremos representar o modo como cada um dos argumentos seleccionados pelo predicador em causa se materializa na linearidade frásica. Assim, a análise que faremos contemplará, para cada predicador, um nível semântico, um argumental e um outro sintáctico. Neste último nível trabalharemos apenas com a noção tradicional de função sintáctica, aferindo a que função se associa cada um dos argumentos do predicador. Na estrutura argumental, que serve de nível de mediação entre a representação semântico-temática e a materialização sintáctica, aponta-se a posição correspondente a cada argumento semântico, tendo por base a distinção entre argumento externo e argumentos internos. Na estrutura semântico-conceptual ou estrutura temática indicam-se os argumentos semânticos associados ao predicador, identificando-os através dos respectivos papéis temáticos. Nas próximas secções caracterizaremos com maior detalhe cada um destes três níveis de representação.

### **1.3.1. Estrutura temática**

Há já alguns anos que, como sublinha Brito (1998), se assume a importância das informações de cariz semântico-lexical na representação dos predicadores, tendo surgido, entretanto, diversas propostas para a respectiva codificação.

A representação do significado de um dado predicador está, como enfatiza Jackendoff (2002), directamente relacionada com o modo como concebemos conceptualmente a situação por ele descrita. O autor explicita o seu pensamento usando como exemplo o verbo *devorar*. Segundo Jackendoff (2002: 132-133), “for something to be an act of *devouring*, some character has to be cramming some other character (or some stuff) into its mouth. We will call these characters “semantic arguments” of the verb [...] the conceptual structure of the verb can be thought of as a function that maps these two arguments into a

conceptualized action”. Nesta linha de análise, a representação semântico-lexical assume-se como codificação dos vários participantes na situação expressa pelo predicador, sendo que a organização dos argumentos reflecte o modo como cada um desses participantes intervém na situação em causa.

Ao trabalharmos com a informação semântico-lexical associada a um predicador, optamos, no presente estudo, por usar uma representação esquemática – a estrutura temática – que codifica, através do recurso a conjuntos organizados de papéis semânticos ou papéis temáticos<sup>13</sup>, a situação descrita pelo verbo em causa, dando conta do tipo de relação que cada um dos argumentos mantém com o predicador. Para tal, partimos do pressuposto de que “each semantic role defines a natural class of arguments, with members of this natural class usually having a common semantic relation to their verbs and shared options for their morphosyntactic expression” (Levin e Rappaport Hovav, 2005: 36). Ou seja, a definição da lista de papéis temáticos seleccionados por um dado predicador permitirá não apenas codificar a respectiva significação, mas também predizer algo sobre a realização sintáctica dos mesmos.

Assim, neste nível de representação que procura codificar a informação semântico-lexical associada a um predicador, elencamos os respectivos argumentos identificando-os através do uso das designações atribuídas aos papéis temáticos. Nas próximas secções tratamos com maior detalhe a noção de papel temático, identificamos a lista de papéis temáticos nucleares em que escoramos este estudo e reflectimos sobre a hierarquização e organização dos mesmos.

---

<sup>13</sup> Apesar de esta codificação da informação semântica associada a cada predicador poder variar em função da perspectiva de análise em causa e da influência teórica que lhe está subjacente, têm assumido particular relevo duas linhas de trabalho que propõem codificações bastante distintas da semântica verbal: uma que se ancora na listagem de papéis semânticos ou papéis temáticos; outra que propõe a decomposição do significado do predicado e que se assume como “predicate centered”. Na primeira destas perspectivas de trabalho, defendida, por exemplo, por Fillmore (1968) e por Jackendoff (1976), neste nível de representação “[...] grammatically relevant facets of a verb’s meaning are represented by a list of labels identifying the role that each of the verb’s arguments plays in the event it denotes”, como sublinham criticamente Levin e Rappaport Hovav (2005: 35). Assim, a cada verbo está associada uma determinada lista de papéis temáticos, atribuídos aos vários argumentos em função da relação que mantêm com o predicador e que, no fundo, reflecte o papel dos vários participantes na situação extralinguística descrita. A segunda linha de análise encontra-se, por exemplo, em Levin e Rappaport Hovav (1988, 1995). Trata-se de esquematizações que assentam numa decomposição do significado do verbo que inclui a presença de dois tipos de elementos: predicados primitivos e *roots* ou constantes (cf. Levin e Rappaport Hovav, 1995).

### 1.3.1.1. Papéis temáticos

Apesar de a discussão em torno dos papéis temáticos ter tido início há já várias décadas, a composição e a extensão das listas de papéis temáticos continuam a ser objecto de debate ainda hoje. No que ao Português diz respeito, podem mencionar-se, por exemplo, as que são propostas por Peres (1984), Busse e Vilela (1986), Campos e Xavier (1991) ou por Duarte e Brito (2003). Neste último trabalho, de que partiremos para a análise que pretendemos encetar, são identificados como papéis temáticos estruturantes para a análise do PE os de Agente, Experienciador, Fonte, Alvo, Locativo e Tema.

Segundo Duarte e Brito (2003), o Agente (AG) é o papel assumido pelo argumento que designa a entidade responsável pela acção denotada pelo verbo. Correspondendo à entidade que controla a acção, evidencia, normalmente, os traços [+ animado, + humano]. O Agente, que não deve confundir-se com a noção, mais ampla, de iniciador da acção, distingue-se por evidenciar o traço [+ intencional]. O carácter intencional/volitivo<sup>14</sup> da acção controlada pelo Agente manifesta-se sintacticamente pela possibilidade de o predicador em causa ocorrer com advérbios orientados para o Agente (35) ou com subordinadas finais, como em (36-37).

(35) [O Pedro]<sub>AG</sub> omitiu esses factos intencionalmente.

(36) [O António]<sub>AG</sub> roubou um fio de ouro para pagar as suas dívidas.

(37) [O gato]<sub>AG</sub> roubou as sardinhas para matar a fome.

O Experienciador (EXP) é o papel temático assumido pelo argumento que se interpreta como entidade que “é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação” (Duarte e Brito, 2003: 189). Funcionam como Experienciador os argumentos que denotam entidades que vivenciam experiências – sensoriais, emocionais ou cognitivas – e que exibem, habitualmente, os traços [+ animado], [+ humano],

<sup>14</sup> A intencionalidade própria do argumento semântico Agente é sublinhada em diferentes trabalhos, como, por exemplo, nos de Martínez Vasquez (1998) e de Geniusiene (1987). Diz a primeira autora que “[...] el agente es el participante animado que causa deliberadamente un proceso verbal” (Martínez Vasquez, 1998: 45), noção que claramente reflecte a que se encontra no trabalho de Geniusiene, quando esta afirma que o Agente corresponde ao “[...] willing causer of a process or state in causative situations involving a patient” (Geniusiene, 1987: 39).

[- volitivo]. Este último traço semântico é importante, pois permite distinguir um Agente, [+ volitivo], em (38), de um Experienciador, [- volitivo]<sup>15</sup>, em (39).

(38) *[O rapaz]<sub>AG</sub> leu este livro da biblioteca.*

(39) *[O rapaz]<sub>EXP</sub> teme o encerramento da biblioteca municipal.*

O Locativo (LOC) é o papel associado ao argumento que dá conta da localização espacial de uma determinada entidade, como em (40-41):

(40) *O meu avô mora [em Santarém]<sub>LOC</sub>.*

(41) *A biblioteca situa-se [na Rua Luís de Camões]<sub>LOC</sub>.*

De acordo com Duarte e Brito (2003), o argumento que se interpreta como entidade que recebe, num sentido transaccional ou locativo, algo ou alguém assume o papel semântico de Alvo. No caso de se tratar de um predicador que codifica mudança de posse ou transacções no domínio comunicativo, o Alvo é, normalmente, uma entidade dotada do traço [+ humano], como em (42-43). Quando o predicador denota uma mudança de lugar, o Alvo, descrevendo um local, caracteriza-se pelo traço [- humano], como em (44-45).

(42) *O Marco ofereceu um relógio [à Sara]<sub>ALVO</sub>.*

(43) *O casal entregou o filho [aos avós]<sub>ALVO</sub>.*

(44) *Nós emigrámos [para França]<sub>ALVO</sub>.*

(45) *Eles mudaram-se [para a capital]<sub>ALVO</sub>.*

Porque nos parece que o papel temático de Alvo, tal como apresentado por Duarte e Brito (2003), se afigura demasiado abrangente, propomos a distinção entre argumentos que funcionam como Alvo e argumentos que funcionam como Beneficiário. Embora ambos partilhem o facto de serem seleccionados

---

<sup>15</sup> A propósito do Experienciador, Geniusiene (1987: 37-38) explica que é “the role of the participant experiencing a mental or psychological process or state in situations denoted by verbs with these meanings (*John (Exp) hates Mary*) [...]”.

por verbos de mudança, o Alvo associar-se-á a predicadores de mudança de lugar, como em (44-45), ao passo que o Beneficiário será o argumento seleccionado por predicadores de mudança de posse ou de transacção comunicativa (42-43).

De acordo com Duarte e Brito (2003), o argumento a que se atribui o papel de Tema é aquele que é interpretado como objecto afectado (46-49) ou criado (50-51) pela situação denotada pelo predicador. Essa afectação pode pressupor, por exemplo, mudança de lugar (46-47) ou mudança de estado (48-49).

(46) *O Pedro transferiu [o dinheiro]<sub>TEMA</sub> para outro banco.*

(47) *O Jorge enviou [os trabalhos]<sub>TEMA</sub> para a gráfica.*

(48) *O calor derreteu [o gelado]<sub>TEMA</sub>.*

(49) *O vento destruiu [as colheitas]<sub>TEMA</sub>.*

(50) *A Maria fez [um bolo de maçã]<sub>TEMA</sub>.*

(51) *O Carlos preparou [um relatório]<sub>TEMA</sub>.*

Tema é também o papel de determinados argumentos de predicadores que verbalizam situações não dinâmicas. Nestas estruturas, o argumento Tema denota uma entidade envolvida na acção, mas que não a controla nem a experiencia, como em (52-53).

(52) *O João gosta [dos filhos]<sub>TEMA</sub>.*

(53) *O Mário sabe [Mandarim]<sub>TEMA</sub>.*

Duarte e Brito (2003) incluem ainda na lista de papéis temáticos que propõem a Fonte. Para estas autoras, funciona como Fonte o argumento de um predicador de mudança de estado que codifica a origem da mudança em causa, sem no entanto a controlar (54-55). Entendem também como Fonte o argumento que se interpreta como ponto de origem de uma mudança de lugar ou de posse (56-57).

(54) *[O vento]<sub>FORTE</sub> partiu as vidraças.*

(55) [O calor]<sub>FORTE</sub> secou as plantas.

(56) O Carlos deslocou-se [de Águeda]<sub>FORTE</sub> a Aveiro.

(57) A Carolina herdou esta quinta [dos avós]<sub>FORTE</sub>.

No presente trabalho propomos, no entanto, que se distingam as situações em que a Fonte, no sentido de Duarte e Brito (2003), se assume como origem de uma mudança de estado daquelas em que o papel de Fonte se associa ao argumento que denota a origem de uma mudança de posse ou de lugar. Ao argumento que se interpreta como origem da mudança de estado (físico ou psicológico) atribuiremos, antes, a designação de Causa, como em (58-60).

(58) [O vento]<sub>CAUSA</sub> partiu as vidraças.

(59) [O calor]<sub>CAUSA</sub> secou as plantas.

(60) [A solidão]<sub>CAUSA</sub> entristecia a Rosa.

Além do conjunto de papéis temáticos de Agente, Experienciador, Fonte, Causa, Tema, Alvo, Beneficiário e Locativo<sup>16</sup>, teremos também em conta o de “Iniciador” (cf. Kemmer, 1993, 1994)<sup>17</sup>, para darmos conta do argumento [+ humano] que, embora espoletando a acção, não o faz intencionalmente.

Para a análise das estruturas de SE do PE trabalharemos essencialmente com quatro papéis temáticos – Agente, Causa, Experienciador e Tema –, que a seguir procuramos caracterizar elencando os seus traços semânticos prototípicos. Com efeito, como defendem vários autores, a cada papel temático está associado um feixe de traços semânticos típicos, sendo possível, por isso, distinguir os vários papéis

---

<sup>16</sup> Apesar de terem sido muitas e de diferentes dimensões as listas de papéis semânticos sugeridas ao longo dos anos, optamos por uma lista de papéis semânticos que, embora relativamente reduzida, se revela adequada para a análise do modo como o operador SE influencia a articulação entre a informação semântica associada aos predicadores verbais e a respectiva materialização sintáctica.

<sup>17</sup> Kemmer (1993: 51) baseia a sua exposição sobre as estruturas médias e reflexivas em torno dos papéis *Initiator* e *Endpoint*, que descreve do seguinte modo: “Initiator and Endpoint can be thought of as “macroroles”, each of which subsumes various thematic participant roles. The Initiator role subsumes participant roles involving a conceptualization of a “starting point” for an event, such as Agent, Experiencer and Mental Source. Endpoint includes participants at the end of the “action chain”, including Patients [...] and Recipient and Beneficiary participants”. No presente trabalho delimitamos ainda mais estas noções, usando *Iniciador* para representar o participante que, ainda que iniciando a acção, não o faz intencionalmente.

temáticos em função do conjunto de traços que se lhe associam<sup>18</sup>. Assim, propomos como traços definitórios dos quatro papéis temáticos que servirão de base à análise das estruturas de SE os seguintes:

<b>Agente</b>	[+ humano] [+ controlador] [+ espoletador/desencadeador da situação descrita]
<b>Causa</b>	[- humano] [- controlador] [+ espoletador/desencadeador da situação descrita]
<b>Experienciador</b>	[+ humano] [- controlador] [- espoletador/desencadeador da situação descrita] [+ entidade que vivencia uma experiência sensorial, emotiva ou cognitiva]
<b>Tema</b>	[+/- humano] [- controlador] [- espoletador/desencadeador da situação descrita] [+ entidade afectada/effectuada por uma situação de mudança de estado físico, social, de mudança de posição ou de mudança de posse]

Quadro II: Traços definitórios dos papéis temáticos básicos para a análise das estruturas de SE

<sup>18</sup> A proposta de Reinhart, embora assente na definição dos papéis temáticos a partir de feixes de propriedades semânticas próprias, assume uma certa particularidade, na medida em que os papéis semânticos são nela definidos em torno da presença/ausência de dois traços – Causa Mudança e Estado Mental. A este propósito a autora explica que “causality plays a crucial role in all discussions of thematic structure. There is obviously an overlap between the role Cause and Agent – if an argument is an agent of some change of state, it is also a cause for this change. We may label this feature [c] – cause change. The difference is that agency involves properties of volition and intentions, which we label [m] – mental state. The same property distinguishes the experiencer role from theme or patient. Note that (as is standard) [m] entails animacy, but not conversely.[...] Assuming binary features, the familiar  $\emptyset$ -roles are, then, defined in (53)

(53)

[c] = cause change

[m] = mental state involved

	Agent	Cause/instrument	Theme (patient)	Experiencer
[c]	+	+	-	-
[m]	+	-	-	+

(Reinhart, 1996: 24-25)

Para a definição e organização da estrutura temática associada a um dado predicador, os papéis correspondentes aos vários argumentos por este seleccionados são identificados e ordenados de acordo com o modo como conceptualizamos a intervenção dos diferentes participantes na situação descrita. Se a um participante associamos, por exemplo, os traços [+ humano], [+ controlador da acção] e [+ espoletador da acção], corresponder-lhe-á, na estrutura temática, o papel de Agente. Já se outro participante se caracterizar pelos traços [- humano], [- controlador da acção], [+ espoletador da acção], representá-lo-emos atribuindo ao argumento semântico correspondente o papel temático de Causa.

Por exemplo, um verbo como *triturar* denota um cenário em que um participante humano age intencionalmente sobre um outro interveniente, não humano, que sofre os efeitos da acção descrita. Estamos, portanto, perante uma situação em que participam dois intervenientes, um caracterizado pelas propriedades [+ humano], [+ controlador da acção], [+ espoletador da acção] e outro marcado pelos traços [- humano], [- controlador da acção], [- espoletador da acção], [+ afectado por uma situação de mudança de estado físico]. Por isso, a este verbo associamos dois argumentos temáticos a que fazemos corresponder, respectivamente, os papéis temáticos de Agente e de Tema. Uma vez identificados os papéis temáticos seleccionados pelo predicador em questão, torna-se necessário perceber a ordem pela qual deverão ocorrer na representação temática. Para tal, embora não adoptemos nenhuma das propostas de Hierarquia Temática<sup>19</sup> sugeridas ao longo dos últimos anos, assumimos o Agente como

---

<sup>19</sup> Para a organização dos papéis temáticos recorre-se com frequência à noção de Hierarquia Temática, inicialmente proposta por Gruber (1976) e por Jackendoff (1976). Apesar de apelativo, este constructo teórico que visa propor um “ranking” de papéis temáticos, revela-se de difícil aplicação quando em causa estão dados linguísticos concretos representativos de diferentes tipos de línguas. Levin e Rappaport Hovav (2005) salientam precisamente o paradoxo existente entre o grande acolhimento que esta noção obteve junto de diversas escolas e os problemas com que a mesma se deparou. Afirmam as autoras que “the apparent relevance of the thematic hierarchy to the characterization of numerous phenomena in diverse languages has made it an attractive theoretical construct. It has been adopted by proponents of a range of theoretical frameworks, including Functional Grammar, Lexical-Functional Grammar, the Principles and Parameters framework, and Role and Reference Grammar. But the attitude towards the thematic hierarchy largely parallels the attitude towards the semantic roles which comprise it. It is convenient to posit a thematic hierarchy when it seems to be implicated in robust linguistic generalizations, but acknowledgment of its usefulness is tempered by an uneasiness concerning its status. This uneasiness has two sources. First, if [...] semantic roles are derived constructs, then any hierarchy defined in terms of them should also be a derived construct. The question then arises as to what the ranking of the arguments is derived from. Second, and more problematic, is the lack of agreement over the appropriate formulation of the thematic hierarchy, in terms of both the roles constituting it and the ranking of these roles” (Levin e Rappaport Hovav, 2005: 157). Duarte (em publicação: 8) apresenta de forma simples a noção de Hierarquia Temática, explicitando que “esta hierarquia ordena os papéis temáticos de acordo com a sua proeminência linguística, alinhando-os numa relação biunívoca com as funções gramaticais de uma lista igualmente ordenada em que a função de sujeito ocupa a posição mais elevada, seguida pela de complemento directo, pela de complemento indirecto, etc. De acordo com esta hierarquia, os argumentos com um papel temático mais proeminente (agente, causa, experienciador) são alinhados com a função sintáctica mais saliente, a de sujeito. [...] é este o alinhamento que caracteriza as orações transitivas activas”.



papel temático mais proeminente em PE. Deste modo, a estrutura temática subjacente ao predicador *triturar* será a que se esquematiza em (61):

(61) *Triturar: Agente; Tema*

Já se tivermos em conta uma situação como a que é descrita pelo verbo *cair*, verificamos que nela intervém um único participante que reúne as características [+/- humano], [- controlador], [- espoletador da situação], [+ entidade afectada por uma situação de mudança física] e que, por isso, se associa ao papel temático Tema. A estrutura temática típica deste verbo será, portanto, a que se expõe em (62):

(62) *Cair: Tema*

Os papéis temáticos assumidos por cada argumento são necessária e visivelmente condicionados pelo tipo de verbo em causa: um argumento a que se associem os traços [+ humano], [- controlador da acção], [- espoletador da acção] funcionará como Tema de um verbo que denote mudança de posse, mudança de localização ou mudança de estado físico/social, mas como Experienciador de um verbo de mudança de estado psicológico. Efectivamente, apesar de ambos corresponderem a participantes não controladores da situação descrita e por ela afectados, Tema e Experienciador distinguem-se pelo facto de este último representar um participante necessariamente humano (ou pelo menos animado) que vivencia uma experiência sensorial, cognitiva ou emotiva<sup>20</sup>.

O modo como cada um destes argumentos semânticos se projecta na estrutura argumental e se materializa na estrutura sintáctica é determinado por regras de ligação ou regras de projecção. Sobre elas nos debruçaremos na secção seguinte, dedicada à definição e descrição da estrutura argumental.

### 1.3.2. Estrutura argumental

Entendemos a estrutura argumental como uma estrutura de interface entre o nível de codificação semântico-temático, assente numa lista organizada de papéis temáticos, e o nível que representa a

<sup>20</sup> Reinhart (1996: 24) sublinha que a distinção entre Experienciador e Tema é paralela àquela que separa Agente de Causa: ambas se baseiam na presença/ausência do traço [m] (Estado Mental), próprio de Agentes e de Experienciadores, mas ausente tanto nas Causas quanto nos Temas.

realização sintáctica propriamente dita. A estrutura argumental incorpora simultaneamente representação lexical e representação sintáctica, “[...] visto que constitui a informação que os itens lexicais transportam para a sintaxe” (Pereira, 2007: 205)<sup>21</sup>. Efectivamente, a estreita relação instituída entre o significado de um predicador e a respectiva estrutura argumental é sublinhada por vários autores. Grimshaw (1990: 3), por exemplo, defende que “the organization of the a-structure for a predicate is taken to be a reflection of its lexical semantics, so that the a-structure of a predicate should be derivable from key characteristics of its meaning”, explicando ainda que a relação entre as informações codificadas ao nível semântico e as informações incluídas na estrutura argumental é mediada e condicionada por princípios de ligação ou de mapeamento. Zubizarreta (1987) também perspectiva a estrutura argumental como um nível de representação que reúne os aspectos do significado lexical que são gramaticalmente relevantes, aproximando-se, assim, do defendido por Jackendoff, quando este afirma que a estrutura argumental corresponde à “[...] part of the conceptual structure that is visible to the syntax” (Jackendoff, 1987: 405). Semelhante postura serve ainda de base a trabalhos de Levin e Rappaport Hovav, para quem “[...] each verb is associated with two lexical representations: a lexical semantic representation and a lexical syntactic representation. The lexical semantic representation [...] encodes the syntactically relevant aspects of verb meaning, whereas the lexical syntactic representation – typically called an argument structure – encodes the syntactically relevant argument-taking properties of a verb” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 20-21).

A estrutura argumental é perspectivada, portanto, a par com a estrutura temática, como parte da representação lexical de um dado predicador. Enquanto a representação temática inclui informações relacionadas com o significado do verbo, assentando na identificação dos respectivos argumentos temáticos, a estrutura argumental, servindo de intermediário entre semântica e sintaxe, reúne as informações pertinentes para a realização sintáctica desses argumentos<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Ou seja, a estrutura argumental assume-se como um nível de conexão entre as informações semânticas associadas a um dado predicador e a respectiva realização sintáctica: “no lado lexical a EArg estabelece uma correspondência com o que se denomina de Estrutura Léxico-Conceptual (ELC). No lado sintáctico, a EArg faz a interface com o nível de representação que codifica a realização sintáctica” (Pereira, 2007: 205).

<sup>22</sup> Grimshaw (1990: 1) sublinha a posição de interface assumida pela estrutura argumental. A autora explica que “argument structure interfaces with two other kinds of representation. One is lexical semantic structure, which represents lexical meaning. [...] The second representation which a-structure interfaces with is deep structure (d-structure). Argument structure is projected from lexical semantic structure, and d-structure is projected from argument structure [...]”. Pereira (2007: 206) enfatiza também a

Convém sublinhar, no entanto, que a estrutura argumental não indica apenas o número de argumentos de um dado predicador, “mas também as relações e distinções sintacticamente significantes que entre eles se instituem” (Pereira, 2007: 205). Efectivamente, a estrutura argumental inclui, para além da informação sobre o número de argumentos seleccionados pelo verbo, outras indicações necessárias para a realização sintáctica dos mesmos, como, por exemplo, a distinção entre argumento externo e argumentos internos.

A primeira proposta de distinção entre argumento externo e argumentos internos deve-se a Williams (1981), sendo posteriormente adoptada por vários autores, como, entre outros, Grimshaw (1990) ou Levin e Rappaport (1995). Estas últimas autoras esclarecem a pertinência desta divisão, sublinhando os efeitos que a mesma tem na realização sintáctica dos argumentos. Afirmam Levin e Rappaport Hovav que “the external argument is expressed in the syntax external to the VP headed by the verb selecting that argument, and the internal arguments are projected inside the VP; the direct internal argument is realized as the argument that is the sister of, and hence governed by, the verb” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 21). De forma simples, e como sumariam Duarte e Brito (2003: 201), a distinção entre argumento externo e argumentos internos permite prever qual o argumento que se realizará na sintaxe enquanto sujeito, o argumento externo, e qual (quais) se realizará (realizarão) como complemento(s), o(s) argumento(s) interno(s)<sup>23</sup>.

A organização dos argumentos ao nível da estrutura argumental é conseguida não apenas tendo por base as noções de argumento externo e argumento(s) interno(s), mas ancorando-se também, em

---

estreita relação entre estrutura semântico-lexical e estrutura argumental ao afirmar que “[...] qualquer informação semântica lexical relevante para a sintaxe deve ser codificada na EArg [...]”.

<sup>23</sup> A diferenciação entre argumento externo e argumento(s) interno(s) pode ser codificada de várias formas. Uma das mais frequentes consiste na colocação da variável que representa o argumento externo fora de parênteses, inserindo-se dentro de parênteses aquela(s) que corresponde(m) ao(s) argumento(s) interno(s). Esta solução é adoptada, por exemplo, por Levin e Rappaport Hovav (1995) e por Duarte e Brito (2003). As primeiras autoras propõem como exemplo a representação da estrutura argumental do verbo *to put*, afirmando que “following much current work (Grimshaw 1990, Rappaport and B. Levin 1988, Zubizarreta 1987, among others), we assume that the positions in argument structures are not referred to by  $\emptyset$ -role (semantic role) labels since the argument structure is a purely syntactic representation. For instance, the argument structure we would posit for the verb *put* would be as follows:

$$e, x <y, P_{loc} z>$$

The three variables in this structure indicate that *put* is a triadic verb. The variable outside the brackets represents the external argument; the variables inside the brackets represent the internal arguments. The first internal argument is the direct internal argument; the other is an indirect internal argument, which is assigned its  $\emptyset$ -role by a locative preposition (represented as  $P_{loc}$ )” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 21). No presente trabalho, sobretudo nos quadros de representação que usaremos na segunda parte, optamos por sublinhar o argumento externo, assim o distinguindo dos restantes.

simultâneo, num conjunto restrito de regras de ligação<sup>24</sup>, que norteiam a necessária transmissão de informações entre os diferentes níveis estruturais ou níveis de representação. De entre as várias propostas de regras de ligação que foram sendo divulgadas ao longo dos anos, escolhemos como base para a presente análise aquelas que são sugeridas por Levin e Rappaport Hovav (1995)<sup>25</sup>. Estas autoras propõem quatro regras de ligação que permitem prever o modo como os argumentos semânticos se projectam na estrutura argumental. Assim, a ‘Regra da Causa Imediata’ determina que o argumento do verbo que denota a causa imediata da situação descrita é o seu argumento externo (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 135). Ou seja, se tivermos em conta os papéis semânticos que anteriormente seleccionámos, constatamos que aqueles que mais facilmente poderão assumir-se como argumento externo são os argumentos semânticos com os papéis de Agente e de Causa. Já a ‘Regra da Mudança Directa’ define que o argumento que corresponde à entidade que sofre a mudança directa descrita pelo verbo funciona como seu argumento interno (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 146). Neste caso, o argumento semântico Tema é aquele que com maior frequência ocorre como argumento interno, sobretudo se o predicador em questão denotar uma situação de mudança de estado físico que pressuponha a afectação ou criação de uma entidade, uma mudança de posição ou uma mudança de posse. No entanto, no caso de estarmos perante predicadores que seleccionam os papéis temáticos Causa e Experienciador, é este último que surge como argumento interno. Esta situação é recorrente com os verbos psicológicos, em que a entidade que vivencia a experiência emocional por eles denotada é prototipicamente [+ humana] (ou pelo menos [+ animada]). Também o argumento cuja existência é asserida ou negada se assume na estrutura argumental como argumento interno, situação que é prevista

---

<sup>24</sup> As denominações propostas para estas regras ou orientações que permitem a articulação das informações entre os diferentes níveis de representação são várias. Entre outras, destacamos, pela frequência de uso, as designações “regras de ligação”, “regras de projecção”, “regras de mapeamento” e “regras de alinhamento”.

<sup>25</sup> Pereira (2007) também ancora a sua reflexão sobre as regras de ligação que permitem relacionar ELC (Estrutura Lexical Semântica) e EArg (Estrutura Argumental) na perspectiva destas autoras, explicando que “segundo Levin e Rappaport Hovav (1998), a associação entre ELC e EArg é assimétrica, existindo (i) verbos com uma única ELC, mas com distintas EArgs, e (ii) verbos com ELCs distintas, mas associadas a uma mesma EArg. Segundo estas autoras, a relação entre a ELC e a EArg de um predicador verbal obedece aos seguintes princípios:

- a) Uma ELC contém constantes semântico-argumentais que correspondem aos participantes no evento descrito pelo verbo.
- b) A ELC não é projectada directamente na sintaxe, mas é mediada pela EArg. Nos casos morfológicamente não marcados, cada constante que integra uma ELC corresponde a uma posição interpretada gramaticalmente na estrutura argumental.
- c) A EArg é a representação lexical da expressão sintáctica dos argumentos do verbo. Esta representação especifica quais os participantes que serão expressos, e como.
- d) Existem operações morfossintácticas que, aplicadas sobre a EArg, resultam usualmente numa mudança no número de argumentos interpretados gramaticalmente e/ou na posição de um argumento na organização hierárquica da EArg” (Pereira, 2007: 208).

pela “Regra da Existência”. Por fim, a ‘Regra de Ligação por Defeito’ determina que um argumento de um verbo que não se inclua em nenhuma das regras anteriores funciona como seu argumento interno.

Assim, se tivermos em conta verbos como *abrir* ou *assustar* as representações lexicais propostas são as seguintes:

<i>Abrir</i>	Estrutura temática	Agente/Causa	Tema
	Estrutura argumental	<u>X</u> <sup>26</sup>	Y
<i>Assustar</i>	Estrutura temática	Causa	Experienciador
	Estrutura argumental	<u>X</u>	Y

Quadro III: Proposta de representação lexical para os predicadores *abrir* e *assustar*

Já quando os predicadores denotam situações em que participa um único interveniente, não controlador nem espoletador, como as que são descritas por predicadores como *cair* ou *murchar*, a representação lexical proposta é a seguinte:

<i>Cair/ murchar</i>	Est. Tem.	Tema
	Est. Arg.	Y

Quadro IV: Proposta de representação lexical para os predicadores *cair* e *murchar*

A representação lexical de um dado predicador, determinante para percebermos o modo como o operador SE actua nas estruturas em que ocorre, é por nós assumida como uma codificação que inclui uma dupla estrutura, englobando um nível de representação semântico-lexical, que denominamos estrutura temática, e um nível de representação lexical sintáctica, aqui designado estrutura argumental. Ao passo que na estrutura temática os argumentos verbais são definidos e ordenados de acordo com o tipo de participação que os vários intervenientes evidenciam na situação descrita pelo verbo em causa, sendo identificados através de listas organizadas de papéis temáticos, na estrutura argumental os argumentos são identificados através do recurso a variáveis (x, y, z...), dispostas em função da distinção entre argumento externo e argumento(s) interno(s) e da actuação das regras de ligação ou regras de projecção.

<sup>26</sup> Cada uma das letras usadas corresponde a um dos argumentos incluídos na Estrutura Argumental. Como vários autores, entre outros Pereira (2007), recorreremos ao sublinhado para destacar o argumento externo.

Em suma, assumimos a estrutura argumental como codificação dos aspectos do significado verbal que são relevantes para a sintaxe, contendo, por isso, indicações determinantes para a concretização na linearidade frásica dos vários argumentos verbais. Na secção seguinte deter-nos-emos com maior detalhe na descrição do nível de representação associado à concretização ou realização dos argumentos verbais na linearidade frásica.

### 1.3.3. Estrutura sintáctica

A designação estrutura sintáctica corresponde ao nível de representação da materialização ou concretização dos argumentos verbais na linearidade frásica. Neste nível de codificação indicamos as funções sintácticas ou relações gramaticais associadas a cada argumento verbal, trabalhando, por isso, com a forma final das frases, isto é, como sublinha Duarte (2003c: 277), a “forma sintáctica que corresponde à sua realização material no discurso”<sup>27</sup>.

A materialização dos argumentos verbais na linearidade frásica realiza-se tendo em conta as indicações incluídas na estrutura argumental, nomeadamente a importantíssima distinção que aí se codifica entre argumento externo e argumento(s) interno(s): o primeiro, estando presente na estrutura argumental, assume-se na linearidade frásica como sujeito; os segundos ocorrem por norma como complementos (objecto directo e/ou objecto indirecto). No entanto, e como veremos de seguida, nos casos em que na estrutura argumental não há qualquer argumento que se assuma como argumento externo, é o argumento interno que ocorre como sujeito.

A articulação entre as informações da estrutura argumental e a respectiva materialização na linearidade frásica é feita de acordo com alguns constrangimentos, como, por exemplo, os elencados por Bresnan (2001: 311). Para além dos princípios de mapeamento que identifica, esta autora define duas importantes condições para a articulação entre estrutura argumental e estrutura sintáctica, afirmando que “there are

---

<sup>27</sup> Existem propostas que sugerem que, neste nível de representação, se tenham em consideração não apenas as funções sintácticas dos vários argumentos, mas também a respectiva especificação categorial, assim se dividindo a estrutura sintáctica em estrutura sintáctica funcional e estrutura sintáctica categorial (e.o., Bresnan, 2001). No presente estudo, no entanto, trabalharemos apenas com a estrutura sintáctica funcional, ancorando-nos em conceitos e designações já tradicionais, como as de sujeito, objecto directo ou objecto indirecto.

two [...] constraints on the mapping, namely function-argument bi-uniqueness [...] and the subject condition [...].

#### *Function-Argument Bi-Uniqueness*

Each a-structure role must be associated with a unique function, and conversely.

#### *The subject condition*

Every predicator must have a subject”

Bresnan (2001: 311).

Na realidade, como relembra Duarte (2003c: 281), o sujeito é uma das relações gramaticais ou funções sintácticas centrais. Aliás, vários autores, como Bresnan, no texto anteriormente citado, postulam a obrigatoriedade da existência de um sujeito sintáctico. O conceito de sujeito com que aqui operamos coincide, grosso modo, com o que se encontra em Duarte (2003c: 281-282): “trata-se da relação gramatical do argumento do predicator a que é dada maior proeminência sintáctica [...] tem tipicamente a relação gramatical de sujeito final: (a) o argumento externo dos verbos transitivos e intransitivos [...]; (b) o argumento interno directo dos predicadores verbais inacusativos [...]; (c) o argumento externo do predicator secundário em frases copulativas”. Em Português, como noutras línguas românicas, o sujeito sintáctico pode não ter realização lexical, razão pela qual se diz que o PE é uma língua de sujeito nulo.

No presente estudo, para além do sujeito, também o objecto directo se assume como função sintáctica de crucial importância para averiguar a influência do operador *SE* nas construções em que ocorre. Sobre o objecto directo, Duarte (2003c: 284) afirma que “têm esta relação gramatical os argumentos internos directos dos predicadores verbais de dois ou três lugares cujo papel semântico é, tipicamente, Tema [...]”. Por vezes, o objecto directo pode corresponder à materialização do argumento semântico Experienciador, situação que acontece sobretudo quando o predicator em causa denota uma mudança de estado psicológico. Para a análise das estruturas de *SE*, a função sintáctica de objecto indirecto não se reveste de tão grande centralidade. Ainda assim, é importante salientar que esta função sintáctica corresponde à materialização do argumento interno indirecto do verbo, habitualmente com o papel semântico de Beneficiário.

Em suma, e como as reflexões anteriores deixam perceber, a organização sintáctica de uma dada oração é predefinida, à partida, pela semântica associada ao respectivo predicador verbal, constatação que se reflecte, por exemplo, nas palavras de Alsina (1996: 5), quando a autora esclarece que “whether an argument is expressed as a subject or as an object, for example, is partly determined by the semantics of the predicate”. Confirma-se, assim, a validade e pertinência de uma abordagem como a que aqui seguimos, em que, um pouco à semelhança do funcionamento articulado das estruturas cognitivas associadas à linguagem humana, se valoriza uma articulação próxima, regular e regulada entre estrutura temática, estrutura argumental e estrutura sintáctica



## 2. ALTERNÂNCIAS ARGUMENTAIS, DIÁTESE VERBAL E VOZ: PARA UMA CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS

Apesar de bastante operacionais na descrição de diversos fenómenos, as representações verbais como as que procurámos definir nas secções anteriores são, só por si, insuficientes para explicar os frequentes casos de verbos que admitem mais do que um padrão de realização sintáctica, como se verifica em (63-66).

(63) *O bombeiro **quebrou** a janela para salvar as crianças.*

(64) *A janela **foi quebrada** (pelo bombeiro) para salvar as crianças.*

(65) *O vento **quebrou** a janela do sótão.*

(66) *A janela do sótão **quebrou-se** com o vento.*

Semelhante constatação é feita por Jezek (2003: 31) quando afirma que “e’ opportuno sottolineare che il modello della struttura argomentale, basato sull’idea che gli argomenti di un V siano organizzati in una struttura governata da principi di prominenza sintattica e/o tematica e che tale struttura sia specificata nel lessico, deve necessariamente confrontarsi con un fatto evidente, molto frequente, problematico dal punto di vista teorico: la possibilità che singoli verbi hanno di consentire realizzazioni sintattiche diverse degli stessi argomenti obbligatori (cfr. il caso di *aprire* Transitivo ‘*aprire la porta*’ vs. *aprire* Intransitivo “*la porta si apre*” [...])”.

Na realidade, estas alternâncias na realização dos argumentos verbais, que correspondem a diferentes possibilidades de materialização sintáctica dos argumentos de um dado predicador, são muito frequentes e, por isso, têm sido objecto de numerosos trabalhos de investigação como os de Moreno Cabrera, 1984; Levin, 1993; Mel’cuk, 1993, 2006; Levin e Rappaport Hovav, 1995, 2005; Martínez Vasquez, 1998; Givón, 2001; Reinhart, 2002; Jezek, 2003; Mendikoetxea, 2007, entre outros. Em muitos destes trabalhos, fenómenos deste tipo são estudados sob a designação de *alternâncias argumentais* (e.o., Levin e Rappaport Hovav, 1995, 2005). Na realidade, e conforme sublinha Jezek (2003: 32), “il termine è fuorviante in quanto lascia presumere che un V che permette più configurazioni sintattiche abbia

necessariamente più strutture argomentali, e che ad ogni alternanza di configurazione sintattica corrisponda una diversa struttura argomentale, cosa del tutto priva di fondamento”. Parece-nos que, efectivamente, a denominação poderá não ser a mais feliz, pois conduz à falsa percepção de que as várias possibilidades de realização sintáctica de um mesmo predicador resultam sempre de alterações na estrutura argumental que lhes corresponde. No entanto, e uma vez que é um termo já muito divulgado na literatura internacional sobre estas temáticas, optamos por usá-lo também no nosso trabalho. Salientamos, porém, que quando usamos a designação **alternâncias argumentais** estamos a referir-nos a **operações de reorganização da correspondência entre os argumentos temáticos seleccionados por um determinado predicador e a realização dos mesmos na linearidade frásica**. Ou seja, usamos esta designação para dar conta de situações em que os argumentos temáticos de um predicador passam a ter uma realização sintáctica diferente daquela que é típica desse mesmo predicador.

Em alguns dos trabalhos que anteriormente mencionámos não se faz alusão à existência de alternâncias argumentais, preferindo-se o uso da designação alternâncias da diátese verbal (cf. Mel'cuk, 1993, 2006; Martinez Vasquez, 1998). Noutros casos, sobretudo em textos de pendor mais tradicional, o estudo das alternâncias argumentais é associado ao conceito de voz. Por isso, e de modo a clarificar estes vários conceitos e a facilitar a articulação dos mesmos, nos próximos parágrafos exploraremos sumariamente as noções de alternâncias argumentais, alternâncias da diátese verbal e voz.

A noção de diátese verbal ganhou relevo no âmbito do trabalho desenvolvido pelos chamados linguistas de Leninegrado, reflectindo-se hoje em propostas de análise como as que são sugeridas por Mel'cuk (1993, 2006) ou Martinez Vasquez (1998). Nesta linha de trabalho, entende-se por diátese verbal a relação de correspondência que se estabelece entre os argumentos semânticos/temáticos associados a um dado verbo e a respectiva realização sintáctica, ou seja, como explica Mel'cuk (1993: 9), “the diathesis of a lexical unit K is the correspondence between its semantic and syntactic actants”. As alterações na diátese verbal ocorrem quando, por várias razões, se modifica a correspondência entre actantes semânticos e actantes sintácticos de um dado predicador.

Para Mel'cuk, estas alterações à diátese básica de um predicador estão relacionadas com o conceito de voz, concebida como “an inflectional category whose grammemes specify such modifications of the basic

diathesis of a lexical unit L that do not affect the propositional meaning of L” (Mel’cuk, 2006: 191). Esta proposta de definição de voz recupera a proposta anteriormente adiantada por Xolodovic, que assumia a voz como “a regular marking in the verb of the correspondences between units at the syntactic level and units at the semantic level. In short, voice is a diathesis grammatically marked in the verb” (Xolodovic, 1970, *apud* Geniusiene, 1987: 52-53). Ou seja, nesta linha de pensamento, a voz é concebida como uma categoria flexional, uma análise cujas raízes assentam nos sistemas gramaticais das línguas clássicas indo-europeias, nas quais a voz se manifesta em combinação com outras categorias flexionais como as de pessoa ou número<sup>28</sup>.

Seguindo esta perspectiva, é imperioso traçar uma distinção clara entre voz e diátese, como faz, por exemplo, Martínez Vasquez, ao afirmar que voz “[...] es un término que [...] proviene de la gramática tradicional y se utiliza para la designación de una categoría verbal marcada formalmente por la presencia de unos morfemas que sirven para identificar la oración como activa, media o pasiva [...]. Si queremos estudiar la visión de proceso y, por tanto, tenemos que considerar la organización de los distintos participantes en el mismo, debemos abandonar el concepto de voz y hacer uso de un concepto más amplio y universal como es el de «diátesis»” (Martinez Vasquez, 1998: 27-28). Assim, e seguindo Moreno Cabrera (1984: 26), a voz poderá definir-se como manifestação formal da diátese, podendo essa manifestação ser sintética (morfológica) ou analítica (perifrástica). A voz, nesta corrente de pensamento, relaciona-se com a presença de marcas linguísticas concretas associadas a alterações na realização sintáctica dos argumentos de um dado predicador. Por isso, e ainda seguindo Moreno Cabrera (1984, 26), “diremos que la diátesis inicial se plasma mediante una voz no marcada morfosintácticamente y que las diátesis secundarias se presentan a través de las voces marcadas morfosintácticamente”.

Assim, e procurando relacionar os três conceitos com que temos vindo a trabalhar nos últimos parágrafos, verificamos que às alterações na realização sintáctica dos argumentos semânticos/temáticos associados a um dado predicador se atribui, consoante as linhas de trabalho em causa, a designação de

---

<sup>28</sup> Efectivamente, por exemplo em Latim, a voz passiva era expressa através de um rico paradigma flexional, constatação sublinhada por Shibatani (2004) quando afirma que “the idea of voice as an inflectional category derives from the voice systems of classical languages of the Indo-European family, in which voice categories manifest themselves in combination with inflection endings for person and number. Observe, for example, Latin 2<sup>nd</sup> person singular active –s, passive –ris; 2<sup>nd</sup> person plural active –tis, passive –mini, where the component parts for the categories of person, number and voice are not clearly separable” (Shibatani, 2004: 1147).

alternâncias argumentais ou de alternâncias da diátese verbal. Estas, implicando uma alteração na correspondência entre argumentos semânticos de um dado predicador e respectiva realização sintáctica, presidem ao surgimento de diátesses secundárias ou diátesses alternativas que, em termos formais, são habitualmente marcadas pela presença de determinados operadores ou marcadores<sup>29</sup>.

Independentemente da denominação usada, aquilo que se procura descrever e explicar quando se analisam as alternâncias argumentais ou diatésicas são as situações em que há alterações na correspondência entre os argumentos semânticos seleccionados por um dado predicador e a materialização sintáctica dos mesmos.

Tomemos como exemplo o verbo *quebrar* usado nas estruturas das alíneas (63-66). À situação descrita por este predicador associamos uma estrutura semântica que inclui dois argumentos: um correspondente à entidade espoletadora da acção em questão, por norma um Agente ou uma Causa, e outro referente à entidade em que se reflectem as consequências dessa acção, o Tema. Tendo em conta os princípios de articulação entre níveis de representação acima discutidos, sabemos que o argumento semântico Agente se projecta na estrutura argumental na posição de argumento externo, ficando a posição de argumento interno reservada ao Tema. Por sua vez, o argumento externo ocorre na linearidade frásica enquanto sujeito, ao passo que o argumento interno surge como objecto directo. Esta é a diátese básica associada ao verbo *quebrar*. No entanto, é possível, como atestam os exemplos em (64, 66), que os argumentos semânticos associados a este verbo tenham uma ocorrência na linearidade frásica bastante diferente daquela que é típica da sua diátese básica: estamos, nestes casos, perante diátesses secundárias ou diátesses alternativas, resultantes da reorganização argumental, isto é, do reajuste na correspondência entre argumentos semânticos e respectiva realização sintáctica.

Como corroboram vários estudos publicados nas últimas décadas (Levin, 1993; Levin e Rappaport, 1995; Reinhart, 1996; Dobrovie-Sorin, 2005; Reinhart e Siloni, 2005, e. o.) são várias as construções que

---

<sup>29</sup> Esta acepção mais restrita de voz é também adoptada, em trabalho recente, por Inês Duarte. Sobre a dicotomia diátese-voz, a autora esclarece que “o termo “diátese” é, para vários autores, sinónimo de voz. Na tradição gramatical luso-brasileira, é o termo “voz” que se utiliza para caracterizar o alinhamento entre papéis semânticos e funções sintácticas característico das orações transitivas activas e [...] das orações passivas e reflexas. Outros autores distinguem voz de diátese, considerando que a voz releva da morfologia flexional, enquanto a diátese envolve processos léxico-sintácticos. Recentemente, há uma tendência crescente para considerar o conceito de diátese mais lato do que o de voz, visto que aquele recobre vários processos de alternância verbal que, tradicionalmente, não se consideravam incluídos no conceito de voz, como é o caso dos processos de causativização, anticausativização [...] e impessoalização” (Duarte, em publicação: 5).

resultam de operações de reorganização argumental, nelas se incluindo, entre outras, as estruturas passivas, as estruturas decausativas e, até certo ponto, também as estruturas reflexas e recíprocas e as construções que aqui analisamos como estruturas de SE de sujeito indeterminado. Assim, nas secções seguintes procuraremos caracterizar estas operações de (re)organização argumental, de modo a que, na segunda parte deste trabalho, possamos averiguar o papel que o clítico SE assume nas estruturas delas resultantes. Ainda nesta primeira parte, no capítulo 3., procuraremos aferir a possibilidade de relacionar a noção de alternância argumental ou alternância diatésica com o conceito de *continuum* de (in)transitividade.

### 2.1. Reflexivização e reciprocização

Em trabalhos de influência tradicional (e.o. Cunha e Cintra, 1998) é frequente que as estruturas reflexas sejam entendidas como exemplos de voz reflexiva, assumindo-se que esta permite dar conta de situações em que o facto expresso pelo verbo é perspectivado “como praticado e sofrido pelo sujeito” e que se manifesta formalmente “[...] juntando-se às formas verbais da voz activa os pronomes oblíquos *me, te, nos, vos* e *se* (singular e plural)” (Cunha e Cintra, 1998: 382-383). As raízes deste tipo de posicionamentos encontram-se em trabalhos de séculos anteriores, publicados nomeadamente em gramáticas do século XIX, que defendem a existência de uma voz intermédia, entre as vozes activa e passiva, a voz média ou reflexiva. Esta perspectiva é defendida, por exemplo, por Barboza (1830), para quem o Português, tal como o Latim e contrariamente ao Grego, não tem formas próprias para expressar a voz média ou reflexiva, razão pela qual recorre aos “[...] pronomes da mesma pessoa do verbo, postos antes, ou depois d'elle, ou no meio, como: *Eu me amo, Eu entendo-me, Aplaudir-me-ei*” (Barboza, 1830: 257). Nestas estruturas, “[...] os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma acção, que produzem, exercitando-a, e recebendo-a ao mesmo tempo” (Barboza, 1830: 257-258).

Esta perspectiva de análise tradicional que encara as estruturas reflexas como estruturas de voz reflexiva deu lugar, sobretudo a partir da segunda metade do século XX e em função das novas linhas de investigação linguística entretanto desenvolvidas, a estudos que analisam estas estruturas no âmbito das

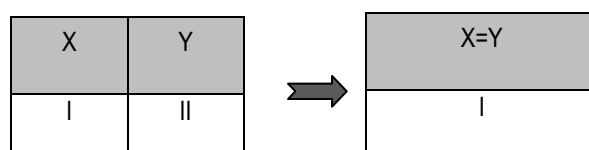
operações de reorganização diatéctica ou argumental e que as relacionam com as cadeias de dependência referencial. Apesar de serem várias as propostas que assumem as estruturas reflexas como resultantes de operações de alternância argumental, o modo como tais operações são descritas varia substancialmente, pelo que nos próximos parágrafos referiremos sucintamente alguns dos trabalhos de descrição da diátese associada às estruturas reflexas.

Muitas são as propostas que encaram as estruturas reflexas como resultando de operações de redução argumental, assumindo que a diátese em que se ancoram é uma diátese recessiva, que origina, consoante as perspectivas de análise, estruturas intransitivas inacusativas ou intransitivas inergativas. As estruturas reflexas são percebidas como estruturas inacusativas em vários trabalhos publicados sobretudo nas décadas de 80 e 90 do século XX, como, por exemplo, os de Marantz (1984), Kayne (1988), Grimshaw (1990) ou Pesetsky (1995). Para Grimshaw e Marantz, por exemplo, a inacusatividade destas estruturas decorre do facto de o papel temático externo ser absorvido no léxico, não tendo assim condições para se realizar na sintaxe e deixando vaga a posição de sujeito sintáctico, que passa a ser ocupada pelo SN que materializa o argumento interno. Para outros autores, como Kayne ou Pesetsky, o argumento temático externo deixa de ter capacidade de se projectar na sintaxe na sua posição habitual, permitindo que seja o argumento interno a assumir-se como sujeito sintáctico, mas continua presente na sintaxe através do próprio clítico reflexo.

Concebendo as estruturas reflexas como estruturas de diátese secundária ou derivada, Reinhart e Siloni (2005) negam o seu carácter inacusativo, afirmando, baseadas em dados de várias línguas, que “[...] reflexive verbs across languages do not have a derived subject. They are the outputs of an operation that prevents mapping of a  $\emptyset$ -role of the complement domain onto its canonical syntactic position” (Reinhart e Siloni, 2005: 398). Segundo estas autoras, a reorganização argumental subjacente às estruturas reflexas consubstancia-se na perda de realização sintáctica do argumento interno e resulta da sua não projecção na sintaxe, pelo menos não de forma individualizada, conduzindo, portanto, à ocorrência de construções inergativas. Às estruturas reflexas está subjacente, segundo estas autoras, o surgimento de um papel temático complexo, reunindo os papéis temáticos externo e interno, numa operação a que dão o nome de *bundling*. Para além de impedir a realização sintáctica plena e individualizada do argumento temático

interno, esta operação implica, ainda, que o verbo em causa deixe de ter capacidade de atribuir caso acusativo. Nas línguas românicas, cujas estruturas reflexas, consideradas estruturas inergativas, exigem a presença de um clítico, é este elemento o responsável pela redução de caso<sup>30</sup>.

Também nos trabalhos de Mel'cuk (1993, 2006), as estruturas reflexas são analisadas como resultando de uma operação de reorganização argumental que, neste caso, assenta na identificação de dois actantes semânticos e na conseqüente supressão obrigatória de um actante sintáctico. Este processo é sistematizado pelo autor num esquema como o que reproduzimos no Quadro V. A representação proposta no quadro da esquerda assenta, de acordo com a nomenclatura usada pelo autor, numa diátese que inclui dois actantes semânticos (X; Y) e os correspondentes dois actantes sintácticos (I; II). Às estruturas reflexas, no entanto, corresponde a diátese esquematizada no quadro da direita: nele se visualiza a identificação dos actantes semânticos X e Y e a correspondente eliminação do actante sintáctico II. Trata-se, portanto, de uma linha de análise que encara as estruturas reflexas como resultando da perda de realização sintáctica de um argumento, o argumento interno.



Quadro V: Esquematização das alterações argumentais subjacentes às estruturas reflexas (cf. Mel'cuk, 1993, 2006)

O mesmo tipo de redução argumental ao nível sintáctico é sugerido por Haspelmath (1987). No entanto, de acordo com este autor, essa redução sintáctica não ocorre em todas as estruturas reflexas, sendo importante distinguir reflexas pronominais, que mantêm dois argumentos tanto ao nível semântico quanto

<sup>30</sup> A análise das estruturas reflexas proposta por Reinhart e Siloni parte da observação e descrição de dois grupos de línguas: aquelas em que, de acordo com as autoras, a operação de reflexivização tem lugar no léxico (Hebraico, Inglês, Russo) e aquelas em que tal operação ocorre na sintaxe (línguas românicas, Alemão, Checo). Nas línguas em que a reflexivização é lexical, explicam as autoras, "the bundling operation applies directly on the verb's grid, bundling a  $\emptyset$ -role with the external  $\emptyset$ -role. Turning to the question of Case, we assume [...] that the accusative Case feature is associated with the base transitive verb in the lexicon. But applying bundling reduces this Case feature" (Reinhart e Siloni, 2005: 401). Já naquelas em que a reflexivização é sintáctica, a inibição ou redução de caso acusativo fica a dever-se à presença do clítico. A operação de reflexivização típica das línguas românicas é assim descrita por Reinhart e Siloni (2005: 403-404): "the choice of morphology (se) reduces accusative Case [...]. We assume the clitic originates on V and then moves with the verb to I, but nothing hinges on that. An internal  $\emptyset$ -role is not mapped onto its canonical position owing to lack of Case. The unassigned role is retained on the verbal projection, until an external  $\emptyset$ -role is merged. Upon the merger of an external  $\emptyset$ -role, the unassigned role is bundled with the external role, resulting in the assignment of two roles to the same syntactic argument. Syntactic bundling, then, turns an external role, upon its merger, into a bundle of roles".

ao nível sintáctico, de reflexas verbais, nestas ocorrendo, efectivamente, uma redução argumental ao nível sintáctico que conduz à eliminação do objecto directo<sup>31</sup>.

Na realidade, alguns trabalhos publicados nos últimos anos assumem, como faz em parte Haspelmath (1987), a existência de estruturas reflexas que, embora assentes em determinados reajustes argumentais, continuam a exibir manifestação sintáctica dos vários argumentos semânticos envolvidos. De certo modo, é nesse sentido que aponta a abordagem que Brito, Duarte e Matos (2003) propõem, uma vez que perspectivam os clíticos reflexos como clíticos anafóricos argumentais, ocorrendo associados às posições de objecto directo ou de objecto indirecto. Os clíticos reflexos são usados, na concepção adoptada pelas autoras portuguesas, em contextos de relações anafóricas, isto é “[...] rela[ções] referenci[ais] que se estabelece[m] entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais [...] que não têm nunca referência autónoma [...] e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, que lhes serve de antecedente” (Duarte, Brito e Matos, 2003: 805). Ou seja, os clíticos reflexos, embora dotados de estatuto argumental, são destituídos de capacidade referencial própria, estando, por isso, dependentes da referência do respectivo antecedente. Funcionam, ainda assim, associados à posição de objecto directo ou objecto indirecto das estruturas em que ocorrem.

A ausência de autonomia referencial dos clíticos reflexos e recíprocos é também sublinhada por Givón (2001) que, partindo dessa constatação, afirma as estruturas reflexas como estruturas de transitividade mitigada ou atenuada. Como explica o autor, “reflexive events, even those involving semantically-transitive verbs such as ‘cut’ [...] are semantically lower in transitivity [...]” (Givón, 2001: 95), pelo que as estruturas reflexas, como, entre outras, as passivas e as médias, são analisadas por este autor no âmbito

<sup>31</sup> Para as estruturas reflexas pronominais, Haspelmath (1987: 26) sugere o seguinte esquema diatélico:

Semantic level	A	U
Referential level	X	= Y
Syntactic level	Subj	DO

Este esquema inclui uma primeira linha com indicações semânticas (A = ‘Agent’, U = ‘Undergoer’), uma segunda linha com indicações sobre o número de participantes na situação descrita (X, Y) e uma terceira linha referente aos actantes sintácticos (Sub = ‘Subject’, DO = ‘Direct Object’). No caso das reflexas verbais, o esquema proposto sublinha precisamente a junção dos papéis temáticos ‘Agent’ e ‘Undergoer’ num único actante sintáctico, o sujeito.

Semantic level	A	U
Referential level	X	
Syntactic level	Subj	



das estruturas destransitivizadas, isto é, estruturas cuja transitividade básica é, por várias razões e em vários níveis, atenuada.

Uma proposta semelhante é sugerida por Kemmer (1993, 1994), que perspectiva as estruturas reflexas como estruturas de transitividade atenuada, ocorrendo, numa escala de (in)transitividade, num patamar intermédio entre as estruturas transitivas e as intransitivas. Trata-se de estruturas que assentam na convocação de dois papéis temáticos, tal como as estruturas transitivas plenas. Porém, no caso das reflexas, esses dois papéis temáticos estão associados a um único participante, como explica Kemmer (1993: 72), ao afirmar que “rather than having two participants, like the prototype transitive, or one conceptually undifferentiated participant, like the middle, the reflexive has something in between one and two participants”.

A autora parte desta análise que propõe para as estruturas reflexas para descrever as recíprocas, sublinhando a proximidade entre ambas as estruturas ao afirmar que “it is well known that in many languages reciprocal and reflexive situations are encoded by the same marker. The similarity between the two uses is the fact that in both cases each participant is both an Initiator and an Endpoint. The difference is that in the case of reciprocal, two separate entities are linked in a pair of inverse relations, whereas the reflexive involves a relation in which the Initiator and the Endpoint are the same entity” (Kemmer, 1993: 98).

Assim, e como se depreende das linhas de análise mencionadas nos parágrafos anteriores, as estruturas reflexas são por norma percebidas como resultando de operações de reajuste argumental: para alguns, essa reorganização argumental é muito profunda, conduzindo à perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos temáticos (Geniusiene, 1987; Reinhart e Siloni, 2005) e à conseqüente intransitivização da estrutura; para outros, estas construções são concebidas como tendo um estatuto intermédio entre as estruturas transitivas e as intransitivas (Kemmer, 1993, 1994; Givón, 2001). Neste último caso, assume-se que o operador reflexivo (o clítico SE em PE) ocorre associado à posição de objecto directo (Brito, Duarte e Matos, 2003; Duarte, em publicação), funcionando, portanto, como materialização do argumento interno.

Apesar de assentes no mesmo marcador, as estratégias de reciprocização têm sido alvo de menor atenção do que aquelas que estão na base das estruturas reflexas. No entanto, como se confirma pela publicação de encorpados estudos como os de Nedjalkov (2007a) ou de König e Gast (2008a), nos últimos anos estas construções têm espoletado o interesse de vários linguistas, sendo possível identificar, tal como acontece para as estruturas reflexas, duas linhas de análise opostas: uma que defende que as estruturas recíprocas decorrem de uma operação diatésica recessiva que resulta na perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos seleccionados pelo predicador; outra que postula que todos os argumentos exigidos pelo verbo têm presença na linearidade frásica.

Alguns dos trabalhos em que se defende a primeira linha de análise são, por exemplo, os de Reinhart e Siloni (2005), Guentchéva e Rivière (2007), Nedjalkov (2007b) ou Siloni (2008). No texto de Guentchéva e Rivière, descrevem-se as operações argumentais subjacentes às estruturas recíprocas explicando-se que “the semantic roles of agent and patient are not distinguished and are assumed by the sole syntactic subject” (Guentchéva e Rivière, 2007: 582 (destacado nosso)). Uma posição semelhante encontra-se no artigo de Siloni (2008), em que a autora esclarece que nas línguas românicas os verbos que ocorrem em estruturas recíprocas com SE devem ser considerados verbos intransitivos, sendo SE um marcador de redução de caso e, implicitamente, de redução argumental. Para esta autora, “[...] the operation of reciprocalization suppresses the syntactic realization of an accusative [...] or dative argument” (Siloni, 2008: 468).

Há também vários trabalhos, de influência tradicional ou de mais recente ancoragem teórico-metodológica (Haspelmath, 2007; Evans, 2008), que defendem uma análise contrária, não associando a reciprocização a uma operação diatésica recessiva. A respeito dos reajustes argumentais subjacentes às estruturas recíprocas, Haspelmath esclarece que “what languages typically do [...] is to express the set of mutuanants as a single argument occupying one of the two syntactic positions in which the mutuanants are in the corresponding non-reciprocal clause pair. This argument will be called the *reciprocator* here. The other syntactic position will be called the *reciprocee*. The *reciprocee* is either omitted or is expressed by a reciprocal anaphor, i.e., a noun phrase whose reference is dependent on and derivative of a nearby expression” (Haspelmath, 2007: 2092 (destacado nosso)). Ou seja, para Haspelmath, é possível

encontrar construções recíprocas que exibem dois argumentos sintácticos, um deles, porém, surgindo sob a forma de uma anáfora e sendo, portanto, referencialmente dependente.

Na análise de Evans (2008), bem como na de Brito, Duarte e Matos (2003), o clítico é percebido como ocorrendo associado à posição de objecto, detendo, portanto, estatuto argumental. Assim sendo, as estruturas recíprocas não assentam, nesta linha de pensamento, em qualquer perda argumental, posição que parece também poder depreender-se dos trabalhos de índole mais tradicional (e.o., Cunha e Cintra, 1998), que assumem os ditos pronomes recíprocos como pronomes de objecto.

Na segunda parte deste trabalho averiguaremos, em função da análise dos dados do PE, a (in)adequação destas propostas para a descrição das estruturas reflexas e recíprocas do PE.

## 2.2. Indeterminação do sujeito

Tradicionalmente, incluem-se no âmbito das estruturas de sujeito indeterminado aquelas cujo “[...] verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a acção, ou por não haver interesse no seu conhecimento” (Cunha e Cintra, 1998: 129). Ainda de acordo com perspectivas de análise tradicionais, estas estruturas de sujeito indeterminado constroem-se a partir de duas estratégias principais: o recurso a formas verbais de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural (67-68) ou o uso de formas verbais na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular acompanhadas pelo clítico SE (69-71).

(67) **Assaltaram** a ourivesaria da baixa.

(68) **Encontraram** a prova do crime.

(69) **Trabalha-se** em excesso nesta altura do ano.

(70) Hoje, como há cem anos, **morre-se** de fome pelo mundo fora.

(71) Hoje em dia, sobretudo nos países menos desenvolvidos, **desrespeita-se** os direitos básicos das crianças.

Em trabalhos mais recentes (Miguel, 2006), no entanto, identificam-se e analisam-se outras formas de indeterminação do sujeito, como, por exemplo, o recurso a infinitivos não flexionados (72), o uso de

construções com o verbo na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural ou com a forma pronominal *a gente* (73) ou de construções com expressões lexicais nominais ou pronominais impessoais (74).

(72) **Fumar mata.**

(73) Neste país, a gente **trabalha** muito e ganha pouco.

(74) As pessoas já não **acreditam** nesses mitos.

Sobre a indeterminação do sujeito assente na presença do operador *SE* é tradicional afirmar-se, já na linha do proposto, por exemplo, por Dias (1881) ou por Grivet (1881), que o *SE* que surge nestas estruturas funciona como um “símbolo de indeterminação do sujeito”, ocorrendo “junto à 3.<sup>a</sup> pessoa do singular de verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente” (Cunha e Cintra, 1998: 308). Nestes trabalhos, como noutros que seguem o mesmo tipo de abordagem, não se fornecem outras informações que permitam uma caracterização mais detalhada e mais fundamentada de *SE* ou que favoreçam uma reflexão em torno da organização sintático-semântica da própria construção.

Entretanto, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, as estruturas de sujeito indeterminado, tal como as passivas, passaram a ser analisadas com base em noções como as de estrutura predicado-argumentos ou diátese verbal, procurando-se averiguar as eventuais operações de reorganização argumental subjacentes a este tipo de construções. Abordagens deste género passaram a aplicar-se à análise e descrição das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado presentes em línguas como o Português (75), o Espanhol (76) ou o Italiano (77).

(75) **Procedeu-se** à entrega dos prémios.

(76) Aquí **se duerme** muy bien en verano.

(77) Qui **si fabbrica** (le) case.

As propostas de análise sugeridas neste tipo de trabalhos, como entre outros, os de Cinque (1988, 1995), Reinhart (1996), Brito, Duarte e Matos (2003), Dobrovie-Sorin (2005), Reinhart e Siloni (2005), D’Alessandro (2007), podem organizar-se em dois grupos: aquelas que defendem que as estruturas de sujeito indeterminado resultam de uma redução argumental (Reinhart, Reinhart e Siloni) e aquelas que contrariam essa perspectiva (Dobrovie-Sorin; Brito, Duarte e Matos).

Reinhart e Siloni (2005) analisam as estruturas sobre as quais reflectimos sob a designação de “nominative impersonals”, comparando-as com as, aparente e superficialmente próximas, “impersonal passives”. Ambas estas estruturas decorrem, na perspectiva de Reinhart e Siloni, de uma operação de reorganização da diátese verbal estimulada pela presença do clítico SE, assumido como um redutor de caso. A este respeito, as autoras explicam que “case reduction (by *si*) requires that an arity operation take place [...]” (Reinhart e Siloni, 2005: 421), sublinhando que a inibição de caso está associada à perda de realização sintáctica de um dos argumentos.

No caso das estruturas que aqui denominamos estruturas de sujeito indeterminado, tal como no caso das passivas, a operação de redução valencial tem aplicação sobre o argumento externo, saturando-o através de fechamento existencial e tornando-o, assim, inespecífico ou arbitrário (Reinhart e Siloni, 2005: 420)<sup>32</sup>. Nas estruturas de sujeito indeterminado, para além desta operação de arbitrarização do argumento externo, assiste-se também, em resultado da presença de SE, à redução de caso nominativo. Por isso, havendo um SN remanescente, este assume caso acusativo (Reinhart e Siloni, 2005: 422). Ou seja, nesta perspectiva de análise, as estruturas a que chamamos estruturas de sujeito indeterminado assentam numa operação de reajuste argumental que passa pela não manifestação lexical do argumento externo, dada a não disponibilidade de caso nominativo, o que leva as autoras a proporem que estas estruturas incluam um *pro*<sup>33</sup> expletivo, precisamente associado a esse argumento externo<sup>34</sup>.

Na opinião de Cinque (1988, 1995), a indeterminação de sujeito típica de algumas estruturas de SE também resulta de uma importante operação de reorganização argumental, assente na presença do operador SE. Segundo o autor, o clítico SE que ocorre nas estruturas de sujeito indeterminado afasta-se do das estruturas passivas por, contrariamente a este último, não ter estatuto argumental. Nestas estruturas, SE “[...] serves as a syntactic means to supplement personal AGR with the features able to

<sup>32</sup> Reinhart e Siloni ancoram a sua perspectiva de análise na de Chierchia, afirmando que esta autora “[...] proposes that there are two types of saturation: the standard one [...] and arb(itary) saturation, which we label *arbitrarization*. Both passive saturation and arbitrarization bind a variable by existential closure. However, unlike regular saturation, arbitrarization creates a different sort of variable,  $x_{arb}$ , whose range is restricted to a group of humans. Existential closure applies in the same way to bind this variable. In Chierchia’s analysis, arbitrarization is operative in the formation of impersonals, illustrated in [*Qui, si mangia spesso l fungh*] for Italian, where the unrealized external  $\emptyset$ -role receives an arbitrary interpretation (‘people in general’) (Reinhart e Siloni, 2005: 420).

<sup>33</sup> *pro* é a convenção usada para dar conta de situações em que o sujeito é um pronome nulo.

<sup>34</sup> Analisando o SE destas estruturas como redutor de caso nominativo, as autoras constataam que “[...] we are still left with the question of the EPP since no external argument is mapped onto syntactic structure. Following proposals by Cinque (1988), Franks (1995), and Papangelli (2004), we assume that the EPP [...] is satisfied by an expletive *pro*” (Reinhart e Siloni, 2005: 422).

“identify” [...] the content of *pro* as an unspecified (generic) person pronominal, an interpretation that would not, otherwise, be available to the ordinary person inflection paradigm. *Arriva* can only mean “He/she arrives” while *Si arriva* acquires the meaning “One (unspecified) arrives” (Cinque, 1995: 133-134)<sup>35</sup>.

Nesta linha de análise, *SE* é perspectivado como um operador indeterminador, estando a sua presença relacionada com a impossibilidade de realização lexical do argumento que habitualmente se manifesta como sujeito (e que, consoante as propriedades do predicador verbal em causa, poderá ser um argumento externo ou um argumento interno).

Já para Dobrovie-Sorin (2005), nas estruturas de *SE* de sujeito indeterminado é o próprio clítico que assume caso nominativo – assim se diferenciando dos clíticos que ocorrem nas estruturas reflexas, passivas e decausativas, que exibem caso acusativo. Para Dobrovie-Sorin, estas estruturas não resultam de operações de redução argumental, sendo o próprio clítico a instituir-se como manifestação do argumento a que está associado<sup>36</sup>.

A descrição que Brito, Duarte e Matos (2003) sugerem para este tipo de estruturas em PE parece ter raízes em perspectivas como a de Dobrovie-Sorin, uma vez que, para as autoras portuguesas, o *SE* que ocorre nestas estruturas se assume como clítico argumental, de referência arbitrária, em caso nominativo (Brito, Duarte e Matos, 2003: 836)<sup>37</sup>. Seguindo este tipo de perspectivas, a diátese subjacente às estruturas de *SE* de sujeito indeterminado não resulta de alterações na correspondência entre argumentos semânticos seleccionados e respectiva manifestação sintáctica. Nesta linha de análise, aquilo que afasta estas estruturas de *SE* das estruturas básicas correspondentes é o facto de o respectivo sujeito sintáctico, seja ele manifestação de um argumento externo ou de um argumento interno, ser realizado através de um clítico – destituído, por isso, de autonomia prosódica e distribucional –, sendo sempre interpretado como indefinido ou indeterminado.

---

<sup>35</sup> Segundo Cinque (1995, 138-143), nas estruturas de *SE* [+ arg], que correspondem às construções que aqui consideramos estruturas de *SE* apassivador, encontramos um *pro* pleonástico, não argumental, na posição [NP, IP] em cadeia com *SE* [+arg]. Já nas estruturas de sujeito indeterminado, o respectivo sujeito é um *pro* argumental.

<sup>36</sup> A autora explica que, no caso dos verbos que seleccionam argumento externo, “the external theta-role may be “absorbed” but nevertheless projected in the canonical syntactic position of subjects. This kind of absorption characterizes nominative clitics [...] in particular nominative *SE* [...]” (Dobrovie-Sorin, 2005: 134).

<sup>37</sup> Esta perspectiva de análise de Brito, Duarte e Matos (2003) assenta em trabalhos anteriores destas mesmas autoras (Duarte e Matos, 1984; 1986). Nestes artigos, as autoras expõem vários argumentos que justificam a análise de *SE* enquanto clítico argumental em caso nominativo, associado, em função das propriedades do predicador verbal em questão, a diferentes papéis temáticos.

### 2.3. Passivação

Estruturas como (79-82) são habitualmente consideradas estruturas passivas do PE, sendo geralmente concebidas como construções que descrevem uma dada situação não a partir da entidade que a inicia – como nas transitivas activas correspondentes (78) –, mas a partir daquela que dela sofre as consequências<sup>38</sup>.

(78) *A secretária de departamento **adquiriu** os livros.*

(79) *Os livros **foram adquiridos** pela secretária de departamento.*

(80) *Os livros **foram adquiridos** durante a última feira.*

(81) ***Adquiriram-se** novos livros técnicos para a biblioteca do departamento.*

(82) *Os novos livros **adquiriram-se** a preço de saldo.*

Trata-se de construções que, resultando sobretudo de motivações pragmático-discursivas associadas à atenuação ou eliminação da presença explícita do iniciador da acção descrita, são muitas vezes apresentadas em comparação com as activas correspondentes. Esta relação entre estruturas activas e passivas é habitualmente percebida como “[...] un proceso de inversión que afecta a las relaciones semánticas y sintácticas de la cláusula, sin que ello implique alteraciones en el significado de la construcción” (Pino Moreno, 2000: 65).

Efectivamente, abordagens deste tipo são frequentes, encontrando-se em textos de diferentes épocas, como, por exemplo, em algumas gramáticas do Português do século XIX. Nestas obras, sublinha-se que apesar de, contrariamente às línguas da Antiguidade clássica, o Português não ter “linguagens simples para a voz passiva” (Barboza, 1830: 254), isto é, desinências de marcação de voz<sup>39</sup>, nem por isso deixa de ter voz passiva, concebida como “huma fôrma de expressão, que o verbo adjectivo toma para indicar,

<sup>38</sup>Duarte afirma que a diferenciação entre estruturas activas e estruturas passivas reside no “modo como é perspectivada a situação descrita pela frase”. Nas estruturas activas, “tal situação é perspectivada a partir da entidade com o papel temático externo, enquanto [nas passivas] se perspectiva a situação descrita pela frase a partir da entidade com o papel temático interno (directo)” (Duarte, 2003a: 521).

<sup>39</sup>A este respeito, Barboza (1830: 254) afirma que “o verbo adjectivo não tem na Lingua Portuguesa Linguagens simples para a voz passiva, como tem para a activa. Assim não se pôde dizer, que tem verbos passivos, como tinham os Gregos, e os Romanos, que expressavão esta voz com as mesmas Linguagens simples da activa, dando-lhes so diferentes características e terminações: como de Tio *Eu honro* fazião Tiomai *Eu sou honrado*, de Amo *Eu Amo* Amor *Eu sou amado*”.

que o sujeito da oração não he já o agente, como na voz activa, mas o paciente da acção” (Barboza, 1830: 254). Ou seja, para este como para outros autores (cf. Dias, 1881: 38), a voz é entendida como marcação formal do modo como é concebida ou perspectivada a acção e do modo como, em função dessa opção de conceptualização, se organiza a estrutura sintáctica da oração (Barboza, 1830: 254). Nesta linha de análise, as diferentes vozes verbais<sup>40</sup> assumem-se como formas de codificar as várias possibilidades de conceptualização da situação descrita pelo verbo (cf. Barboza, 1830: 241).

Tanto nestes trabalhos do século XIX quanto em análises mais recentes, afirma-se a possibilidade de a voz passiva em português se manifestar através de duas estratégias de marcação formal distintas: uma forma mais longa, em que se recorre ao verbo auxiliar SER e ao participio passado do verbo principal, conhecida como passiva perifrástica, passiva sintáctica ou passiva analítica, e outra, mais sucinta, em que se agrega o clítico SE à forma activa do verbo em causa, por vezes denominada passiva de SE ou passiva sintética.

Não sendo exclusivas do Português, estas duas estratégias de passivação encontram-se atestadas, por exemplo, nas línguas românicas, em estruturas como as de (83-88).

---

<sup>40</sup> Sobre as diferentes vozes, o autor afirma que “o mais acertado he dar ao verbo transitivo três Vozes, ou maneiras, pelas quaes sua acção póde ser exercitada. Pois ou o sujeito da oração produz huma acção, que outro recebe; e este modo de a exercitar se chama Voz activa, como *Amo a Deos*; ou o sujeito da oração recebe huma acção, que outro produz, e he Voz passiva, como *Deos he amado por mim*; ou em fim o sujeito, que produz a acção, a recebe tambem em si; e he a Voz media, ou Reflexa, como *Eu me amo, Tu te amas, Elle se ama*” (Barboza, 1830: 241). A proposta de descrição das vozes verbais apresentada por Cunha e Cintra (1998: 382-383) deixa perceber claramente como a influência dos gramáticos do século XIX se manteve forte ao longo de quase todo o século seguinte. Cunha e Cintra cingem a sua descrição das vozes verbais ao seguinte:

“o factio expresso pelo verbo pode ser representado de três formas:

a) como praticado pelo sujeito:

*João feriu Pedro.*

*Não vejo rosas neste jardim.*

b) como sofrido pelo sujeito:

*Pedro foi ferido por João.*

*Não se vêem [= são vistas] rosas neste jardim.*

c) como praticado e sofrido pelo sujeito:

*João feriu-se*

*Dei-me pressa em sair.*

No primeiro caso, diz-se que o verbo está na voz ACTIVA; no segundo, na voz PASSIVA; no terceiro, na voz REFLEXIVA. Como se verifica dos exemplos acima, o objecto directo da voz ACTIVA corresponde ao sujeito da voz PASSIVA; e, na voz REFLEXIVA, o objecto directo ou indirecto é a mesma pessoa do sujeito. Logo, para que um verbo admita transformação de voz, é necessário que seja TRANSITIVO” (Cunha e Cintra, 1998: 382-383).



- (83) *El barco **fue hundido** por el capitán.* (Esp.)
- (84) ***Se descubrieron** importantes yacimientos arqueológicos.* (Esp.)
- (85) *La porte **a été ouverte**.* (Fran.)
- (86) *Les livres **se sont vendus** comme des petits pains.* (Fran.)
- (87) *Una casa **è stata comprata** da Fabio.* (It.)
- (88) *In Italia **si mangiano** gli spaghetti.* (It.)

A partir de meados do século XX, estas estruturas são alvo de um renovado interesse, sendo objecto de estudo em trabalhos assentes em novos pressupostos teórico-metodológicos, resultantes da própria evolução dos estudos linguísticos. Nestas novas abordagens (e. o. Jaeggli, 1986; Cinque, 1988, 1995; Mel'cuk, 1993, 2006; Levin e Rappaport Hovav, 1995; Reinhart, 1996; Martinez Vazquez, 1998; Mendikoetxea, 1999a, 1999b, 2002; Shibatani, 2004; Reinhart e Siloni, 2005; Abraham e Leisiö, 2006), a análise das estratégias de passivação torna-se indissociável de uma atenta reflexão em torno da estrutura temático-argumental, das alterações diatésicas, da interface sintaxe-semântica, considerando-se as construções passivas decorrentes de alterações na correspondência entre argumentos semânticos e respectiva materialização sintáctica. Todavia, ainda que a premissa subjacente à análise das passivas enquanto estruturas decorrentes de alterações diatésicas seja comum aos vários trabalhos atrás elencados, nem sempre as descrições dos processos de reorganização diatésica envolvidos coincidem.

Nos clássicos trabalhos de Chomsky, tendo em conta que as restrições de selecção do sujeito da passiva são as mesmas que as do objecto da activa, assume-se que ambas as estruturas resultam de uma entrada lexical comum, partilhando também a chamada 'estrutura sintáctica profunda' (*D-structure*). A diferenciação entre estruturas activas e estruturas passivas correspondentes decorre apenas, de acordo com este autor, de divergências no que respeita ao modo de projecção dos argumentos verbais na estrutura sintáctica de superfície (*S-Structure*)<sup>41</sup>. Nesta linha de análise, as estruturas passivas resultam

<sup>41</sup> Levin e Rappaport Hovav (2005: 196) resumiam a perspectiva de análise de Chomsky afirmando que "both the active and passive verb forms share a subcategorization frame and, hence, are found in the same underlying syntactic structure, but their sentences have different syntactic derivations. In the active, the surface structure is a direct projection of the underlying one, while a transformation applies to give rise to the surface structure of the passive".

de uma série de movimentações de sintagmas nominais (SN), simultaneamente tornadas necessárias e possibilitadas pela morfologia passiva. Esta é perspectivada como tendo capacidade para, por um lado, impedir o verbo de atribuir caso acusativo, tornando assim necessária a movimentação do SN que deveria materializar-se na sintaxe superficial como complemento; e para, por outro lado, inviabilizar a associação de papel temático à posição de sujeito sintáctico, ficando esta disponível para receber o SN que deveria ocorrer como complemento.

Já na visão proposta por autores como Jaeggli (1986) e Baker, Johnson e Roberts (1989) a morfologia passiva (-*en* no particípio inglês) não apenas espoleta a movimentação argumental anteriormente descrita, como também absorve o papel temático externo. Nesta perspectiva de análise, a morfologia passiva é entendida como um “afixo argumental”, ou seja “[...] a piece of morphology that is subject to the well-formedness conditions that apply to arguments” (Baker, Johnson e Roberts, 1989: 220). Assim, para estes autores, as estratégias de passivação não implicam qualquer perda argumental.

Muitos trabalhos publicados nas últimas décadas sublinham, no entanto, o carácter argumentalmente recessivo das estruturas passivas, afirmando que as mesmas resultam da perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos semânticos associados ao predicador em causa. Na opinião de Reinhart (1996, 2000), as estruturas passivas resultam de um tipo particular de operações sobre a diátese verbal a que dá o nome de *saturação*. Esta operação satura (preenche) o papel temático externo através de fechamento existencial. Embora presente ao nível semântico, este argumento deixa de ter manifestação sintáctica.

Grimshaw (1990: 132), que também considera as estruturas passivas como resultantes de uma diátese recessiva, defende que “[...] the a-structure of passives [...] is not the same as that of active verbs but contains a suppressed position where actives have an external argument position requiring syntactic satisfaction”. Esse argumento que é *suppressed*, ou seja, que é suprimido ao nível argumental, é o argumento externo, podendo ou não ocorrer na linearidade frásica através de uma *by-phrase*. Para Grimshaw, esta *by-phrase*, partilhando propriedades dos adjuntos e dos argumentos, é um constituinte com um estatuto intermédio e, por isso, a autora atribui-lhe precisamente a denominação de *argumento-adjunto* (‘a-adjunct’). A este respeito, a autora afirma que “[...] the by-phrase in a passive is an a-adjunct

linked to the suppressed argument of the verb. Only the external argument can be lexically suppressed, so only the most prominent argument can have a *by*-phrase linked to it. [...] Since the suppressed argument licensing the *by*-phrase is the maximally prominent argument, the other argument, which is realized as the subject of the passive verbs, will be less important” (Grimshaw, 1990: 115)<sup>42</sup>.

Na proposta de análise que Duarte (2003a) sugere para as estruturas passivas perifrásticas do PE, embora tais construções sejam perspectivadas como resultando de uma reestruturação argumental, esta não passa, no entanto, pela perda de realização sintáctica de qualquer argumento verbal. Para Duarte, que se baseia na análise de Santos (1999), nas passivas perifrásticas o argumento externo continua a ter estatuto argumental na sintaxe, onde ocorre sob a forma de um *sintagma-por*, constatação que ancora em vários testes sintácticos. Como explica a autora, apesar de a sua presença ser opcional, o sintagma *por* revela o comportamento típico dos argumentos quando, por exemplo, é sujeito a determinadas situações de retoma anafórica<sup>43</sup>. Adoptando esta perspectiva, Duarte (2003a: 527) assume as estruturas passivas como resultantes de uma operação em que “[...] não intervém qualquer tipo de operação lexical sobre os papéis temáticos”, não havendo redução do número de argumentos sintacticamente realizados. A diferença entre estruturas activas e passivas perifrásticas correspondentes resulta, na perspectiva de Duarte (2003a: 527), do “[...] efeito da morfologia passiva que se combina com o verbo para formar a forma participial: ela absorve (ou elimina) o caso acusativo, impedindo que o verbo legitime casualmente o seu argumento interno. Esta absorção (ou eliminação) desencadeia uma estratégia de legitimação do argumento interno directo idêntica à que caracteriza as construções com verbos inacusativos: o

<sup>42</sup> Esta posição de Grimshaw foi adoptada e adaptada em propostas de análise posteriores como, por exemplo, no trabalho de Levin e Rappaport Hovav (1995), texto em que as autoras recorrem à descrição das passivas sugerida por Grimshaw para distinguirem os processos de alternâncias argumentais subjacentes a passivas e a inacusativas. Afirmam Levin e Rappaport Hovav (1995: 108-109) que “[...] the operation that derives the passive form of a verb from an active one involves binding a position in the lexical syntactic representation of a verb – its argument structure – thereby preventing the expression of that argument in syntax”.

<sup>43</sup> Os exemplos fornecidos por Duarte para cimentar a sua argumentação tornam mais clara a sua proposta. Diz a autora (2003a: 526): “como os exemplos (25) e (26) mostram, o *sintagma por* comporta-se como os argumentos e não como os adjuntos relativamente ao processo da anáfora *fazer/acontecer o mesmo*:

(25) a. O João devolveu os livros [no domingo]<sub>adjunto</sub> e a Maria fez o mesmo [no sábado]<sub>adjunto</sub>.

b. O João dançou [com a Maria]<sub>adjunto</sub> e o Pedro fez o mesmo [com a Ana]<sub>adjunto</sub>.

c. Os livros foram devolvidos [no domingo]<sub>adjunto</sub> e o mesmo aconteceu às revistas [no sábado]<sub>adjunto</sub>.

(26) a. \*O João levou os livros [para a biblioteca]<sub>arg</sub> e a Maria fez o mesmo [para a livraria]<sub>arg</sub>.

b. \*Os livros foram levados [para a biblioteca]<sub>arg</sub> e aconteceu o mesmo às revistas [para a livraria]<sub>arg</sub>.

c. \*Os livros foram comprados [pelo João]<sub>arg</sub> e aconteceu o mesmo às revistas [pela Maria]<sub>arg</sub>.

argumento tem de ser movido para uma posição acessível a caso nominativo”. Assim sendo, as passivas perifrásticas são perspectivadas como estruturas de diátese secundária não recessiva.

Já nas passivas de *SE*, é precisamente o clítico que recebe o papel temático externo (Duarte, 2003a: 532) e que, em simultâneo, se assume como operador apassivador, perspectiva partilhada também por Brito, Duarte e Matos (2003). Segundo estas autoras, é o carácter argumental deste operador que impede a coocorrência de um *sintagma-por* nas passivas de *SE*: estando o argumento externo materializado sintacticamente através do clítico, não é permitida a sua presença através de outro constituinte sintáctico.

Apesar das evidentes divergências de opinião patentes nestas propostas de análise das estruturas passivas, está subjacente a todas elas a ideia de que a passivação assenta em operações, mais ou menos profundas, de reorganização diatésica. Para autores como, por exemplo Reinhart (1996, 2000), a passivação está associada a uma diátese recessiva, na medida em que um dos argumentos temáticos deixa de poder manifestar-se na sintaxe. Já na perspectiva de Grimshaw (1990), a reestruturação argumental não passa necessariamente pela perda de um argumento, mas por uma mudança no seu estatuto. De acordo com esta linha de análise, nas estruturas passivas, o argumento externo pode continuar a ter realização sintáctica, sob a forma de um *sintagma-por*, perspectivado como um argumento-adjunto. A reorganização argumental subjacente às estruturas passivas é, na análise de Jaeggli (1986), Baker, Johnson e Roberts (1989), Duarte (2003a), Brito, Duarte e Matos (2003) e Mel'cuk (2006), baseada numa simples alteração da correspondência entre argumentos semânticos e respectiva realização sintáctica, não havendo propriamente perda argumental. Trata-se, no caso das passivas de *SE*, de uma reorganização argumental propiciada pelo próprio clítico, conforme esclarecem Brito, Duarte e Matos (2003: 839-840) ao afirmarem que “o clítico apassivante acumula as funções tipicamente atribuídas ao morfema passivo – bloqueia a atribuição de relação temática à posição de argumento externo e de acusativo ao argumento interno do verbo”.

A posição que adoptamos como base para a análise e descrição das estruturas passivas de *SE* assenta na ideia de que as mesmas decorrem de alterações na diátese do respectivo predicador. A estas estruturas estão subjacentes importantes operações que alteram substancialmente a correspondência entre argumentos semânticos e respectiva realização sintáctica: o argumento temático externo deixa de

se materializar como sujeito, sendo que nessa posição passa a ocorrer o SN que materializa o argumento interno, por norma um Tema. O argumento temático externo ocorre opcionalmente como sintagma-*por* ou, no caso das passivas de SE, materializa-se através do próprio clítico.

<b>Estruturas activas</b>	AG/arg. Externo SU		Tema/arg. Interno OD
	Tema/arg. Interno		AG/arg. Externo
<b>Estruturas passivas</b>	Perifrásticas	SU	Sintagma <i>por</i>
	Sintéticas	SU	SE

Quadro VI: Estrutura temático-argumental e sintáctica: correspondência entre estruturas activas e estruturas passivas

Estas alterações na correspondência entre argumentos temáticos e respectiva realização sintáctica resultam da actuação daquilo a que chamamos operadores apassivadores – os morfemas que se combinam com o verbo para formar o participio passado, nas passivas perifrásticas, e o clítico SE, nas passivas sintéticas –, elementos aos quais se associa, por norma, a ampla designação de morfologia passiva. Nas passivas de SE, como veremos com maior detalhe na segunda parte deste trabalho, o clítico para além de se assumir como operador apassivador, absorve o próprio papel temático associado ao argumento externo (cf., e.o., Duarte, 2003a; Brito, Duarte e Matos, 2003), acumulando, assim, um duplo estatuto.

## 2.4. Decausativização

Os estudos dedicados às operações de decausativização – sumariamente, aquelas que conduzem à interdição da realização do argumento Causa enquanto sujeito e que inviabilizam a sua presença na linearidade frásica enquanto argumento sintáctico – são bem mais recentes do que os que se centram sobre outras operações diatésicas já referidas, surgindo apenas no seguimento da inovadora análise dos verbos intransitivos proposta por Perlmutter (1978). Neste trabalho, o autor, ao constatar que os verbos intransitivos não formam uma classe homogénea, propõe, ancorado na chamada Hipótese Inacusativa, a organização dos mesmos em duas classes: a dos verbos inergativos e a dos verbos inacusativos. Os

verbos pertencentes a estas duas classes diferenciam-se fundamentalmente a partir das propriedades que exibem os respectivos sujeitos: ao passo que o sujeito dos verbos inergativos corresponde à realização de um argumento externo, que semanticamente se assume como iniciador da acção, tal como acontece com o sujeito das estruturas transitivas prototípicas, o sujeito dos verbos inacusativos é, por norma, correspondente ao argumento interno Tema, que, nas estruturas transitivas activas, ocorre como objecto directo<sup>44</sup>.

Trabalhos posteriores dedicados sobretudo à exploração das propriedades sintáctico-semânticas e morfológicas dos verbos inacusativos vieram permitir uma análise mais especiosa dos mesmos, tornando claro que a própria classe dos verbos inacusativos também revela alguma heterogeneidade, incluindo verbos inacusativos puros e verbos inacusativos derivados<sup>45</sup>. Como explicam Levin e Rappaport Hovav (1995: 82), estes últimos assentam numa representação semântica diádica, própria dos verbos causativos, exibindo, no entanto, uma estrutura argumental que inclui apenas um argumento interno directo, enquanto os primeiros seleccionam um único argumento em todos os níveis de análise, não estando associados a verbos causativos básicos. Os inacusativos puros correspondem aos chamados verbos de causa interna, denotando eventos “[...] conceptualized as arising from inherent properties of their arguments”, ou seja “[...] some property inherent to the argument of the verb is “responsible” for bringing about the eventuality” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 91). Os inacusativos derivados são verbos de causa externa, isto é, a situação que codificam “[...] imply the existence of an “external cause” with immediate control over bringing about the eventuality described by the verb: an agent, an instrument, a natural force, or a circumstance” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 92).

---

<sup>44</sup> Na realidade, verbos inergativos e verbos inacusativos revelam um comportamento sintáctico-semântico bastante diferente, sendo possível, a partir de vários testes, confirmar a pertença de um dado predicador a uma ou outra destas classes. Para o PE Duarte (2003c: 300-302) propõe a aplicação dos seguintes testes:

i) Construção de Participio Absoluto: enquanto o sujeito dos verbos inergativos, à semelhança do argumento externo dos verbos transitivos, não admite esta construção [...], o sujeito final dos verbos inacusativos, tal como o argumento interno dos verbos transitivos, admite-a [...].

ii) Posição predicativa e atributiva: enquanto as formas participiais de verbos inergativos não podem ocorrer nem em posição predicativa [...] nem em posição atributiva [...], as formas participiais de verbos inacusativos, à semelhança das formas participiais de verbos transitivos, podem-no [...].

iii) Nominalização em -or: enquanto os verbos inergativos, à semelhança dos verbos transitivos, podem ser a entrada de nominalizações em -or [...], os verbos inacusativos não o podem ser [...].

<sup>45</sup> Schäfer (2009: 649) refere-se a esta distinção adoptando os termos “pure unaccusatives” e “alternating unaccusatives”.

Os verbos de causa externa caracterizam-se por participarem na chamada alternância causativa<sup>46</sup>, ou seja, por poderem exibir uma dupla realização sintáctica, ocorrendo tanto numa variante transitiva causativa (89), com a Causa presente na linearidade frásica como sujeito, quanto numa variante inacusativa/decausativa intransitiva (90).

(89) *O vento **abriu** as janelas.*

(90) *As janelas **abriram-se** (com o vento).*

Estas duas variantes relacionam-se pelo facto de “o argumento interno directo da variante causativa ocorre[r] como sujeito da forma inacusativa e o argumento externo da variante causativa não esta[r] disponível na variante inacusativa nem mesmo sob a forma de um agente implícito” (Duarte, 2003a: 515). Por isso, como explica Schäfer (2009: 641), “a central characteristic of this transitivity alternation is, therefore, that the subject in the intransitive use bears the same semantic relation to the verb as the object in the transitive use”. A estas estruturas intransitivas decorrentes da alternância causativa associam-se, portanto, importantes alterações argumentais: por um lado, verifica-se que não há coincidência entre o número de argumentos semânticos e o número de argumentos sintacticamente realizados, que é sempre menor; por outro lado, constata-se que, à semelhança do que ocorre nas passivas, o respectivo sujeito sintáctico não corresponde à materialização de um argumento externo, contrariamente ao que sucede nas transitivas correspondentes. Trata-se, portanto, de estruturas cujo argumento externo Causa deixa de ter realização sintáctica, razão pela qual são comumente apelidadas de estruturas decausativas ou anticausativas, assentando numa operação de reorganização argumental específica, que, adoptando a denominação proposta por Reinhart e Siloni (2005), apelidamos de decausativização.

Na realidade, as tentativas de descrição e explicação destas operações de reajuste argumental ou diatésico subjacentes à alternância causativa têm sido frequentes e diversificadas ao longo dos anos, sendo de destacar duas linhas de análise fundamentais: as abordagens de base intransitiva e as abordagens de base transitiva. As primeiras assentam na ideia de que a variante básica das estruturas de

<sup>46</sup> Como explica Schäfer (2009: 641), “the causative alternation is characterized by verbs which have an intransitive as well as a transitive use, where the intransitive use typically denotes a change-of-state event undergone by some entity and the transitive use denotes that this change-of-state event has been brought about or caused by some different entity”. É importante ter em conta, como sublinha o autor, que esta operação é também conhecida pelas designações *alternância causativa-incoativa*, *alternância anticausativa* e *alternância ergativa*.

alternância causativa é a intransitiva, sendo que a variante transitiva procede desta a partir de um processo de causativização que, consoante os autores, pode ser de base lexical (e.o., Hale e Keyser, 1986) ou de base sintáctica (e.o., Pesetsky, 1995; Ramchand, 2008)<sup>47</sup>. No âmbito das propostas que assumem a variante transitiva da alternância causativa como básica destacam-se, entre outros, os trabalhos de Levin e Rappaport Hovav (1994, 1995), Reinhart (2000) e Chierchia (2004).

Reinhart e Siloni perspectivam as estruturas intransitivas decausativas como resultando de uma operação de decausativização, concebida como um processo de redução argumental que elimina o argumento externo, dele não restando vestígios nem na estrutura sintáctica nem na interpretação (Reinhart e Siloni, 2005: 418). De acordo com esta linha de análise, as estruturas decausativas decorrem da perda total de um dos argumentos do predicador em causa.

A análise de Levin e Rappaport (1995) afasta-se da de Reinhart e Siloni (2005) pelo facto de assentar na ideia de que embora o argumento Causa deixe de ter realização sintáctica, continua presente na representação semântica lexical. Levin e Rappaport Hovav baseiam a sua explicação das estruturas decausativas/inacusativas na noção de fixação ou imobilização lexical (*lexical binding*), afirmando que nelas o argumento temático externo se vê impedido de ser projectado da representação lexical semântica para a estrutura argumental, tornando-se assim inviável a sua projecção para a linearidade frásica. Estas autoras explicam que “[...] the intransitive form of an externally caused verb arises from binding the external cause within the lexical semantic representation, where this binding is interpreted as existential quantification” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 108) e esclarecem, neste seguimento, que a forma intransitiva resultante é interpretada como dando conta de uma mudança de estado cuja causa se mantém inespecífica<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Autores como Hale e Keyser (1986) propõem uma análise de base lexical para este tipo de operações de causativização, assim exposta, de forma sumária, por Schäfer (2009: 661): “alternating verbs such as ‘break’ have an intransitive entry [...] which can be altered by the lexical operation of causativization which embeds the basic LCS under a CAUSE predicate introducing the external variable [...] depending on which LCS is projected to syntax, an anticausative or causative verb results”. As operações de causativização podem também ser perspectivadas e descritas em termos sintácticos, como propõem, entre outros, Pesetsky (1995) ou Ramchand (2008). Nestes trabalhos, “the difference between unaccusatives/anticausatives and causatives results then from the presence vs. absence of a verbal layer projected by a head expressing causation and introducing the external argument” (Schäfer, 2009: 661).

<sup>48</sup> É importante sublinhar que as próprias autoras destacam como condição para a actuação das operações de decausativização que o argumento externo, que corresponde ao subevento causador, seja completamente não especificado. Vejam-se as palavras de Levin e Rappaport Hovav (1995: 107): “[...] we can reformulate the condition sanctioning detransitivization: an externally



De acordo com uma perspectiva de análise como a proposta por Levin e Rappaport Hovav (1995), tanto a variante transitiva quanto a variante intransitiva decausativa estão associadas a uma mesma entrada lexical<sup>49</sup>, diádica, sendo que as estruturas decausativas assentam numa diátese recessiva, na medida em que o número de argumentos sintacticamente realizados é inferior ao de argumentos semânticos, o que decorre da imobilização do argumento Causa ao nível da estrutura semântica. Por isso, nesta perspectiva, a estrutura argumental associada às ocorrências intransitivas inacusativas dos verbos de alternância causativa inclui um único argumento, o argumento interno<sup>50</sup>. Uma vez que na estrutura argumental não se associa qualquer papel temático à posição de argumento externo, o verbo em questão deixa de ter capacidade de atribuir caso acusativo e, conseqüentemente, o seu argumento interno passa a não poder materializar-se na sua posição sintáctica habitual, a posição de objecto directo. Assim sendo, e dado que a posição de sujeito sintáctico permanece vaga em resultado da imobilização da Causa na estrutura semântica, o SN que materializa o argumento interno passa a ocupar essa posição, onde adquire caso nominativo, atribuído pelas marcas flexionais, assumindo-se como único argumento sintacticamente realizado<sup>51</sup> (isto nos casos, mais frequentes, em que a estrutura semântica de base é

---

caused verb can leave its cause argument unexpressed only if the nature of the causing event is left completely unspecified". Semelhante postura é adoptada por Reinhart e Siloni (2005: 417), ao afirmarem que "[...] transitive verbs whose external role is a Cause [+c] can undergo an arity operation that eliminates their external argument altogether. The [+c] role is unspecified with regard to the feature 'mental state' [m], and can thus be realized by animate as well as inanimate arguments [...]".

<sup>49</sup> Apesar de haver algumas perspectivas que defendem que a cada uma destas variantes está associada uma entrada lexical distinta, essa é uma posição que, nos estudos mais recentes, tem vindo a ser colocada de parte, conforme explica Schäfer (2009: 642) quando afirma que "it is generally assumed that an analysis of the causative alternation that assigns both variants an independent lexical entry is conceptually unsatisfactory; it would be really surprising that, over and over again, the same lexical element has a use as transitive and as an intransitive verb. It follows that alternating verbs have only one lexical entry and that the two variants are derivationally related".

<sup>50</sup> Levin e Rappaport Hovav, que adoptam a perspectiva de análise das passivas proposta por Grimshaw (1990) recorrem à comparação com a operação de derivação subjacente às estruturas passivas para reforçarem a teoria de que a "perda" argumental em que assentam as estruturas decausativas se dá na interacção entre estrutura semântica e estrutura argumental. As autoras (1995: 108) explicam que "there is evidence that the operation of binding the external cause must take place before argument structure. This evidence comes from comparing certain properties of the intransitive form of causative alternation verbs and passive verbs. As described by Grimshaw (1990), for example, the operation that derives the passive form of a verb from an active one involves binding a position in the lexical syntactic representation of a verb – its argument structure – thereby preventing the expression of that argument in the syntax. Thus it contrasts with the operation of binding the external cause of a verb such as *break*, which we propose involves its lexical semantic representation".

<sup>51</sup> De modo a clarificar as operações argumentais que subjazem às estruturas decausativas, Schäfer (2009: 647) esclarece que "while the sole argument of unergatives is a syntactic subject [...], the sole argument of unaccusatives is base-generated as a syntactic object and moves to a derived subject position in the course of the derivation, as in (12b).

12. a. *The boy sang* (unergative)

b. *The vase fell* *t<sub>i</sub>* (unaccusative)

biargumental)<sup>52</sup> (cf. e.o. Sanchez Lopez, 2002b; Duarte, 2003a). Pereira (2007: 233) expõe de forma sintética estes processos de reorganização argumental subjacentes às estruturas decausativas afirmando que “[...] são construções sintácticas monádicas, em que se expressa apenas o argumento interno y (a entidade afectada). [...] A omissão ou supressão do argumento causador (x) tem como consequência o deslocamento automático do argumento interno (y) para a posição sintáctica de sujeito [...]”.

Ao contrário do que acontece nas estruturas passivas, a esta operação de reorganização argumental ou diatésica subjacente às estruturas decausativas inacusativas não está associado qualquer operador formal que a espolete. Efectivamente, estas estruturas podem resultar apenas e só da reorganização da correspondência entre argumentos semânticos e respectiva realização sintáctica, podendo não ocorrer na linearidade frásica qualquer marcador que dê conta desse reajuste argumental. Esta situação verifica-se, por exemplo, no contraste entre estruturas causativas (91) e decausativas (92) em inglês.

(91) *The boy **broke** the window*

(92) *The window **broke**.*

No entanto, em algumas línguas, nomeadamente nas línguas românicas, é possível que a esta diátese decausativa se associe um marcador formal, o clítico SE. A este respeito, Duarte (2003a: 518) afirma que “com certos verbos de alternância causativa, esta operação de Redução exige marcação morfológica na sintaxe, sob a forma de um clítico pseudo-reflexo como acontece com *afundar-se*, *rasgar-se*. Com outros verbos, tal marcação é possível mas não obrigatória, como é o caso de *derreter(-se)*, *queimar(-se)*. Outros verbos ainda não a exigem nem a admitem, como acontece com *acabar*, *aumentar*”.

Dada esta não obrigatoriedade da presença de SE nas estruturas decausativas do PE, depreendemos que nestes contextos o clítico não se assumirá como operador diatésico, isto é, não será ele o responsável pela reorganização argumental, pois esta operação dá-se independentemente da sua

---

This movement of the NP [...] is traditionally assumed to happen for case reasons; verbs that have a base-generated object but no base generated subject cannot assign accusative (a correlation referred to as ‘Burzio’s Generalization’). In order to pass the case filter, the object in (12b) has to move to the (derived) subject position where it can get nominative case”.

<sup>52</sup> O carácter sintacticamente monoargumental das estruturas decausativas é afirmado por Levin e Rappaport Hovav (1995: 108), quando explicam que “[...] the binding of the external cause takes place in the mapping from the lexical semantic representation to argument structure. Just as the binding of a position in argument structure prevents that position from being projected onto the syntax, so the binding of a position in the lexical semantic representation prevents the projection of that position to argument structure. Since the position is not projected into argument structure, there is no argument associated with this position in the syntax”.

presença. Uma análise mais detalhada do estatuto e função deste clítico será proposta na segunda parte deste trabalho, quando estudarmos, com base nos dados empíricos recolhidos, as operações de reajuste argumental subjacentes às estruturas decausativas de *SE* do PE.

Desta breve análise das propostas de estudo das estruturas decausativas constata-se que estas construções, assim como muitas outras estruturas em que ocorre *SE*, estão associadas a operações de reorganização argumental mais ou menos pervasivas. Verificamos, também, que em função das posições assumidas pelos estudiosos relativamente a este tipo de operações, se atribuem a *SE* diferentes propriedades e diferentes comportamentos. Parece confirmar-se, assim, a ideia de que uma análise atenta das operações diatésicas associadas às várias construções de *SE* poderá contribuir para melhor descrever as próprias estruturas e para conhecer o papel que nelas desempenha o clítico. Por isso, aquando da análise empírica dos dados do PE, reservaremos uma secção para a reflexão sobre as operações diatésicas associadas a cada uma das construções de *SE*.

Na realidade, e como sublinham alguns autores (Mel'cuk, 1993, 2006; Levin e Rappaport Hovav, 1995, 2005; Givón, 2001; Reinhart e Siloni, 2005), muitas das operações de reorganização argumental ou diatésica podem associar-se a alterações, mais ou menos profundas, do grau de transitividade das estruturas em questão. Sobre a relação entre operações de reorganização argumental, *continuum* de (in)transitividade e clítico *SE* debruçar-nos-emos no próximo capítulo.

### 3. ALTERNÂNCIAS ARGUMENTAIS, *CONTINUUM* DE (IN)TRANSITIVIDADE E CLÍTICO *SE*

A noção de (in)transitividade, embora transversal às reflexões gramaticais de todos os tempos, levanta ainda hoje uma série de questões, muitas das quais resultantes do facto de as designações *transitivo* e *intransitivo* nem sempre serem usadas com o mesmo sentido.

Nas gramáticas da Língua Portuguesa do século XIX, a (in)transitividade era definida sobretudo a partir de critérios semânticos. Dias (1881: 37) afirmava que os verbos transitivos são aqueles “[...] que representam uma acção que passa imediatamente a um objecto no qual ella se exercita”, explicando que os intransitivos “[...] exprimem uma qualidade ou estado, ou representam uma acção que não passa imediatamente a um objecto em que ella se exercite [...]”. É também esta a perspectiva, predominantemente de base semântica, que encontramos, um século depois, em Cunha e Cintra (1998: 137), quando estes autores explicam que os verbos intransitivos são aqueles cuja “[...] acção está integralmente contida nas formas verbais [...]”, ao passo que os transitivos “[...] exigem certos termos para completar-lhes o significado”, pois “[...] o processo verbal não está integralmente contido neles, mas se transmite a outros elementos [...]”.

As perspectivas de análise mais tradicionais são complementadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, por novos e determinantes contributos para uma (re)análise das noções de (in)transitividade, permitindo conceber *transitividade* e *intransitividade* como realidades organizadas num *continuum* gradativo. Para o florescimento e divulgação destas novas abordagens, foi decisivo o trabalho de Hopper e Thompson (1980). Neste texto, os autores identificam uma série de parâmetros que permitem determinar diferentes graus ou níveis de (in)transitividade, sendo que “[...] each component of transitivity involves a different facet of the effectiveness or intensity with which the action is transferred from one participant to another” (Hopper e Thompson, 1980: 253). É a partir da aferição destes critérios<sup>53</sup> que Hopper e Thompson concluem, por exemplo, que as estruturas reflexas deverão ser entendidas

---

<sup>53</sup> As “componentes da transitividade” apontadas por Hopper e Thompson (1980: 252) são: a) participantes, b) acção, c) aspecto, d) pontualidade, e) volição, f) afirmação, g) modo, h) agentividade, i) afectação do objecto e j) individuação do objecto.

como estruturas de estatuto intermédio entre as verdadeiramente transitivas e as intransitivas (Hopper e Thompson, 1980: 277).

Esta percepção da transitividade como uma propriedade escalar reflecte-se, posteriormente, em vários trabalhos (Hopper e Thompson, 1982; Martinez Vasquez, 1998; Givón, 2001; Jezek, 2003), alguns dos quais estudam estruturas de SE ou estruturas correspondentes de outras línguas. Givón (2001), por exemplo, recupera as ideias-base decorrentes da análise de Hopper e Thompson e selecciona três critérios determinantes para a definição de um evento transitivo: “[...] the prototype transitive event involves a volitional, controlling, active, initiating agent responsible for the event – the salient cause; [...] the prototypical transitive event involves a non-volitional, inactive, non-controlling patient that registers the event’s changes-of-state – the salient effect; [...] the verb of the prototypical transitive clause codes an event that is telic (compact), perfective (bounded), sequential (non-perfect) and realis (non-hypothetical). The prototype transitive event is thus fast-paced, completed, real, and cognitively salient”. (Givón, 2001: 93). Quando um destes critérios deixa de se verificar estamos, segundo o autor, perante uma situação cujo grau de transitividade é menor e que, conseqüentemente, é verbalizada através de uma estrutura destransitivizada.

A descrição que Givón (2001) propõe das estruturas destransitivizadas – em que inclui, entre outras, as reflexas, as decausativas e as passivas – tem também em consideração, para além das questões semânticas, as dimensões sintáctica e pragmática<sup>54</sup>, esclarecendo que os processos de destransitivização podem ser de base semântica ou pragmática. Enquanto nas estruturas cuja destransitivização tem base semântica esta é motivada por alterações nos critérios semânticos essenciais da transitividade, como a agentividade do sujeito/agente ou a afectação do objecto/paciente, nas estruturas cuja destransitivização é pragmaticamente motivada a semântica da transitividade não é afectada. Estas estruturas resultam antes da codificação de um evento transitivo a partir de uma perspectiva diferente e envolvem, por norma, a topicalidade relativa do agente e do paciente (Givón,

---

<sup>54</sup> Semelhante perspectiva de análise é defendida por Jezek (2003) quando sublinha que a caracterização de uma dada estrutura frásica e do verbo que nela ocorre como transitivos ou intransitivos deve assentar não apenas em critérios semânticos mas também em critérios sintácticos. Por isso, a autora afirma que os verbos transitivos “[...] esprimono eventi che richiedono la presenza obbligatoria di almeno due argomenti, laddove obbligatoria significa non solo implicati a livello lógico (e quindi nella rappresentazione semantica), ma anche necessariamente implementati nella sintassi [...]” (2003: 70 (destacado nosso)).

2001: 93). Ou seja, como esclarece o autor, a aferição da transitividade associada a uma dada estrutura, e ao evento que lhe está subjacente, decorre de múltiplos critérios, assumindo-se como “[...] a complex phenomenon involving both semantic and syntactic components” (Givón, 2001: 109).

Na realidade, e conforme sublinham outros autores, como Jezek (2003), os verbos – e as frases – prototipicamente transitivos devem estar de acordo com os parâmetros associados tanto ao protótipo semântico de um evento transitivo, quanto ao protótipo sintático de uma frase transitiva, isto é, devem ser simultaneamente transitivos em termos semânticos e em termos sintáticos. Se a transitividade semântica, como vimos anteriormente, é definida em função de uma série de critérios, como a agentividade, a afectação ou a perfectividade, a transitividade sintáctica, embora sujeita a alguma variação tipológica entre línguas, define-se maioritariamente a partir da presença de um objecto directo na estrutura frásica, afirmando Givón (2001: 109) que “clauses and verbs that have a direct object are syntactically transitive”. Como explica este autor, a maior parte das estruturas semanticamente transitivas são também transitivas em termos sintáticos. Porém, nem sempre se assiste a esta correspondência unívoca entre transitividade semântica e transitividade sintáctica, situação que se verifica, por exemplo, no âmbito das construções destransitivizadas, assentes em processos mais ou menos pervasivos de reorganização da correspondência entre informação semântica e respectiva materialização sintáctica.

Efectivamente, as alternâncias argumentais ou diatésicas encontram-se, com grande regularidade, associadas a alterações no grau de (in)transitividade das estruturas em causa, como sublinham, entre outros, Haspelmath (1987), Kemmer (1993), Mel’cuk (1993, 2006), Levin e Rappaport Hovav (1995), Reinhart (1996), Reinhart e Siloni (2005), Dobrovie-Sorin (2005) ou Rakosi (2008). Nestes trabalhos, operações de reorganização argumental ou diatésica como as que referimos no capítulo anterior (sobretudo, passivação, decausativização e reflexivização) são perspectivadas como resultando, mediante múltiplos processos, na destransitivização, em vários graus e em diferentes níveis, das estruturas em causa. Segundo alguns destes autores, a actuação de determinadas operações de reorganização argumental conduz a alterações na realização sintáctica dos argumentos semântico-temáticos seleccionados pelo predicador em causa, razão pela qual as estruturas resultantes se afastam

das transitivas típicas ou transitivas plenas e se aproximam, em diferentes graus, das estruturas intransitivas.

De acordo com Givón (2001), por exemplo, as estruturas reflexas e recíprocas são marcadas pela transitividade atenuada (“lower transitivity”), porque, por um lado, se afastam consideravelmente do protótipo transitivo que exige dois participantes totalmente distintos, Agente e Tema, com propriedades semânticas radicalmente diferentes (Givón, 2001: 96), e, por outro, porque determinados mecanismos sintácticos próprios destas construções as aproximam da intransitividade sintáctica (Givón, 2001: 99). Também as estruturas que o autor inclui no conjunto das construções médias (e que correspondem às que aqui analisamos como estruturas decausativas) assentam num processo de destransitivização semântica e sintáctica, conforme esclarece o autor ao afirmar que “[...] parallel with the semantic de-transitivization of middle-voice constructions is their syntactic de-transitivization. They are typically intransitive, objectless clauses in which the patient occupies the subject position” (Givón, 2001: 120 (destacado nosso)). Já as estruturas passivas são apresentadas pelo autor como construções em que a destransitivização semântica não está em causa, uma vez que “[...] the three main of semantic transitivity – active volitional agent, salient affected patient, and telic perfective verb – seem largely unaffected by the change from active-transitive to de-transitive voice” (Givón, 2001: 122). O recurso a estas construções decorre, segundo Givón, de diferenças na perspetivação pragmático-discursiva do evento, definidas em termos da respectiva topicalidade dos dois principais participantes no evento (Givón, 2001: 122).

Uma perspectiva semelhante encontra-se, por exemplo, nos trabalhos de Kemmer (1993, 1994) sobre as estruturas médias do Inglês, que, em muitos casos, correspondem a estruturas de SE do Português. Nestes estudos, a autora compara estruturas médias, reflexas e transitivas plenas<sup>55</sup>, afirmando que a diferença entre elas resulta, sobretudo, de diferenças ao nível das características dos participantes nas situações que verbalizam. Assim, “a two participant event is characterized by the conception of two distinct participants filling two semantic roles in some asymmetric interaction or relation. The reflexive and

---

<sup>55</sup> Kemmer baseia o seu estudo e a distinção entre estes três tipos de estruturas na diferenciação que faz entre eventos transitivos prototípicos, concebidos como “[...] a verbal event in which a human entity (an Agent) acts volitionally, exerting physical force on an inanimate definite entity (a Patient) which is directly and completely affected by that event”, situações reflexas, perspectivadas como eventos que “[...] involve only one participant, which stands in an Initiator/Endpoint relation to itself”, e situações de acção corporal, “[...] involving actions carried out on or through one’s own body” (Kemmer, 1993: 50-53), verbalizadas através de estruturas que denomina construções médias.

the body action middle [...], like the two-participant event, evoke two semantic roles. However, unlike two-participant events, they conflate the dual roles in a single referential entity [...]. The middle is further away from two-participant event type than the reflexive, because of the absence of differentiation of the entity into two conceptually manipulable entities” (Kemmer, 1993: 72). Fruto desta indistinção dos participantes, estruturas reflexas e estruturas médias aproximam-se, segundo Kemmer, das construções intransitivas, estando, portanto, num patamar intermédio de (in)transitividade (Kemmer, 1993: 72).

Também para Haspelmath (1987), estruturas reflexas e estruturas passivas têm em comum o facto de assentarem em diáteses recessivas que resultam em estruturas sintacticamente monádicas, conforme se constata a partir do Quadro proposto pelo autor.

	Reflexives	Passives
Semantic level	A .....U	U.....A
Referential level	X	X.....(Y)
Syntactic level	Subj	Subj.....(Obl)

Quadro VII: Diáteses recessivas associadas às estruturas reflexas e às estruturas passivas (cf. Haspelmath, 1987: 31)<sup>56</sup>

Ainda na opinião deste autor, as estruturas intransitivas decausativas, afastando-se das transitivas causativas correspondentes, são também perspectivadas como estruturas sintacticamente monádicas, conforme explica quando refere que “[...] the anticausative not only has no grammatical object, but the object/undergoer of the transitive becomes the grammatical subject of the anticausative [...]”. Ou, visto de outro prisma, “[...] the anticausative does not only involve the deletion of the actor [...] but the undergoer also becomes a subject” (Haspelmath, 1987: 5 (destacado nosso)).

Esta linha de pensamento que associa determinadas operações de reorganização argumental à (in)transitividade encontra-se ainda no trabalho de Levin e Rappaport Hovav (1995) – que perspectivam as estruturas decausativas e passivas como construções sintacticamente intransitivas, resultantes da não projecção na sintaxe de um dos argumentos semânticos associados ao respectivo predicador – ou nos estudos de Reinhart (1996, 2000) e Reinhart e Siloni (2005). Em texto de 2005, estas autoras, ao

<sup>56</sup> A = Agent; U= Undergoer; Subj = Subject; Obl= Oblique



proporem a análise de uma série de operações sobre a diátese verbal<sup>57</sup>, encaram as estruturas reflexas, passivas e decausativas como estruturas intransitivas resultantes de importantes alterações na correspondência entre estrutura semântica e estrutura sintáctica dos respectivos predicadores que assentam, sobretudo, na perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos semânticos<sup>58</sup>.

Esta perspectiva de análise que se reflecte nos vários trabalhos que fomos referindo nos últimos parágrafos revela-se particularmente interessante porque permite analisar várias estruturas de SE em articulação com as operações de alternância argumental referidas no capítulo anterior e com as noções de (in)transitividade. Uma vez que as estruturas em que ocorre o operador SE parecem assentar em alterações, mais ou menos profundas, na materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em causa, e dado que estas são, por muitos autores, associadas a alterações na (in)transitividade destas construções, será possível defender a existência de uma relação entre a presença do operador SE e a mitigação ou atenuação da transitividade? Estará a resposta a esta questão dependente do estatuto que se confere ao próprio operador nos vários contextos em que ocorre? Poderá associar-se a presença deste operador e a hipotética diminuição da transitividade a condicionantes semânticas e/ou pragmáticas?

A resposta a estas questões depende não apenas do modo como se percebe a (in)transitividade, mas também do estatuto que se atribui a este operador que, enquanto clítico, flutua numa ténue e indefinida fronteira entre a palavra e o afixo. Se há perspectivas que tendem a formular uma análise unificada das estruturas de SE, concebendo-o sempre como afixo anulador de caso e, conseqüentemente, como indutor ou espoletador da intransitividade (Reinhart e Siloni, 2005), noutras a sua caracterização é mais especiosa, distinguindo-se vários usos de SE em função das características sintáctico-semânticas das estruturas em que ocorre o clítico. A análise que propõem, por exemplo, Cinque (1988, 1995), Brito, Duarte e Matos (2003) ou D'Alessandro (2007) assenta na distinção entre

---

<sup>57</sup> A estas operações sobre a estrutura temático-argumental e sintáctica as autoras dão o nome de “arity operations”, explicando que “it is a standard assumption in works on argument structure that the different instantiations of the same thematic concept are derived from the same basic entry via universal operations. We name these operations *arity operations*, as they affect the arity (valence) of the predicate” (Reinhart e Siloni, 2005: 390).

<sup>58</sup> As autoras sublinham, a respeito das operações diatésicas, que “valence reducing arity operations always have the effect of suppressing the syntactic realization of one of the  $\emptyset$ -roles of the verb. However [...] the operations differ as to whether the syntactically unrealized argument is eliminated altogether, or it is still available in the semantics” (Reinhart e Siloni, 2005: 399 (destacado nosso)).

ocorrências de *SE* argumental e de *SE* não argumental. Nas primeiras, *SE* surge como materialização de um dos argumentos verbais; nas segundas funciona como operador de transitivização ou como partícula sem conteúdo semântico ou morfossintático.

Tendo em conta a natureza clítica de *SE* – a que se associa, necessariamente, a falta de autonomia aos níveis referencial, distribucional e prosódico – será razoável considerar que este operador ocorra como manifestação de um dos argumentos verbais? Haverá possibilidade de perspectivar *SE* como um argumento dotado de características particulares, lacunar em certos aspectos, mas denso ou compacto noutros? A ser assim, por exemplo, as estruturas reflexas não assentariam apenas numa transitividade atenuada em termos semânticos, mas também em termos sintáticos, ocorrendo, como sublinham Hopper e Thompson (1980), Kemmer (1993, 1994) ou Givón (2001), como estruturas intermédias entre as transitivas plenas e as intransitivas.

Tanto as questões que agora colocámos quanto as divergências entre as posições atrás sumariadas deixam claro que o estatuto e função do clítico *SE* nas estruturas em que ocorre são assuntos em torno dos quais não existe ainda grande consenso, sobretudo porque a qualquer tentativa de caracterização deste operador estão associadas importantes opções relativamente à organização semântica e sintáctica da estrutura em que ocorre. Tendo em conta diferentes propostas de análise do clítico *SE* e também estudos relacionados com a diátese verbal e com as alterações que lhe são inerentes, procuraremos, na segunda parte deste trabalho, dar resposta às questões acima formuladas e caracterizar o operador *SE*, nos vários contextos em que ocorre, à luz dos restantes elementos fráscicos que com ele co-ocorrem.

Apesar da profusão de bibliografia disponível, tanto relativa aos tópicos teóricos em análise quanto referente aos próprios usos de *SE*, partiremos, em muitos momentos, das perspectivas, amplamente divulgadas nos *fora* linguísticos internacionais, de autores como Cinque (1988, 1995), Reinhart (1996), Mendikoetxea (1999a; 1999b), Sanchez Lopez (2002a), Reinhart e Siloni (2005) e Dobrovie-Sorin (2005), que propõem abordagens conjuntas dos vários usos de *SE* em apreço. Teremos também em conta contributos mais direccionados a usos particulares de *SE*, como, entre outros, o trabalho de Levin e Rappaport Hovav (1995) e o de Schäfer (2009) sobre estruturas decausativas, ou os trabalhos de Nedjalkov (2007a) e de König e Gast (2008a) sobre estruturas reflexas e recíprocas. Serão fundamentais,

de igual modo, trabalhos dedicados ao estudo dos dados do Português, nomeadamente os textos de Naro (1976), Nunes (1991), Brito, Duarte e Matos (2003) ou Martins (2003, 2005). A tomada em consideração destes trabalhos não significa uma adesão total e completa às perspectivas de análise neles expostas, sendo antes um ponto de partida para uma análise que se quer, à semelhança do próprio objecto de estudo, multifactorial e multidimensional, ancorada em perspectivas teórico-metodológicas diversas e complementares.



## **PARTE II**

### **PADRÕES DE USO DE *SE* EM PE ACTUAL**



## CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Apesar da profusão de classificações propostas para os usos de *SE*, tanto em Português quanto noutras línguas românicas, não é fácil identificar uma que reúna consenso entre os estudiosos. Muitas destas divergências no estudo das estruturas de *SE*, assim como na delimitação, identificação e denominação dos vários usos/valores deste operador, decorrem das diferentes orientações teóricas que subjazem aos vários trabalhos de análise. Por isso, a opção por uma proposta prévia de classificação dos usos de *SE* pode revelar-se não totalmente satisfatória.

Tendo em conta os contextos de ocorrência deste operador, organizamos a proposta de análise empírica dos usos de *SE* em torno de cinco padrões recorrentes de utilização deste clítico: em estruturas reflexas e recíprocas; em estruturas de sujeito indeterminado, em estruturas passivas e em estruturas decausativas. No capítulo I, debruçar-nos-emos sobre as estruturas de ***SE anafórico***, analisando as tradicionalmente chamadas estruturas reflexas e estruturas recíprocas; no capítulo II, centrar-nos-emos sobre as estruturas de ***SE impessoal***, explorando as construções de *SE* indeterminador e de *SE* apassivador; no capítulo III, estudaremos as estruturas de ***SE decausativo***.

Em cada capítulo apresentaremos, num momento inicial, de forma sintética e numa perspectiva comparativa, alguns estudos prévios consagrados ao uso de *SE* em apreço, esclarecendo conceitos teóricos e operacionais necessários para a análise e problematização do comportamento de *SE* nas várias estruturas em que ocorre. A análise empírica e a descrição das estruturas de *SE* propriamente ditas serão concretizadas numa etapa posterior e contemplarão uma reflexão sobre as operações valenciais ou argumentais associadas a cada um dos padrões de uso de *SE* e a caracterização morfosintáctica e semântica de outros constituintes que integram estas estruturas, nomeadamente do sujeito e dos predicadores. Quando se revelar pertinente, proporemos também a definição de subtipos de estruturas de *SE*.

## 1. SE ANAFÓRICO: ESTRUTURAS REFLEXAS E RECÍPROCAS

### 1.1. Caracterização preliminar

As estruturas que analisaremos nos próximos parágrafos são tradicionalmente conhecidas como estruturas reflexas (93-94) e recíprocas (95-96).

(93) Depois **censurou-se** a si próprio por não ter respondido com a rapidez e o vigor necessários [...]. (CTP)

(94) **Disfarçou-se** de mulher, **maquilhou-se**, e na tarde de quarta-feira atravessou os portões da prisão entre as mulheres e crianças que acabavam de visitar os presos. (CTP)

(95) Os dois homens **saudaram-se** naturalmente [...]. (CTP)

(96) [...] caíram nos braços um do outro e **felicitaram-se** mutuamente. [...] (CTP)

Trata-se de estruturas que dão conta de situações em que uma entidade age sobre si própria, fazendo com que a acção que inicia se reflecta em si mesma, as estruturas reflexas (93-94), ou de construções verbais que codificam situações em que participam pelo menos dois intervenientes que realizam a mesma acção um sobre o outro, ou seja, A age sobre B e B age sobre A, as estruturas recíprocas (95-96).

Na tradição gramatical, estes dois tipos de construções são habitualmente analisados de forma muito próxima, assumindo-se que a chamada conjugação reflexa serve também para exprimir a reciprocidade (Dias, 1881: 110-111). Nestas perspectivas de análise de pendor mais tradicional, as estruturas em causa são entendidas como manifestação da voz média ou voz reflexiva, suprindo a ausência em PE de marcas flexionais próprias desta voz (Barboza, 1830: 257-259).

O SE presente neste tipo de estruturas é, nesta linha de pensamento de influência tradicional, percebido como pronome pessoal de objecto directo ou de objecto indirecto (cf. Cunha e Cintra, 1998: 307), não se fornecendo muitos detalhes relativamente ao seu comportamento ou à relação que mantém com os restantes elementos frásicos.



Em trabalhos mais recentes, porém, procede-se a uma tentativa de descrição mais pormenorizada destes dois tipos de estruturas, analisando-as à luz de conceitos como os de dependência referencial (Peregrín Otero, 1999; Brito, Duarte e Matos, 2003) ou de alternância argumental (Dobrovie-Sorin, 2005; Reinhart e Siloni, 2005). Em resultado das diferentes concepções teórico-metodológicas que subjazem a estas análises mais recentes, as estruturas sob escopo e o SE que nelas ocorre têm sido perspectivados de forma muito diversa. Para alguns autores (Reinhart e Siloni, 2005; Siloni, 2008), estamos perante construções intransivas marcadas pela presença de um operador redutor de caso e indutor da intransitividade, SE. Noutras linhas de trabalho (Peregrín Otero, 1999; Brito, Duarte e Matos, 2003), o operador SE é assumido como um clítico anafórico<sup>59</sup>, isto é, uma unidade lexical destituída de capacidade referencial autónoma e, por isso, necessariamente dependente de outra expressão que fixe ou determine o seu valor referencial. Trata-se de uma abordagem em que as expressões anafóricas<sup>60</sup> são apenas aquelas em que ocorrem reflexos e recíprocos, clíticos que estão sob c-comando<sup>61</sup> do respectivo antecedente<sup>62</sup>. Adoptando esta linha de pensamento, ao longo deste trabalho referir-nos-emos ao SE que ocorre nas estruturas reflexas e nas estruturas recíprocas como **SE anafórico**.

Ainda que partilhando esta natureza clítica, referencialmente não autónoma, SE reflexo e SE recíproco ocorrem em estruturas que descrevem situações com características diferentes, nomeadamente no que

<sup>59</sup> Na concepção de Brito, Duarte e Matos (2003), o termo anáfora designa “[...] a relação referencial que se estabelece entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais, como os reflexos e os recíprocos, e que não têm nunca referência autónoma, e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, lhes serve de antecedente” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 805).

<sup>60</sup> As próprias autoras alertam para a polissemia do termo anáfora, referindo que “na Linguística moderna, o conceito de anáfora não é uniforme, tendendo, de qualquer modo, a ser visto como processo que consiste em utilizar uma forma linguística ou um vazio para remeter para algo que foi dito anteriormente (o antecedente)” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 802). A concepção de anáfora seguida por estas autoras é bastante restrita, distinguindo-se, por exemplo, da de co-referência. Esta é entendida como “a relação que se estabelece entre duas expressões nominais usadas com valor referencial, quer a segunda seja um SN pleno quer seja um pronome pessoal ou demonstrativo (diferente, portanto, de um reflexo e de um recíproco)” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 805). Peregrín Otero (1999) também propõe uma abordagem dos clíticos reflexo e recíproco do espanhol baseada na noção de “correferencia con ligamiento”, afirmando que “[...] en contraste con las construcciones pronominales correferenciales sin ligamiento en las que la relación de correferencia es facultativa (para el oyente o el lector), en las construcciones reflexivas o recíprocas, la relación entre el antecedente (o antecedentes, en las recíprocas) y el elemento dependiente (la variable ligada) es obligatoria [...]” (Peregrín Otero, 1999: 1436). Ainda sobre o conceito de anáfora, poderá consultar-se, para o Português, o trabalho de Figueiredo (2000).

<sup>61</sup> Conforme recorda Brito (2003: 328), o conceito de c-comando (i.e., comando de constituinte) assenta na ideia de que “[...]  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  se  $\alpha$  não domina  $\beta$ , se  $\alpha$  e  $\beta$  forem distintos e se o primeiro nó ramificante que domina  $\alpha$  domina  $\beta$ ”.

<sup>62</sup> A ocorrência de anáforas ligadas está sujeita à verificação de algumas condições, assim apresentadas por Brito, Duarte e Matos (2003: 811): “uma anáfora tem de ter o seu antecedente dentro da oração a que pertence [...]; não pode ela própria ocupar a posição de sujeito [...]; entre o antecedente e a anáfora não pode interpor-se uma expressão nominal que seja, ela própria, um sujeito [...]”. Os clíticos anafóricos (reflexos e recíprocos) respondem afirmativamente a estes critérios, conforme se verifica através dos exemplos apontados pelas autoras (Brito, Duarte e Matos, 2003: 811).

concerne ao número de intervenientes nelas envolvidos, às relações que entre si mantêm e ao tipo de papéis temáticos a que estão associados. Por isso, e porque os trabalhos de descrição destes dois tipos de estruturas se têm especializado cada vez mais nos últimos anos, optamos por não proceder à revisão conjunta da bibliografia, fazendo alusão a trabalhos de relevo sobre cada um destes dois tipos de estruturas aquando da reflexão sobre as operações de (re)organização argumental que lhes estão associadas.

Verbalizando situações distintas, estruturas reflexas e estruturas recíprocas necessariamente exibem propriedades diferenciadas, sobretudo ao nível da organização e materialização da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores e ao nível das características sintáctico-semânticas dos elementos frásicos com que co-ocorrem. Por isso, para cada um destes dois tipos de estruturas de *SE* propomos (i) uma reflexão sobre as operações argumentais em que assentam e sobre o estatuto e comportamento que o clítico *SE* nelas exhibe, bem como (ii) uma análise atenta dos elementos frásicos que com ele co-ocorrem, sobretudo o SN sujeito e o predicador. Seguindo esta estrutura, procederemos primeiro à análise empírica das estruturas reflexas (§ 1.2.) e depois ao estudo das estruturas recíprocas (§ 1.3.). Concluiremos com uma abordagem global das estruturas de *SE* anafórico (§ 1.4.).

## 1.2. *SE* em estruturas reflexas: análise empírica

Abordaremos nesta secção usos de *SE* como os que se exemplificam nas frases (97-98).

(97) *O doutor Cavaco foi ao Algarve [...] e **elogiou-se** como herói.* (CTP)

(98) *O poeta **perguntou-se**, por mera curiosidade, qual o método que lhe estava reservado.* (CDP)

Numa perspectiva de pendor tradicional como a representada, por exemplo, por Cunha e Cintra (1998), estamos perante estruturas de voz reflexiva, nas quais ocorre um pronome reflexo que “[...] serve de objecto directo ou, mais raramente, de objecto indirecto e representa a mesma pessoa que o sujeito [...]” (1998: 405). Noutros trabalhos, que incorporam já aportações dos estudos linguísticos das últimas décadas, o operador *SE* incluído neste tipo de estruturas é entendido como clítico anafórico reflexo (e.o, Mateus *et al.*, 2003) ou como operador de redução valencial (Reinhart e Siloni, 2005).

Nos próximos parágrafos analisaremos com maior detalhe estas propostas de análise das estruturas reflexas, começando por descrever as operações argumentais que lhes estão subjacentes. Ainda com base nas diferentes aporções destes trabalhos prévios e na análise dos dados recolhidos, procuraremos identificar os principais traços caracterizadores de *SE* quando usado nestes contextos. Por fim, proporemos uma classificação das estruturas que consideramos reflexas prototípicas (97-98) e procuraremos averiguar se estruturas do tipo (99-100), muitas vezes tratadas como reflexas, deverão ou não ser analisadas como tal.

(99) **Alegrou-se** muito padre Reinaldo com a vinda de Alberto. (CDP)

(100) Ele notou-lhe os olhos marejados e **arrependeu-se** de a ter ferido. (CDP)

### 1.2.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de *SE*

Qualquer estudo do operador *SE* presente nas estruturas ditas reflexas implica, independentemente da língua<sup>63</sup> em causa, uma reflexão aprofundada em torno da estrutura temático-argumental subjacente a tais construções e do modo como a mesma se realiza na linearidade frásica. Uma abordagem deste teor assume-se como uma etapa fundamental para a discussão em torno do estatuto de *SE* e do modo como este operador interfere na organização da estrutura em que ocorre. É esta análise que procuraremos levar a cabo nos próximos parágrafos, tendo em conta aquelas que consideramos as estruturas reflexas prototípicas, isto é, as reflexas agentivas volitivas, como as de (101). Outros exemplos, considerados de fronteira (102), não serão tidos em conta nesta secção, sendo abordados em 1.2.4.

(101) O rapaz **associou-se** ao protesto dos jovens.

(102) O rapaz **sabe-se** capaz de ajudar a família.

Na análise das estruturas reflexas de *SE* das línguas românicas destacam-se duas linhas de trabalho, assentes em pressupostos muito diferentes: (i) um conjunto de trabalhos que dá continuidade às análises mais tradicionais e que assume este *SE* como um clítico com estatuto argumental, ocorrendo associado à

<sup>63</sup> Para um estudo aprofundado sobre as estruturas reflexas nas diferentes línguas românicas vejam-se, entre outros, Faltz (1985), Geniesi (1987), Peregrín Otero (1999), Dobrovie-Sorin (1998, 2005). Para uma abordagem mais alargada, veja-se König e Gast (2008a).

posição de objecto directo ou de objecto indirecto; (ii) outro grupo de reflexões que assume SE como um morfema redutor de caso, sendo por isso destituído de estatuto argumental. A primeira opção de trabalho inclui as estruturas reflexas no âmbito das estruturas transitivas, ao passo que a segunda as concebe como intransitivas.

Numa perspectiva de análise tradicional, as estruturas reflexas são entendidas como formas de manifestação da voz reflexiva ou voz média, figurando como herdeiras directas de estruturas já existentes em Latim. Estas construções são perspectivadas como estruturas nas quais a acção denotada pelo verbo não apenas parte do sujeito, como também nele se reflecte ou se projecta, isto é, recuperando as palavras de Barboza (1830: 260), trata-se de estruturas em que “[...] a acção do agente se [faz] recair sobre ele mesmo”, sendo construídas com recurso aos chamados pronomes pessoais reflexos.

Assim sendo, e como esclarecem Cunha e Cintra (1998), o SE que ocorre nas estruturas reflexas é encarado como pronome reflexo de objecto directo (103) ou indirecto (104):

(103) O João **elogiou-se**<sub>OD</sub> em frente de toda a família.

(104) O João **perguntou-se**<sub>OI</sub> se valeria a pena assistir à palestra.

Esta posição ancora-se na possibilidade de, independentemente da forma ou do tipo de frase em questão, facilmente comutarmos SE por um pronome não reflexo de objecto directo ou de objecto indirecto, conforme se verifica nos exemplos seguintes.

(105) O João **elogiou-se**<sub>OD</sub> em frente de toda a família.

(106) O João **elogiou-o**<sub>OD</sub> em frente de toda a família.

(107) O João não **se**<sub>OD</sub> **elogiou** em frente de toda a família.

(108) O João não **o**<sub>OD</sub> **elogiou** em frente de toda a família.

(109) O João **perguntou-se**<sub>OI</sub> se valeria a pena assistir à palestra.

(110) O João **perguntou-lhe**<sub>OI</sub> se valeria a pena assistir à palestra.

(111) O João não **se**<sub>OI</sub> **perguntou** se valeria a pena assistir à palestra.

(112) O João não **lhe**<sub>OI</sub> **perguntou** se valeria a pena assistir à palestra.

Desta comutação resulta evidente que *SE* tem a mesma distribuição que as formas pronominais de objecto directo (*o*) e objecto indirecto (*lhe*). A ser assim, estando perante estruturas em que têm manifestação um sujeito e um objecto directo ou objecto indirecto, facilmente se justifica que as mesmas sejam consideradas estruturas transitivas. A conclusão semelhante chegam Alencar e Kelling (2005: 12), afirmando que “[...] data from German and Portuguese concerning the linearization order of grammatical functions constitute strong evidence that reflexives are treated by syntax as objects, since they are subject to the same rules as their non-reflexive counterparts” (destacado nosso). Segundo estes autores, os princípios de alinhamento prevêem a correspondência entre o argumento Tema e o operador reflexo, conforme se visualiza no quadro que propõem.

LCS	Agent	Theme
a-structure	<x <sub>i</sub>	y <sub>i</sub> >
f-structure	SUBJ <sub>i</sub>	OBJ <sub>i</sub> =REFL

Quadro VIII: Correspondência entre a estrutura léxico-conceptual e a estrutura funcional associadas às estruturas reflexas (cf. Alencar e Kelling, 2005: 14)

A posição que encontramos em Brito, Duarte e Matos (2003) assenta numa análise das estruturas reflexas que não se afasta muito da que acima expusemos. Nesta linha de pensamento, consideram-se as formas reflexas e recíprocas (*me, te, se, nos, vos*) clíticos anafóricos. Estes são, de acordo com as autoras, unidades lexicais destituídas de acentuação própria, que nunca têm capacidade referencial autónoma e que, por isso, são sempre dependentes de um antecedente, necessariamente pertencente à mesma oração, com capacidade para fixar o seu valor referencial. A identidade referencial que se estabelece entre o clítico reflexo e o seu antecedente é representada visualmente através do uso do mesmo índice subscrito, como em (113-114).

(113) O João<sub>i</sub> **aprontou-se<sub>i</sub>** em menos de cinco minutos.

(114) O João<sub>i</sub> disse que ele<sub>ij</sub> **se<sub>ij</sub> aprontou** em menos de cinco minutos.

No exemplo (113) o antecedente de *SE* é o SN *o João*, sujeito da oração. Já no exemplo (114) o antecedente de *SE* é o pronome *ele* que se assume como sujeito da oração subordinada.

As autoras afirmam claramente que SE, enquanto clítico anafórico reflexo, ocorre associado às posições de objecto directo ou objecto indirecto<sup>64</sup>, tanto em frases simples, quanto em construções complexas em que há marcação excepcional de caso por parte do verbo superior (perceptivo ou causativo) (Brito, Duarte e Matos, 2003: 807).

(115) *O visitante **ajeitou-se** no cadeirão que o outro lhe oferecera à entrada [...].* (CDP)

(116) *A Rosa viu o filho **sujar-se** com os lápis de cor.*

Embora a questão não seja directamente abordada pelas autoras, parece-nos que na proposta de Brito, Duarte e Matos (2003), como nas análises de pendor tradicional, não se perspectivam as estruturas reflexas como decorrentes de operações argumentais recessivas. Na proposta destas autoras, todos os argumentos seleccionados pelos predicadores em questão têm presença na linearidade frásica, mesmo que, no caso do argumento interno, essa realização sintáctica não se corporize naquela que é a sua posição habitual e ocorra através de uma unidade com uma presença lexical e uma autonomia atenuadas.

De acordo com trabalhos como os que referimos nos últimos parágrafos, as estruturas reflexas não assentam em alterações profundas na organização e na materialização da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Ao nível semântico, estes seleccionam dois argumentos, por norma com os papéis temáticos de Agente e de Tema, que se projectam na estrutura argumental enquanto argumento externo e argumento interno, respectivamente. Na linearidade frásica, o argumento externo (tematicamente Agente) concretiza-se como SN sujeito, ao passo que o argumento interno (Tema) se materializa como objecto. A única propriedade que parece afastar estas estruturas das transitivas plenas é o facto de existir identidade referencial entre Agente e Tema, ou seja, na situação descrita pelo predicador, as funções de Agente e de Tema são assumidas pelo mesmo interveniente. Desta dependência referencial resulta, na linearidade frásica, a presença do clítico SE, associado à posição de

---

<sup>64</sup> Em Peregrín Otero (1999) também se sublinha o papel de SE como manifestação do objecto directo ou do objecto indirecto. Diz o autor que “[...] el clítico se es (casi) imprescindible cuando el reflexivo es un objeto indirecto [...] o directo [...]” (Peregrín Otero, 1999: 1460). Depois de referir, sumariamente, as divergências de opinião quanto ao carácter (in)transitivo das estruturas reflexas, o autor afirma que “[...] es razonable concluir, como la tradición, que *Juan se vendó (a sí mismo)* es una frase transitiva análoga a *La enfermera vendó a Juan [...]*” (Peregrín Otero, 1999: 1464-1465).

objecto directo/objecto indirecto, revelando estatuto argumental, mas carecendo de autonomia a vários níveis e revelando uma configuração lexical compactada.

Posição bem diferente têm aqueles que defendem a intransitividade das estruturas reflexas, uma vez que perspectivam estas construções como resultantes de profundas alterações na estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Autores como Marantz (1984), Kayne (1988), Grimshaw (1990), Pesetsky (1995), Reinhart (1996), Reinhart e Siloni (2005) defendem que as estruturas reflexas assentam numa diátese recessiva resultante da perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos seleccionados pelo predicador em causa. Para estes estudiosos, as estruturas reflexas são estruturas intransitivas.

De entre os autores que defendem a intransitividade das estruturas reflexas, alguns propõem que as mesmas têm carácter inacusativo (Marantz, 1984; Kayne, 1988), ao passo que outros defendem o seu carácter inergativo (Reinhart, 1996; Reinhart e Siloni, 2005). A opção por uma ou outra destas hipóteses está directamente relacionada com o estatuto que cada um destes grupos de linguistas atribui ao clítico, sendo que dentro do grupo dos defensores da inacusatividade das estruturas reflexas existem divergências quanto a esta questão.

Concordando quanto à presença de um sujeito sintáctico que corresponde à materialização de um argumento interno, os autores que propõem a inacusatividade das estruturas reflexas divergem, no entanto, no que respeita ao estatuto que conferem ao clítico *SE* nelas operante. Para aqueles que defendem uma abordagem mais lexicalista, o argumento externo é absorvido no léxico, não tendo, por isso, presença na linearidade frásica; para os apologistas de uma explicação sintacticista, ele está presente na sintaxe precisamente através do clítico *SE*. Ou seja, na linha de análise que propõe a inacusatividade das estruturas reflexas encontramos autores que defendem que *SE*, mesmo destituído de caso, se assume como manifestação do argumento externo (Kayne, 1988; Pesetsky, 1995), e outros que perspectivam *SE* como um morfema de redução valencial que suprime o argumento externo (Marantz, 1984; Grimshaw, 1990).

Também para autores como Chierchia (2004) ou Reinhart e Siloni (2005), *SE* é um morfema de redução ou atenuação valencial. No entanto, nesta perspectiva, o argumento que, em função da presença de *SE*,

vê impedida a sua realização sintáctica na posição que lhe é habitual é o argumento interno: por isso, para estes autores, as estruturas reflexas são estruturas intransitivas inergativas.

Dada a profusão de posicionamentos teóricos a propósito da (in)transitividade das estruturas reflexas e das operações argumentais que lhe estão subjacentes sintetizamos<sup>65</sup>, no Quadro IX, as principais posturas anteriormente referidas.

	<b>Estatuto de SE</b>	<b>Estatuto do SN [- clítico]</b>	<b>(In)transitividade das estruturas reflexas</b>	<b>Autores</b>
<b>SE</b> <b>[+ argumental]</b>	argumento interno	argumento externo	estruturas transitivas	Brito, Duarte e Matos (2003) Alencar e Kelling (2005)
	argumento externo	argumento interno	estruturas inacusativas	Kayne (1988) Pesetsky (1995)
<b>SE</b> <b>[- argumental]</b>	morfema de redução valencial (reduz o argumento externo)	argumento interno	estruturas inacusativas	Grimshaw (1990) Marantz (1984)
	morfema de redução valencial (reduz o argumento interno)	argumentos externo e interno	estruturas inergativas	Reinhart (1996) Reinhart e Siloni (2005)

Quadro IX: (In)transitividade das estruturas reflexas – síntese das propostas de análise (cf. Alboui, Barrie e Fregeni, 2004)

Como referimos acima, Reinhart e Siloni (2005), no seguimento de Chierchia (2004), ao defenderem o carácter inergativo das estruturas reflexas, explicam que subjacente às mesmas está uma profunda reestruturação da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores, resultante da presença de SE. Segundo estas autoras, nas estruturas reflexas assiste-se à não realização na sua posição sintáctica habitual de um dos argumentos semânticos do predicador verbal em causa. Semanticamente, as estruturas em questão continuam a ser entendidas como estruturas transitivas, na medida em que “[...] its semantics retains the original roles of the transitive base entry” (Reinhart e Siloni, 2005: 400). No entanto, esses dois papéis semânticos são, fruto da presença de SE, associados ao mesmo argumento sintáctico.

<sup>65</sup> Para uma percepção mais completa das várias propostas de descrição das estruturas reflexas e da reorganização argumental que lhes está subjacente, consulte-se Alboui, Barrie e Fregeni (2004).



A esta operação de fusão de dois papéis semânticos (um dos quais corresponde necessariamente a um argumento externo) num único argumento sintáctico, as autoras dão o nome de *bundling* (Reinhart e Siloni, 2005: 400). Assim, a operação de reorganização argumental subjacente à reflexivização não é propriamente uma operação de redução ou eliminação (posição defendida, por exemplo, em Chierchia, 2004), mas antes uma operação de fusão de papéis temáticos conduzindo ao surgimento de um papel temático complexo (Reinhart e Siloni, 2005: 400), materializado na linearidade frásica como sujeito.

Ainda segundo Reinhart e Siloni (2005), em línguas de reflexivização sintáctica<sup>66</sup>, esta operação exige a presença de um operador – nas línguas românicas, o clítico *SE* – que reduz o caso acusativo/dativo, impedindo assim o papel temático interno de se projectar na sua posição sintáctica canónica. Não podendo realizar-se naquela que é a sua posição habitual, o papel temático interno funde-se com o papel temático externo, o que resulta na já referida atribuição de dois papéis temáticos ao mesmo argumento sintáctico (Reinhart e Siloni, 2005: 400). A estrutura resultante exhibe, por isso, um único argumento sintáctico, sendo incluída pelas autoras no conjunto das estruturas intransitivas inergativas<sup>67</sup>.

O recurso a testes de carácter morfossintáctico é frequente quando os autores procuram justificar o carácter (in)transitivo das estruturas reflexas. Alguns desses testes são reunidos por Reinhart e Siloni (2005), aplicando-os a dados do Francês. De acordo com estas autoras, nas construções causativas do Francês (do tipo *faire* + Inf.), o comportamento do sujeito das frases encaixadas com verbos reflexos não corresponde ao comportamento do sujeito das frases com verbos transitivos, mas antes ao daquelas cujos verbos são intransitivos (cf. 117-120).

(117) *Je ferai laver Max \*(à) Paul.*

(118) *Je ferai courir Paul. vs. Je ferai courir \*à Paul.*

(119) *Je le ferai laver à Paul.*

(120) *Je ferai se laver Paul.*

Reinhart e Siloni (2005: 392)

<sup>66</sup> Reinhart e Siloni ancoram-se no Parâmetro Léxico-Sintaxe, que as próprias formulam, para defenderem que a operação de reflexivização pode ter lugar no Léxico ou na Sintaxe. Segundo estas autoras, as línguas românicas são exemplos de línguas nas quais a reflexivização tem lugar na Sintaxe (Reinhart e Siloni, 2005: 398).

<sup>67</sup> Defendendo o carácter inergativo das estruturas reflexas (posição que ancoram em testes morfossintácticos aplicados a línguas como o Francês ou o Russo), as autoras afastam-se do defendido por Kayne (1988) ou Grimshaw (1990), para quem as estruturas reflexas são inacusativas.

Para Reinhart e Siloni (2005: 392), nos casos em que o verbo da oração subordinada é transitivo, o respectivo sujeito é necessariamente introduzido pela preposição *à* (cf. 117), ao passo que nas estruturas subordinadas cujo verbo é intransitivo, o sujeito não pode ser introduzido pela referida preposição (cf. 118). Como se verifica através do contraste entre (119) e (120), quando o objecto directo da oração subordinada é um pronome (*le*), a estrutura comporta-se de acordo com o padrão das transitivas e o sujeito da oração subordinada surge introduzido pela preposição. Nas estruturas em que tem presença o clítico SE (cf. 120), o sujeito ocorre sem preposição, exibindo, por isso, um comportamento típico dos sujeitos das estruturas intransitivas.

No entanto, muitas vezes a aplicação de testes e de argumentos deste género à análise dos dados do PE não é fácil nem imediata. Efectivamente, parece-nos que as estruturas reflexas do PE exibem um comportamento que as afasta daquele que é típico das do Francês. Conforme se constata a partir dos exemplos seguintes, em PE as estruturas reflexas parecem interditas em construções com predicados complexos.

(121) *Ele mandou correr o Paulo.*

(122) *Ele mandou aparecer o Paulo.*

(123) *Ele mandou vestir o casaco ao Paulo.*

(124) *Ele mandou vesti-lo ao Paulo.*

(125) *\*? Ele mandou vestir-se a Maria.*

(126) *\*? Ele mandou vestir-se à Maria.*

Tal como acontece em Francês, também em PE é possível verificar diferenças comportamentais entre o constituinte assumido como sujeito de estruturas encaixadas cujos verbos são intransitivos (*correr* e *aparecer*) e o daquelas cujos verbos são transitivos (*vestir*): apenas nestas últimas tal constituinte surge introduzido pela preposição *a*. Ou seja, o padrão comportamental evidenciado pelas reflexas não as aproxima de nenhum dos grupos, uma vez que a frase não parece aceitável nem quando o sujeito do verbo encaixado ocorre sem preposição (125), nem quando o mesmo ocorre com preposição (126).

A agramaticalidade das frases que incluem estruturas reflexas no domínio encaixado poderá explicar-se, na linha do defendido por Gonçalves (1999, 2000), se contrariar a perspectiva que entende o SN não

clítico associado ao verbo encaixado como sujeito do mesmo. Esta autora defende, afastando-se do que é comumente postulado para as línguas românicas, que o SN em questão (em 125-126, o SN *a Maria*) não é sujeito do infinitivo. Um dos argumentos usados pela autora para fundamentar a sua proposta é, precisamente, a impossibilidade de ocorrência de clíticos anafóricos. Efectivamente, e de acordo com a concepção exposta, por exemplo, em Brito, Duarte e Matos (2003), os clíticos reflexos e recíprocos, enquanto anáforas ligadas, estão necessariamente dependentes de um antecedente incluído no mesmo domínio sintáctico mínimo, sendo que esse constituinte ocorre habitualmente como sujeito do predicador a que se agregam os clíticos. Veja-se o exemplo apontado por Gonçalves (2000: 14).

(127) \**O João mandou lavar-se/ mandou-se lavar (a) o Pedro.*

Se analisarmos o SN pós-complexo verbal – *o Pedro* – à luz do exposto por Gonçalves (2000), sabemos que o mesmo não deverá assumir-se como sujeito do infinitivo. Assim sendo, não poderá funcionar como antecedente das anáforas reflexas, uma vez que este ocorre, por norma, como sujeito. À luz desta exposição percebemos, assim, que a agramaticalidade de frases como (127) resultaria do facto de o clítico reflexo SE deixar de ter um antecedente que, dentro do mesmo domínio sintáctico mínimo, fixe o seu valor referencial. Parece-nos, portanto, que, como acima dizíamos, não é possível adaptar linearmente para os dados do Português a análise do comportamento das estruturas reflexas em construções *Fazer-Inf* do Francês. Por um lado, porque em Português o comportamento das reflexas neste contexto não segue nem o padrão das estruturas transitivas nem o das estruturas intransitivas, o que contraria a tese, adiantada por autores como Reinhart e Siloni (2005), segundo a qual nestas construções subordinadas as estruturas reflexas revelam um padrão comportamental típico das construções intransitivas. Por outro, porque a agramaticalidade das estruturas de *fazer-inf* em que ocorrem reflexas no domínio infinitivo parece resultar, segundo Gonçalves (2000), da ausência de um SN sujeito que sirva de antecedente ao clítico anafórico.

Uma vez que os dados do PE não permitem a aplicação directa de alguns dos testes sugeridos por Reinhart e Siloni para o Francês, torna-se difícil justificar uma análise que perspetive as estruturas reflexas do PE como estruturas intransitivas. Por isso, sumariamos abaixo alguns dos argumentos que nos levam a não adoptarmos tal proposta, optando por, na senda de autores como Cunha e Cintra (1998)

Brito, Duarte e Matos (2003) ou Alencar e Kelling (2005), assumir SE como realização do objecto directo ou indirecto dos predicadores a que se agrega. Alguns destes argumentos encontram-se já em trabalhos de pendor mais tradicional, outros resultam de abordagens mais recentes.

1) A distribuição de SE nas estruturas ditas reflexas segue o mesmo padrão que é típico dos clíticos não reflexos de OD/OI. Esta situação verifica-se tanto em frases afirmativas (128-130) quanto em frases negativas (131-132).

(128) A Maria **escondeu** [a carteira da Joana]<sub>OD</sub> atrás da porta.

(129) A Maria **escondeu**-[a]<sub>OD</sub> atrás da porta.

(130) A Maria **escondeu**-[se]<sub>OD</sub> atrás da porta.

(131) A Maria não [a]<sub>OD</sub> **escondeu** atrás da porta.

(132) A Maria não [se]<sub>OD</sub> **escondeu** atrás da porta.

2) Frases que incluam o clítico anafórico SE e uma expressão nominal referencial funcionando como OD (ou como OI) são agramaticais, o que indicia que estaremos perante uma situação de realização sintáctica dupla de um mesmo argumento.

(133) \*A Maria **vestiu-se** a filha.

(134) \*A professora **elogiou-se** o aluno.

(135) \*A professora **perguntou-se** ao director se valeria a pena rever as avaliações.

3) Apesar de funcionar como OD/OI dos predicadores a que se agrega, o clítico reflexo não ocorre na posição sintáctica que é típica desses complementos. No entanto, com as estruturas reflexas são viáveis construções de redobro de clítico, em que o constituinte redobrado assinala a posição argumental a que o clítico está associado. No caso das estruturas reflexas, o constituinte redobrado é introduzido pela preposição a seguida da forma forte do reflexo (*si mesmo/ si próprio*).

(136) A criança **elogiou-se** (a si mesma) em frente de toda a turma.

(137) A Maria **perguntou-se** (a si mesma) se deveria continuar a participar no projecto.

4) O estatuto argumental de SE vê-se reforçado pelo facto de o clítico se comportar de acordo com o paradigma comportamental dos clíticos pronominais (não reflexos) argumentais em contextos de

extracção simultânea de clítico, sendo possível “[...] recuperar o argumento não realizado sem que a frase seja sentida como um caso de objecto Nulo” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 836), como em (138-139).

(138) *Quem **se treina** [-] e prepara [-] merece obter bons resultados nas provas.*

(139) *A Joana nunca **se perfuma** [-] nem maquilha [-] com produtos de marca branca.*

5) Nas construções transitivas-predicativas SE ocorre exactamente com a mesma distribuição de outros clíticos não reflexos de OD. De acordo com Duarte (2003c: 297), os verbos transitivos-predicativos “[...] seleccionam um argumento externo e um argumento interno que é categorialmente uma oração pequena [...]”. Nestas estruturas, “[...] o sujeito da oração pequena tem a relação gramatical de objecto directo e o núcleo da oração pequena a relação gramatical de predicativo do objecto” (Duarte, 2003c: 297). Nestes contextos, portanto, SE ocorre como sujeito da oração pequena e como objecto directo do verbo transitivo-predicativo, assim replicando o comportamento dos pronomes de OD não reflexos.

(140) *A Maria **considera** a *irmã*<sub>OD</sub> bonita.*

(141) *A Maria **considera**-a<sub>OD</sub> bonita.*

(142) *A Maria **considera**-se<sub>OD</sub> bonita.*

Além disso, nas construções transitivas predicativas, verifica-se a necessidade de existir concordância em género e número entre o OD do verbo principal e o núcleo da oração pequena.

(143) *A Maria **considera**-a bonita.*

(144) *\*A Maria **considera**-a bonito.*

Nestes contextos, quando encontramos orações reflexas, deve existir identidade de género e número entre o SN sujeito da oração principal e o núcleo da oração pequena: esta situação explica-se se tivermos em conta que os traços de pessoa/número do clítico anafórico são determinados pelos do SN sujeito da oração principal e que, por sua vez, os traços de género/número do núcleo da oração pequena são determinados pelo respectivo SU (funcionando como OD da estrutura principal), o clítico SE.

(145)

*a. A Maria **considera**-a<sub>[fem., sing.]} *bonita*<sub>[fem., sing.]</sub>.</sub>*

b. A *Maria*<sub>[fem., sing.]</sub> **considera-se**<sub>[fem., sing.]</sub> *bonita*<sub>[fem., sing.]</sub>.

(146) \*A *Maria*<sub>[fem., sing.]</sub> **considera-se**<sub>[fem., sing.]</sub> *bonito*<sub>[masc., sing.]</sub>.

6) Nas estruturas de infinitivo gerundivo, SE ocorre com a mesma distribuição dos clíticos não reflexos de OD, funcionando como sujeito do verbo subordinado.

(147) A Rosa **viu** [*a filha* a receber o prémio] e *nem a reconheceu*.

(148) A Rosa **viu**-[*a* a receber o prémio] e *nem a reconheceu*.

(149) A Rosa **viu**-[**se** a receber o prémio] e *nem se reconheceu*.

7) Nas estruturas não finitas de infinitivo flexionado, o comportamento das estruturas reflexas é idêntico ao que é típico das estruturas transitivas plenas. O clítico anafórico SE, tal como os clíticos não reflexos, pode assumir-se como objecto do verbo encaixado.

(150) A *Maria viu/ mandou a filha* **vestir** [*o irmãozinho*]<sub>OD</sub>.

(151) A *Maria viu / mandou a filha* **vesti**-[*lo*]<sub>OD</sub>.

(152) A *Maria viu/ mandou a filha* **vestir**-[**se**]<sub>OD</sub>.

8) As estruturas reflexas estão interditas em construções com predicados complexos (do tipo *fazer + inf.*). Tal poderá explicar-se, à luz do proposto em Gonçalves (2000), tendo em conta que nestes contextos não parece existir em português um SN sujeito que possa servir de antecedente ao clítico anafórico SE.

(153) A *Maria mandou vestir o casaco à filha*.

(154) \*? A *Maria mandou* **vestir-se** *à filha*.

No entanto, e ainda que não subscrevendo as propostas que defendem a intransitividade das estruturas reflexas, também não podemos equipará-las a estruturas transitivas plenas, sobretudo porque se trata de construções que denotam situações em que participa uma única entidade, que, no entanto, se associa simultaneamente a dois papéis temáticos: torna-se, por isso, necessária uma abordagem conciliadora, que sublinhe o carácter intermédio das estruturas reflexas.

Esta visão das estruturas reflexas como construções intermédias entre as transitivas e as intransitivas encontra-se já em trabalho de Hopper e Thompson (1980): estes autores, partindo de uma concepção escalar da transitividade, defendem que “reflexives in many languages have properties which can be

explained by appealing to their intermediate status between one-argument and two-argument clauses: compared with one-argument clauses, they may be more Transitive [...]; compared with two-argument clauses, they typically display features associated with lower Transitivity [...]" (Hopper e Thompson, 1980: 277).

Perspectivando as estruturas reflexas como "[...] a special case of the two-participant event [...] in which the two participants happen to refer to the same entity" (Kemmer, 1993: 49-50), também Kemmer considera as estruturas reflexas como construções intermédias entre as transitivas plenas e as intransitivas, afirmando, como já mencionámos, que "a two participant event is characterized by the conception of two distinct participants filling two semantic roles in some asymmetric interaction or relation. The reflexive [...], like the two participant event, evoke[s] two semantic roles. However, unlike two participant events, [it] conflate[s] the dual roles in a single referential entity" (Kemmer, 1993: 72).

Também para Givón (2001), as estruturas reflexas são estruturas intermédias entre as transitivas e as intransitivas, posição que permite adoptar a hipótese de as estruturas reflexas serem estruturas de transitividade mitigada ou atenuada. Esta perspectiva é também adoptada em trabalho recente de Duarte (em publicação), afirmando a autora que "na transição entre as construções transitivas, em que figuram explícita e implicitamente dois argumentos, e as construções intransitivas com verbos que seleccionam apenas um argumento, encontramos construções em que ocorrem verbos transitivos mas cujos argumentos alinhados com as funções sintácticas de sujeito e de complemento directo representam a mesma entidade extralinguística (têm o mesmo referente), ou seja, são co-referentes [...]" (Duarte, em publicação: 27).

Em suma, e retomando o que explanámos nos últimos parágrafos, nas estruturas transitivas plenas, o predicador codifica uma situação em que participam duas entidades com funções distintas (habitualmente uma inicia a acção, outra recebe-a ou dela sofre os efeitos). De modo a descrever uma situação deste tipo, o predicador selecciona, em termos semânticos, dois argumentos com papéis temáticos bem delimitados e bem diferenciados (Agente e Tema), que se projectam na estrutura argumental enquanto argumento externo e argumento interno e que se materializam na sintaxe como sujeito e objecto, respectivamente.

As estruturas reflexas, no entanto, têm subjacente uma situação com outros contornos e, por isso, têm também uma realização sintáctica de certo modo diferente. Embora descrevam uma situação em que participa um único interveniente (que se assume como entidade que inicia a acção e que dela sofre os efeitos), os predicadores, quando usados nas estruturas reflexas, continuam a denotar uma situação a que, conceptualmente, associamos dois participantes e, por isso, seleccionam dois argumentos semânticos distintos. Neste caso, no entanto, tais argumentos partilham a mesma referência, razão pela qual se torna inviável a completa distinção dos mesmos. Ou seja, as estruturas reflexas, denotando uma situação em que intervém um único participante e não assentando numa clara diferenciação do objecto em relação ao Agente, não cumprem dois dos requisitos que Hopper e Thompson (1980) consideram definitórios da transitividade plena.

Parece-nos, portanto, que a mitigação da transitividade que sugerimos como própria das estruturas reflexas advém sobretudo de alterações ao nível ontológico-referencial, uma vez que estas estruturas, a que conceptualmente associamos dois argumentos, dão conta de situações em que intervém um único participante (que inicia a acção e que recebe os seus efeitos). Estamos, portanto, como refere Kemmer (1993: 72), perante uma situação de desproporção entre o número de papéis semânticos e o de participantes extra-linguísticos. O facto de não ser possível a completa distinção entre Agente e Tema contribui para que não sejam reunidas as condições básicas para a ocorrência de transitividade plena. Esta diminuição das propriedades transitivas traduz-se, na linearidade frásica, na realização do argumento interno Tema através de um clítico anafórico que, destituído de capacidade referencial autónoma, de identidade prosódica e de autonomia discursiva, acaba também por ter uma presença compactada e lexicalmente mitigada. No Quadro X procuramos esquematizar a organização e materialização sintáctica da estrutura temático-argumental subjacente às construções reflexas.

<b>Estrutura temática</b>	Agente <sub>i</sub>	Paciente <sub>i</sub>
<b>Estrutura argumental</b>	$\underline{X}_i$	Y <sub>i</sub>
<b>Estrutura sintáctica</b>	SU <sub>i</sub>	OD <sub>i</sub>

Quadro X: Organização e materialização da estrutura temático-argumental das estruturas reflexas.



Nesta linha de análise, o operador SE integrado nas estruturas reflexas é dotado de estatuto argumental, assumindo-se como materialização do argumento interno Tema (ou Beneficiário) e ocorrendo associado à posição de objecto (directo ou indirecto) do verbo a que se agrega. Como se depreende da possibilidade de comutação com outros clíticos de objecto directo ou de objecto indirecto, este clítico pode exibir caso acusativo ou caso dativo. Trata-se de um clítico anafórico reflexo, necessariamente dependente do respectivo antecedente, com ele partilhando não apenas os traços de pessoa e número mas também o valor referencial. Este clítico agrega-se aos predicadores sempre que os mesmos denotam situações em que um único participante, dotado de intencionalidade, não só espoleta uma acção como sofre os efeitos da mesma.

Nestas construções, dado que a referência do SN sujeito é coincidente com a do objecto directo, o sujeito revela traços comportamentais mistos, evidenciando não apenas propriedades típicas de um sujeito agentivo (a possibilidade de pronominalização através de um pronome pessoal nominativo, a concordância em pessoa e número com a forma verbal, a possibilidade de ocorrência com orações finais ou com advérbios orientados para o Agente, a formação de nominalizações em *-dor*), como também propriedades típicas de um sujeito afectado, podendo ocorrer em estruturas participiais em posição predicativa ou atributiva, como em (155-156). Parece confirmar-se, assim, que, tendo em conta a existência de uma escala de transitividade, estas estruturas de SE anafórico reflexo se situam num patamar inferior ao das transitivas plenas.

(155) *A Maria **vestiu-se** em cinco minutos. A Maria está vestida.*

(156) *A rapariga **maquilhou-se** com elegância. A rapariga maquilhada é a tua prima.*

Uma vez assumido o carácter argumental de SE, nos parágrafos que se seguem procuraremos caracterizar – em termos sintáctico-formais e semânticos – os vários elementos que ocorrem nas estruturas reflexas, concebidas como estruturas construídas em torno de predicadores bi-argumentais que dão conta de situações em que um sujeito, prototipicamente dotado de intencionalidade, age sobre si mesmo e que, em consequência desta coincidência referencial entre Agente e Tema, se assumem como estruturas de transitividade atenuada, sobretudo em termos semântico-ontológicos. Analisaremos, nos

próximos parágrafos, as propriedades dos predicadores incluídos nestas estruturas (§ 1.2.2.), bem como as características dos constituintes que nelas figuram como sujeito (§ 1.2.3.).

### 1.2.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica

Nas estruturas reflexas só são permitidos verbos tradicionalmente entendidos como transitivos, directos e/ou indirectos. Por norma, trata-se de verbos que seleccionam pelo menos dois argumentos, um argumento externo, tematicamente um Agente, e um argumento interno, directo ou indirecto, tematicamente um Tema ou um Beneficiário, como os que encontramos em (157-158).

(157) *A criança **mascarou-se**<sub>OD</sub> na escola.*

(158) *A Maria **concedeu-se**<sub>OI</sub> um dia de folga.*

Verbos com um só argumento não ocorrem nas estruturas reflexas, sejam eles inacusativos (159) ou inergativos (160).

(159) *\*A Maria **apareceu-se** subitamente à esquina.*

(160) *\*A Maria **caminhou-se** durante a noite.*

Para que um dado predicador ocorra nas estruturas reflexas, é fundamental que o mesmo seleccione um argumento interno dotado do traço [+ animado]. Verbos que não têm essa propriedade não podem surgir neste tipo de construções:

(161) *O João **bebeu** uma cerveja. vs. \*O João **bebeu-se**.*

(162) *O João **contou** uma história. vs. \*O João **contou-se**.*

(163) *O João **escreveu** um romance. vs. \*O João **escreveu-se**.*

Por norma, nas estruturas reflexas não se encontram verbos de estado, sendo agramaticais as construções reflexas que incluam predicadores existenciais ou verbos de posse, como em (164-165).

(164) *\*A companhia de teatro **existiu-se** entre 1985 e 1998.*

(165) *\*A rapariga **tem-se** com regularidade.*

No entanto, são possíveis estruturas reflexas construídas com verbos perceptivos e com verbos epistémicos, por vezes incluídos no grupo dos verbos de estado, como os de (166-167).

(166) *A menina viu-se ao espelho e sorriu.*

(167) *Aquela rapariga conhece-se bem.*

A grande maioria das estruturas reflexas descreve situações associadas a processos culminados, como em (168-170).

(168) *A Maria vestiu-se em menos de cinco minutos.*

(169) *O Paulo refrescou-se em poucos minutos.*

(170) *O novo aluno apresentou-se em apenas cinco minutos.*

O facto de muitas estruturas reflexas denotarem processos culminados contribui para reforçar o seu carácter transitivo: tenha-se em conta que Hopper e Thompson (1980) identificam a “punctuality” como um dos critérios indiciadores da transitividade, afirmando que “actions carried out with no obvious transitional phase between inception and completion have a more marked effect on their patients than actions which are inherently on-going [...]” (Hopper e Thompson, 1980: 252).

Em termos semânticos ou léxico-conceptuais, os verbos usados nas estruturas reflexas repartem-se por classes muito diversas, sendo identificáveis, entre outros tipos, verbos:

(171) de cuidado e embelezamento corporal: *lavar, pentear, maquilhar, vestir...*

(172) de mudança de posição corporal: *levantar, deitar, sentar, voltar, baixar...*

(173) de movimento/deslocação corporal: *afastar, aproximar, encaminhar...*

(174) avaliativos: *aprovar, censurar, criticar, detestar...*

(175) declarativos: *declarar, confessar, dizer, proclamar...*

(176) perceptivos: *ouvir, sentir, ver...*

(177) volitivos: *preferir, desejar, querer...*

(178) epistémicos: *achar, aceitar, considerar, fingir...*

Os predicadores que ocorrem nas estruturas reflexas prototípicas caracterizam-se, em suma, por serem predicadores não-unários, que seleccionam um argumento externo Agente e um argumento interno Tema (ou Beneficiário). Estes argumentos exibem, necessariamente, o traço [+ humano] ou, pelo menos [+ animado], pelo que os verbos cujos argumentos rejeitam tais propriedades estão impedidos de ocorrer neste tipo de estruturas. Trata-se de construções que denotam sobretudo situações de processos culminados.

### 1.2.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional

Nas estruturas reflexas prototípicas, o sujeito é o SN através do qual se materializa o argumento externo, habitualmente um Agente. Nos exemplos seguintes, a possibilidade de inserção de orações subordinadas finais sublinha a intencionalidade subjacente às situações descritas.

(179) O João **encasacou-se** [para conseguir resistir ao frio daquele dia de inverno].

(180) A Maria **vestiu-se** com requinte [para agradar à família do namorado].

(181) O gato **lambeu-se** [para se libertar da sujidade].

(182) O cão **afastou-se** do dono [para que este não lhe pudesse dar banho].

O sujeito das estruturas reflexas pode também denotar um conjunto de seres humanos ou uma instituição/organização, assumindo-se, ainda assim, como um sujeito com capacidade agentiva e dotado de volição.

(183) O restante exército **preparou-se** para enfrentar as forças de Soult. (CDP)

(184) A turma **preparou-se** exhaustivamente para o exame.

(185) A Comunidade Europeia **preparou-se** cuidadosamente para este acontecimento. (CTP)

É de realçar, ainda, que o sujeito das estruturas reflexas pode também designar construções humanas dotadas de alguma autonomia, como os *robots*, bem como entidades mitológicas concebidas como dotadas de vontade própria.

(186) O robot **destruiu-se** a si mesmo poucos segundos depois de ter entrado no parque.

(187) *Vénus **inclinou-se** diante de Júpiter e suplicou-lhe que protegesse os portugueses.*

Em grupos específicos de estruturas reflexas, que assumimos como reflexas de fronteira, o sujeito pode corresponder a um Experienciador (188) ou a um Iniciador não intencional (189).

(188) *A Joana **conhece-se** bem.*

(189) *A Joana **feriu-se** durante o passeio.*

O SN sujeito das estruturas reflexas é, por norma, um SN determinado (190), sendo também muito frequente a ocorrência destas estruturas sem SN sujeito explícito. Tal sucede quando estamos perante usos de pronomes nulos (*pro*) (191-192).

(190) *O presidente **refugiou-se** na constitucionalidade do hino, desvalorizando a questão.* (CDP)

(191) *O Contabilista pegou na gaiola e [pro] **preparou-se** para a instalar na sala de visitas.* (CDP)

(192) *Moschino nasceu em Abbiategrasso [...] e [pro] **inscreveu-se** na Academia de Belas-Artes.*

(CDP)

Nestes casos, como explicam Brito, Duarte e Matos (2003: 824) “é esse pronome nulo na frase coordenada que constitui o antecedente do reflexo [...] o que permite manter a localidade da relação anafórica [...]”, condição que, como referimos anteriormente, é indispensável para a ocorrência dos clíticos reflexos.

As estruturas reflexas, sobretudo quando ocorrem encaixadas e são introduzidas por um verbo volitivo ou optativo, podem exibir como sujeito um PRO, que funciona como antecedente do reflexo.

(193) *A aluna quer [PRO] **submeter-se** a exame.*

(194) *A aluna prefere [PRO] **submeter-se** a exame final.*

Em PE, o SN sujeito das estruturas reflexas ocorre preferencialmente à esquerda da forma verbal. Esta é, portanto, a sua posição não marcada.

(195) *De improviso, Clinton **elogiou-se** e fez rir.* (CTP)

(196) *Em 1971, Durand **matriculou-se** na Universidade Nacional de Engenharia, em Lima.* (CTP)

Estruturas em que o SN sujeito surge numa posição pós-verbal podem suscitar leituras ambíguas.

(197) ***Elogiou-se** a atleta ao longo de toda a cerimónia.*

(198) **Escondeu-se** o fugitivo na casa dos fundos.

Sem outro contexto mais alargado, estruturas como as de (197-198) permitem pelo menos três leituras distintas: uma leitura passiva (*A atleta foi elogiada por alguém; O fugitivo foi escondido por alguém*), uma leitura activa de sujeito indeterminado (*Alguém elogiou a atleta; Alguém escondeu o fugitivo*) e, embora mais forçadamente, uma leitura reflexa (*A atleta elogiou-se a si mesma; O fugitivo escondeu-se a si mesmo*).

Se o sujeito das estruturas reflexas for um sujeito plural espoleta também leituras ambíguas, podendo as estruturas interpretar-se como reflexas (199) ou como recíprocas (200).

(199) **Eles elogiaram-se** (*cada um se elogiou a si mesmo*).

(200) **Eles elogiaram-se** (*um ao outro*).

Em suma, o sujeito prototípico das estruturas reflexas de SE, cuja posição não marcada em PE é a pré-verbal, caracteriza-se pela sua intencionalidade e agentividade, ocorrendo como materialização do argumento externo Agente. Da sua referência está dependente a do clítico reflexo.

#### 1.2.4. Estruturas reflexas: proposta de classificação

Nesta secção propomos a organização das estruturas reflexas em vários subgrupos. Em primeiro lugar, torna-se importante distinguir as **estruturas reflexas agentivas**, que consideramos prototípicas e cujas características temático-argumentais analisámos com maior detalhe anteriormente, das **estruturas reflexas que descrevem situações não intencionais**, construções de mais difícil análise e que se situam numa zona de fronteira entre as estruturas de SE reflexo e outros tipos de construções. Centramonos, nos parágrafos que se seguem, na análise das primeiras estruturas, que codificam situações reflexas prototípicas, isto é, cenários em que uma entidade animada, por norma humana, espoleta intencionalmente uma acção cujas consequências se reflectem sobre si mesma. Posteriormente, reflectiremos sobre as estruturas reflexas cujo sujeito não corresponde a um argumento Agente e que, portanto, incluímos no conjunto das reflexas não prototípicas ou reflexas de fronteira.

No âmbito das estruturas reflexas prototípicas distinguimos **estruturas reflexas de acção corporal** de **estruturas reflexas de acção não corporal**. As estruturas pertencentes a cada um destes dois grupos diferem não apenas pelo tipo de situações que verbalizam e pelo modo como nelas actua o único participante envolvido, mas também pela expectativa de reflexividade associada às mesmas e pelo comportamento perante determinados testes sintácticos.

No grupo das **reflexas corporais** incluímos estruturas que descrevem situações em que intervém um único participante (agindo sobre o seu próprio corpo) e em relação às quais há, quando ambos os argumentos exibem o traço [+ humano], grande expectativa de reflexividade. Como afirmam Haspelmath e Müller-Bardey (2004), é comum que as situações naturalmente auto-centradas, como aquelas em que um ser animado age sobre o seu próprio corpo, sejam linguisticamente codificadas através de estruturas reflexas. Do grupo das **reflexas não corporais** fazem parte estruturas que denotam situações relativamente às quais há uma reduzida expectativa de reflexividade, mesmo quando a ambos os participantes se associa o traço [+ humano].

A tentativa de organização das estruturas transitivas reflexas do PE que agora propomos não assenta em diferenças no modo como é formalmente expressa a reflexividade. No entanto, e de acordo com Haspelmath (2008) ou com Feliú Arquiola (1999, 2003), há línguas, como o Russo ou o Inglês, que têm marcadores formais diferenciados consoante as estruturas em questão descrevam situações introvertidas (usualmente dirigidas para o agente) ou extrovertidas (usualmente dirigidas para outro).

A distinção entre verbos introvertidos e verbos extrovertidos apresentada por Haspelmath (2008) corresponde, *grosso modo*, a dicotomias anteriormente propostas, sobretudo a partir dos trabalhos de Haiman (1983) e de Faltz (1985). Os verbos introvertidos são, de acordo com este último autor, verbos que, com grande frequência, dão conta de situações em que o Agente actua sobre si mesmo. Os verbos extrovertidos denotam situações cuja reflexividade é menos frequente. Diz Haspelmath que “introverted verbs have been characterized as “verbs expressing *commonly* reflexive actions such as washing oneself” (Faltz 1985:8), as expressing “*normally* reflexive activities” (Faltz 1985:19), “actions which one *generally* performs upon one’s self” (Haiman 1983: 803), “*stereotypically* reflexive actions” (Levinson 2000: 329), or actions “*typically* or conventionally directed at oneself” (König e Siemund 2000a: 60)”

(Haspelmath, 2008: 45 (destacados do autor)). Na realidade, esta distinção entre acções introvertidas e acções extrovertidas, explorada por Haspelmath com o objectivo de identificar contrastes universais na codificação da reflexividade, ajuda-nos a melhor escorar a diferenciação que anteriormente propusemos entre estruturas reflexas corporais e estruturas reflexas não corporais.

Assim, partindo destas afirmações de Haspelmath e tendo em conta as reflexões de Kemmer (1993), incluímos no conjunto das estruturas reflexas de acção corporal (i) as que denotam situações de cuidado e embelezamento corporal (201), (ii) as que codificam situações de mudança de posição corporal (202) e ainda (iii) as que descrevem cenários de deslocação corporal (203).

(201) *Um rapaz molha o cabelo e **penteia-se** defronte do vidro de um automóvel estacionado.* (CTP)

(202) ***Baixa-se** para molhar as mãos na água, cheira uma flor vermelha [...].* (CTP)

(203) *Discretamente, sai do seu gabinete e **dirige-se** para a escada.* (CTP)

Nas estruturas reflexas encontram-se com frequência predicadores que verbalizam **situações de cuidado ou de embelezamento corporal**. Tendencialmente, quando estes predicadores, cujo argumento externo é necessariamente associado aos traços [+ animado], [+ humano] e [+ volitivo], seleccionam um argumento interno também dotado dos traços semânticos [+ animado], [+ humano], espera-se que este seja referencialmente coincidente com o argumento externo Agente. Quando tal não acontece, ou estamos perante casos em que o argumento interno denota uma entidade humana relativamente não autónoma (204-205), ou perante casos em que a entidade codificada através do argumento externo exerce uma profissão associada ao cuidado/embelezamento corporal (206-207).

(204) *A Joana **banhou** a bebé.*

(205) *A Rosa **barbeou** o avô.*

(206) *A enfermeira Conceição **massajou** os doentes.*

(207) *A Patrícia **maquilha** as clientes ao domicílio.*

No Quadro XI apontamos alguns dos predicadores que participam nas estruturas reflexas de cuidado ou embelezamento corporal, admitindo, portanto, ocorrer com o operador SE (*ajeitar-se, alindar-se, aperaltar-se...*)



*ajeitar, alindar, aperaltar, aprontar, arranjar, banhar, barbear, calçar, depilar, despir, embelezar, enfeitar, equipar, hidratar, lavar, limpar, maquilhar, massajar, mimar, pentear, perfumar, pintar, vestir*

Quadro XI: Predicadores usados em estruturas reflexas de cuidado/embelezamento corporal.

Embora ocorram com muita regularidade em estruturas reflexas, estes predicadores admitem participar em estruturas transitivas plenas, denotando, neste caso, situações em que intervêm dois participantes totalmente diferenciados. Esta possibilidade surge sobretudo quando o respectivo argumento interno é destituído do traço [+humano], como em:

(208) *A Rita **enfeitou** o átrio da escola.*

(209) *As meninas **perfumaram** o quarto.*

(210) *O porteiro **limpou** o vão das escadas.*

Estes verbos ocorrem também, embora com menos regularidade, em estruturas transitivas plenas com argumento interno [+ humano], nomeadamente em casos, como os acima identificados (204-205), em que a entidade linguisticamente codificada através do objecto directo tem autonomia reduzida.

Fazem igualmente parte do conjunto das estruturas reflexas aquelas que dão conta de situações de **mudança de posição corporal**. Trata-se de estruturas que incluem predicadores que seleccionam como argumento externo um Agente e que, quando têm um argumento interno dotado do traço [+ humano], exigem, por norma, que o mesmo seja referencialmente coincidente com o argumento externo Agente. Denotando situações em que o Agente e o Tema são referencialmente coincidentes, estas estruturas exibem, tal como as de cuidado ou embelezamento corporal, um grau de transitividade atenuado. No Quadro XII incluem-se alguns verbos que podem ocorrer em estruturas reflexas de mudança de posição corporal.

*ajoelhar, baixar, contorcer, deitar, dobrar, encolher, endireitar, erguer, espreguiçar, estender, esticar, inclinar, levantar, sentar, virar, voltar*

Quadro XII: Predicadores usados em estruturas reflexas de mudança de posição corporal

Na realidade, quando estes predicadores têm um Tema dotado do traço [+ humano] é pouco expectável que esse Tema não seja referencialmente coincidente com o Agente, como se verifica pela estranheza das estruturas (211) e (213):

(211) \*Ele **dobrou** a irmã para alcançar o lápis que estava no chão.

(212) Ele **dobrou-se** para alcançar o lápis que estava no chão.

(213) \*Ele **esticou** a irmã para conseguir alcançar o balão.

(214) Ele **esticou-se** para conseguir alcançar o balão.

Apenas em condições muito particulares estes predicadores aceitam construir-se com um argumento interno [+ animado] que não o próprio Agente: tal acontece quando essa entidade animada, por razões diversas, não é (totalmente) autónoma. Nesse caso, as estruturas em questão são, sob diferentes perspectivas, transitivas plenas, na medida em que denotam situações em que intervêm dois participantes totalmente diferenciados, incluindo, por isso, dois argumentos com realização sintáctico-lexical autónoma, não compactada nem lacunar.

(215) Ele **sentou** a avó na cadeira e deu-lhe de comer.

(216) Eles **ergueram** a bebé e deram-lhe o leite.

(217) O enfermeiro **endireitou** o doente na cadeira.

Muitos destes predicadores<sup>68</sup> aceitam construir-se também com um argumento interno Tema desprovido dos traços [+ animado], [+ humano]. Neste caso estamos perante estruturas transitivas plenas.

(218) O atleta **ergueu** o troféu e agradeceu ao público.

(219) As crianças **esticaram** os elásticos até rebentarem.

No âmbito das estruturas reflexas corporais incluem-se também aquelas cujos predicadores denotam situações de **movimento ou deslocação corporal**<sup>69</sup>, como em (220-221).

(220) A Maria **encaminhou-se** para a porta de saída.

(221) A advogada **deteve-se** à porta do tribunal.

No Quadro XIII apresentamos alguns verbos que ocorrem neste tipo de estruturas reflexas.

---

<sup>68</sup> Alguns destes verbos, expressando situações de mudança de posição corporal que raramente saem da esfera do *eu*, cristalizaram-se numa acepção reflexa, sendo praticamente inoperantes em estruturas não reflexas. Vejam-se os contrastes de gramaticalidade entre (i) e (ii).

(i) A Rosa **espreguiçou-se** logo pela manhã.

(ii) \* A Rosa **espreguiçou** o marido logo pela manhã.

<sup>69</sup> Alguns autores (cf. Geniusiene, 1987) apresentam estas estruturas sob a designação de auto-causativas.

<i>abeirar, abrigar, acercar, afastar, aproximar, arredar, deslocar, desviar, deter, dirigir, distanciar, encaminhar, escapulir, esconder, esgueirar, ocultar, orientar, resguardar</i>
---

Quadro XIII: Predicadores usados em estruturas reflexas de movimento ou deslocação corporal.

Incluimos neste grupo predicadores que pressupõem uma estrutura temático-argumental ternária, seleccionando um argumento externo, Agente ou Causa, um argumento interno directo [+/- humano] e um Locativo. Quando dão conta de situações marcadas pela reflexividade, estes predicadores seleccionam um argumento externo Agente e um argumento interno Tema referencialmente coincidente com o argumento externo. No entanto a expectativa de reflexividade em construções com estes predicadores parece ser menor do que a que caracteriza as estruturas onde ocorrem predicadores de mudança de posição corporal ou predicadores de cuidado e embelezamento corporal. Efectivamente, estes predicadores ocorrem com grande frequência com um argumento interno [- animado] ou [- humano] (222-223). Também pode acontecer que o argumento interno exiba o traço [+ humano] mas seja referencialmente distinto do Agente (224). Estamos, nestes dois casos, perante estruturas transitivas plenas.

(222) *Os jogadores encarnados **aproximaram** a bola da baliza.*

(223) *A Rosa **afastou** o cão da mesa.*

(224) *A secretária **encaminhou** os accionistas para a sala de reuniões.*

As estruturas reflexas corporais descrevem situações de actividade física, envolvendo, portanto, uma mudança de posição do corpo do Agente, visando o seu cuidado ou a sua deslocação no espaço. Em qualquer destes casos, trata-se de situações intencionalmente espoletadas pela entidade linguisticamente codificada através do SN sujeito, a mesma entidade em que se reflectem os efeitos da acção descrita pelo predicador.

As **estruturas reflexas não corporais** incluem predicadores que habitualmente verbalizam situações não circunscritas à esfera do *eu*, codificando cenários de interacção social, como em (225-226).

(225) *[...] o João **inscreveu-se** num curso pós-licenciatura [...].* (CTP)

(226) *Em 1971, Durand **matriculou-se** na Universidade Nacional de Engenharia, em Lima.* (CTP)

As estruturas reflexas não corporais distinguem-se das de acção corporal por estas últimas incluírem predicadores relativamente aos quais existe, sobretudo quando o argumento interno é [+ humano], grande expectativa em relação à correferencialidade entre ambos os argumentos, situação que não se verifica com os predicadores em uso nas reflexas não corporais. Efectivamente, no caso dos predicadores que denotam acções não corporais (ex.: *inscrever, matricular, registar, elogiar...*), mesmo que o argumento interno seja [+ humano], não há especial expectativa de que seja referencialmente coincidente com o sujeito.

Podemos dizer que os predicadores integrados nas estruturas reflexas de acção corporal são frequentemente reflexos, correspondendo, portanto, aos já mencionados verbos introvertidos, ao passo que a reflexividade daqueles que descrevem acções não corporais é apenas esporádica, pelo que se aproximam dos verbos extrovertidos. Apontamos abaixo alguns exemplos de estruturas que incluímos no âmbito das construções reflexas não corporais (227-233). Neste grupo englobam-se também exemplos de reflexas indirectas (232-233), que não têm ocorrência com verbos introvertidos.

(227) *O cozinheiro **apresentou-se** aos novos colegas de trabalho.*

(228) *A jovem **inscreveu-se** num concurso televisivo.*

(229) *A rapariga **matriculou-se** na nova escola.*

(230) *A recepcionista **considerava-se** uma boa profissional.*

(231) *O empresário **afirmou-se** inocente.*

(232) *A Joana **concedeu-se** um momento de descanso.*

(233) *A Rita **perguntou-se** se tudo aquilo seria verdadeiramente necessário.*

Nas estruturas reflexas não corporais podem ocorrer verbos com características semânticas muito distintas, sendo apenas necessário que os mesmos codifiquem situações em que participem pelo menos dois intervenientes: a um desses participantes associa-se o papel temático Agente, correspondendo ao argumento externo; ao outro participante associa-se o argumento interno Tema, que necessariamente exhibe o traço [+ humano]. No Quadro XIV exemplificam-se alguns dos verbos com ocorrência nas estruturas reflexas não corporais.

*acusar, alistar, aplaudir, associar, avaliar, censurar, considerar, criticar, culpar, demitir, desculpar, elogiar, enaltecer, incriminar, louvar, pensar, permitir, proclamar, registar, repreender, reprovar, supor, tolerar*

Quadro XIV: Alguns predicadores usados nas estruturas reflexas não corporais

Os verbos usados nas estruturas reflexas não corporais repartem-se por áreas semânticas muito diferentes, podendo ser, entre outros:

a) Verbos avaliativos (*avaliar, reprovar, tolerar, detestar, censurar, criticar...*)

(234) Depois **censurou-se** a si próprio por não ter respondido com a rapidez e o vigor necessários ao escândalo do recrutamento. (CTP)

b) Verbos declarativos (*declarar, dizer, afirmar, confessar, proclamar...*)

(235) O director-geral do FMI **declarou-se** preocupado [...]. (CTP)

c) Verbos declarativos de ordem (*consentir, exigir, ordenar, permitir...*)

(236) A professora **permitiu-se** aquela extravagância.

d) Verbos volitivos (*desejar, preferir, querer...*)

(237) Esta adolescente **quer-se** magra a todo o custo...

e) Verbos epistémicos (*saber, imaginar, supor...*)

(238) A Maria **supõe-se** mais inteligente do que é.

Verbos como os que agora elencámos só esporadicamente ocorrem com clíticos anafóricos reflexos. Quando o respectivo argumento interno é [- animado] ou quando é [+ animado] mas não referencialmente coincidente com o sujeito, participam em estruturas transitivas plenas, como em (239-241).

(239) O Director **elogiou** a acção daquele grupo de estudantes.

(240) O patrão **demitiu** a secretária sem aviso prévio.

(241) O professor **supõe** a Maria mais inteligente do que ela é.

As estruturas reflexas indirectas constroem-se obrigatoriamente em torno de verbos ditransitivos. Nestas estruturas, o clítico anafórico surge associado à posição de objecto indirecto e corresponde à manifestação de um argumento interno que tem, habitualmente, o papel semântico de Beneficiário. Tal como nas estruturas reflexas directas, também nestes casos, o clítico está totalmente dependente do seu

antecedente, o sujeito, do qual espelha não apenas os traços de pessoa/número, mas também o referente.

(242) *Madame Sophie **concedeu-se** uma pausa para meditação.* (CTP)

(243) *Manuela Machado fez ontem 34 anos e **ofereceu-se** a melhor prenda de aniversário que alguém pode ter [...].* (CTP)

(244) *Marcos **perguntou-se** a si próprio.* (CTP)

(245) *[...] Jacques Chirac **ofereceu-se** um banho de multidão no Arco do Triunfo [...].* (CTP)

Ainda no âmbito das estruturas transitivas reflexas de acção não corporal merecem particular destaque as estruturas transitivas predicativas. De acordo com Fonseca (1993: 48), as estruturas transitivas-predicativas, que assentam sobre um duplo processo predicativo, podem repartir-se por dois subgrupos semanticamente motivados: um inclui verbos de vontade (246), outro reúne verbos de opinião ou verbos de atitude/percepção intelectual (247-248) (Fonseca, 1993: 52).

(246) *A Maria **queria-se** magra, mas nunca resistia a um bom chocolate.*

(247) *A Maria **considera-se** competente.*

(248) *A Rosa **declarou-se** culpada.*

Em suma, nas estruturas reflexas não corporais encontramos predicadores para os quais não há particular expectativa em relação à correferencialidade entre os seus argumentos externo e interno. Podemos dizer, por isso, que estamos perante casos de reflexividade esporádica, ao passo que as estruturas reflexas de acção corporal, sobretudo quando os predicadores descrevem situações de mudança de posição ou de cuidado corporal, serão casos de reflexividade muito frequente<sup>70</sup>.

Comparando estes dois grupos de estruturas reflexas, constata-se que tanto as estruturas reflexas corporais quanto as não corporais incluem um sujeito dotado de vontade, isto é, as situações denotadas por estas estruturas abarcam um participante que exhibe os traços [+ animado] e [+ volitivo] que se assume como espoletador intencional da acção em causa. Também em ambos os grupos de estruturas o

---

<sup>70</sup> Para uma análise baseada na frequência de uso das várias estruturas reflexas, consulte-se Haspelmath (2008). Neste texto o autor afirma claramente que “[...] the quantitative perspective makes it clear that we are really dealing with a continuous scale of increasing reflexive use, with on the one hand verbs that are (almost) never used reflexively and on the other hand verbs that very frequently, with many different types in between” (Haspelmath, 2008: 46).

operador SE está dependente, em termos referenciais e morfossintáticos, do seu antecedente, o sujeito. Assumimos, por isso, que nestes dois tipos de estruturas SE é um clítico anafórico reflexo com estatuto argumental, ocorrendo associado à posição de objecto directo ou de objecto indirecto. Trata-se, portanto, de uma materialização compactada ou lexicalmente atenuada do argumento interno que, sendo referencialmente dependente do sujeito (argumento externo), se manifesta através de uma unidade destituída de autonomia a vários níveis.

Verifica-se também que os verbos que denotam acções corporais correspondem, em línguas com sistema de codificação da reflexividade duplo, a uma marcação mais leve, ao passo que os verbos que descrevem situações não corporais se usam com o marcador reflexivo mais pesado. Vejam-se os contrastes do Inglês, por exemplo, língua na qual os verbos introvertidos não têm qualquer marcação (249), ao passo que os verbos extrovertidos se usam com marcadores reflexos complexos (250).

(249) *Anne washed and went to bed. 'A Ana lavou-se e foi para a cama.'*

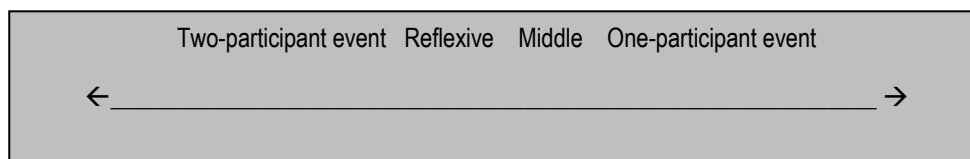
(250) *Anne blames herself for the accident. 'A Ana culpa-se pelo acidente.'*

Kemmer (1993) procura explicar a diferença entre os dois tipos de estruturas incluindo as reflexas de acção corporal no âmbito das construções médias<sup>71</sup> e reservando o domínio das reflexas apenas para as estruturas que se constroem com verbos de acção não corporal. Esta autora sustenta a distinção que propõe – entre estruturas reflexas (de acção não corporal) e estruturas médias (de acção corporal) – numa propriedade a que dá o nome de relativa diferenciação dos participantes e que define como “[...] the degree to which a single physico-mental entity is conceptually distinguished into separate participants, wheter body vs. mind or Agent vs. unexpectedly contrasting Patient” (Kemmer, 1993: 66). Segundo Kemmer, faz sentido analisar as estruturas reflexas como denotando situações em que se mantém, apesar da referência comum, alguma distinção entre iniciador e alvo do processo em causa. Já nas estruturas médias (que correspondem às estruturas que analisamos como reflexas de acção corporal),

<sup>71</sup> Kemmer assenta a sua análise num conceito muito amplo de voz média. A autora afirma que “the middle voice is used to express events in which the “action or state affects the subject of the verb or its interests (Lyons 1969: 373)”” e explica, ainda, que esta é uma concepção de voz média cujas raízes se ancoram em percepções já vigentes nas línguas clássicas: “the term middle voice was originally applied by grammarians to designate an inflectional category of the Classical Greek verb. Like other categories of traditional grammar, the middle was a paradigmatic set of verb suffixes, and its function was expressed in semantic terms” (Kemmer, 1994: 179). Nesta sequência, a autora estuda, nos trabalhos de 1993 e de 1994, o modo como os marcadores médios influenciam a forma e a significação das estruturas em que ocorrem.

não é possível manter essa separação, sendo que “the middle marker [...] has the basic function of indicating that the two semantic roles of Initiator and Endpoint refer to a single holistic entity” (Kemmer, 1993: 66). A diferença entre os dois tipos de estruturas é sumariada pela autora quando sustenta que “[...] the reflexive implies a conceptual differentiation of a referential entity into discrete conceptual subparts, whereas the middle is lacking in this differentiation” (Kemmer, 1993: 72).

No seguimento da assumpção de que as estruturas que inclui no âmbito das construções médias implicam uma reduzida (quase nula) diferenciação conceptual dos participantes nos eventos descritos, Kemmer conclui que estas construções exibem um grau de transitividade mais reduzido do que aquele que é característico das estruturas reflexas. Afirma a autora que “the middle is further away from the two-participant event type than the reflexive, because of the absence of differentiation of the entity into two conceptually manipulable entities” (Kemmer, 1993: 72). O Quadro XV reproduz o que é proposto por Kemmer, nele se visualizando a gradativa perda de transitividade de estruturas do tipo das que temos vindo a analisar:



Quadro XV: Perda de transitividade associada às estruturas reflexas e médias (cf.: Kemmer, 1993: 73)

Esta perspectiva de análise de Kemmer tem sido recuperada por vários autores, como, entre outros, Feliú Arquiola (1999, 2003), para os dados do Espanhol, ou Duarte (em publicação), para o PE. A autora espanhola torna ainda mais evidente e extremada a distinção entre os dois tipos de construções em causa, percepcionando os verbos de acção corporal como predicadores monádicos que, portanto, se afastam dos predicadores usados nas reflexas não corporais. Estes, quando usados “[...] en construcción reflexiva poseen una estructura argumental diádica, en la que existe un argumento externo y un argumento interno, mientras que los verbos de cuidado del cuerpo presentan una estructura argumental monádica [...]” (1999: 160). Também Duarte (em publicação) chama a atenção para a dificuldade em definir claramente a grelha temático-argumental subjacente a determinadas construções habitualmente tidas como reflexas. Analisando estruturas construídas em torno de verbos que denotam mudança de postura do corpo e movimento do corpo, a autora constata que as mesmas “[...] partilham com as



orações reflexas a presença de um pronome átono do paradigma dos reflexos e o facto de o constituinte com a função de sujeito agir volitivamente [...] contudo, não é claro que nelas haja dois argumentos distintos com papéis temáticos diferentes [...]” (Duarte, em publicação: 30). A este tipo de construções a autora dá o nome de estruturas pseudo-reflexas.

Ambas as autoras sustentam a sua posição em testes sintácticos. Feliú Arquiola (1999), por exemplo, assenta a distinção entre estruturas reflexas, tidas como diádicas, e estruturas de acção corporal, percepcionadas como ancoradas numa diátese recessiva, em critérios como a (im)possibilidade de inclusão do redobro de clítico ou a (in)aceitação da prefixação com *auto-*. Segundo a autora, os verbos que denotam situações não corporais aceitam o redobro de clítico mediante expressões como “a si mesmo” ou “a si próprio” (251-252), situação que não se verifica nas estruturas que descrevem acções corporais (253-254). Nestas construções é também interdita a prefixação com *auto-* (257-258), o que não se verifica nas estruturas reflexas não corporais (255-256).

(251) O João **critica-se** (a si mesmo) frequentemente.

(252) A Maria está a **analisar-se** (a si mesma).

(253) O João **lava-se** \*(a si mesmo).

(254) A Maria **veste-se** \*(a si mesma)

(255) O João **auto-critica-se** com frequência.

(256) A Maria **autoavalia-se** com regularidade.

(257) \*A Maria **auto-penteia-se**.

(258) \*O João **auto-lava-se**.

Embora aceitando a estranheza de construções como (253), parece-nos que estas diferenças de comportamento evidenciadas pelas estruturas reflexas resultam principalmente de condicionantes conceptuais, activas sobretudo ao nível das construções que denotam situações de mudança de postura corporal. Efectivamente, e de forma particular com verbos como *dobrar*, *deitar*, *inclin*ar, *levantar* ou *tombar*, sempre que ambos os argumentos – externo e interno – estão associados a entidades que exibem os traços [+ animado] e/ou [+ humano], há uma elevada expectativa de reflexividade, tornando-a quase imperativa: por isso, estratégias de redobro da reflexividade, como o uso do prefixo *auto-* ou o

recurso ao pronome forte “a si mesmo/ a si próprio” tornam-se desnecessárias e redundantes, sendo o seu uso sentido como estranho. No extremo oposto, verbos como *analisar, avaliar, criticar, citar, elogiar, inscrever, matricular*, mesmo quando ocorrem com argumentos que codificam entidades dotadas do traço [+ humano], não se associam a uma particular expectativa de reflexividade, pelo que, sempre que a situação por eles codificada seja efectivamente reflexa, os falantes podem optar por recorrer a estratégias de reforço da reflexividade, como em (259-264).

(259) [...] O PSD tem talento suficiente para **se derrotar a si mesmo** [...]. (CTP)

(260) [...] o velho Marx, que havia previsto que o capitalismo **se destruiria a si mesmo** [...]. (CTP)

(261) O melhor é fazer teatro que **se pague a si mesmo** [...]. (CTP)

(262) O João Pinto [...] dos memoráveis êxitos contra o Sporting parece **ignorar-se a si mesmo** nos jogos da selecção. (CTP)

(263) O opositor gabonês André Mba Obame, que **se auto-proclamou** Presidente esta terça-feira, está na sede de uma das agências da ONU. ([jornaldigital.com/noticias.php?noticia=25094](http://jornaldigital.com/noticias.php?noticia=25094))

(264) Cavaco **autodefine-se** “reserva de último recurso” contra a crise ([http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/cavaco-autodefinese-reserva-de-ultimo-recurso-contr-a-crise\\_1474309](http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/cavaco-autodefinese-reserva-de-ultimo-recurso-contr-a-crise_1474309))

Esta maior expectativa de reflexividade associada às estruturas que codificam situações de acção corporal não resulta na anulação de nenhum dos argumentos seleccionados pelos predicadores em causa. Nestas estruturas, tal como nas reflexas não corporais, a identidade referencial entre argumento externo e argumento interno reflecte-se, na linearidade frásica, na presença de SE, um clítico associado à posição de objecto. Apesar da sua reduzida presença lexical e da menor autonomia, este operador continua a assumir-se como manifestação do argumento interno, o que se poderá constatar a partir da resposta deste tipo de estruturas a testes como os seguintes.

a) Possibilidade de comutação de SE por pronomes pessoais de objecto directo ou de objecto indirecto.

(265) A Maria **penteou-se** antes de sair de casa.

(266) A Maria **penteou-o** antes de sair de casa.

(267) A Maria **endireitou-se** na cadeira para ver melhor.

(268) *A Maria **endireitou-a** na cadeira para ela ver melhor.*

(269) *A Maria **encaminhou-se** para a porta.*

(270) *A Maria **encaminhou-os** para a porta.*

b) Impossibilidade de coocorrência de SE e de outro constituinte que funcione como materialização do argumento interno e que, portanto, se assuma como objecto directo ou como objecto indirecto.

(271) *\*A Maria **penteou-se** o filho.*

(272) *\*A Maria **endireitou-se** a avó na cadeira.*

(273) *\*A Maria **encaminhou-se** os alunos até à entrada.*

c) Possibilidade de, em contextos de extracção simultânea de clítico, “[...] recuperar o argumento não realizado sem que a frase seja sentida como um caso de objecto Nulo” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 836).

(274) *A Joana nunca **se perfuma** [-] nem **maquilha** [-] com produtos de marca branca.*

(275) *Quem **se deita** [-] e **levanta** [-] cedo tem energia todo o dia.*

(276) *As alunas nunca **se aproximam** [-] nem **afastam** [-] sem pedir autorização.*

Apesar de não assentarem na anulação de nenhum dos argumentos seleccionados pelos predicadores em uso, nas estruturas reflexas corporais torna-se ainda mais difícil proceder a uma clara distinção entre os mesmos, assistindo-se nestes casos à diluição e sobreposição das propriedades típicas dos argumentos Agente e Tema. Por isso, e sobretudo porque a expectativa de reflexividade é muito mais elevada com predicadores que codificam situações de acção corporal, sobretudo de mudança de postura corporal (*deitar, erguer, levantar, sentar...*) e de cuidado ou embelezamento corporal (*arranjar, lavar, pentear, perfumar...*), assumimos que as construções reflexas corporais estão mais próximas das intransitivas do que as reflexas não corporais. As primeiras, dando conta de eventos introvertidos, isto é, eventos nos quais o resultado da acção se reflecte habitual e regularmente no corpo do próprio Agente, estão associadas a uma elevada expectativa de reflexividade, aproximando-se mais, de acordo com Kemmer, das estruturas conceptualmente intransitivas, sendo menos viável a diferenciação conceptual

dos participantes. As segundas são estruturas mais próximas das transitivas, destas se distinguindo apenas pela dependência referencial entre ambos os argumentos e pela presença do clítico.

Assim, e reequacionando o esquema de Kemmer (1993) em função do que fomos apresentando ao longo dos últimos parágrafos, parece-nos possível traçar o seguinte *continuum* de (in)transitividade.

+ Transitivas	Reflexas não corporais	Reflexas corporais	+ Intransitivas
---------------	------------------------	--------------------	-----------------

Quadro XVI: *Continuum* de transitividade das estruturas reflexas

Em suma, as estruturas reflexas – corporais e não corporais – assentam numa perda de transitividade ao nível semântico-ontológico, visto denotarem situações em que participa um único interveniente, a que se associam os papéis semânticos de Agente e de Tema (o que contribui para a diminuição da diferenciação entre os mesmos, critério definatório da transitividade, segundo Hopper e Thompson (1980)), e ao nível sintático-lexical, pois um dos argumentos semânticos tem uma presença sintático-lexical compactada, materializando-se através do clítico SE, uma unidade lacunar a vários níveis, nomeadamente no que respeita à capacidade referencial e aos traços de número/género.

Para além das estruturas reflexas que analisámos até este ponto – estruturas que descrevem uma situação em que uma entidade [+ animada] espoleta intencionalmente uma acção cujas consequências se reflectem na própria –, e que consideramos estruturas reflexas prototípicas, há também que ter em conta outras construções que, embora dando conta de situações com contornos próximos, não exibem as mesmas propriedades que as anteriores e, por isso, exigem um tratamento distinto. A este segundo grupo de estruturas damos o nome de **reflexas de fronteira**, por carecerem de alguns traços definidores das reflexas prototípicas e por se aproximarem de outros tipos de construções de SE, e nele incluímos estruturas como as de (277-283).

(277) *Ele **conhece-se** muito bem, conhece as suas loucuras, o seu charme e sabe utilizá-los.* (CTP)

(278) *Challender tinha 44 anos e **sabia-se** portador do vírus desde 1983 [...].* (CTP)

(279) *O nortenho **sabia-se** em forma depois dos Nacionais de crosse [...].* (CTP)

(280) *Quem ama a sua mulher **ama-se** a si mesmo.* (Novo Testamento)

(281) *[...] um homem de 27 anos **feriu-se** ligeiramente num pé ao saltar de uma janela [...].* (CTP)

(282) *O Rei Juan Carlos de Espanha deu uma queda e **magooou-se** no joelho direito [...].* (CTP)

(283) *[...] uma mulher **queimou-se** ao tentar acompanhar em tempo real a culinária televisiva.* (CTP)

Estas estruturas afastam-se das reflexas prototípicas fundamentalmente porque o respectivo sujeito não denota uma entidade que, agindo intencionalmente, inicie uma acção cujos efeitos se reflectam na própria, ou seja, não estamos perante estruturas com um sujeito Agente. Nestas construções, pelo contrário, encontramos ou um sujeito Experienciador, como em (277-280), em estruturas com verbos epistémicos e psicológicos; ou um sujeito Iniciador não intencional, como em (281-283). As primeiras, que denominamos estruturas reflexas de sujeito Experienciador, são construções cujo sujeito codifica uma entidade não volitiva, que vive/experimenta uma sensação. Nestas construções SE ocorre, como nas reflexas prototípicas, associado à posição de objecto directo, assumindo-se como materialização do Tema, aqui associado à “[...] entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica [...]” (Duarte e Brito, 2003: 190). A possibilidade de comutação de SE por outra forma do paradigma dos clíticos de objecto directo ou clíticos de acusativo (284-285) é um argumento em favor da assumpção do clítico como associado à posição de objecto directo.

(284) *Ele **conhece-[a]**<sub>OD</sub> muito bem, conhece as suas loucuras ...*

(285) *O nortenho **sabia-[os]**<sub>OD</sub> em forma depois dos Nacionais de crosse...*

Com se visualiza a partir destas estruturas (284-285) ou das seguintes (286-287), estes predicadores podem também ocorrer em estruturas transitivas plenas, isto é, transitivas que denotam situações em que intervêm dois participantes diferentes, associados, habitualmente, aos papéis Experienciador e Tema.

(286) *Ele **conhece** muito bem a irmã.*

(287) *Ele **sabe** todos os truques do mágico.*

No segundo grupo, incluímos estruturas que, habitualmente, descrevem situações de dano corporal e que exibem um sujeito Iniciador não intencional. Estas estruturas dão conta de situações em que a entidade denotada pelo sujeito, ao espoletar, não intencionalmente, uma dada acção, é afectada negativamente pela mesma. Embora não seja uma acção volitiva, é, na maior parte dos casos, da responsabilidade do sujeito, no sentido em que resulta de uma situação por ele iniciada. Nestas construções encontram-se

verbos como *ferir*, *magoar*, *queimar*, *arranhar*, *picar*, *esfolar* que podem ocorrer em estruturas transitivas plenas, como (288-290).

(288) [...] um deputado socialista **feriu** a tiro Hajdari em pleno parlamento [...]. (CTP)

(289) Um soldado da GNR [...] **feriu** o pai a tiro de caçadeira. (CTP)

(290) O grupo de jovens que **queimou** vivo o índio Galdino Jesus dos Santos [...]. (CTP)

Nestes casos, o sujeito denota uma entidade agentiva cuja acção se reflecte sobre outro, pelo que estamos perante estruturas transitivas plenas. É também possível que, em casos pouco comuns, estes verbos ocorram em estruturas reflexas prototípicas, isto é, estruturas cujo sujeito codifica uma entidade que age intencionalmente sobre si própria. É o que ocorre em (291).

(291) Confirmou também que **se magoou** a si própria para chamar as atenções [...]. (CTP)

Nas estruturas de dano corporal com sujeito Iniciador não intencional, como as de (292-293), assumimos que o clítico SE funciona, à semelhança do que acontece nas reflexas volitivas, como realização do argumento interno Tema. Estamos, tanto nas estruturas reflexas volitivas, quanto nas estruturas reflexas de fronteira que agora analisamos, perante usos de SE enquanto clítico anafórico reflexo: uma unidade destituída de autonomia distribucional e prosódica, referencialmente dependente do respectivo antecedente (o SN sujeito), com estatuto argumental, ocorrendo na linearidade frásica associado à posição de objecto (directo ou indirecto) e funcionando como manifestação sintáctico-lexicalmente compactada do argumento interno, Tema.

(292) Ele perdeu o controlo da roda, saiu da estrada e **feriu-se** um pouco [...]. (CTP)

(293) Uma jovem estudante de gestão **magoou-se** ao enfiar o pé num buraco [...]. (CTP)

### 1.2.5. SE anafórico reflexo e outras ocorrências de SE

Por vezes incluem-se sob a designação de estruturas reflexas construções dotadas de características muito diferentes que, por razões formais ou semânticas, se afastam das que anteriormente procurámos descrever e que identificámos como estruturas de SE anafórico reflexo. Algumas dessas construções são exemplificadas em (294-296).

(294) A Maria **arrependeu-se** da sua acção.

(295) O professor **emocionou-se** com as palavras dos alunos.

(296) O carro **afastou-se** com a enxurrada.

Nos parágrafos seguintes procuraremos explicar as razões que nos levam a não concordarmos com a inclusão deste tipo de estruturas no âmbito das estruturas reflexas de SE anafórico. Começaremos por abordar estruturas como as de (294), que analisaremos sob a designação de complexos verbais V+SE. De seguida debruçar-nos-emos, ainda que sumariamente, sobre as estruturas como as de (295-296), que se incluem no conjunto das estruturas de mudança de estado com SE decausativo.

Um olhar atento sobre estruturas como as de (294) permite identificar de imediato algumas características que parecem afastá-las das anteriormente analisadas. A propriedade que mais facilmente as distingue das estruturas reflexas é o facto de nestas construções não ser possível a comutação de SE por um clítico de objecto directo (298), nem por um SN não pronominal (300).

(297) A Maria **queixou-se** da sua situação.

(298) \*A Maria **queixou-a** desta situação.

(299) O Carlos **arrependeu-se** do que tinha feito.

(300) \*O Carlos **arrependeu** o irmão do que tinha feito.

Além disso, nestas estruturas, não são aceitáveis nem o reforço da reflexividade através do uso da forma forte *a si mesm(o/a)* nem a presença do prefixo *auto-*.

(301) A Maria **queixou-se** \*a si mesma da sua situação.

(302) O Carlos **atreveu-se** \*a si mesmo a fazer esse comentário.

(303) *A Maria \*auto-queixou-se da sua sorte.*

(304) *A Maria \*auto-atreveu-se a dizer o que pensava.*

A particularidade das estruturas agora em apreço resulta também do facto de, para além de não aceitarem a substituição de SE por pronomes de OD/OI, também não aceitarem a sua omissão.

(305) *\*A Maria **queixou** da sua situação.*

(306) *\*O Carlos **arrependeu** do que tinha feito.*

(307) *\*O Mário **atreveu** a fazer esse comentário.*

Se assumirmos que o SE que surge nestas estruturas não se comporta, como parecem evidenciar os exemplos anteriores, como um clítico anafórico reflexo, não funcionando, por isso, como objecto directo dos verbos a que se agrega, dificilmente teremos argumentos que justifiquem o carácter transitivo das estruturas em causa.

Examinando o comportamento dos clíticos especiais em estruturas como as de (294), Brito, Duarte e Matos (2003: 843-844) consideram-nos exemplos de **clítico inerente**. De acordo com estas autoras, neste contexto o clítico SE não ocorre associado a qualquer posição argumental ou de adjunto – o que vai ao encontro do que anteriormente referimos sobre a impossibilidade de comutação por outros clíticos de OD –, nem pode assumir-se como uma partícula decausativizadora<sup>72</sup>. Trata-se, portanto, de ocorrências de verbos que não admitem participar em estruturas transitivas plenas, nem com o clítico nem sem ele, como se constata a partir da agramaticalidade das construções de (308-310).

(308) *\*O João **dignou(-se)** a família.*

(309) *\*O rapaz **queixou(-se)** a escola.*

(310) *\*A aluna **atreveu(-se)** a questão.*

Nestes casos, parece-nos que estamos perante verbos de uso exclusivamente pronominal ou complexos verbais verbo+SE: dado o vazio funcional e semântico de SE e tendo em conta a impossibilidade de o verbo surgir sem esse elemento, apontamos a hipótese de sequências como *abster-se (de)*, *arrepender-se*, *ater-se (a)*, *atrever-se*, *dignar-se (a)*, *ensimesmar-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*, *vangloriar-se*, entre

---

<sup>72</sup> Esta situação verifica-se, de acordo com as autoras, sobretudo em estruturas que denotam mudanças de estado de coisas e nelas o operador SE dá conta da perda do argumento Causa associado aos predicadores em questão.



outras, serem entendidas como complexos verbais lexicalizados, resultando da cristalização de um sintagma num complexo verbal de uso exclusivamente pronominal.

Efectivamente, o comportamento revelado por estas estruturas parece estar de acordo com a definição que Lipka propõe para os processos de lexicalização, vistos como “the process by which complex lexemes tend to become a single unit with a specific content, through frequent use. In this process, they lose their nature as a syntagma, or combination [of smaller units], to a greater or lesser extent” (Lipka, 1992: 107, *apud* Lipka, Handl & Falkner, 2004: 7). Com efeito, nas estruturas que estamos a analisar, e dado que o SE não funciona como objecto directo do verbo a que se agrega, é plausível considerar que deixámos de estar perante sintagmas verbais constituídos pelo núcleo verbal e seu complemento, sendo que verbo e SE funcionam agora como um todo, um complexo verbal dotado de significado próprio e com condições de uso particulares. No entanto, a aferição da origem e do percurso evolutivo destas estruturas exigiria um aprofundado estudo diacrónico, que não cabe nas balizas deste trabalho. Por isso, optamos por não proceder a um estudo detalhado destas ocorrências<sup>73</sup>.

Refira-se, ainda a propósito destes complexos verbais V+SE, que os mesmos não estão confinados a uma área semântica em particular, sendo possível encontrar exemplos deste tipo de complexos verbais que denotam movimento (*escapular-se, esgueirar-se*), atitude mental ou psicológica (*ensimesmar-se, arrepender-se*) ou formas de interacção social (*queixar-se, vangloriar-se, atrever-se*) e ainda outros que codificam mudanças de posição corporal (*ajoelhar-se, debruçar-se, espreguiçar-se*). Alguns destes exemplos dão conta de processos de cristalização que nos parecem estar ainda em curso, como são os casos de *debruçar-se, ajoelhar-se* ou *espreguiçar-se*.

Em suma, consideramos que estas estruturas, não evidenciando as mesmas características nem o mesmo comportamento das estruturas reflexas, não poderão ser analisadas como um subtipo das mesmas. Afiguram-se antes como um grupo particular de estruturas de SE nas quais este elemento não funciona como clítico anafórico reflexo, mas como marcador reflexivo destituído de conteúdo referencial e de estatuto argumental.

---

<sup>73</sup> Sobre este tipo de estruturas, poderá consultar-se o trabalho de Fonseca (2010).

As construções que abaixo se exemplificam, embora incluam o operador SE, também não poderão incluir-se no conjunto das estruturas de SE reflexo.

(311) A Rosa **alegrou-se** com a chegada da prima.

(312) A Paula **aborreceu-se** com aquela resposta do vizinho.

(313) O Mário **entusiasmou-se** com a proposta que o patrão lhe fez.

A primeira grande diferença que afasta estas estruturas, a que chamamos decausativas de mudança de estado psicológico, das reflexas que anteriormente abordámos é o carácter não agentivo do SN sujeito. Vejamos as frases seguintes:

(314) O professor **alegrou-se/ comoveu-se/ entusiasmou-se** (com a atitude do aluno).

(315) \*O professor **alegrou-se/ comoveu-se/ entusiasmou-se** propositadamente/ intencionalmente (com a atitude do aluno).

O SN sujeito destas estruturas assume-se como Experienciador do processo codificado pelo predicador, não o controlando: por isso, são agramaticais estruturas que incluam advérbios agentivos, como em (315). Na realidade, a mudança de estado tem uma causa externa ao sujeito, sendo esta opcionalmente manifestada na linearidade frásica através de um adjunto (com a atitude do aluno).

Também estruturas como (316) se incluem, em nosso entender, no âmbito das estruturas decausativas de SE: neste caso, denotam movimento involuntário da entidade codificada através do SN sujeito.

(316) O balão **afastou-se** com a ventania.

Reservamos uma análise mais detalhada das estruturas de SE de mudança de estado para o capítulo III, que dedicamos ao estudo das estruturas decausativas de SE.

### 1.2.6. Considerações finais

Nas secções anteriores analisámos os usos de SE enquanto clítico anafórico reflexo, identificando as diferentes estruturas em que este ocorre. Antes disso, apontámos as razões que nos levam a defender o estatuto argumental de SE e que se prendem com o facto de este operador ocorrer associado às

posições de objecto directo ou de objecto indirecto, correspondendo, assim, à materialização do argumento interno. Optando por esta linha de trabalho afastamo-nos de recentes perspectivas de análise que encaram as estruturas reflexas como estruturas intransitivas. No entanto, admitimos que a transitividade associada às estruturas reflexas é uma transitividade atenuada a diferentes níveis. Em termos semântico-ontológicos, estas estruturas dão conta de situações que se afastam das situações transitivas prototípicas, porque nelas participa um único interveniente, que, iniciando a acção em causa e dela sofrendo as consequências, se associa aos papéis temáticos de Agente e de Tema. Uma vez que a coincidência referencial que se institui entre estes dois argumentos semânticos não permite a clara diferenciação dos mesmos, estas estruturas não respeitam um dos critérios básicos da transitividade apontados por Hopper e Thompson (1980), afastando-se das estruturas transitivas plenas. Fruto da dependência referencial do argumento interno relativamente ao argumento externo, aquele tem manifestação na linearidade frásica através de um clítico anafórico, assumindo-se, por isso, como realização compactada e sintáctico-lexicalmente atenuada do mesmo – pois é destituído de uma série de traços semânticos e morfossintácticos basilares –, tornando também as estruturas em causa algo de transitivizadas em termos sintácticos.

No âmbito das construções que analisamos sob a designação de estruturas reflexas propusemos a distinção de dois grupos: reflexas prototípicas e reflexas de fronteira. As primeiras caracterizam-se por exibirem um sujeito Agente que intencionalmente espoleta uma acção cujas consequências se reflectem sobre si mesmo. As segundas, pelo contrário, exibem um sujeito Experienciador ou um Iniciador não intencional.

Por sua vez, no âmbito das estruturas reflexas prototípicas propusemos a distinção entre reflexas de acção corporal e reflexas de acção não corporal. As estruturas reflexas de acção corporal constroem-se em torno de verbos introvertidos, isto é, de verbos que, com grande regularidade, denotam processos em que o sujeito age sobre si próprio. Quando o argumento interno das estruturas construídas em torno destes verbos exhibe o traço [+ humano], o mais expectável é que ambos os argumentos sejam referencialmente coincidentes, sendo que quando tal não acontece as estruturas resultantes ou são sentidas como estranhas ou dão conta de situações caracterizadas pela redução de autonomia de um

dos participantes. Contrariamente às estruturas reflexas de acção corporal, nas reflexas de acção não corporal, mesmo que ambos os argumentos exibam o traço [+ humano], não é imediatamente expectável que apontem para o mesmo referente. Trata-se, portanto, de uma reflexividade mais esporádica do que a das estruturas reflexas de acção corporal.

Estruturas reflexas corporais e não corporais constituem, em nosso entender, o conjunto de estruturas reflexas mais prototípicas, caracterizando-se por incluírem um predicador biargumental que selecciona um argumento externo necessariamente volitivo e um argumento interno que exhibe os traços [+ animado/+ humano]. Este argumento interno é referencialmente coincidente com o argumento externo, razão pela qual é materializado na linearidade frásica através de um clítico anafórico. Estas estruturas descrevem situações em que uma entidade animada (na maior parte dos casos, humana) age, intencionalmente, sobre si própria, afastando-se, assim, das situações transitivas prototípicas, que incluem dois intervenientes distintos. Consequentemente, torna-se menos evidente a distinção entre Agente e Tema, contrariando-se um dos critérios básicos da transitividade. Trata-se, portanto, de estruturas cuja atenuação de transitividade, ontológico-semanticamente motivada, se reflecte também ao nível da linearidade frásica, pois a presença sintáctico-lexical do argumento interno, referencialmente dependente do argumento externo, enfraquece, cliticizando-se.

No Quadro XVII reúnem-se algumas das propriedades das estruturas reflexas prototípicas.

<b>(In)transitividade da estrutura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitividade atenuada (motivação semântico-ontológica)</li> </ul>
<b>Estatuto de SE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estatuto argumental (materialização sintáctico-lexicalmente atenuada do argumento interno)</li> </ul>
<b>Traços típicos do SU</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ Animado]</li> <li>▪ [+ Humano]</li> <li>▪ [+ Agente]</li> <li>▪ A sua posição não-marcada é a pré-verbal</li> </ul>
<b>Traços típicos dos predicadores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitivo (predicado binário ou ternário)</li> <li>▪ Os respectivos argumentos externo e interno exibem os traços [+ humano] ou [+ animado].</li> <li>▪ Denotam frequentemente situações de processos culminados ou de culminações.</li> </ul>

Quadro XVII: Síntese das propriedades das estruturas reflexas de SE

As estruturas reflexas de fronteira têm subjacente uma estrutura temático-argumental menos regular, podendo assentar numa estrutura diádica que inclua um Experienciador e um Tema ou que englobe um Iniciador não volitivo e um Tema. Em qualquer dos casos, assumimos que o clítico *SE* ocorre associado à posição de objecto directo, materializando, de forma compactada em termos sintáctico-lexicais, o argumento interno Tema. Abaixo esquematizamos os subtipos de estruturas reflexas que identificámos anteriormente.

<b>Estruturas reflexas</b>	prototípicas (com sujeito agente)	de acção corporal	de mudança de posição corporal
			de cuidado ou embelezamento corporal
			de movimento ou deslocação corporal
	de fronteira (com sujeito não volitivo)	de acção não corporal	
		de sujeito Experienciador	
de sujeito Iniciador não volitivo			

Quadro XVIII: Subtipos de estruturas reflexas

Depois de reflectirmos sobre os diferentes tipos de estruturas reflexas e sobre o uso de *SE* em contextos marcados pela reflexividade, identificámos outras construções que, embora superficialmente próximas das reflexas, revelam propriedades e comportamentos distintos, como as estruturas de *SE* inerente, que ocorrem em sequências *V+SE* cristalizadas, e as estruturas de *SE* de mudança de estado (que analisaremos com detalhe no capítulo III).

Na perspectiva que defendemos, o clítico reflexo anafórico *SE* ocorre apenas nas estruturas reflexas, prototípicas e de fronteira. Nas estruturas de mudança de estado, marcadas pela presença de um sujeito Experienciador ou Tema, *SE* não pertence ao conjunto dos clíticos anafóricos, assumindo-se como um marcador que sublinha a perda argumental subjacente às estruturas em causa. Nas sequências a que chamámos complexos verbais cristalizados de *SE*, este operador revela um comportamento bastante diferente do do clítico anafórico reflexo, tornando-se necessário averiguar, através de apurados estudos diacrónicos, a sua origem e o seu estatuto actual.

### 1.3. SE em estruturas recíprocas: análise empírica

Nesta secção procuraremos analisar os usos de SE em construções tradicionalmente denominadas estruturas recíprocas, como as de (317-318).

(317) *Dez dias depois, o czar Alexandre e Napoleão encontraram-se numa barçaça [...].* (CDP)

(318) *Em Julho, Arafat e o primeiro ministro israelita encontraram-se em Washington.* (CDP)

O estudo das estruturas recíprocas foi, durante muito tempo, associado ao das estruturas reflexas, havendo mesmo alguns autores que encaram as estruturas recíprocas como um tipo particular de estruturas reflexas<sup>74</sup>. Recentemente, porém, o estudo das estruturas recíprocas ganhou maior autonomia, tendo surgido no nosso século importantes reflexões sobre a codificação da reciprocidade. De entre elas destacamos, pela sua abrangência, os encorpados estudos *Reciprocal Constructions* (Nedjalkov, 2007a) e *Reciprocals and Reflexives: Theoretical and Typological Explorations* (König e Gast, 2008a).

Nestes trabalhos apresentam-se as várias estruturas recíprocas como construções que permitem codificar linguisticamente diferentes situações marcadas pela reciprocidade. Estas são apresentadas por Haspelmath como “... [...] a situation with two or more participants (A, B...) in which for at least two of the participants A and B, the relation between A and B is the same as the relation between B and A” (Haspelmath, 2007: 2088). Já Maslova (2008: 228) propõe que para as estruturas recíprocas “[...] the traditional diagnostic of meaning is the conjunction of two instances of the same binary predicate with inverse distributions of variables or, in other words, a combination of two tokens of the same event type with cross-coreferential participants”. A descrição proposta por Nedjalkov, que complementa as anteriores, sublinha que as estruturas recíprocas prototípicas definem situações em que intervêm pelo menos dois participantes, que estão numa idêntica relação inversa, pelo que os argumentos semânticos envolvidos exibem dois papéis semânticos coincidentes (por exemplo, Agente e Tema) (Nedjalkov, 2007c: 6-7). Em suma, e tendo em conta estes trabalhos, as construções recíprocas são perspectivadas

---

<sup>74</sup> Ainda em trabalho de 2007, por ejemplo, Mario Portilla conclui que “[...] las construcciones recíprocas son un tipo de reflexivas, pues no se distinguen de ellas ni en el nivel formal ni prácticamente en el nivel semántico” (Portilla, 2007: 145).

como dando conta de situações em que intervêm, numa relação inversa, pelo menos dois participantes, sendo que a cada um deles se associam dois papéis temáticos, com frequência Agente e Tema.

Apesar desta relativa convergência na descrição das situações recíprocas, surgem importantes divergências aquando da análise destas estruturas, uma vez que o modo como se manifesta formalmente a reciprocidade pode divergir entre línguas e mesmo dentro da mesma língua<sup>75</sup>. Em PE, a reciprocidade pode ser codificada através do recurso a diferentes estratégias, como o uso de verbos inerentemente recíprocos<sup>76</sup> (319), o recurso ao clítico SE (320-322), a presença dos chamados pronomes recíprocos complexos “*um* preposição *outro*” (321) ou de advérbios como *mutuamente* ou *reciprocamente* (322). É ainda possível que a reciprocidade seja codificada através da duplicação de orações (323), numa estrutura coordenada, e da inversão dos respectivos argumentos. Apesar de pouco frequente, esta estratégia de verbalização da reciprocidade permite constatar com maior facilidade a dupla predicação que está subjacente às construções recíprocas, visto que, na realidade, todas dão conta de dois eventos (que podem ou não ocorrer em simultâneo)<sup>77</sup>.

(319) *O João e a Patrícia conversaram/compartilharam o almoço.*

<sup>75</sup> Deste facto dão conta os trabalhos de König e Gast (2008b) e de Nedjalkov (2007c). Em König e Gast defende-se que as estruturas recíprocas se dividem em recíprocas nominais e recíprocas verbais. As primeiras podem subdividir-se em recíprocas pronominais e recíprocas quantitativas; as segundas, por sua vez, podem ser recíprocas sintéticas ou recíprocas compostas. Já Nedjalkov (2007c), ao reflectir sobre os marcadores de reciprocidade e sobre os principais tipos de estruturas recíprocas, traça a distinção entre recíprocas gramaticais (ou derivadas) e recíprocas lexicais. As primeiras dividem-se em recíprocas sintácticas, morfológicas e de clítico.

<sup>76</sup> Segundo Godoy (2008), o PB conta com vários verbos inerentemente ou lexicalmente recíprocos. De acordo com esta autora, “os verbos recíprocos são um conjunto de verbos que apresentam uma relação sistemática entre um traço do seu significado – a sua reciprocidade – e uma dupla ocorrência sintáctica” (Godoy, 2008: 34), surgindo em construções como:

*O João e a Maria flertaram.*

*O João flertou com a Maria.*

A primeira destas construções inclui aquilo a que a autora chama uma forma simples dos verbos recíprocos; na segunda encontramos a manifestação descontínua correspondente.

Nedjalkov (2007: 14) também faz alusão às estruturas recíprocas lexicais, explicando que as mesmas se caracterizam, entre outros aspectos, por incluírem um predicador verbal que não surge acompanhado por marcadores recíprocos ou por exibirem verbos acompanhados de marcadores recíprocos mas que não têm base não-recíproca correspondente (os chamados recíprocos depoentes ou “recíproca tantum”).

Ao reflectirem sobre as estruturas reflexas e recíprocas do Francês, Guentchéva e Rivière (2007: 594) também destacam a existência de verbos lexicalmente recíprocos, entendidos como verbos que têm um significado recíproco inerente e que, por isso, podem expressar a reciprocidade sem qualquer outro marcador adicional.

<sup>77</sup> Apesar de ser uma estratégia possível, a duplicação de orações (*A Maria odeia o João e o João odeia a Maria*; *O Jorge abraçou a Rosa e a Rosa abraçou o Jorge*) não é frequente no actual corte sincrónico do PE, o que confirma a intuição exposta por Maslova e Nedjalkov, quando explicam que “apparently, this strategy of encoding reciprocated situations is possible in all languages, although the extent to which such a pattern is conventionalized in grammar and common in actual discourse differs from language to language” (Maslova e Nedjalkov, 2011).

(320) *O João e a Patrícia* **beijaram-se**.

(321) *O João e a Patrícia* **acusaram-se** *um ao outro*.

(322) *O João e a Patrícia* **acusaram-se** *mutuamente/ reciprocamente*.

(323) *O João* **acusou** *a Patrícia* e *a Patrícia* **acusou** *o João*.

Apesar de existirem vários verbos que, por si só, denotam situações marcadas pela reciprocidade, o mais frequente é que as estruturas recíprocas do PE exibam um marcador formal de reciprocidade. Tal como nas demais línguas românicas, em PE esse marcador é o clítico *SE*, que pode ocorrer isolado ou pode ser reforçado por expressões pronominais (*um* preposição *outro*) ou adverbiais (*reciprocamente*, *mutuamente*). O recurso a complexos do tipo de “*um* preposição *o outro*” é frequente em várias línguas. Alguns exemplos apontados por Evans (2008) são as expressões *drug druga*, do Russo, *l’un l’autre*, do Francês, *l’uno l’altro*, do Italiano... Em PE ocorre, por exemplo, em estruturas como:

(324) *A Maria e a Joana* **maquilharam-se** *uma à outra*.

(325) *Os rapazes* **barbearam-se** *um ao outro*.

Também o uso de advérbios como *reciprocamente* ou *mutuamente* está associado à verbalização de situações recíprocas. Na realidade, e conforme refere Evans (2008: 77), “in European languages, adverbial reciprocals are predominantly found either where the predicate is non-verbal (e.g. mutually advantageous/incomprehensible), or as a disambiguating strategy with polysemous constructions such as the reflexive/reciprocal *se* in Spanish [...]”.

Apesar da diversidade de estratégias de codificação da reciprocidade actantes em PE, verificamos que o operador *SE* pode ocorrer em estruturas recíprocas em três situações diferentes: (i) assumindo-se como a única marca de reciprocidade; (ii) co-ocorrendo com o chamado pronome recíproco complexo (*um* preposição *o outro*) ou (iii) sendo reforçado pelos advérbios *reciprocamente* e *mutuamente*.

É importante, neste momento, reflectir sobre o estatuto de *SE* nos diversos contextos recíprocos, procurando perceber, em simultâneo, qual a influência deste operador ao nível da organização e da materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores usados nestas construções. Na secção seguinte reflectiremos sobre o estatuto de *SE* nas estruturas recíprocas, reuniremos vários contributos



referentes ao carácter (in)transitivo das mesmas e procuraremos encontrar uma linha de análise que se adeque aos dados do PE.

### 1.3.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de *SE*

As propostas de análise do modo como se materializa a grelha temático-argumental dos predicadores incluídos nas estruturas recíprocas organizam-se, um pouco à semelhança do que acontecia com os estudos sobre estruturas reflexas, em duas linhas divergentes: de um lado encontram-se trabalhos que defendem o carácter argumental de *SE*, como o de Brito, Duarte e Matos (2003), e a transitividade das estruturas recíprocas, como em Evans (2008); de outro identificam-se estudos, como os de Dobrovie-Sorin (2005), Nedjalkov (2007c) ou Siloni (2008), que consideram que as estruturas recíprocas são intransitivas, assumindo *SE* não como materialização de um dos argumentos verbais, mas como marcador de alterações ao nível da valência verbal.

Nedjalkov, defendendo a intransitividade das estruturas recíprocas, explica que nestas construções são eliminados os constituintes que não funcionam como sujeito, mas que com ele são co-referentes. Concomitantemente, o sujeito, necessariamente plural, pelo menos em termos semânticos, denota ambos os participantes, cada um dos quais com duplo papel temático (Nedjalkov, 2007c: 10).

Também para Dobrovie-Sorin (2005) as estruturas recíprocas são estruturas intransitivas e, mais concretamente, estruturas intransitivas inergativas. Apesar de não fornecer detalhes sobre as operações necessárias à formação das estruturas recíprocas ou sobre a reorganização argumental que lhes está subjacente, a autora afirma que “it is widely agreed that accusative *SE* does not function as an object clitic, but rather as a morphological marker that affects argument structure at the level of the lexicon” (Dobrovie-Sorin, 2005: 127-128 (sublinhado nosso)), assim rejeitando a possibilidade de *SE* assumir estatuto argumental.

O carácter inergativo das estruturas recíprocas que incluem o clítico *SE* é também defendido por Siloni (2001, 2008), que sustenta, à luz do proposto por Dobrovie-Dorin (2005), que nestas construções “[...] *SE* is not an object clitic and the verb is not a transitive verb, but rather an intransitive reciprocal”,

explicitando, ainda, que “diagnostics of transitivity confirm that the complex ‘se verb’ does not behave on a par with transitive verbs” (Siloni, 2001: 2 (destacado nosso)). Tendo por base exemplos do Francês e do Italiano, a autora conclui que o comportamento de *SE* nestes contextos não é equiparável ao dos pronomes, o que a leva a optar por considerar que nas estruturas recíprocas estamos perante complexos verbais recíprocos “verbo+se”, derivados dos verbos transitivos correspondentes através de uma operação de redução argumental que implica várias fases, assim explicitadas pela autora: “we start with a transitive predicate. The verbal morphology, *SE*, reduces a Case feature of the verb (accusative or dative), but does not entail thematic reduction. [...] The internal  $\emptyset$ -role cannot be associated with a DP in object position due to lack of Case [...]” (Siloni, 2001: 8). Nesta linha de análise, continua a autora, “[...] *SE* (or the complex) does not constitute an argument (an A-chain) as it lacks Case [...] (the relevant Case was eliminated; in this regard, *SE* is an intransitivizer) [...]”. Na perspectiva de Siloni, as estruturas que incluem verbos recíprocos continuam associadas a dois papéis temáticos; no entanto, a um desses argumentos, o argumento interno, não é permitida a realização sintáctica na sua posição habitual. Ainda assim, este argumento não é eliminado, sendo antes associado ao argumento externo. Por isso, o sujeito das estruturas recíprocas está associado a dois papéis temáticos. Esta operação de reorganização argumental é propiciada pela presença do operador *SE*, que reduz caso acusativo ou caso dativo. Nesta linha de trabalho, o operador *SE* é destituído de estatuto argumental, funcionando como um morfema redutor de caso e, conseqüentemente, como espoletador de uma profunda reorganização na materialização da estrutura temático-argumental associada aos predicadores em causa. É o clítico, segundo Siloni, “[...] that prevents mapping of a  $\emptyset$ -role of the complement domain to its canonical position” (Siloni, 2008: 461).

Nos trabalhos aplicados ao estudo do Português também se encontram propostas que defendem a intransitividade das estruturas recíprocas, nomeadamente em Godoy (2008). Neste estudo aplicado ao PB consideram-se estruturas intransitivas resultantes da redução de um dos argumentos dos verbos em causa as seguintes:

(326) *João e Maria se separaram.*

(327) *Atenienses e Espartanos se aliaram contra os Persas.*

(328) *Os meninos se juntaram no pátio.*

(exemplos retirados de Godoy, 2008: 44)

Contrariamente, nas linhas de análise mais tradicionais (cf. Cunha e Cintra, 1998; Neves, 2000), o SE presente nas estruturas recíprocas do Português é perspectivado como um pronome que funciona como objecto do predicador em causa: consequentemente, assumem-se estas construções como estruturas transitivas. Posição semelhante é defendida por Brito, Duarte e Matos (2003), que perspectivam o operador SE das estruturas recíprocas como um clítico anafórico, cuja referência é necessariamente definida, sendo recuperável a partir da referência do respectivo antecedente, que funciona como sujeito. No exemplo seguinte, o referente de SE é coincidente com o do SN sujeito “o Pedro e o Paulo”, o que esquematizamos através do uso do índice rebaixado.

(329) [*O Pedro e o Paulo*]<sub>i</sub> **saudaram**-[*se*]<sub>i</sub> *amigavelmente.*

Conforme explicam as autoras (Brito, Duarte e Matos, 2003: 835), nas estruturas recíprocas, como nas reflexas, SE, dotado de estatuto argumental, ocorre associado à posição de objecto directo ou de objecto indirecto<sup>78</sup>. Dada a materialização formal, através do clítico SE, do argumento interno, depreendemos, portanto, que estas estruturas sejam assumidas, à semelhança das reflexas, como estruturas transitivas.

No trabalho de Evans (2008) analisam-se as construções recíprocas de SE das línguas românicas como estruturas transitivas, sublinhando-se que “reciprocal constructions arguably denote the most complex event type to be expressed in most languages by regular grammatical means” (Evans, 2008: 33). A complexidade inerente às estruturas recíprocas advém do facto de as mesmas representarem pelo menos duas proposições. Uma estrutura recíproca como a de (330) representa, conforme esclarece Evans, as proposições de (331) e (332).

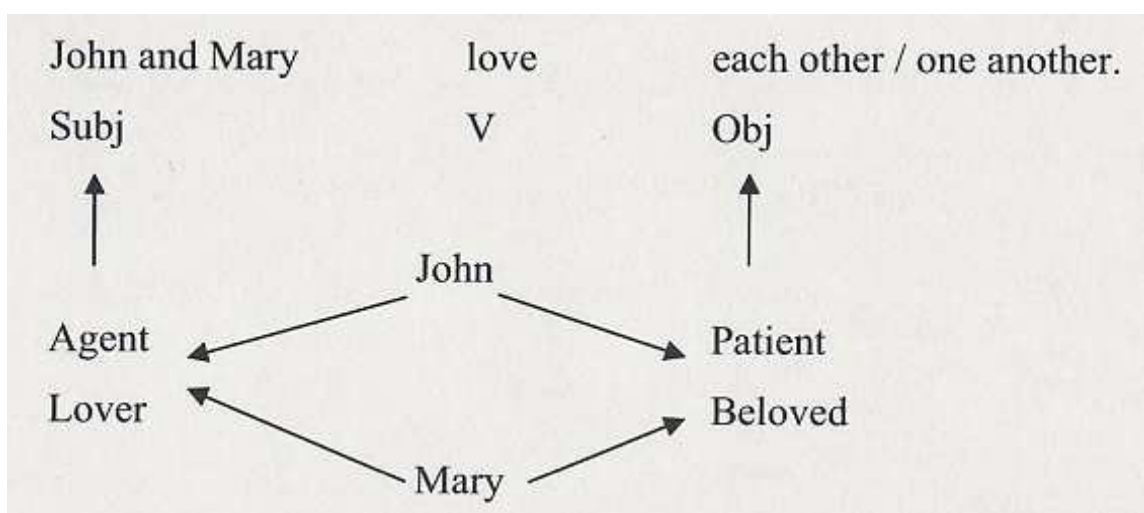
(330) *O João e a Maria amam-se.*

<sup>78</sup> Também para o Espanhol se encontram trabalhos em que se analisam as estruturas recíprocas como estruturas transitivas e o SE nelas incluído como objecto directo ou objecto indirecto. Esta é a posição defendida, por exemplo, por Gomez Torrego (1994b), que se ancora sobretudo na possibilidade de comutação com pronomes de acusativo/dativo. Comentando alguns exemplos de estruturas recíprocas, o autor explica que “está claro que [...] SE es un pronombre, pues pertenece al paradigma pronominal átono, aunque ahora, debido al carácter plural de la reciprocidad, sólo comparte ese paradigma con las formas de plural (nos, os). Las funciones nominales de c. directo e c. indirecto [...] se justifican una vez más por las conmutaciones con *lo, la, los, las y le, les*” (Gomez Torrego, 1994b: 17).

(331) O João **ama** a Maria.

(332) A Maria **ama** o João.

Como explica o autor, o facto de à estrutura recíproca estarem subjacentes duas proposições torna extremamente complexa a necessária projecção significado-forma, na medida em que esta “[...] involves a complex mapping between two overlaid thematic roles, all in a single clause” (Evans, 2008: 34). O autor refere que numa situação recíproca prototípica, em que participam dois intervenientes, cada um deles está associado a dois papéis temáticos. Por sua vez, cada papel temático é assumido por ambos os participantes envolvidos (Evans, 2008: 34). O esquema seguinte, proposto pelo autor, permite visualizar este raciocínio



Esquema I: Organização temático-argumental subjacente às estruturas recíprocas (cf. Evans (2008: 34))

Ao analisar, de forma mais detalhada, a codificação da reciprocidade nas línguas românicas, Evans (2008) afirma abertamente que o SE incluído nas estruturas recíprocas ocorre na posição de objecto, exibindo padrões distribucionais similares aos de outros clíticos de objecto, esclarecendo que “this pattern [reciprocal pronominal clitics] is familiar from the many Romance languages with reflexive/reciprocal clitics, such as French and Spanish *se*, Italian *si* and so forth, which occupy the object clitic position and have similar distributional patterns to other clitic object pronouns [...]” (Evans, 2008: 62).

A explicação proposta por Kemmer (1993) destaca também a duplicação de papéis temáticos associados a cada participante numa situação recíproca. A este respeito, a autora afirma que “the prototypical

reciprocal context is a simple event frame expressing a two-participant event in which there are two relations; each participant serves in the role of Initiator in one of those relations and Endpoint in the other” (Kemmer, 1993: 97). A autora esclarece ainda que o verbo de uma estrutura recíproca é um verbo transitivo ao qual se associam os papéis de “Initiator” e de “Endpoint”. A particularidade destas estruturas, no entanto, reside no facto de esses papéis serem duplamente assumidos, pois cada participante na situação descrita actua como Agente e como Tema, na medida em que “the B entity acts on the A entity [...] and vice-versa” (Kemmer, 1993: 97).

Seguindo estas linhas de trabalho, que adaptamos ao estudo empírico das estruturas recíprocas de *SE* em PE, uma construção recíproca prototípica descreve uma dupla relação entre dois participantes: por um lado, o participante A projecta uma acção sobre o participante B; por outro, o participante B faz reflectir essa mesma acção sobre o participante A. Assim, tematicamente, as construções recíprocas exibem Agente e Tema duplos. Em termos formais, o SN sujeito materializa na linearidade frásica o papel temático Agente, apontando, portanto, para dois participantes (o que explica a necessidade de este SN ser necessariamente plural, pelo menos em termos semânticos). *SE*, enquanto clítico anafórico cujo valor referencial é dependente do do respectivo antecedente, o SN sujeito, assumindo-se como objecto, materializa esses mesmos participantes, agora com o papel temático de Tema. A relação de dependência referencial que se estabelece entre o clítico e o respectivo antecedente não é, contudo, única e directa, como nas estruturas reflexas, tratando-se, antes de uma relação mais complexa, assente na duplicação e inversão de papéis temáticos associados aos participantes envolvidos na situação descrita.

No Quadro XIX, procuramos representar a dupla funcionalidade de cada um dos participantes numa situação recíproca, isto é, procuramos dar conta do facto de que cada participante se associa a dois papéis temáticos, por norma Agente e Tema. Estes papéis temáticos projectam-se, respectivamente, como argumento externo e argumento interno. Na linearidade frásica, o argumento externo manifesta-se como sujeito, ao passo que o argumento interno se faz presente através do clítico *SE*, associado à posição de objecto directo (ou indirecto). A presença deste argumento é, no entanto, significamente atenuada, sendo formatada não através de uma construção lexical analítica, mas de uma forma mais

compacta e sintética, o clítico SE, um elemento destituído de autonomia referencial, distribucional e prosódica.

<b>Participantes na situação extralinguística</b>	A ↓	B ↓
<b>Estrutura temática</b>	Agente <sub>i</sub>	Paciente <sub>i</sub>
<b>Estrutura argumental</b>	$X_i$	$Y_i$
<b>Estrutura sintáctica</b>	$SU_i$	$OD_i$

Quadro XIX: Organização e materialização da estrutura temático-argumental subjacente às estruturas de SE recíproco

Apesar desta dependência referencial, SE assume-se, como já havíamos defendido, como manifestação sintáctica do argumento interno, ocorrendo, por isso, associado à posição de objecto. O facto de não ser possível, nas estruturas de SE recíproco, incluir outro segmento que funcione como objecto directo, indicia que o espaço frásico reservado a tal componente já está preenchido.

(333) \*O João e a Maria **insultaram-se** o vizinho.

(334) \*Os amigos **cumprimentaram-se** o professor à saída da sala de aula.

Como explicam Brito, Duarte e Matos (2003: 836), em frases com extracção simultânea de clítico (335-336), é possível recuperar o argumento não realizado, sem que a frase seja sentida como um caso de objecto Nulo.

(335) *Penso que eles **se encontraram** [-] e cumprimentaram [-] à entrada da escola.*

(336) *Julgo que eles **se escreveram** [-] e [-] telefonaram meses a fio.*

Além disso, e conforme também explicam estas autoras, as estruturas recíprocas de SE admitem sempre o redobro de clítico, assinalando-se assim a posição a que o mesmo está associado.

(337) **Envergonharam-se** um ao outro perante toda a família.

A distribuição de SE nas estruturas recíprocas segue exactamente o mesmo padrão que é típico dos clíticos não reflexos de OD/OI. Esta situação verifica-se tanto em frases afirmativas (338-339) quanto em frases negativas (340-341).

(338) O João e a Maria **encontraram-nos** no parque.

(339) *O João e a Maria **encontraram-se** no parque.*

(340) *O João e a Maria não **os encontraram** no parque.*

(341) *O João e a Maria não **se encontraram** no parque.*

Nas construções transitivas-predicativas o operador *SE* surge exactamente com a mesma distribuição de outros clíticos não recíprocos de OD, ocorrendo como sujeito da oração pequena e como objecto directo do verbo transitivo-predicativo.

(342) *O Pedro e o Paulo **consideram-se** (mutuamente) curiosos.*

(343) *A Joana e a Rosa **acham-se** (mutuamente) bonitas.*

Como se constata pelos exemplos anteriores, nas construções transitivas predicativas, verifica-se a necessidade de existir concordância em género e número entre o OD do verbo principal e o núcleo da oração pequena, condição que, quando não verificada, resulta em estruturas agramaticais como em (344)

(344) *\*O Pedro e o Paulo<sub>[mas., pl.]</sub> **acham-se**<sub>[mas., pl.]</sub> (mutuamente) bonitas<sub>[fem., pl.]</sub>.*

Nestes contextos, quando encontramos orações recíprocas, deve existir identidade de género e número entre o SN sujeito da oração principal e o núcleo da oração pequena: esta situação explica-se se tivermos em conta que os traços de pessoa/número do clítico anafórico são determinados pelo SN sujeito da oração principal e que, por sua vez, os traços de género/número do núcleo da oração pequena são determinados pelo respectivo SU (funcionando como OD da estrutura principal), materializado através do clítico *SE*.

Muitos dos testes identificados ao longo do tempo para abonar a intransitividade das estruturas recíprocas das línguas românicas não são directamente aplicáveis ao Português. Em trabalhos de 2001 e de 2008, Siloni, recorrendo a exemplos do Francês, aponta alguns argumentos que sustentam que *SE* não é um clítico de objecto. A autora refere, tal como fazem Reinhart e Siloni (2005) para as estruturas reflexas, que o comportamento das estruturas recíprocas em construções *Fazer + Inf se* aproxima daquele que é típico das estruturas intransitivas, pois não é possível a presença da preposição *a* a introduzir o sujeito (uma situação que ocorre sempre que a estrutura encaixada inclui um verbo transitivo). No entanto, parece-nos que a presença de estruturas recíprocas em construções encaixadas de *Fazer +*

*Inf* está, como acontece com as construções reflexas, bastante condicionada, não resultando, mesmo sem a preposição (isto é, seguindo o paradigma das estruturas intransitivas), em construções aceites como totalmente gramaticais (cf. ?\* *O Pedro fez abraçar-se o João e a Maria*). O facto de neste contexto em particular as estruturas recíprocas, bem como as reflexas, evidenciarem um comportamento específico poderá ser indício do seu estatuto intermédio entre as estruturas transitivas plenas e as intransitivas<sup>79</sup>.

Ainda que denotem situações duplamente transitivas, pois cada um dos participantes age sobre o outro, as estruturas recíprocas incluem, tal como as reflexas, um argumento sintáctico-lexicalmente realizado mediante um clítico, ou seja, um dos argumentos seleccionados pelo predicador em uso tem uma presença compactada ou signicamente reduzida ao nível da linearidade frásica. Acreditamos que esta redução ou atenuação da presença material do argumento interno resultará da duplicação e sobreposição dos papéis Agente e Tema, contrariando, assim, um dos principais critérios de transitividade assumidos na literatura sobre o tema (cf. Hopper e Thompson, 1980; Kemmer, 1993, 1994; Givón, 2001)

Assumindo a transitividade mitigada destas estruturas, de motivação semântico-ontológica porque baseada na duplicação de papéis temáticos associados a cada um dos participantes envolvidos nas situações recíprocas e na conseqüente não diferenciação entre Agente e Tema, constatamos que o operador *SE* nelas actuante, embora exibindo estatuto argumental, funciona como materialização sintáctico-lexicalmente compactada e lacunar, porque referencial, prosódica e distribucionalmente não autónoma, do argumento interno.

---

<sup>79</sup> Efectivamente, se submetemos as estruturas recíprocas aos testes formais de identificação do objecto directo (i e ii), verificamos que o clítico *SE* não lhes responde afirmativamente. No entanto, este é também o comportamento revelado pelas estruturas que exibem como objecto directo um pronome pessoal de acusativo, o que indicia que tal situação resultará da não autonomia referencial dos elementos em questão.

(i) Os clíticos, anafóricos ou não, não funcionam como resposta a uma interrogativa do género “quem/ o que é que V?”

*O João e a Maria insultaram-no.*

*Quem é que o João e a Maria insultaram? \*O*

*O João e a Maria insultaram-se.*

*Quem é que o João e a Maria insultaram? \*SE*

(ii) As estruturas recíprocas não admitem participar em construções passivas. O mesmo se verifica com as estruturas que têm como OD um outro clítico.

*\* O foi insultado pelo João e pela Maria.*

*\* SE foi insultado pelo João e pela Maria.*



### 1.3.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica

Os verbos usados nas estruturas recíprocas de SE são, necessariamente, verbos que seleccionam pelo menos dois argumentos. Como se verifica pela análise dos exemplos seguintes, não é possível construir estruturas recíprocas de SE que incluam predicadores unários, sejam eles inergativos ou inacusativos.

(345) \*As meninas **caminharam-se** umas às outras.

(346) \*As raparigas **desmairam-se** mutuamente.

No entanto, nem todos os verbos transitivos admitem participar nestas estruturas. Para que determinado verbo transitivo possa ocorrer em estruturas recíprocas é fundamental que admita como argumentos externo e interno entidades dotadas do traço [+ humano] ou, pelo menos, [+ animado]. Na realidade, tal como acontecia com as estruturas reflexas, também as estruturas recíprocas são agramaticais se o predicador nelas integrado seleccionar um argumento interno necessariamente [- humano].

(347) \*Eles **beberam-se**. (vs. Eles beberam água [-humano], [-animado])

(348) \*Os miúdos **acenderam-se**. (vs. Os miúdos acenderam a fogueira [-humano], [-animado])

Verbos binários que seleccionam um argumento interno indirecto também são possíveis nas estruturas recíprocas.

(349) A Rosa e a colega **telefonam-se** diariamente.

(350) Eles **agradam-se** mutuamente.

As estruturas recíprocas de SE denotam, por norma, situações dinâmicas, pelo que nelas raramente encontramos verbos de estado. Porém, os verbos perceptivos, considerados verbos estativos de dois lugares, admitem participar em estruturas recíprocas, como as de (351-352). Também os verbos estativos psicológicos, como *amar* ou *odiar*, aceitam participar em estruturas recíprocas (353-354). Ainda assim, os verbos mais recorrentes nas estruturas recíprocas denotam processos culminados e culminações, como em (355-357).

(351) Os amigos **viram-se** no bar da escola.

(352) Os amigos **ouviram-se** ao longe.

(353) *Pedro e Paula **amavam-se** já desde crianças.*

(354) *Eles **odeiam-se** há vários anos.*

(355) *O ministro do Interior da Rússia, Anatoli Kulikov, e os dirigentes tchetchenos **acusaram-se** ontem mutuamente de fomentar atentados terroristas [...]. (CTP)*

(356) *As duas partes **recriminaram-se** mutuamente pelo incidente [...]. (CTP)*

(357) ***Desmentiram-se** e **ofenderam-se** uns aos outros. (CTP)*

Verbos de culminação e pontos não ocorrem em estruturas recíprocas de SE (358-360). Este comportamento facilmente se justifica se tivermos em conta que estes verbos têm, por norma, uma estrutura argumental unária.

(358) *\*As vítimas dos assaltos **faleceram-se**.*

(359) *\*O Zé e a Maria **desmaiaram-se**.*

(360) *\*Os rapazes **suspiraram-se**.*

Os verbos que ocorrem nas estruturas recíprocas podem repartir-se por áreas semânticas muito diversas, sendo possível identificar nestas construções, entre outros:

a) verbos avaliativos (*avaliar, censurar, criticar, tolerar...*);

(361) *Israelitas e palestinianos [...] **criticaram-se** mutuamente por não terem alcançado acordo. (CTP)*

b) Verbos perceptivos (*ouvir, ver...*);

(362) *Ouvindo o que eles têm a dizer e encorajando-os a **ouvirem-se** mutuamente [...]*

(<http://portfoliogruponalusa.blogspot.com/>)

c) Verbos volitivos (*desejar, preferir, querer...*);

(363) *O Sporting Clube de Portugal e João Vieira Pinto **desejam-se** mutuamente as maiores felicidades [...]. (<http://www.zerozero.pt/noticia.php?id=672>)*

d) Verbos de dano corporal ou psicológico (*aborrecer, agredir, amedrontar, atacar, atormentar, bater, embaraçar, envergonhar, esbofetear, esmurrar, esfaquear, ferir, magoar, pontapear ...*);

(364) *Os candidatos a libertadores (terroristas do norte de Moçambique) **agridem-se** mutuamente à faca e a cacete [...]. (CTP)*

(365) [...] a história tradicional de duas pessoas que **se odeiam** mutuamente [...]. (CTP)

e) Verbos de benefício corporal ou psicológico (*acarinhar, aconselhar, ajudar, amar, amparar, apoiar, beijar, elogiar, entusiasmar, incentivar, mimar, salvar...*);

(366) Têm a vocação de olhar para o mundo, de **ajudar-se**, de **enriquecer-se** mutuamente e de *compartilhar certos valores*. (CTP)

(367) Acontece [...] que pessoas de diferentes nacionalidades **se salvam** mutuamente. (CTP)

Em suma, os verbos que ocorrem nas estruturas de SE recíproco caracterizam-se (i) pelo seu carácter transitivo, (ii) por seleccionarem um argumento externo e um argumento interno tipicamente humanos (ou pelo menos animados), (iii) por denotarem (típica mas não exclusivamente) situações de processos culminados e (iv) por ocorrerem, com frequência, para denotar situações de dano ou benefício corporal ou emocional.

### 1.3.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional

Nas estruturas recíprocas de SE o sujeito é imperativamente plural, pelo menos em termos semânticos.

(368) Os rapazes **encontraram-se** no parque.

(369) O Pedro e o Paulo **encontraram-se** no parque.

(370) O casal **beijou-se** discretamente.

O sujeito das estruturas recíprocas de SE é sempre [+ animado] e, por norma, dotado do traço [+ intencional]. As estruturas recíprocas de SE com sujeito [- animado] são marcadas pela agramaticalidade (salvo quando incluídas em contextos ficcionais).

(371) \*As pedras **abraçaram-se** uma à outra.

(372) \*Os livros **destruíram-se** mutuamente.

É possível, no entanto, que o sujeito destas estruturas denote não um indivíduo mas um grupo ou uma instituição (supondo-se, portanto, o carácter humanizado dos mesmos), como em (373-374).

(373) [...] a Câmara dos Deputados e o Senado têm poderes idênticos e podem **bloquear-se mutuamente**. (CTP)

(374) [...] o Chlorine Institute e a empresa de relações públicas **acusam-se** mutuamente da gaffe. (CTP)

Alguns predicadores que seleccionam um sujeito Experienciador podem ocorrer nestes contextos, como em:

(375) Os alunos destas duas turmas **temem-se** uns aos outros.

(376) Os conferencistas **ouviram-se** uns aos outros com curiosidade.

Os sujeitos que tematicamente se assumem como Causa não ocorrem em estruturas recíprocas. Este comportamento é expectável dado o seu carácter [- animado].

(377) \*As altas temperaturas **derreteram-se**.

(378) \*As tempestades **enferrujaram-se**.

Também não ocorrem nas estruturas recíprocas de SE sujeitos que correspondam à materialização do argumento interno Tema. Por isso, como acima verificámos, é interdito o uso de estruturas inacusativas, do género das que a seguir apontamos.

(379) \*Os turistas **chegaram-se** a Lisboa dois dias depois do previsto.

(380) \*Os convidados **apareceram-se** no baile já depois da meia-noite.

Já quanto à sua distribuição na linearidade frásica, o comportamento do SN sujeito das estruturas recíprocas de SE é bastante regular, surgindo obrigatoriamente à esquerda do verbo.

(381) Os alunos **agrediram-se** durante o recreio.

(382) Os concorrentes **incentivaram-se** durante toda a prova.

Efectivamente, quando em posição pós-verbal, o SN sujeito destas estruturas suscita leituras bastante diferentes. Às construções de (383-384), com o SN sujeito em posição pós-verbal, associamos não uma leitura recíproca, mas antes uma leitura passiva.

(383) **Incentivaram-se** os concorrentes durante toda a prova. ('os concorrentes foram incentivados durante toda a prova')

- (384) **Ofenderam-se** os participantes assim que o concurso começou. (*os participantes foram ofendidos assim que o concurso começou*)

Em suma, o sujeito das estruturas recíprocas de SE exibe, por norma, os traços [+ plural] e [+ animado], caracterizando-se, ainda, por ocorrer necessariamente em posição pré-verbal.

#### 1.3.4. Estruturas recíprocas: coocorrência de marcadores de reciprocidade

As estruturas recíprocas do PE revelam comportamentos muito diversificados no que diz respeito aos marcadores de reciprocidade que admitem. Como anteriormente referimos, há uma série de verbos lexicalmente recíprocos que, por si só, denotam situações prototipicamente recíprocas. Trata-se de verbos intransitivos que se repartem por diversas áreas semânticas e que não consentem, nunca, a inserção do clítico SE, como se comprova pela agramaticalidade das estruturas (385-388).

- (385) \*Os dois concorrentes **lutaram-se** até à exaustão.
- (386) \*Mesmo os melhores amigos **brigam-se** de quando em vez.
- (387) \*Eles **conversaram-se** amigavelmente durante todo o encontro.
- (388) \*Os dois adversários **dialogaram-se** de forma muito cordial.

Revelam-se também inviáveis as estruturas recíprocas com verbos inerentemente recíprocos e com advérbios de reforço da reciprocidade, como *mutuamente* ou *reciprocamente*.

- (389) \*Os dois adversários **lutaram** mutuamente/reciprocamente até à exaustão.
- (390) \*Mesmos os melhores amigos **brigam** mutuamente/reciprocamente de quando em vez.
- (391) \*Eles **conversaram** mutuamente/reciprocamente durante todo o encontro.
- (392) \*Os dois adversários **dialogaram** mutuamente/reciprocamente de forma muito cordial.

Admitem, no entanto, a presença do pronome recíproco complexo “*um* preposição *o outro*”, bem como da estrutura “*entre si*”.

- (393) Os dois concorrentes **lutaram** um contra o outro até à exaustão.
- (394) Os dois concorrentes **lutaram** entre si até à exaustão.

(395) *Mesmo os melhores amigos **brigam** um com o outro de quando em vez.*

(396) *Mesmo os melhores amigos **brigam** entre si de vez em quando.*

O comportamento das estruturas de SE recíproco também não é uniforme quanto à (in)aceitação da presença simultânea de outros marcadores de reciprocidade. Na maior parte dos casos, é possível a presença simultânea do clítico SE e do pronome recíproco complexo “*um* preposição *o outro*”<sup>80</sup>.

(397) *Eles **abraçaram-se** (um ao outro) e começaram a chorar.*

(398) *Eles **zangaram-se** (um com outro) logo depois do exame.*

(399) *Eles **incentivaram-se** (um ao outro) durante todo o curso.*

Estas são estruturas que nos colocam interessantes questões relativamente ao estatuto dos vários marcadores de reciprocidade e que levam, por exemplo, a questionar a argumentalidade de SE. Todavia, se atentarmos mais pormenorizadamente no comportamento destas estruturas, verificamos que podem ocorrer sem o pronome complexo, mas não sem o clítico SE (400-402).

(400) *Eles **abraçaram-se** e começaram a chorar. vs \*Eles **abraçaram** um ao outro e começaram a chorar.*

(401) *Eles **zangaram-se** logo depois do exame. vs \*Eles **zangaram** um com outro logo depois do exame.*

(402) *Eles **incentivaram-se** durante todo o curso. vs. \*Eles **incentivaram** um ao outro durante todo o curso.*

Este comportamento faz-nos considerar que nestes casos o pronome recíproco complexo, não tendo manifestação formal obrigatória, se assume sobretudo como reforço da reciprocidade, e não como manifestação do argumento interno.

Em muitas estruturas de SE recíproco é viável a presença de SE e de um advérbio de reforço da reciprocidade.

---

<sup>80</sup> Segundo Evans (2008: 48), na literatura de influência gerativa, consideram-se estas expressões, presentes em várias línguas, como pronomes recíprocos ou anáforas complexas. Evans adianta ainda que, sintacticamente, estas estruturas revelam um comportamento próximo do dos Sintagmas Nominais. Já para Nedjalkov (2007b: 154 e ss.), estruturas como “*um* preposição *o outro*” incluem-se no conjunto dos pronomes recíprocos, funcionando como argumentos verbais.

(403) *Eles **incentivaram-se** mutuamente ao longo daqueles meses mais difíceis.*

(404) *Eles **envergonharam-se** reciprocamente ao discutirem daquele modo em público.*

(405) *Os irmãos **ajudaram-se** mutuamente durante todo o curso.*

Noutras, no entanto, a presença destes advérbios causa estranheza (406-408), situação que certamente resultará do facto de conceptualizarmos os cenários por elas descritos como situações relativamente às quais há uma grande expectativa de reciprocidade, não sendo necessária, por isso, a presença de elementos que reforcem essa ideia.

(406) *\*? Eles **beijaram-se** reciprocamente à saída da escola.*

(407) *\*? Eles **abraçaram-se** mutuamente depois da vitória.*

(408) *\*? Eles **amaram-se** reciprocamente desde crianças.*

Apesar de poder co-ocorrer com outros índices de reciprocidade, o clítico SE revela-se o marcador recíproco por excelência, sendo necessário mesmo nas estruturas que exibem outros marcadores. Em qualquer dos casos, este clítico mantém-se como manifestação sintáctico-lexical compactada e significativamente minimizada do argumento interno Tema.

### 1.3.5. Considerações finais

Nas últimas secções analisámos estruturas de SE a que tradicionalmente se dá o nome de estruturas recíprocas e que, efectivamente, se assumem como uma das várias estratégias de verbalização da reciprocidade activas nas línguas românicas. Dando seguimento a trabalhos recentes como o de Evans (2008), assumimos as estruturas recíprocas como estruturas de transitividade atenuada.

Esta percepção baseia-se na assumpção do operador SE como clítico dotado de estatuto argumental, ocorrendo na superfície frásica como materialização léxico-sintacticamente atenuada do argumento interno seleccionado pelo predicador em causa. Enquanto clítico anafórico, este SE é destituído de capacidade referencial autónoma, estando a este nível dependente do seu antecedente, o SN sujeito. O comportamento sintáctico das estruturas recíprocas revela que estas, tal como as estruturas reflexas, não seguem fielmente nem o comportamento típico das estruturas transitivas nem o das estruturas

intransitivas, situação que nos leva a defender que também elas se poderão enquadrar num patamar intermédio entre as transitivas plenas e as intransitivas. Efectivamente, o facto de ambos os argumentos estarem associados a dois papéis temáticos, normalmente Agente e Tema, torna pouco operacional a distinção entre ambos, assim se colocando em causa um dos critérios basilares da transitividade identificados por Hopper & Thompson (1980). Por isso, precisamente para dar conta desta diminuição da diferenciação entre Agente e Tema, o argumento interno materializa-se através de um clítico anafórico, perdendo alguma da sua presença sintáctico-lexical, na medida em que este operador é destituído de autonomia a vários níveis.

Uma vez assumido o carácter argumental de *SE* e a transitividade (atenuada) destas estruturas, verificámos, de seguida, que os predicadores que nelas ocorrem exibem três traços fundamentais: (i) são sobretudo predicadores binários; (ii) exibem um argumento externo e um argumento interno marcados pelo traço [+ humano] (ou, pelo menos, [+ animado]) e (iii) denotam, com frequência, processos culminados. Já o respectivo sujeito é caracterizado pelos traços [+ humano], [+ plural], ocorrendo, na sua posição não-marcada, à esquerda do verbo.

Esta análise das estruturas recíprocas de *SE* permitiu identificar várias características que as definem e que se sintetizam no Quadro XX.

(In)transitividade da estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitividade atenuada (motivação semântico-ontológica)</li> </ul>
Estatuto de <i>SE</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estatuto argumental (materialização sintáctico-lexicalmente atenuada do argumento interno)</li> </ul>
Traços típicos do SU	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ Animado]</li> <li>▪ [+ Humano]</li> <li>▪ [+ Plural]</li> <li>▪ [+ Agente] ou [+ Experienciador]</li> <li>▪ Posição pré-verbal</li> </ul>
Traços típicos dos predicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitivos (predicados binários ou ternários)</li> <li>▪ Os respectivos argumentos externo e interno exibem os traços [+ humano] ou [+ animado]</li> <li>▪ Denotam sobretudo processos culminados</li> </ul>

Quadro XX: Propriedades típicas das estruturas de *SE* recíproco



#### 1.4. *SE* anafórico: conclusões

Na secção 1.2., analisámos **estruturas reflexas**, isto é, estruturas que descrevem situações em que uma entidade inicia intencionalmente uma acção cujas consequências se reflectem em si mesma. Trata-se, portanto, de cenários em que intervém um único participante a que se associam dois papéis temáticos, Agente e Tema, neste caso com contornos pouco nítidos. Descrevemos também (secção 1.3.) estruturas que denotam situações em que participam dois intervenientes, sendo que cada um deles se assume não só como iniciador da acção em causa, mas também como entidade que sofre os efeitos da mesma – as **estruturas recíprocas** –, assentes numa sobreposição de papéis temáticos, visto que tanto o participante A quanto o participante B se associam, em simultâneo ou não, aos papéis de Agente e Tema. Partindo da constatação de que as estruturas reflexas e as estruturas recíprocas têm como denominador comum a presença do operador *SE*, concluímos que em ambas estamos perante um uso anafórico de *SE*, ou seja, nestas construções este clítico revela-se uma unidade lexical não autónoma em termos referenciais, sendo o seu valor determinado, a este nível, a partir do seu antecedente, o SN sujeito. Em termos prosódicos, no PE, *SE* também revela falta de autonomia, estando dependente do seu hospedeiro, o verbo a que se agrega, e sendo condicionada a sua distribuição na linearidade frásica. Ou seja, quando usado em estruturas reflexas ou recíprocas *SE* pode incluir-se no conjunto dos clíticos anafóricos, caracterizando-se pela falta de autonomia referencial, prosódica e distribucional.

Apesar da multiplicidade de opiniões sobre o estatuto de *SE* quando presente em estruturas reflexas ou recíprocas, constatámos que não são directamente aplicáveis aos dados do PE os testes que têm sido apontados, por exemplo por Reinhart e Siloni (2005), para defender que este operador funciona como redutor de caso e, conseqüentemente, como redutor da valência sintáctica do verbo a que se agrega. Partindo de análises mais tradicionais e complementando-as com abordagens recentes como as de Peregrín Otero (1999), Brito, Duarte e Matos (2003), Alencar e Kelling (2005), Evans (2008), verificámos que os dados do PE indiciam que nos dois tipos de construções em análise *SE* revela estatuto argumental, ocorrendo associado à posição de objecto directo ou de objecto indirecto.

A adopção desta perspectiva resultou da aplicação de vários testes que corroboram a argumentalidade de *SE* e a sua associação à posição de objecto, como, entre outros, a possibilidade de comutação por

clíticos pronominais de OD/OI, a impossibilidade de ocorrência de *SE* e de um SN que funcione como OD ou OI, a possibilidade de redobro de clítico, em que o constituinte redobrado permite identificar a posição argumental a que o clítico está associado, ou a semelhança comportamental e distribucional entre *SE* e outros clíticos pronominais de OD/OI quando incluídos em estruturas sintácticas com características muito diversas.

Ao considerarmos *SE* um clítico argumental, assumimos que os predicadores a que se agrega nas estruturas reflexas e nas recíprocas não perdem, em nenhum nível de análise, nenhum dos argumentos que seleccionam e defendemos, conseqüentemente, que estes dois tipos de estruturas não devem ser perspectivados como exemplos de construções intransitivas.

Nas estruturas reflexas, apesar de na situação descrita participar apenas um interveniente, os predicadores em uso têm subjacente uma estrutura temática binária, seleccionando, por norma, um argumento que se assume como Agente, denotando uma entidade que inicia voluntariamente a situação em causa, e um Tema, correspondente à entidade em que se reflectem as conseqüências dessa acção. Estes argumentos temáticos projectam-se na estrutura argumental como argumento externo e argumento interno, respectivamente. Por sua vez, estes afloram na linearidade frásica como sujeito e como objecto directo. Dado que numa situação marcada pela reflexividade encontramos um único participante que se assume simultaneamente como espoletador da acção e como alvo dos efeitos da mesma, torna-se mais difusa a distinção entre os dois argumentos semântico-temáticos (por norma, Agente e Tema) seleccionados pelo predicador, o que, na linearidade frásica, se revela pela manifestação sintáctico-lexicalmente atenuada de um dos argumentos, o argumento interno, presente através do clítico *SE*, uma unidade com uma presença sígnica minimizada que, como vimos, é lacunar a vários níveis, nomeadamente ao nível referencial, pois o seu valor é definido pelo do SN sujeito, seu antecedente. Apesar da presença mitigada do argumento interno, continuamos a considerar que estamos perante estruturas transitivas. Trata-se, no entanto, de uma transitividade atenuada, motivada sobretudo por razões semântico-ontológicas, uma vez que a distinção entre Agente e Tema, fundamental para a existência de transitividade plena, deixa de ocorrer, assistindo-se a uma situação de sobreposição e de não diferenciação nítida destes papéis temáticos.

Também no caso das estruturas recíprocas consideramos estar perante uma situação de transitividade atenuada. Neste caso, apesar de as situações descritas incluírem dois participantes, cada um deles está associado a dois papéis temáticos distintos: tanto o participante A quanto o participante B são, simultaneamente ou não, associados aos papéis temáticos Agente e Tema. Esta duplicação de papéis temáticos reflecte-se na linearidade frásica através da presença necessária de um SN sujeito plural (pelo menos em termos semânticos) e da ocorrência de *SE*, cuja referência é fixada precisamente pela do SN sujeito. Assim, a atenuação da transitividade verifica-se, por um lado, porque, ao nível semântico-ontológico, não é possível distinguir claramente Agente de Tema, e, por outro lado, porque, na linearidade frásica, o Tema é representado formalmente através de um clítico anafórico, uma entidade compactada, lacunar a vários níveis, e com uma presença sígnica mínima.

Para que as estruturas reflexas e recíprocas resultem gramaticais é imperioso que os respectivos predicadores cumpram alguns critérios, sendo necessário, por exemplo, que estejamos perante predicadores binários, cujos argumentos possam ser [+ humanos] ou, pelo menos, [+ animados]. Estes predicadores denotam preferencialmente, em ambas as estruturas, cenários de processos culminados.

Revelando maior diversidade que as estruturas recíprocas, as reflexas podem repartir-se, em função da interpretação a que estão associadas, por vários subgrupos. No presente trabalho distinguimos as estruturas reflexas prototípicas, cujo sujeito corresponde a uma entidade que inicia voluntariamente uma acção que se reflecte sobre si mesma, das estruturas reflexas de fronteira, cujo sujeito não é dotado de intencionalidade e que, em nosso entender, estarão mais próximas de outros tipos de estruturas de *SE*. No primeiro grupo incluem-se estruturas reflexas de acção corporal e de acção não corporal. Do segundo fazem parte estruturas reflexas com sujeito Experienciador e estruturas reflexas de dano corporal, com Iniciador não intencional.

## 2. SE IMPESSOAL: ESTRUTURAS DE SUJEITO INDETERMINADO E ESTRUTURAS PASSIVAS

### 2.1. Caracterização preliminar

Neste capítulo analisam-se sob a designação de **estruturas de SE impessoal** dois tipos de construções de SE com objectivos pragmáticos coincidentes e que são usadas quando não se pretende, ou não se consegue, identificar com precisão a entidade, habitualmente humana, subjacente à situação descrita. Neste amplo conjunto de estruturas incluímos as construções tradicionalmente conhecidas como **passivas de SE**, como as de (409-412), e também aquelas a que damos o nome de **estruturas de sujeito indeterminado**, como em (413-417).

(409) [...] os problemas de subsistência [...] **solucionaram-se** com formas de apoio que as dificuldades financeiras anteriores a 1976 tinham interrompido. (CTP)

(410) As últimas 20 vítimas mortais **registaram-se** nos distritos de Takurgaon, Pabna, Kurigram e Lalmonirhat, Norte e Noroeste do país [...]. (CTP)

(411) Esta descida **verificou-se** em todos os grupos étnicos e sexos. (CTP)

(412) A única situação de boicote eleitoral no distrito da Guarda **registou-se** na freguesia de Teixeira, no concelho de Seia. (CTP)

(413) [...] de dia para dia **caminha-se** para pior. (CDP)

(414) Em San Francisco, **vive-se** e **morre-se** numa hora. (CDP)

(415) [...] no domínio da oposição ao regime, [...] **era-se** discriminado e perseguido. (CTP)

(416) Vai atada em molhos e depois, dos molhos, **faz-se** relheiros. (CDP)

(417) **Faz-se** mais pequeninas, **amarra-se** dum ponta e doutra a morcela e **enfia-se** nuns cordõezinhos ou numas espadanas [...]. (CDP)

Rodriguez Espiñeira (2004) sublinha a proximidade entre estes dois tipos de estruturas, explicando que “tanto el se pasivo como el se impersonal (activo) comparten un rasgo semántico-pragmático: su carácter impersonal; esto quiere decir que se usan cuando no interesa aludir a un participante (en muchos casos el agente) porque o bien su mención resulta irrelevante o inoportuna, o bien posee valor genérico”

(Rodríguez Espiñeira, 2004: 18). Adianta ainda esta autora que a análise conjunta destas construções assenta não tanto em motivações sintáticas, mas antes em motivações semântico-pragmáticas, pois “[...] la noción de ‘impersonalidad’ que subyace al tratamiento común de pasivas con se e impersonales con se no es la de oración carente de sujeto gramatical, sino la de ‘participante implicado que carece de identificación referencial’” (Rodríguez Espiñeira, 2004: 48).

Apesar de partilharem motivações e intuítos pragmáticos próximos, as construções de SE impessoal – construções de sujeito indeterminado e construções passivas<sup>81</sup> – exibem diversas características que as diferenciam e que decorrem sobretudo, como veremos adiante, de divergências ao nível da realização da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores e do diferente estatuto de SE. Em função destas diferenças, que exploraremos com maior detalhe nas próximas secções, referir-nos-emos ao SE das estruturas de sujeito indeterminado como SE *indeterminador* e ao das estruturas passivas como SE *apassivador*, denominações propostas por Nunes (1991). Entretanto, nos próximos parágrafos, procuramos sumariar algumas das muitas propostas de descrição destes dois tipos de estruturas.

De orientação teórica diversificada, os muitos trabalhos produzidos em torno das estruturas de SE de que agora nos ocupamos têm resultado em caracterizações bastante díspares das mesmas. Importa, por isso, conhecer com algum detalhe o que se tem escrito sobre este tipo de estruturas, tanto em estudos aplicados ao Português quanto a outras línguas românicas em que se regista a presença de estruturas similares.

Embora a referência ao uso de SE esteja presente desde os primeiros trabalhos sobre o Português, como na Gramática de João de Barros (1540), só já em finais do século XIX encontramos menção explícita à distinção entre os dois usos de SE que analisamos neste capítulo<sup>82</sup>. Ainda assim, nestes textos, a distinção entre estas duas construções não fica muito clara. Dias (1881: 111), por exemplo, afirma sobre as passivas de SE que nelas “não se nomeia o agente”, explicando de seguida, sobre as impessoais, que

---

<sup>81</sup> Na análise proposta por Roberta D’Alessandro (2007) as construções impessoais de *si* em italiano incluem também as estruturas passivas. Em Butt e Benjamin (2000: 308), as construções impessoais são definidas como “those in which the agent of the action is unknown or irrelevant”, uma abordagem que, como a que abraçamos neste trabalho, tem por base critérios semântico-pragmáticos e não sintáticos.

<sup>82</sup> De acordo com vários trabalhos, como Naro (1976), Nunes (1991) e Martins (2003, 2005), a ocorrência de SE indeterminador ter-se-á consolidado em PE apenas depois do século XVI, assim se justificando que as primeiras descrições destas estruturas surjam apenas algum tempo depois.

as mesmas “[deixam] totalmente indeterminada a pessoa que pratica a acção”. A diferenciação entre ambas residirá, do que se conclui das explicações do autor, das características das formas verbais usadas numas e noutras<sup>83</sup>. Na obra de A. Grivet, da mesma época, apesar de também se propor a distinção entre usos passivos e impessoais de *SE*, continuam a estar ausentes argumentos claros em que se ancore tal diferenciação.

Assumida, nestes textos do século XIX, a existência de um *SE* dito impessoal, as reflexões sobre as estruturas de *SE* ficaram marcadas, no início do século XX, por uma intensa discussão em torno da (a)gramaticalidade de estruturas como (418-419), construídas com verbos transitivos e nas quais não se verifica concordância entre a forma verbal (na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular) e o SN que surge à sua direita.

(418) **Fez-se obras** em casa.

(419) **Vende-se bordados tradicionais**.

Esta ausência de consenso quanto à (in)aceitabilidade das estruturas de *SE* sem concordância verbo-SN pós-verbal manteve-se ao longo de todo o século XX, prolongando-se até aos nossos dias. Em trabalho de 1998, Cunha e Cintra apelam ainda à preferência pela estrutura concordante<sup>84</sup>, ao passo que, em 1995, Peres e Móia aceitam o uso de estruturas de *SE* sem concordância, incluindo um verbo transitivo na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular seguido de SN plural (*ouve-se ruídos durante a noite*).

Apesar de presentes ao longo dos anos, as reflexões que foram sendo publicadas sobre estes dois usos de *SE* no PE são maioritariamente pouco extensas e pouco questionantes. Por exemplo, Cunha e Cintra (1998) limitam-se a identificar o uso de *SE* como pronome apassivador e como “símbolo de indeterminação do sujeito”, explicando apenas, sobre este último, que surge “junto à 3.<sup>a</sup> pessoa do singular dos verbos intransitivos, ou de transitivos tomados intransitivamente” (Cunha e Cintra, 1998: 308). O mesmo tipo de abordagem encontra-se em Neves (2000), em trabalho aplicado ao PB, onde se afirma que as estruturas de *SE* de sujeito indeterminado ocorrem apenas com verbos intransitivos ou com

---

<sup>83</sup> Para que estejamos perante construções a que aqui chamamos de sujeito indeterminado, as formas verbais em causa (no singular) têm de corresponder a verbos intransitivos ou a verbos transitivos usados intransitivamente: “aos verbos intransitivos, e também aos transitivos tomados intransitivamente (isto é, sem referencia a complemento objectivo algum determinado), [se dá] no singular, a forma reflexa empregada como voz passiva [...] para deste modo deixar totalmente indeterminada a pessoa que pratica a acção ou que tem a qualidade ou estado significados pelo verbo (...)” (Dias, 1881: 111).

<sup>84</sup> “Em frases do tipo “vendem-se casas” ou “compram-se móveis” consideram-se *casas* e *móveis* os sujeitos das formas verbais *vendem* e *compram*, razão por que na linguagem cuidada se evita deixar o verbo no singular” (Cunha e Cintra, 1998: 309)

verbos de complemento preposicionado. Quando as estruturas de *SE* incluem um verbo transitivo o *SE* nelas presente é, segundo Neves, um pronome de valor passivo.

Para além de Neves (2000), outras reflexões há (Naro, 1976; Nunes, 1991) que, tendo como objecto de estudo o PB, versam sobre a questão das estruturas de *SE* indeterminador e de *SE* apassivador. O trabalho de Naro (1976) visa explicitar a origem das estruturas com *SE* indeterminador, distinguindo-as das estruturas de *SE* passivo. O autor perspectiva o *SE* indeterminador do PB actual como um item lexical dotado de traços como [- definido], [+ humano], [+ 3.<sup>a</sup> pessoa], [+ interpretação de grupo], [+ clítico], [+nominativo].

De acordo com Nunes (1991), nas construções passivas de *SE*, o clítico absorve o papel temático de argumento externo e o SN não clítico, em caso nominativo, corresponde ao papel temático de argumento interno. Quando se usa *SE* indeterminador, este indetermina o pronome nulo<sup>85</sup> que ocupa a posição de sujeito. O SN não clítico, quando existe, preserva o papel temático de argumento interno, exibindo caso acusativo.

O enquadramento teórico destes trabalhos aplicados ao PB reflecte o percurso que, em termos internacionais, se foi também delineando ao longo das últimas décadas e que conduziu ao estudo das estruturas de *SE* sob escopo no âmbito de abordagens mais abrangentes que exploram as questões da interface sintaxe-semântica ou da referência. Influenciados pelas novas perspectivas de análise, são trabalhos importantes para o estudo das estruturas de *SE* impessoal (apassivador e indeterminador), entre outros, os de Matos e Duarte (1984, 1986), Cinque (1988, 1995), Raposo e Uriagereka (1996), Mendikoetxea (1999a, 2002), Sanchez Lopez (2002a), Brito, Duarte e Matos (2003), Rodriguez Espiñeira (2004), Reinhart e Siloni (2005), D'Alessandro (2007).

Na proposta de Brito, Duarte e Matos (2003), faz-se a distinção entre *SE*-passivo e *SE*-nominativo: este último é, como aquele que encontramos nas estruturas reflexas e recíprocas, um *SE* dotado de estatuto argumental, assumindo-se como sujeito da estrutura em que ocorre. No entanto, contrariamente ao *SE*

---

<sup>85</sup> Sendo o Português uma língua de sujeito nulo, é frequente que o sujeito corresponda a um pronome nulo. Estes podem ser argumentais ou não argumentais. Para ambos os casos usa-se a abreviatura *pro*. Quando o pronome nulo ocorre numa frase de complemento estamos perante uma ocorrência de *PRO*. Neste caso, a identificação do seu conteúdo consegue-se por Controlo. Sobre pronomes nulos e, mais concretamente, sobre a distinção entre *pro* e *PRO*, consulte-se Brito, Duarte e Matos (2003: 823-826) e as referências aí indicadas.

das estruturas reflexas e recíprocas, SE-nominativo caracteriza-se por ter referência inespecífica, uma vez que não é possível identificar ou delimitar o seu referente. O funcionamento de SE como sujeito é verificável, de acordo com as autoras, pela possibilidade de se substituir o clítico por expressões nominais como *alguém* (421) e, ainda, pela impossibilidade de co-ocorrerem numa mesma frase o clítico SE e um SN sujeito (422-423).

(420) **Caminhou-se** durante toda a noite.

(421) Alguém **caminhou** durante toda a noite.

(422) \*Alguém **caminhou-se** durante toda a noite.

(423) \*O rapaz **caminhou-se** durante toda a noite.

Já em trabalho de 1986, Matos e Duarte defendiam que o tradicionalmente chamado SE impessoal exhibe caso nominativo, ocorrendo apenas em contextos em que este caso seja permitido, e que tem estatuto argumental, recebendo o papel temático atribuído à posição argumental a que está associado (Matos e Duarte, 1986: 343-344). Estando associado à posição de sujeito, SE nominativo assumirá, portanto, o papel temático correspondente a essa posição sintáctica, que, dependendo do predicador em causa, poderá ser o argumento externo (com verbos transitivos (425) e inergativos (427)) ou o argumento interno (por exemplo, com verbos inacusativos (429)). Assim sendo, o papel temático assumido por SE poderá variar, sendo prototipicamente um Agente quando em causa estão verbos transitivos ou verbos inergativos, ou um Tema, quando o verbo usado é um inacusativo<sup>86</sup>.

(424) [O João]<sub>SU-nom</sub> **ofereceu** um CD à Maria.

(425) **Ofereceu-[se]**<sub>SU-nom</sub> um CD à Maria.

(426) [O peregrino]<sub>SU-nom</sub> **caminhou** a noite inteira.

(427) **Caminhou-[se]**<sub>SU-nom</sub> a noite inteira.

<sup>86</sup> Na realidade, e contrariamente ao que classicamente se afirmava, “[...] a Ø-marcação da posição de sujeito frásico não é condição necessária para a ocorrência de SE nominativo [...]” (Matos e Duarte, 1986: 344). Efectivamente, se tal condição fosse realmente necessária, não seriam possíveis as construções de SE de sujeito indeterminado com verbos inacusativos ou com estruturas passivas. Estas, no entanto, são perfeitamente viáveis no actual corte sincrónico do Português, como em a) e b).

a) **Caiu-se** muito baixo durante o debate sobre o orçamento de Estado.

b) Hoje em dia, **é-se despedido** com grande facilidade.



(428) [A criança]<sub>SU-nom</sub> **morreu** de fome.

(429) **Morre-[se]**<sub>SU-nom</sub> de fome.

Sobre o uso de *SE* passivo, Brito, Duarte e Matos (2003) remetem essencialmente para os já referidos trabalhos de Matos e Duarte (1984, 1986). Nestes textos, as autoras esclarecem que *SE* passivo, tal como *SE* nominativo, tem estatuto argumental, absorvendo a relação temática associada ao argumento externo do predicador a que se associa. De acordo com Brito, Duarte e Matos (2003), estaria assim justificada a impossibilidade de coocorrência de *SE* e de um sintagma preposicional agentivo. Nesta perspectiva de análise, *SE* passivo é assumido como “clítico com estatuto argumental e funcional” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 839), não ocorrendo apenas como realização do argumento externo, mas assemelhando-se também aos morfemas apassivadores.

Embora também aplicada aos dados do PE, a análise proposta por Raposo e Uriagereka (1996) afasta-se radicalmente daquela que defendem Brito, Duarte e Matos (2003). Estes autores negam o carácter passivo de estruturas tradicionalmente assumidas como passivas de *SE*. Para Raposo e Uriagereka, as estruturas em questão são construções activas nas quais *SE* funciona como manifestação do argumento externo e o SN não clítico como manifestação do argumento interno, sendo, portanto, simultaneamente objecto semântico e objecto sintáctico. *SE* é aqui entendido como “a type of ‘minimal’ DP, both semantically (reducing to the properties ([human], [indefinite])) and morphologically” (Raposo e Uriagereka, 1996: 780). Apesar de ter colhido seguidores em trabalhos aplicados ao PB<sup>87</sup>, esta posição de Raposo e Uriagereka não obteve projecção na literatura dedicada às estruturas do PE<sup>88</sup>, não coincidindo, também, com as múltiplas propostas de análise que, internacionalmente, foram sendo sugeridas para estas construções de *SE* das línguas românicas.

<sup>87</sup> Como, entre outros, o trabalho de Cavalcante (2006).

<sup>88</sup> Refira-se, no entanto, a existência de vários trabalhos de Ana Maria Martins (2003, 2005) em que, à semelhança do que propõem Raposo e Uriagereka, se contraria o carácter passivo das ditas estruturas passivas de *SE*. Os argumentos adiantados por esta autora para justificar a sua análise afastam-se, no entanto, dos que são expostos por Raposo e Uriagereka (1996). A autora afirma que “departing from Raposo and Uriagereka (1996) I take the pronoun *se* both in the agreeing and in the non agreeing *se* constructions to be a normal argument (the external argument of the verb) which is assigned nominative Case by Infl. The internal argument of the verb (when we are dealing with transitives) is both a semantic and a syntactic object, being assigned accusative Case. I thus take the agreeing *se* construction to display agreement between the verb and the direct object” (Martins, 2005: 422)

Precisamente numa análise que tem em conta dados de várias línguas românicas, Dobrovie-Sorin (2005) propõe a existência de três SE diferentes: acusativo, dativo e nominativo. Os dois primeiros tipos de SE ocorrem, por exemplo, nas estruturas reflexas, sendo identificáveis nas várias línguas românicas<sup>89</sup>. SE nominativo tem ocorrência apenas em línguas *pro-drop*<sup>90</sup>, surgindo em construções como aquelas que aqui denominamos estruturas de SE de sujeito indeterminado ou estruturas de SE indeterminador. Segundo Dobrovie-Sorin, SE nominativo tem estatuto argumental, devendo ser analisado como “[...] an arbitrary subject clitic (marked with abstract nominative Case) comparable to arbitrary *on* ‘one’ in French” (2005: 134)<sup>91</sup>. Já nas construções que aqui analisamos como passivas, Dobrovie-Sorin defende que SE assume caso acusativo (impedindo, assim, que este seja exibido pelo SN objecto). A autora perspectiva o SE que ocorre nestas estruturas como um morfema apassivador que “[...] can be assumed to suspend the Agent role and correlatively block the assignment of accusative Case” (Dobrovie-Sorin, 2005: 142). Para Dobrovie-Sorin, o SE que ocorre nas estruturas passivas não tem estatuto argumental, não sendo perspectivado como manifestação formal do argumento externo.

Reinhart e Siloni (2005) não apenas negam a possibilidade de o SE das estruturas passivas ter estatuto argumental, como também o fazem para as estruturas de SE de sujeito indeterminado. As autoras assumem que SE se comporta, em todos os contextos em que ocorre, como um redutor de caso. Assim, tanto nas estruturas a que chamam passivas impessoais (*Qui, si mangiano spesso i funghi*), como naquelas que designam como impessoais nominativas (*Qui, si mangia spesso i funghi*)<sup>92</sup>, este elemento está associado a uma operação de reorganização da estrutura argumental que assenta na arbitrarização do argumento externo. Esta operação, que tem por base a redução de caso, manifesta-se, segundo as autoras, de duas formas: nas estruturas a que chamam passivas impessoais (correspondentes às que aqui entendemos como passivas de SE), SE reduz caso acusativo, espoletando, portanto, uma

<sup>89</sup> Esta generalização não é, na realidade, completamente correcta. Como explica Dobrovie-Sorin, “in Romanian, reflexive clitics show an overt case distinction: *se* for accusatives and *îsi* for datives” (2005: 130).

<sup>90</sup> Recordamos que se consideram línguas *pro-drop* aquelas em que é possível a não realização lexical do sujeito, como em: ‘(pro) comi dois chocolates’.

<sup>91</sup> Procurando justificar a impossibilidade de este SE exibir caso acusativo, a autora recorre a exemplos de estruturas passivas e de construções com verbos copulativos que, como se sabe, não seleccionam caso acusativo. Serve-se também de exemplos de estruturas com verbos transitivos nas quais o verbo não concorda com o SN que o acompanha à sua direita, razão pela qual a autora afirma que “[...] this DP cannot be a postverbal subject, but must instead be analyzed as a direct object; since direct objects take accusative Case, *se* itself cannot be accusative” (Dobrovie-Sorin, 2005: 134).

<sup>92</sup> Exemplos de Reinhart e Siloni (2005: 422).

reorganização argumental similar à que ocorre nas passivas, em que o argumento interno passa a funcionar como sujeito; nas estruturas que denominam impessoais nominativas, e que correspondem àquelas que aqui analisamos sob a designação de estruturas de *SE* de sujeito indeterminado, *SE* reduz caso nominativo, e o SN não clítico exibe caso acusativo. Nesta linha de pensamento, o argumento externo não teria, em nenhum destes casos, manifestação sintáctica explícita. Assim, e para fazer face a esta questão, as autoras propõem, seguindo Cinque (1988), que este argumento tenha presença na estrutura sintáctica através de *pro*.

Efectivamente, a abordagem proposta por Cinque (1988, 1995) ancora-se na presença de *pro* como sujeito sintáctico nestas estruturas de *SE*. A particularidade da visão de Cinque assenta, no entanto, na distinção de dois tipos de *SE* impessoal: um dotado de estatuto argumental e outro dele destituído. *SE* [+ argumental] exige estar associado a um papel temático em todos os níveis de representação, sendo possível apenas com verbos que seleccionam argumento externo. Nestes casos, o sujeito sintáctico é um *pro* pleonástico, sem traços *phi*. *SE* [+ argumental] aproxima-se da morfologia passiva, absorvendo o papel temático externo. Já *SE* [- argumental] é assumido por Cinque como marcador sintáctico para pessoa não especificada (genérica), sendo apenas possível, em Italiano, em construções finitas. Nestas estruturas de *SE* [- argumental], o sujeito é um *pro* argumental, ocorrendo na posição de [NP, IP] (nos verbos que seleccionam argumento externo), ou [NP, VP] (no caso de os verbos seleccionarem apenas argumento interno). *SE* [- argumental], que ocorre, por exemplo, em estruturas de *SE* com verbos inacusativos, serve como meio sintáctico de complementar a flexão pessoal com os traços necessários para “identificar” o conteúdo de *pro* com o pronome pessoal inespecificado (genérico), uma interpretação que, de outro modo, não estaria disponível.

Na análise de D' Alessandro (2007), o SN não clítico presente nas estruturas impessoais de *SE* (tanto nas concordantes quanto nas não concordantes) corresponde à manifestação do argumento interno. Nas estruturas sem concordância, que correspondem a um subgrupo das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado de que nos ocupamos neste capítulo, *SE*, com caso nominativo, funciona como projecção do argumento externo, sendo o SN não clítico a manifestação do argumento interno e exibindo caso acusativo. Contrariamente, nas estruturas concordantes, correspondentes, *grosso modo*, às que aqui

denominamos passivas de *SE*, encontra-se um objecto com caso nominativo que concorda com o verbo.

Nestes casos, *SE* exibe caso acusativo.

Dada a proliferação de posicionamentos divergentes em relação às estruturas de *SE* impessoal – apassivador e indeterminador –, reunimos no Quadro XXI as ideias-base de algumas propostas atrás elencadas.

Texto	Caracterização de <i>SE</i> indeterminador	Caracterização de <i>SE</i> apassivador
Brito, Duarte e Matos (2003)	Clítico argumental de referência arbitrária	Clítico dotado de estatuto funcional e argumental
Dobrovie-Sorin (2005); D'Alessandro (2007)	Pronome, caso nominativo	Pronome, caso acusativo
Reinhart e Siloni (2005)	Morfema redutor de caso nominativo	Morfema redutor de caso acusativo

Quadro XXI: Síntese de algumas das propostas de análise das estruturas de *SE* indeterminador e de *SE* apassivador

As diferenças de análise que sintetizamos neste Quadro decorrem sobretudo das diferentes propriedades e do diferente estatuto que os vários autores atribuem ao operador *SE*, tornando-se mais evidentes quando contrastamos textos que atribuem estatuto argumental ao clítico e textos em que tal não acontece. Efectivamente, e como vimos nos parágrafos precedentes, às diferentes propostas de caracterização de *SE* estão associadas diferenças na materialização da estrutura temático-argumental do predicador a que se agrega o clítico. Por isso, nas próximas secções, ao procedermos à análise empírica das estruturas de *SE* indeterminador e de *SE* apassivador, procuraremos não apenas caracterizar o clítico nelas presente, mas também compreender de que modo ele influencia (ou não) a realização sintáctica da estrutura temático-argumental dos predicadores a que se agrega.

## 2.2. *SE* em estruturas de sujeito indeterminado: análise empírica

No conjunto das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado incluímos construções que descrevem situações em que participa, normalmente como Agente, Tema ou Experienciador, uma entidade

necessariamente [+ humana] cuja referência não é identificável. De forma mais simples, trata-se de estruturas cujo sujeito, independentemente do papel semântico a que está associado, tem referência inespecífica, no sentido de não definível ou não delimitável, como acontece em (430-433).

(430) *Nos dois outros centros de operações militares **caminhou-se** no mesmo sentido.* (CTP)

(431) *Logo a seguir, **procedeu-se** à inauguração do IC12 [...].* (CTP)

(432) *Depois de definido o sistema [...], **far-se-á** a sua extensão a nível nacional [...].* (CTP)

(433) *O mundo medieval fora comunitário e promíscuo: **nascia-se, vivia-se, comia-se, morria-se** em público.* (CTP)

Na realidade, nestas construções, para além de ser impossível identificar um constituinte que exiba as propriedades morfossintáticas e distribucionais típicas de um SN com a relação gramatical de sujeito, também é inviável delimitar a referência do mesmo. Revela-se imperioso, portanto, proceder a uma análise da estrutura temático-argumental que está subjacente a tais construções, de modo a averiguarmos os processos que justificam a inexistência de um segmento que revele as propriedades típicas de sujeito sintático e que legitimam a referência indeterminada da entidade humana associada à situação descrita.

### 2.2.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de SE

Quando o falante se vê confrontado com estruturas de SE como as de (434-436), apesar de não conseguir identificar a entidade subjacente à situação descrita, sabe que ela existe necessariamente. Ou seja, apesar de nestas construções não encontrarmos um constituinte que revele as propriedades (distribucionais, morfossintáticas) do sujeito, percebemos que os respectivos predicadores continuam a ter capacidade (e necessidade) de seleccionar os vários papéis temáticos a que normalmente se associam. Por isso, perante estruturas deste tipo, o falante assume que há uma entidade – humana – que “*andou às voltas*”, que “*compra jóias*” e que “*é desprezada por todos*”.

(434) ***Andou-se** às voltas durante toda a prova.*

(435) ***Compra-se** jóias usadas.*

(436) **É-se** desprezado por todos.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), Brito, Duarte e Matos afirmam que quando usado em estruturas como as anteriores, SE é um clítico argumental de referência arbitrária em caso nominativo, funcionando como sujeito sintáctico da estrutura. Parece-nos que esta proposta de análise das autoras portuguesas não apenas permite dar conta do funcionamento das estruturas em questão, como também reflecte a intuição dos falantes que recorrem às construções em causa<sup>93</sup>. Vejamos abaixo alguns argumentos que nos levam a corroborar e a adoptar esta proposta de análise.

Facilmente se constata que nas construções em análise a referência de SE não é recuperável a partir do contexto, não coincidindo nem estando dependente da de nenhum SN incluído na mesma oração. Não se trata, portanto, de um uso anafórico de SE, cuja referência, como vimos anteriormente, é dependente da de outros constituintes frásicos, sendo, por isso, facilmente delimitável. A referência de SE nas estruturas que agora analisamos é, pelo contrário, uma referência arbitrária, no sentido de não identificável. Vejam-se os exemplos seguintes: em (437), o índice rebaixado permite dar conta da dependência referencial de SE relativamente ao SN sujeito; em (438), tal operação não é possível, pois a referência de SE não é coincidente com a de nenhum dos elementos frásicos que com ele co-ocorrem.

(437) A Joana; **inscreveu-se**; no curso de inglês.

(438) Posteriormente, **verificou-se** a possibilidade de anular a compra do bilhete. (CTP)

Apesar da sua referência arbitrária/não recuperável, SE é um clítico obrigatoriamente referencial, razão pela qual, como explicam Brito, Duarte e Matos (2003: 837), não pode ocorrer em posição de pronome expletivo, como se verifica nas estruturas (440) e (442).

(439) Ele **há** cada história mais estranha nesta cidade.

(440) \***Há-se** cada história mais estranha nesta cidade.

(441) Ele **parece** que os preços são cada vez mais altos.

(442) \***Parece-se** que os preços são cada vez mais altos.

---

<sup>93</sup> Esta intuição é ainda mais evidente nas estruturas do PB: nesta variedade do Português SE ocorre sempre em posição pré-verbal, uma posição típica do SN sujeito, assim favorecendo a percepção de SE como manifestação do sujeito. A este respeito, consulte-se Bittencourt (2006) ou Brito (2007).

É também o seu carácter referencial que lhe permite, de acordo com as autoras citadas, ocorrer em contextos de extracção simultânea de clítico, como em (443).

(443) **Informa-se** que **se** compra ouro e [-] vende jóias.

Vemos, portanto, que o uso de SE nos contextos que agora analisamos se afasta daquele que ocorre nas estruturas reflexas e recíprocas por ter capacidade referencial autónoma, embora essa referência não seja identificável. Estes são, por isso, dois usos de SE com propriedades inversas no que respeita à referência. SE anafórico é um clítico sem capacidade referencial autónoma, mas com referência delimitada (a partir da do seu antecedente). SE indeterminador é um clítico que não depende referencialmente de nenhum dos elementos frásicos que com ele co-ocorrem e que, por isso, se considera dotado de capacidade referencial; a sua referência é, no entanto, não recuperável ou não identificável. No Quadro XXII confrontam-se as características de SE anafórico e de SE indeterminador no que concerne à sua capacidade referencial.

	SE anafórico	SE indeterminador
Capacidade referencial autónoma	—	+
Referência delimitável/identificável	+	—

Quadro XXII: Capacidade referencial de SE anafórico e de SE indeterminador

Estes usos de SE – anafórico e indeterminador – distinguem-se também no que respeita ao caso que exibem. Se nos contextos reflexos e recíprocos assumimos que SE é um clítico em caso acusativo<sup>94</sup>, comutável, portanto, com formas do paradigma dos pronomes pessoais de objecto directo, o mesmo não se verifica nas estruturas de SE sobre as quais agora nos debruçamos, como se constata a partir da agramaticalidade de (447).

(444) A Maria **elogiou-se** durante todo o jantar.

(445) A Maria **elogiou-o** durante todo o jantar.

(446) **Procedeu-se** à atribuição dos prémios.

(447) \***Procedeu-o** à atribuição dos prémios.

<sup>94</sup> SE anafórico também pode surgir em caso dativo, quando o argumento interno em causa é indirecto.

Efectivamente, revela-se totalmente desadequada a hipótese de que este SE absorva caso acusativo, uma vez que ocorre com frequência junto a predicadores que não têm capacidade para atribuir este caso. Tal verifica-se, por exemplo, nas estruturas de SE indeterminado construídas em torno de verbos inergativos, como (448-450):

(448) *Ao todo, seriam umas 3500 pessoas [...] e **dançou-se** até ser dia.* (CTP)

(449) *Era Setembro em Paris, [...] **andava-se** a pé pelas ruas já vazias de turistas.* (CTP)

(450) *[...] **sorria-se** muito, mas sempre com a disciplina cerimoniosa das ocasiões mais solenes.* (CTP)

Também o facto de encontramos este SE indeterminador junto a formas verbais da voz passiva contribui para a constatação de que SE indeterminador não absorve caso acusativo, uma vez que se sabe que a morfologia passiva impede a manifestação deste caso.

(451) *[...] naquela época, [...] **era-se** considerado um bom elemento.* (CTP)

(452) *[...] então **era-se** discriminado e perseguido.* (CTP)

Se tivermos em consideração as estruturas de SE de sujeito indeterminado construídas com verbos transitivos na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular e com um SN pós-verbal pluralizado, em muitos casos ainda não aceites pelos gramáticos e pelos falantes mais conservadores<sup>95</sup>, verificamos que também nesses contextos SE nunca poderia exibir caso acusativo, dado que este é atribuído ao SN pós-verbal, que funciona como objecto.

(453) *Para além da desistência de Pedro Leal, que nas duas primeiras provas da temporada arrebatou dois excelentes resultados (4.<sup>o</sup>), **registou-se** os abandonos do piloto sueco Kenneth Eriksson, [...] posicionado na altura entre os 10 primeiros.* (DiaCLAV)

(454) ***Discute-se** na presente dissertação as metodologias de representação do conhecimento [...]*

(tese de Mestrado, Universidade de Aveiro)

Verificada a impossibilidade de, nas estruturas em análise, SE exibir caso acusativo, Brito, Duarte e Matos (2003), na senda do proposto por Matos e Duarte (1986), defendem que neste tipo de estruturas

---

<sup>95</sup> Independentemente da polémica gerada em torno da sua utilização, estas estruturas de SE não concordantes são de uso frequente no quotidiano dos falantes, mesmo quando escolarizados. Esta situação verifica-se sobretudo em contextos informais, na produção de enunciados espontâneos. Ainda que não aceites pelas perspectivas mais normativas, estas estruturas carecem, no entanto, de uma aprofundada descrição e, necessariamente, de uma análise que permita perceber o modo como se relacionam com outras estruturas de SE.



SE absorve caso nominativo. Efectivamente, SE indeterminador parece poder ocorrer em todos os contextos onde é permitida a presença de caso nominativo, inclusive em estruturas subordinadas de diferentes tipos. No Quadro seguinte apresentamos várias estruturas que exibem como sujeito um pronome em caso nominativo e as correspondentes estruturas de SE indeterminador. Em todas estas estruturas é agramatical a coocorrência do pronome pessoal nominativo e de SE, situação que resultará da impossibilidade da presença simultânea de dois constituintes com o mesmo caso e que, assim, poderá ser percebida como um argumento no sentido de se assumir este SE como nominativo.

Frases declarativas simples	<p>(455) Durante a tarde, <u>ele</u> <b>caminhou</b> a pé pela marginal.</p> <p>(456) Durante a tarde, <b>caminhou-se</b> a pé pela marginal.</p> <p>(457) *Durante a tarde, <u>ele</u> <b>caminhou-se</b> a pé pela marginal.</p>
Orações completivas finitas de objecto directo	<p>(458) O professor sabe [que <u>ele</u> <b>trabalha</b> apenas nas vésperas dos exames].</p> <p>(459) O professor sabe [que <b>se</b> <b>trabalha</b> apenas nas vésperas dos exames].</p> <p>(460) *O professor sabe [que <u>ele</u> <b>se</b> <b>trabalha</b> apenas nas vésperas dos exames].</p>
Completivas finitas de sujeito	<p>(461) Convém [que <u>ela</u> <b>pratique</b> diariamente].</p> <p>(462) Convém [que <b>se</b> <b>pratique</b> diariamente].</p> <p>(463) *Convém [que <u>ela</u> <b>se</b> <b>pratique</b> diariamente].</p> <p>(464) Foi uma surpresa [que <u>eles</u> <b>tenham obtido</b> tão rápida resposta].</p> <p>(465) Foi uma surpresa [que <b>se</b> <b>tenha obtido</b> tão rápida resposta].</p> <p>(466) *Foi uma surpresa [que <u>eles</u> <b>se</b> <b>tenham obtido</b> tão rápida resposta].</p>
Completivas finitas com uma relação gramatical oblíqua	<p>(467) O João insiste em que [<u>ela</u> <b>faça</b> a festa].</p> <p>(468) O João insiste em [que <b>se</b> <b>faça</b> a festa].</p> <p>(469) *O João insiste em [que <u>ela</u> <b>se</b> <b>faça</b> a festa].</p> <p>(470) A ONU está confiante em [que <u>eles</u> <b>encontrem</b> uma rápida solução para a crise].</p> <p>(471) A ONU está confiante em [que <b>se</b> <b>encontre</b> uma rápida solução para a crise].</p> <p>(472) *A ONU está confiante em [que <u>eles</u> <b>se</b> <b>encontrem</b> uma rápida solução para a crise].</p>

Completiva infinitiva de sujeito	<p>(473) [<u>Eles</u> <b>terem <u>chegado</u></b> a um acordo] surpreendeu toda a gente.</p> <p>(474) [<b>Ter-se</b> <u>chegado</u> a um acordo] surpreendeu toda a gente.</p> <p>(475) *<u>[Eles</u> <b>terem-se</b> <u>chegado</u> a um acordo] surpreendeu toda a gente.</p> <p>(476) É inadmissível [<u>ele</u> <b>não <u>conhecer</u></b> ainda a decisão final].</p> <p>(477) É inadmissível [não <b>se</b> <u>conhecer</u> ainda a decisão final].</p> <p>(478) *É inadmissível [<u>ele</u> não <b>se</b> <u>conhecer</u> ainda a decisão final].</p>
Subordinada gerundiva	<p>(479) A solução encontrada foi a mais acertada, <b>tendo <u>ela</u> <u>optado</u></b> pela operação.</p> <p>(480) A solução encontrada foi a mais acertada, <b>tendo-se</b> <u>optado</u> pela operação.</p> <p>(481) *A solução encontrada foi a mais acertada, <b>tendo-se</b> <u>ela</u> <u>optado</u> pela operação.</p>

Quadro XXIII: Ocorrência de estruturas com SE indeterminador em orações de diferentes tipos

Já nos contextos em que o caso nominativo não é legitimado, a presença de SE indeterminador revela-se interdita. Como sublinham Matos e Duarte (1986), esta situação acontece, por exemplo, em construções de controlo de sujeito (482), isto é, estruturas que ocorrem “quando é o sujeito da frase superior, lexicalmente realizado ou não, que controla a referência do sujeito foneticamente nulo da completiva de infinitivo não flexionado [...]” (Duarte, 2003d: 632). Nestas construções, não havendo Flexão, não há possibilidade de legitimação de caso nominativo, o que se traduz na agramaticalidade de frases como (483), em que ocorre o pronome nominativo “eles”. O facto de precisamente nestes contextos ser também agramatical a presença de SE indeterminador contribui para corroborar a tese de que este clítico absorve efectivamente caso nominativo.

(482) *Os meus alunos querem [-] **acabar** os trabalhos antes das férias de Natal.*

(483) \**Os meus alunos querem [eles **acabar** os trabalhos antes das férias de Natal].*

(484) \**Os meus alunos querem [**acabar-se** os trabalhos antes das férias de Natal].*

Matos e Duarte (1986) explicam também que SE indeterminador recebe o papel temático associado à posição estrutural que ocupa: ocorrendo na posição de sujeito, SE indeterminador poderá assumir os vários papéis temáticos que, em função do tipo de predicador em causa, se associam a esta posição. Vejam-se os exemplos seguintes.

(485) **Caminhou-se**<sub>[AG\_ArgExt]</sub> *durante a noite.*

(486) **Dançou-se**<sub>[AG\_ArgExt]</sub> *entusiasticamente nos vários concertos do Rock in Rio.*

(487) **Vende-se**<sub>[AG\_ArgExt]</sub> *apartamentos e moradias.*

(488) *Apesar da abundância e do desperdício, ainda hoje se*<sub>[Tema\_ArgInt]</sub> **morre** *de fome.*

Em (485-486), cujos predicadores são inergativos, SE associa-se ao papel temático Agente, tal como em (487), com um predicador transitivo. Já em (488), SE não poderá associar-se a tal papel temático, uma vez que o predicador *morrer* é inacusativo e, portanto, selecciona apenas um argumento Tema, neste caso materializado na linearidade frásica através do clítico SE indeterminador.

Porque as características de SE indeterminador se alteram em função do tipo de verbo a que se agrega, nomeadamente no que respeita ao papel temático que recebe, nos parágrafos seguintes analisaremos com maior detalhe o comportamento do clítico SE indeterminador em estruturas com verbos com características distintas.

### 2.2.1.1. Estruturas de SE indeterminador com verbos intransitivos

Como anteriormente explicámos, assumimos, na linha da argumentação exposta por Matos e Duarte (1984, 1986), que o clítico SE indeterminador recebe caso nominativo nos vários contextos em que ocorre, sendo inviável a sua presença em contextos, como as estruturas subordinadas completivas de controlo de sujeito, em que tal caso não está disponível. SE indeterminador não é tão regular, no entanto, no que concerne ao papel temático a que está associado, sendo este variável em função das características do predicador a que o clítico se agrega. Atentemos, a partir dos exemplos seguintes, no comportamento de SE indeterminador junto a verbos inergativos e/ou usados inergativamente.

(489) *A partir daí, **trabalhou-se** dia e noite no quartel-general da Jamba [...].* (CTP)

(490) *De dia **trabalhava-se** nas hortas longe da aldeia, para onde **se partia** de madrugada.* (CTP)

(491) *A acreditar nos anjos, por aqui **nada-se** em xerez.* (CTP)

Em estruturas como estas, construídas em torno de verbos inergativos, o único caso disponível é efectivamente o nominativo, uma vez que estes verbos seleccionam um único argumento – o argumento externo –, não atribuindo, por isso, caso estrutural acusativo nem dativo. Já em termos temáticos, o SE

indeterminador das estruturas construídas com verbos inergativos assume o papel de Agente, uma vez que é este que tipicamente está associado ao único argumento seleccionado por este tipo de verbos.

(492) *Na polícia política **sorri-se**<sub>AG</sub> muito, **fala-se**<sub>AG</sub> pouco e **mente-se**<sub>AG</sub> sempre.* (CTP)

(493) *A Rotunda fica vazia, **anda-se**<sub>AG</sub> sem problemas.* (CTP)

(494) *Há no distrito uma desindustrialização preocupante; **caminha-se**<sub>AG</sub> para uma situação desastrosa.* (CTP)

Os predicadores usados nestes enunciados são predicadores unários, que denotam situações em que intervém apenas um participante. Esse participante é um humano dotado de vontade, controlador da acção em causa, e, portanto, assume-se tematicamente como um Agente. Ao nível da estrutura argumental, este argumento projecta-se na posição de argumento externo, que, por sua vez, se materializa na linearidade frásica como sujeito. Nas estruturas de SE de sujeito indeterminado é o clítico que materializa esse participante Agente, funcionando, embora indeterminado em termos referenciais e com presença sígnica atenuada, como sujeito da construção em causa.

Assim analisadas, às construções de SE de sujeito indeterminado construídas com recurso a verbos inergativos não parecem estar associadas radicais alterações na materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em uso. A presença de SE, percebido como item lexical de referência autónoma mas não definida, apenas torna indeterminável a referência do sujeito, por norma um Agente. Comparem-se os dois Quadros seguintes, representando esquematicamente duas orações intransitivas inergativas, uma com sujeito realizado através de um SN pleno, outra cujo sujeito é o clítico SE.

(495) *O peregrino **caminhou** sem parar durante toda a semana.*

(496) ***Caminhou-se** sem parar durante toda a semana.*

	Estrutura intransitiva plena	Estrutura de sujeito indeterminado
Est. Temática	Agente	Agente
Est. Argumental	<u>X</u>	<u>X</u>
Est. Sintáctica	SU <i>O peregrino</i>	SU <i>SE</i>

Quadro XXIV: Proposta de esquematização da organização e materialização da estrutura temático-argumental associada aos verbos inergativos quando ocorrem em estruturas de SE indeterminador

Encontram-se também em PE estruturas de SE de sujeito indeterminado construídas com recurso a verbos intransitivos inacusativos, como as que abaixo se exemplificam.

(497) *Há 30 anos, **morria-se** em casa, junto da família [...].* (CTP)

(498) *Pensa que, nos anos 70, **caiu-se** num vazio de ideias [...].* (CTP)

(499) *[...] **crece-se** mais depressa, sem dúvida nenhuma.* (CTP)

Nestes casos, SE, embora assuma a função sintáctica de sujeito, como nas estruturas com verbos inergativos, não corresponde à materialização do argumento externo. Com efeito, contrariamente ao que sucede com os verbos inergativos, os verbos inacusativos seleccionam como único argumento um argumento interno, que, tematicamente, é por norma um Tema. Nas estruturas de SE construídas com verbos inacusativos, o clítico funciona precisamente como manifestação desse único argumento – um argumento interno. Também aqui a presença do clítico não parece conduzir ao surgimento de alterações na concretização da estrutura temático-argumental do predicador: SE, enquanto item lexical indeterminado em termos referenciais, ocorre na linearidade frásica na posição de sujeito, como manifestação do argumento interno exigido pelo predicador. Atente-se nas frases seguintes e na representação esquemática que delas propomos abaixo.

(500) *Aquele soldado **morreu** em África.*

(501) ***Morre-se** de fome em África.*

	Estrutura intransitiva lexicalmente plena		Estrutura de sujeito Indeterminado	
Est. temática	–	Tema	–	Tema
Est. argumental	–	Y	–	Y
Est. sintáctica	SU <i>Aquele soldado</i>	–	SU <i>SE</i>	–

Quadro XXV: Proposta de representação da organização e materialização da estrutura temático-argumental dos verbos inacusativos em estruturas intransitivas plenas e em estruturas de sujeito indeterminado

Tal como as estruturas inacusativas cujo sujeito é um SN não clítico, também as construções de SE de sujeito indeterminado construídas com verbos inacusativos denotam situações em que intervém um único participante – [– controlador]; [+ afectado] – a que associamos o papel temático de Tema e que se projecta na estrutura argumental enquanto argumento interno. Dada a incapacidade que os verbos

inacusativos revelam para atribuir caso acusativo, este argumento interno, embora seja semanticamente um Tema, ocorre na superfície frásica na posição de sujeito (a única com caso disponível), materializando-se através do clítico *SE*.

Em Matos e Duarte (1986: 344-345) afirma-se que “[...] ao contrário do que tem sido defendido, classicamente, a Ø-marcação da posição de sujeito frásico não é condição necessária para a ocorrência de *SE* nominativo”. Na realidade, se esta condição tivesse de ser necessariamente verificada, não seria possível encontrarmos construções de *SE* nominativo com verbos inacusativos. Com efeito, e como vimos anteriormente, os verbos inacusativos não Ø-marcam a posição de sujeito, normalmente reservada à materialização do argumento externo. Estes predicadores apenas marcam tematicamente o argumento interno. O papel temático<sup>96</sup> associado ao sujeito sintáctico é determinado a partir daquele que é atribuído ao argumento interno, já que este, em função da não disponibilidade de caso acusativo, não pode ocorrer como complemento, acabando por se realizar precisamente na posição de sujeito sintáctico.

*SE* nominativo ocorre, ainda, em construções de voz passiva perifrástica, como as de (502-503):

(502) *Tem-se uma vida de cristão e é-se enterrado como um cão, comenta-se com queixume.* (CTP)

(503) *Umaz vezes é-se aplaudido e amado, para mais tarde se ser vaiado e odiado.* (CTP)

Na realidade, também nestas construções o único caso disponível para *SE* absorver é o caso nominativo, uma vez que a morfologia passiva, aqui concretizada pelo participio passado, não permite a atribuição de caso acusativo. Tal como quando funciona como sujeito de estruturas com verbos inacusativos, nestes contextos *SE* também se assume como materialização do argumento interno do predicador em questão. Sintacticamente é, como nas estruturas com verbos inacusativos, o sujeito da estrutura em causa, comandando a concordância com o auxiliar da passiva. Semanticamente, absorve o papel temático do argumento que está associado à posição sintáctica de sujeito e que, nas estruturas com passiva perifrástica, é prototipicamente um Tema.

---

<sup>96</sup> Segundo Matos e Duarte (1984: 508), “[...] no Português actual, o clítico impessoal ou passivo *SE* recebe sempre a relação temática que seria normalmente atribuída à posição argumental a que está associado”.

### 2.2.1.2. Estruturas de SE indeterminador com verbos transitivos

De acordo com perspectivas de análise mais modernas, SE indeterminador ocorre também em estruturas com verbos transitivos, como em (504-506).

(504) *Por outro lado, **pesquisou-se** as características do antigo espaço rural.* (CTP)

(505) *O projecto arrancou, **comprou-se** a carrinha e os brinquedos.* (CTP)

(506) *Mais uma vez, **preparou-se** o terreno para as eleições.* (CTP)

Em alguns casos, quando o SN não clítico, em posição tipicamente pós-verbal, se encontra no singular, as estruturas em causa, como (507), são ambíguas entre uma interpretação passiva (508) e uma interpretação activa (509).

(507) ***Encomendou-se** ontem o novo livro de Isabel Allende.*

(508) *O novo livro de Isabel Allende **foi encomendado** ontem (por alguém).*

(509) *Alguém **encomendou** o novo livro de Isabel Allende ontem.*

Em frases como (507), não é possível perceber se a organização sintáctico-semântica que lhes está associada é aquela que é típica das estruturas passivas ou a que corresponde às estruturas de sujeito indeterminado, não se conseguindo aferir se o SE nelas incluído se comporta como SE indeterminador ou SE apassivador. Estas estruturas são muito frequentes no *corpus* em análise.

(510) *Em 1994 **vendeu-se**, por consequência, mais música portuguesa em Portugal.* (CTP)

(511) *Nos anos que se seguiram, **comprou-se** maquinaria [...].* (CTP)

(512) *[...] de forma espontânea **redigiu-se** e **assinou-se** um documento de 14 páginas [...].* (CTP)

A ordem de colocação dos elementos na frase pode, no entanto, privilegiar, ou impedir, uma das duas leituras. A frase (513), por exemplo, com o SN não clítico em posição pré-verbal, assume-se preferencialmente como estrutura passiva de SE.

(513) *Esta semana, uma pequena encomenda de 50 camisolas do Domingos e do Jardel **vendeu-se** num dia.* (CTP)

Nas estruturas de sujeito indeterminado, o SN objecto ocorre tendencialmente em posição pós-verbal.

(514) [...] **comprou-se** um protector solar factor 18 [...]. (CTP)

Quando o clítico SE ocorre em construções com verbos transitivos nas quais não há concordância entre o verbo e o SN que ocorre à sua direita, a ambiguidade desfaz-se, sendo privilegiada uma leitura activa com indeterminação do sujeito. É o que acontece em estruturas como (515-517).

(515) [...] o projecto arrancou, **comprou-se** a carrinha e os brinquedos [...]. (CTP)

(516) Em 1995, **vendia-se**, em Hong Kong, os melhores espécimes a 180 contos o quilo. (CTP)

(517) Na Ribeira com um real **comprava-se** 20 a 30 sardinhas [...]. (CTP)

Efectivamente, ainda que não sejam aceites como gramaticais por muitos autores<sup>97</sup> e por muitos falantes cultos, estas construções estão presentes nos enunciados quotidianos dos falantes de PE, sobretudo ao nível oral, mas também, ainda que com menor incidência, nas produções escritas. Torna-se por isso necessário que se proceda a um estudo apurado das mesmas, inclusivamente para se ponderarem os argumentos que poderão justificar o respectivo carácter (a)gramatical.

Tal como nas estruturas com verbos intransitivos atrás analisadas, também aqui assumimos o SE presente nestas estruturas de sujeito indeterminado como um clítico dotado de estatuto argumental, associado à posição de sujeito sintáctico e exibindo caso nominativo. Assim, em frases como as seguintes, SE ocorre como manifestação formal do Agente, correspondendo à codificação da entidade responsável pela situação denotada pelo verbo, assumindo-se como sujeito sintáctico da oração.

(518) [...] **procurou-se** apenas as produzidas por personalidades, políticas sobretudo [...]. (CTP)

(519) Para visitas em grupo, **aceita-se** marcações pelo telefone. (CTP)

(520) Afanosamente, **procura-se** moedas no bolso [...]. (CTP)

O papel temático associado a SE altera-se em função das propriedades do predicador com o qual co-ocorre, sendo possível encontrar casos de SE indeterminador que, junto a verbos transitivos, assume o papel temático de Experienciador, como em (521).

---

<sup>97</sup> Durante muito tempo, os gramáticos consideraram inaceitáveis estas construções, privilegiando o uso de estruturas concordantes – aqui entendidas como passivas de SE – que, como veremos, têm subjacente uma diferente realização da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Na realidade, a discussão em torno da (a)gramaticalidade deste tipo de estruturas esteve presente em várias épocas, havendo trabalhos relativamente recentes que ainda recusam o uso de estruturas de SE indeterminador, privilegiando o recurso às estruturas concordantes (e. o., Cunha e Cintra, 1998). Ultimamente, no entanto, as estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos transitivos não só são aceites e usadas pelos falantes, sobretudo em produções orais, como suplantaram, no PB, as estruturas passivas de SE (cf. Brito, 2007).



(521) *Um pouco por toda a Europa, **teme-se** as consequências desta greve geral.*

Nestas estruturas de SE indeterminador com verbos transitivos, o SN pós-verbal ocorre em caso acusativo, associado à posição de objecto directo. Funciona, portanto, como manifestação do argumento interno Tema. As estruturas seguintes, em que se comuta este SN pós-verbal por uma forma pronominal de objecto directo, corroboram o que agora afirmamos.

(522) *Por precaução, não **se entregou** as chaves aos inquilinos.*

(523) *Por precaução, não **se lhas entregou**.*

Se seguirmos esta perspectiva, as estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos transitivos assentam numa realização argumental muito semelhante à que é típica das estruturas que exibem como sujeito um SN pleno. Vejamos os exemplos seguintes.

(524) *Pela primeira vez na Itália, **vendeu-se** num ano menos de cem mil motos.* (CTP)

(525) *Pela primeira vez na Itália, a indústria de motociclos **vendeu** num ano menos de cem mil motos.*

Estas duas frases denotam situações em que intervêm pelo menos dois participantes, sendo construídas com recurso a um predicador que selecciona dois argumentos semânticos – Agente e Tema. Estes argumentos semânticos projectam-se na estrutura argumental como argumento externo e argumento interno, respectivamente, e são realizados na linearidade frásica através de um SN sujeito e de um SN objecto directo. A única diferença entre as duas estruturas reside no facto de a primeira exibir como sujeito sintáctico um clítico de referência arbitrária. No Quadro XXVI procuramos representar o que agora afirmamos.

	Estrutura transitiva lexicalmente plena		Estrutura transitiva de sujeito indeterminado	
Est. Temática	Agente	Tema	Agente	Tema
Est. Argumental	<u>X</u>	Y	<u>X</u>	Y
Est. sintáctica	SU <i>A indústria de motociclos</i>	OD <i>menos de cem mil motos</i>	SU <i>SE</i>	OD <i>menos de cem mil motos</i>

Quadro XXVI: Proposta de representação da organização e materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores transitivos em estruturas transitivas plenas e em estruturas de SE indeterminador

Na realidade, esta análise dá conta, de forma mais simplificada, do que referiam Matos e Duarte (1986): *SE* ocorre na posição de sujeito, recebe o papel temático que está associado a esta posição argumental e exhibe caso nominativo, o caso típico do sujeito, atribuído pelas marcas de flexão.

Percebemos, da análise que levámos a cabo, que a presença do clítico *SE* indeterminador não provoca alterações substanciais ao nível da estrutura temático-argumental dos predicadores a que se agrega. Aliás, a única diferença entre estruturas transitivas plenas e estruturas transitivas de sujeito indeterminado com clítico *SE* reside, precisamente, na ocorrência deste clítico de referência arbitrária como sujeito sintáctico. O mesmo se poderá afirmar relativamente às construções de *SE* indeterminador em que ocorrem verbos inacusativos e inergativos: também nelas a presença de *SE* indeterminador não provoca alterações na manifestação formal da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Nas várias construções em que ocorre, *SE* indeterminador assume-se, portanto, como um clítico argumental de referência indefinida, funcionando como sujeito sintáctico e podendo, no entanto, estar associado à manifestação de diferentes argumentos verbais, razão pela qual pode receber diferentes papéis temáticos. Esta variação é determinada pelas características do predicador a que se agrega.

Em suma, aquilo que particulariza as construções de *SE* de sujeito indeterminado não é tanto uma profunda alteração na correspondência entre argumentos semânticos e respectiva materialização sintáctica, mas sim as particulares características do respectivo sujeito: um clítico que, apesar de autónomo em termos referenciais, não tem referência determinada; que não exhibe, em termos morfossintácticos, os habituais traços de pessoa-número-género e que, em termos prosódicos e distribucionais, é necessariamente dependente do seu hospedeiro, o predicador verbal, surgindo, conseqüentemente, numa posição frásica que não é a típica do sujeito.

Existem, no entanto, importantes objecções a este tipo de abordagem das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado. São vários os autores que apontam entraves à consideração de *SE* como sujeito sintáctico destas estruturas. Segundo Barbosa (1999), por exemplo, se o *SE* das estruturas sob escopo fosse, realmente, um sujeito sintáctico, deveria (i) poder preceder sempre o sintagma verbal, (ii) poder coordenar-se com outros termos que também funcionassem como sujeito e (iii) aceitar que a negação o

precedesse. Uma vez que SE falha todos estes testes, o autor considera que o clítico não pode ser encarado como sujeito sintáctico da estrutura. Sanchez Lopez (2002b) partilha a perspectiva do autor português, aceitando, tal como ele, que SE seja considerado sujeito semântico, mas não sujeito sintáctico, das estruturas em que ocorre<sup>98</sup>.

Apesar destas objecções, consideramos que, efectivamente, nas orações de sujeito indeterminado, SE, em contextos transitivos e intransitivos, se assume como sujeito sintáctico. As particularidades do seu comportamento resultam, em nosso entender, do facto de SE ser um clítico, destituído, portanto, de autonomia prosódica e distribucional. Na realidade, também as formas pronominais de objecto directo (o, a, os, as), enquanto formas clíticas, revelam uma distribuição e um comportamento na superfície frásica distintos, em vários aspectos, daqueles que são próprios dos SNs de objecto não clíticos correspondentes. São, ainda assim, considerados como objecto directo ou objecto indirecto. Se é verdade que SE não pode surgir isolado no discurso, estando impedido de funcionar, por exemplo, como resposta a *wh-questions*, o mesmo acontece com os clíticos de objecto.

(526) **Vende-se** cromos e autocolantes. *Quem vende cromos e autocolantes? \*SE*

(527) *Ele vendeu os cromos e autocolantes. Ele vendeu-os. O que é que ele vendeu? \*os*

Tal como SE, também os clíticos de objecto revelam um comportamento diferente quando incluídos em estruturas negativas. O clítico SE, quando presente em estruturas de sujeito indeterminado negativas, surge necessariamente depois da partícula de negação. Se é verdade que, assim, se afasta do comportamento típico do SN sujeito não clítico, também é verdade que apenas responde à necessidade de ocorrer o mais próximo possível da forma verbal a que se agrega.

(528) **Vende-se** estes livros a quem fizer a melhor oferta. Não se vende estes livros a quem fizer a melhor oferta.

<sup>98</sup> Diz a autora que “esta hipótesis [de que SE seja sujeito indeterminado] [...] resulta adecuada desde un punto de vista semántico, puesto que es la presencia de se lo que implica o desencadena la interpretación no específica del argumento sujeto; sin embargo es inadecuada desde el punto de vista morfológico. La naturaleza de se como clítico o afixo verbal impide que pueda ser considerado un sujeto, y esa naturaleza parece quedar fuera de toda duda: se trata de un elemento átono, clítico del verbo flexivo del que no puede separarse (\*se siempre llega tarde); tampoco puede preceder a la negación (\*se no puede dormir aquí), ni elidirse sin que cambie el significado de la oración” (Sanchez Lopez, 2002b: 20).

Repare-se, além disso, que também os clíticos não reflexos de objecto têm, nas frases negativas, uma distribuição diferente daquela que é típica dos SNs não clíticos nos mesmos contextos.

(529) *Ele não encontrou o livro.*

(530) *Ele não o encontrou. \*Ele não encontrou-o.*

Também em Martins (2003), se perspectiva *SE* indeterminador (aí denominado *SE* impessoal) como tendo estatuto argumental e ocorrendo como sujeito das estruturas em que se insere, conforme se depreende das palavras da autora ao explicitar que “[...] se impessoal tem natureza argumental [...] [e] desempenha integralmente o papel de sujeito gramatical, não estando portanto associado a uma categoria vazia na posição de sujeito” (Martins, 2003: 35-36).

Na realidade, já em Naro (1976) se concebia o *SE* das estruturas que agora estudamos como um elemento lexical dotado de uma série de traços caracterizadores. Este autor afirma que “what is needed as the underlying subject of the se-impersonal is an item with at least the following properties: indefinite, human, group-interpretation, 3<sup>rd</sup> person. As it happens, modern Portuguese has no independent surface lexical item with these properties, though similar items do exist in other languages (German *man*, French *on* etc). [...] we shall set up in the lexicon an item with the desired properties and assign it the phonological segments /se/” (Naro, 1976: 783). O autor propõe, por isso, que *SE* seja considerado um item lexical dotado dos traços [- definido], [+ humano], [3.<sup>a</sup> pessoa], [interpretação de grupo], [clítico], afirmando-se como sujeito das estruturas em que ocorre (Naro, 1976: 784).

Uma análise deste tipo era já preconizada por Sotero dos Reis, em meados do século XIX, que defendia que em estruturas como “*e de todas estas cousas se fez bôa somma de dinheiro*” (Reis, 1868: 63), *SE* deverá ser entendido como um pronome indefinido, esclarecendo que, nestes contextos, “o pronome indefinido, *se*, não reflecte no sujeito [...], nem a ele se refere, como acontece ao pronome reflexivo, *se*, [...] mas refere-se vaga e indeterminadamente á pessoa ou pessoas occultas, que só temos na mente.” (Reis, 1868: 63)<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Esta reflexão de Sotero dos Reis, que aproxima o uso de *SE* indeterminador ao de um pronome indefinido poderá associar-se à existência no Português antigo, durante muito tempo, de um pronome indefinido correspondente ao francês “*0n*”, a expressão “home/homem”. Sobre a relação entre o *SE* que aqui consideramos indeterminador e tal pronome, Said Ali (1957) esclarece que “no domínio do português antigo floresceu tal pronome [o pronome homem], e com vantagem, ao lado de fórmulas com o

Em suma, e recuperando o que atrás afirmávamos, a presença do clítico SE não parece aportar alterações na realização da estrutura temático-argumental dos predicadores a que se agrega. Surgindo como manifestação formal do argumento externo exigido por verbos inergativos e por verbos transitivos e ocorrendo como concretização do argumento interno de verbos inacusativos e de formas verbais de passiva perifrástica, SE assume diferentes papéis temáticos em função do tipo de predicador a que se associa. Esta variedade de papéis temáticos de SE indeterminador confirma-se pela análise das estruturas seguintes.

(531) [...] **telefonou-[se]<sub>AG</sub>** para a reitoria e **marcou-se** uma reunião [...]. (CTP)

(532) Em 1995, **vendia-[se]<sub>AG</sub>**, em Hong Kong, os melhores espécimes a 180 contos o quilo. (CTP)

(533) Em Portugal, no fim do século **temia-[se]<sub>EXP</sub>** o momento em que as potências se pusessem de acordo para nos espoliar das últimas possessões em África. (CTP)

Nas estruturas de SE indeterminador, este clítico assume-se como um item lexical de referência autónoma, embora não identificável, funcionando como materialização de um dos argumentos exigidos pelo predicador a que se associa. Este clítico recebe o papel temático do argumento que materializa e que, por norma, é um Agente (sobretudo com verbos transitivos e inergativos) ou um Tema (com verbos inacusativos ou formas verbais na voz passiva). É um clítico que exhibe caso nominativo. Este é-lhe transmitido através das marcas flexionais (necessárias para que a presença de SE indeterminador possa ser legitimada). Embora assumamos que SE indeterminador funciona como sujeito das estruturas em que ocorre, não podemos deixar de sublinhar que se trata de um sujeito *sui generis*, com uma presença sígnica mínima e uma distribuição condicionada, sem traços definidos de pessoa-número-género e sem uma referência precisa. Como veremos adiante neste trabalho, no entanto, essa referência pode ser mais ou menos restrita, em função das informações decorrentes do cotexto frásico e do contexto de enunciação. Nos próximos parágrafos deter-nos-emos precisamente na análise dos elementos frásicos que co-ocorrem com SE indeterminador.

---

reflexivo SE. Por fim, foi-lhe desaparecendo a vitalidade e na era quinhentista sucumbia de todo afogado pela expansão do pronome SE que (...) já então se usava quer em verbos transitivos, quer com os intransitivos” (Said Ali, 1957: 100).

### 2.2.2. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica

Como já referia Naro (1976), para poderem participar em estruturas de SE de sujeito indeterminado, os verbos têm de, necessariamente, admitir construir-se com um sujeito sintáctico que denote uma entidade com o traço [+ humano]. A necessidade de verificação desta condição está patente nos exemplos seguintes, elencados por Naro (1976: 781-82).

- (534) *Uma hora **transcorreu**.*
- (535) \**Alguém **transcorreu**.*
- (536) \****Transcorreu-se**.*
- (537) *Estas teorias **implicam** as teorias de Einstein.*
- (538) \**Alguém **implica** as teorias de Einstein.*
- (539) \****Implica-se** as teorias de Einstein.*
- (540) ***Chove** muito no Rio.*
- (541) \**Alguém **chove** muito no Rio.*
- (542) \****Chove-se** muito no Rio.*

Quando comparado com outros usos, o SE que ocorre nas estruturas de sujeito indeterminado não revela grandes restrições quanto ao tipo de predicadores a que se agrega, associando-se a um leque bastante amplo de verbos transitivos, conforme se verifica pelos exemplos arrolados no Quadro seguinte<sup>100</sup>.

Tipos de predicadores verbais	Exemplos
Transitivos directos	(543) <b>Aceita-se</b> permutas. (544) <b>Faz-se</b> remendos. (545) <b>Arranja-se</b> sapatos.
Ditransitivos	(546) <b>Ofereceu-se</b> prémios aos participantes. (547) <b>Alugou-se</b> casas e apartamentos a turistas. (548) <b>Doa-se</b> cães a quem deles gostar.
De dois lugares com argumento interno objecto indirecto	(549) <b>Telefonou-se</b> à Rosa no dia do seu aniversário. (550) <b>Agradou-se</b> a gregos e a troianos. (551) Logo depois da explosão, <b>assistiu-se</b> aos sinistrados.

<sup>100</sup> Os diferentes tipos de verbos incluídos nesta listagem são definidos em função do proposto por Duarte (2003c).

Transitivos de três lugares	(552) <b>Partilhava-se</b> o almoço com os colegas de turma. (553) De seguida, <b>retira-se</b> o preparado do forno. (554) Pela manhã, <b>transportava-se</b> as crianças para a escola.
Transitivos predicativos	(555) Em 1989 <b>classificou-se</b> esse mosteiro edifício de interesse nacional. (556) Feita a análise, <b>considerou-se</b> o processo pouco transparente. (557) Contados os votos, <b>nomeou-se</b> o João director técnico.
De dois lugares com argumento interno oblíquo	(558) <b>Assistiu-se</b> confortavelmente ao espectáculo. (559) Quando <b>se</b> reside em Lisboa, tudo fica mais perto. (560) Durante meses, <b>discordou-se</b> sistematicamente das políticas do director-geral.

Quadro XXVII: Tipos sintácticos de predicadores com ocorrência nas estruturas de SE de sujeito indeterminado

Nas construções de SE de sujeito indeterminado encontramos ainda verbos intransitivos inergativos e intransitivos inacusativos. Como vimos anteriormente, nas estruturas que incluem os primeiros, SE funciona como sujeito-Agente (561-563); nos segundos assume-se como sujeito-Tema (564-566).

(561) [...] não há outro modelo de sociedade, de dia para dia **caminha-se** para pior. (CDP)

(562) **Andou-se** muito depressa nestes últimos anos [...]. (CDP)

(563) Nesse período, **viveu-se** com alguma tolerância por parte do salazarismo. (CDP)

(564) Quando eu morrer só peço que me levem para os Casais. Lá na província **morre-se** em descanso. (CDP)

(565) Simão: **Cresce-se** depressa, minha tia, nos museus e nas salas. (CDP)

(566) Com medo do terror vermelho, **caiu-se** no terror branco. (CDP)

As estruturas de SE de sujeito indeterminado ocorrem, ainda, em estruturas passivas perifrásticas. Nestes contextos, SE continua a funcionar como sujeito sintáctico da estrutura, embora corresponda, como nas construções com verbos inacusativos, à materialização do argumento interno do verbo em questão.

(567) **É-se** amado por todos.

(568) **É-se** despedido com facilidade.

(569) **É-se** tanto mais ouvido quanto mais alto se grita [...]. (CDP)

É também possível que as estruturas de SE de sujeito indeterminado incluam formas verbais com gerúndio, como em (570-571).

(570) *Nos chamados meses frios, os furtos diminuíram em relação a igual período do ano passado, **verificando-se** um acréscimo dos outros crimes referidos.* (CTP)

(571) *O aumento do crime organizado em Portugal está a ser analisado pelas várias instâncias policiais, **discutindo-se** a possível adopção de novas medidas que visem, sobretudo, a repressão do tráfico de droga.* (CTP)

Também nestes casos SE funciona como sujeito sintáctico da oração gerundiva, correspondendo à materialização do argumento externo, desta feita um Agente, o que se verifica pela possibilidade de comutação de SE por um SN pleno.

(572) *Nos chamados meses frios, os furtos diminuíram em relação a igual período do ano passado, **verificando** a polícia um acréscimo dos outros crimes referidos.*

(573) *O aumento do crime organizado em Portugal está a ser analisado pelas várias instâncias policiais, **discutindo** a GNR a possível adopção de novas medidas que visem, sobretudo, a repressão do tráfico de droga.*

Aliás, como se verifica em (574-575), a presença simultânea destes SNs e de SE resulta em estruturas agramaticais, assim se confirmando que ambos os constituintes partilham caso nominativo e funcionam como manifestação sintáctica de um mesmo argumento.

(574) *\*Nos chamados meses frios, os furtos diminuíram em relação a igual período do ano passado, **verificando-se** a polícia um acréscimo dos outros crimes referidos.*

(575) *\*O aumento do crime organizado em Portugal está a ser analisado pelas várias instâncias policiais, **discutindo-se** a GNR a possível adopção de novas medidas que visem, sobretudo, a repressão do tráfico de droga.*

Se tivermos em conta as propriedades aspectuais das estruturas de SE de sujeito indeterminado, verificamos que estas construções podem dar conta de situações com características muito diversas. Assim, é possível que as estruturas de SE de sujeito indeterminado traduzam estados, isto é, situações



marcadas pelo seu carácter não dinâmico, como aquelas em que ocorrem verbos estativos (576-577) e verbos copulativos (578).

(576) Hoje **sabe-se** que é um crítico impiedoso da descolonização. (CDP)

(577) Em Queluz já nem sequer **se sabe** onde começa e acaba a terra [...]. (CTP)

(578) Esta tecnologia é mil vezes mais eficiente, por isso **está-se** mais concentrado na arte do que nos difíceis aspectos técnicos. (CTP)

São também frequentes construções com verbos inergativos de actividade física ou com verbos de movimento que denotam processos, codificando assim situações para as quais não é definida uma delimitação precisa.

(579) Dantes **dançava-se** ao som da orquestra do Machito com o Charlie Parker, **dançava-se** Duke Ellington, Glenn Miller, enfim, uma música que é arte, que representa uma forma de arte. (CTP)

(580) Com o esbater das barreiras ideológicas, **caminha-se** para uma democracia mais directa. (CTP)

As construções de SE de sujeito indeterminado podem também incluir os chamados verbos de processo culminado, dando conta de situações dinâmicas e com um término definido.

(581) Mas, apesar de tudo o que **se escreveu** e disse, não passámos ainda das suspeitas. (CTP)

(582) O resultado foi inesperado: de forma espontânea **redigiu-se** e **assinou-se** um documento de 14 páginas. (CTP)

As estruturas de SE indeterminador podem ainda dar conta de situações dinâmicas com duração reduzida ou nula, incluindo verbos que denotam culminações e verbos pontuais, como em (583-585).

(583) Com o início do século, **descobriu-se** o novo modelo multidivisional gerido por um corpo profissional de gestores. (CDP)

(584) Ou seja, **saiu-se** de uma fase em que era importante o corte de custos. (CDP)

(585) Finalmente, **suspirou-se** de alívio.

Na realidade, como veremos adiante, a interpretação das estruturas de SE de sujeito indeterminado está bastante dependente de questões como o tempo e modo das formas verbais usadas ou a tipologia aspectual dos predicadores em causa. Na secção 2.4., ao analisarmos os diferentes matizes

interpretativos associados às estruturas de SE impessoal, reflectiremos sobre a influência destas questões na interpretação e no uso das estruturas sob escopo.

### 2.2.3. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional

Como anteriormente referimos, as estruturas que aqui analisamos como estruturas de SE de sujeito indeterminado constroem-se em torno de predicadores que continuam a seleccionar os mesmos argumentos que habitualmente exigem. No entanto, nestas construções, não se identifica nenhum constituinte que revele as características – morfossintácticas, distribucionais e sintáctico-semânticas – típicas do sujeito. Ainda assim, alguns autores (e.o., Brito, Duarte e Matos, 2003; Martins, 2005) têm defendido, nos últimos anos, que é o próprio clítico que poderá ser percebido como sujeito destas estruturas. Esta perspectiva, ainda que longe de reunir consenso, pode ancorar-se em vários testes sintáctico-semânticos. Um dos mais evidentes é aquele que demonstra ser impossível a coocorrência de SE e de um SN sujeito, situação que indicia estarmos perante dois segmentos correspondentes à realização de um mesmo argumento.

(586) \*Alguém **comprou-se** um quadro de Picasso para o museu.

(587) \***Ele morreu-se** inocentemente na guerra colonial.

(588) \*O peregrino **caminhou-se** dias a fio debaixo de chuva.

O facto de estas estruturas admitirem participar em contextos de extracção simultânea de clítico, como em (589), para além de ser um indicio do estatuto argumental deste clítico, deixa ainda perceber, sobretudo quando comparamos estas estruturas com outras em que ocorre um sujeito pronominal (590), que este operador funciona como sujeito sintáctico. Em ambos os casos, o sujeito da segunda oração coordenada é recuperável a partir do sujeito da primeira.

(589) Já **se cantou** e [-] dançou imenso.

(590) Eles cantaram e [-] dançaram imenso.

Também o facto de a comutação de SE por um pronome pessoal de sujeito/nominativo, como *ele*, ser possível indicia que este clítico se assume efectivamente como sujeito da estrutura em causa.

(591) **Procedeu-se** à contratação de novos jogadores.

(592) Ele **procedeu** à contratação de novos jogadores.

Neste caso, a comutação resulta numa substancial alteração na interpretação decorrente da estrutura, uma vez que o pronome pessoal *ele* aponta para um referente deicticamente identificável. No entanto, caso comutemos *SE* por um pronome indefinido, como *alguém*, *ninguém* ou *a gente*, a estrutura resultante continua gramaticalmente correcta, preservando-se também a indeterminação semântica associada ao sujeito.

(593) **Procedeu-se** à contratação de novos jogadores.

(594) Alguém **procedeu** à contratação de novos jogadores.

(595) A gente **procedeu** à contratação de novos jogadores.

*SE*, enquanto sujeito destas estruturas, pode receber diferentes papéis temáticos, consoante as exigências de selecção semântico-temática do predicador a que se agrega. Como explicavam Matos e Duarte (1986), *SE* assume o papel temático associado à posição argumental que preenche. Se os predicadores em causa têm capacidade para seleccionar um argumento externo Agente, *SE* assumir-se-á tematicamente como um Agente.

(596) **Comia-se**<sub>[AG]</sub>, **falava-se**<sub>[AG]</sub>, **jogava-se**<sub>[AG]</sub> **a bisca**,[...] **tornava-se**<sub>[AG]</sub>, **a fazer as mesmas coisas**.

(CDP)

Se os verbos seleccionam antes um argumento interno, tematicamente um Tema, *SE* assumirá esse mesmo papel temático.

(597) **Morria-se**<sub>[Tema]</sub> de fome em Portugal.

(598) Quando **se**<sub>[Tema]</sub> **nascia** escravo, a vida era um tormento constante.

(599) Na província, **crescia-se**<sub>[Tema]</sub> em liberdade.

A distribuição de *SE* indeterminador, ocorrendo obrigatoriamente em adjacência ao predicador a que se agrega, afasta-se daquela que é típica dos SNs que funcionam como sujeito sintáctico. Alguns autores (Barbosa, 1999; Sanchez Lopez, 2002b) assumem este comportamento de *SE* como uma razão válida para que não se considere o clítico sujeito sintáctico destas estruturas. Neste trabalho, no entanto, não adoptamos esta posição, uma vez que o comportamento dos clíticos de objecto directo e indirecto,

também condicionado pela mesma necessidade de adjacência estrita ao predicador a que se agregam, não invalida que sejam considerados como manifestação sintáctica dos argumentos a que estão associados.

(600) *O João não **comprou** [os livros]<sub>OD</sub> em saldo.*

(601) *O João não [<sub>OS</sub>]<sub>OD</sub> **comprou** em saldo.*

Por outro lado, o facto de a forma verbal ocorrer obrigatoriamente na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, por alguns autores chamada “não pessoa”, em concordância com a ausência de traços de pessoa-número de SE, também nos leva a defender que SE indeterminador possa funcionar efectivamente como sujeito sintáctico das estruturas em que ocorre.

Em suma, o sujeito das estruturas de SE indeterminador é aqui assumido como um clítico argumental que corresponde à materialização significativamente atenuada do argumento externo de verbos inergativos e de verbos transitivos na forma activa ou que se assume como manifestação do argumento interno de verbos inacusativos e de verbos transitivos em estruturas de passiva perifrástica. Este clítico sujeito corresponde à materialização de diferentes papéis temáticos, em função, precisamente, das características do predicador a que se agrega.

Apesar da “ocultação semântica”<sup>101</sup> de um dos intervenientes na acção descrita – aquele que habitualmente é codificado como sujeito sintáctico – ser comum às estruturas de SE de sujeito indeterminado, estas podem diferenciar-se em função da interpretação que se atribui ao clítico, estando algumas associadas a uma interpretação genérica (602), outras a uma interpretação existencial ou episódica (603).

(602) *Hoje em dia, **assiste-se** a uma cada vez menor envolvimento dos jovens na política.*

(603) *Na minha família, sempre **se assistiu** ao concerto de Ano Novo.*

Uma vez que esta dupla possibilidade de interpretação também caracteriza algumas estruturas de SE apassivador, que analisaremos nas secções seguintes, voltaremos a este assunto adiante neste trabalho (§ 2.4.).

---

<sup>101</sup> Adoptamos a terminologia usada por Miguel (2006: 52).

#### 2.2.4. Considerações finais

As estruturas de SE de sujeito indeterminado caracterizam-se por serem, tal como as passivas de SE que adiante abordaremos, construções semanticamente impessoais, isto é, trata-se de construções que não permitem identificar (pelo menos não com precisão) um dos intervenientes na situação que codificam, normalmente o participante que, na linearidade frásica, se realiza como sujeito e que pode, no entanto, estar associado a diferentes papéis temáticos. São, portanto, exemplos de estruturas de referência indeterminada, uma vez que nelas se verifica a “[...] ausência da explicitação dos referentes discursivos envolvidos numa dada proposição” (Miguel, 2006: 5).

O clítico presente nestas estruturas de SE de sujeito indeterminado detém estatuto argumental, aproximando-se, assim, dos clíticos anafóricos anteriormente estudados. Deles se afasta, todavia, por não ter referência definida, mas antes arbitrária ou indeterminada – por isso, e no seguimento do proposto por Naro (1976), atribuímos a este clítico a denominação de SE indeterminador.

Tendo em conta as características dos predicadores a que se agrega, SE indeterminador pode corresponder à manifestação de um argumento externo ou de um argumento interno. Quando se agrega a verbos inergativos, este clítico assume-se como manifestação sintáctica do único argumento que estes seleccionam, um argumento externo, tipicamente Agente. Já quando se agrega a verbos inacusativos ou a formas de passiva perifrástica de verbos transitivos ocorre como concretização do respectivo argumento interno, semanticamente um Tema. Este clítico surge também com verbos transitivos na sua forma activa, contexto em que se assume como realização sintáctica do argumento externo. Em qualquer um destes contextos, assumimos que SE indeterminador funciona como sujeito sintáctico da estrutura em que ocorre, hipótese que procurámos corroborar a partir da aplicação de alguns testes sintáctico-semânticos, como a comutação pelos pronomes indefinidos *alguém*, *a gente*.

A presença de SE indeterminador não está associada, de acordo com a análise que propusemos, a alterações no modo como se organiza e se materializa a estrutura temático-argumental dos predicadores a que se agrega, sendo que a sua participação nas estruturas em que ocorre apenas se reflecte na indeterminação do respectivo sujeito que, independentemente do tipo de predicador em causa, exhibe

necessariamente os traços [+ humano], [- específico]. Trata-se, no entanto, de um sujeito que, materializando-se através de um clítico, tem uma presença sígnica atenuada e carece de algumas das propriedades típicas dos constituintes que, habitualmente, funcionam como tal.

Em resultado da minimização – sintáctico-lexical e semântico-referencial – da presença do sujeito, é possível perspectivar estas estruturas, quando construídas com verbos transitivos, como construções de transitividade mitigada, pois um dos argumentos sofre um claro processo de esvaziamento, afastando as construções em causa das estruturas transitivas típicas. Quando ocorre com verbos intransitivos, SE indeterminador acentua a intransitividade das estruturas em causa, despojando – referencial e lexicalmente – o único argumento presente.

No Quadro XXVIII expõem-se sucintamente as propriedades das estruturas de SE indeterminador.

(In)transitividade da estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitividade lexicalmente atenuada (no caso das estruturas que incluem predicadores transitivos)</li> <li>▪ Intransitividade acentuada (nas estruturas construídas com verbos intransitivos inergativos ou intransitivos inacusativos)</li> <li>▪ Processo de destransitivização de base pragmático-discursiva</li> </ul>
Estatuto de SE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ argumento]: realização lexicalmente atenuada do argumento externo, quando associado a verbos transitivos e inergativos, ou do argumento interno, quando associado a verbos inacusativos</li> </ul>
Traços típicos do SU	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ animado]</li> <li>▪ [+ humano]</li> <li>▪ [+ Agente] ou [+ Experienciador]: nas estruturas com verbos transitivos</li> <li>▪ [+ Agente]: nas estruturas com verbos inergativos</li> <li>▪ [+ Tema]: nas estruturas com verbos inacusativos</li> <li>▪ Referência autónoma, mas indeterminada</li> <li>▪ Ausência de autonomia prosódica e distribucional</li> </ul>
Traços típicos dos predicadores verbais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Verbos transitivos (passivos e activos), intransitivos inergativos, intransitivos inacusativos</li> </ul>

Quadro XXVIII: Síntese das características das estruturas de SE indeterminador

### 2.3. SE em estruturas passivas: análise empírica

Nesta secção analisam-se estruturas de SE como as de (604-608), tradicionalmente denominadas estruturas passivas de SE ou estruturas de SE apassivador.

(604) *Ao texto da declaração de princípios [...] **acrescentaram-se** quatro protocolos relativos à cooperação israelo-árabe.* (CTP)

(605) *Durante a época do cinema mudo, **produziram-se** épicos como *The Iron Horse* (1924) [...].*  
(CDP)

(606) *A única situação de boicote eleitoral no distrito da Guarda **registou-se** na freguesia de Teixeira, no concelho de Seia.* (CTP)

(607) *Ao fim da tarde, a situação não estava ainda completamente controlada e **temiam-se** reacendimentos, como aconteceu em Vila Pouca de Cernache.* (CTP)

(608) *Só três anos depois foram lançadas mais duas sondas Venera e, passados mais quase quatro anos, **recebiam-se** as melhores imagens obtidas no solo.* (CTP)

Tal como as estruturas de SE indeterminador, também estas se utilizam quando se pretende omitir a menção à entidade humana que está subjacente às situações descritas, nelas participando como Agente (604-606), Experienciador (607) ou Beneficiário (608). Embora conceptualmente se assuma a necessária participação deste interveniente na situação descrita, torna-se impossível, a partir destas estruturas passivas de SE, determinar ou especificar a sua referência. Por isso, incluímos estes dois tipos de construções de SE – indeterminador e apassivador – sob a designação mais ampla de construções de SE impessoal<sup>102</sup>. Efectivamente, em termos pragmático-discursivos, ambas as construções decorrem do

<sup>102</sup> A propósito da impessoalidade semântica associada às estruturas de SE indeterminador e de SE apassivador, atente-se na afirmação de Sanchez Lopez (2002b: 51): “para las gramáticas tradicionales, el hecho de que el verbo transitivo deje de tener como sujeto gramatical al sujeto nocional hace que las pasivas sean consideradas construcciones semanticamente impersonales, y uno de los recursos que ofrece la gramática para callar el agente (o experimentante, fuente o destinatario, pues cualquiera de estos papeles temáticos puede tener ese argumento) cuando se desea”. Claramente se incluem, nesta reflexão de Sanchez Lopez, as estruturas passivas no âmbito das estratégias de impessoalização. Na sua tese de Mestrado, Mariana Oliveira, ao propor um estudo diacrónico das estruturas passivas do Português, sublinha também a impessoalização a elas associada, quer se trate das passivas perifrásticas, quer das tradicionais passivas de SE. Afirma esta autora que “em ambas as construções — passivas de *ser* sem agente da passiva, pseudopassivas pronominais e as formadas com verbo intransitivo ou com verbo transitivo preposicionado, com *se* —, a impessoalidade do sujeito, do chamado sujeito lógico, é característica” (Oliveira, 2005: 70).

mesmo objectivo de uso: a indeterminação da entidade humana (Agente, Experienciador, Beneficiário) que intervém na situação descrita e a consequente impessoalização da estrutura<sup>103</sup>.

No entanto, apesar da aparente similitude, estruturas de *SE* indeterminador e de *SE* apassivador têm subjacentes diferenças na organização e concretização da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Nos parágrafos seguintes estudaremos precisamente a organização e a materialização da estrutura temático-argumental das construções em que ocorre *SE* apassivador, dedicando especial atenção ao comportamento e às funções deste clítico.

### **2.3.1. Operações de reorganização argumental e estatuto de *SE***

No estudo das estruturas de *SE* apassivador e da respectiva diátese existem duas importantes linhas de trabalho, já mencionadas na secção 2.1: uma delas defende o estatuto argumental deste clítico (e.o., Cinque, 1995; Brito, Duarte e Matos, 2003; D'Alessandro, 2007) e outra rejeita-o (e.o., Levin e Rappaport Hovav, 1995; Reinhart e Siloni, 2005).

De acordo com Reinhart e Siloni, *SE* actua como um morfema redutor de caso, introduzindo, em função desta redução, profundas alterações na configuração temático-argumental dos predicadores em questão e traduzindo-se em notórias modificações na estrutura sintáctica das orações em causa. Para estas autoras, o *SE* a que chamamos apassivador tem capacidade para reduzir caso acusativo, assumindo-se, por isso, como um redutor da valência sintáctica do predicador a que se agrega. Ao limitar a capacidade do predicador para atribuir caso acusativo, *SE* espoleta, segundo Reinhart e Siloni, uma operação típica das estruturas passivas, levando o argumento interno a materializar-se como sujeito e a assumir caso nominativo. Em termos temáticos, estas estruturas passivas de *SE* resultam de uma operação de saturação do papel associado ao argumento externo: este está presente apenas tematicamente, não chegando a projectar-se para a estrutura argumental (Reinhart e Siloni, 2005: 420-425).

---

<sup>103</sup> Sobre estratégias de impessoalização no PB e no PE, consulte-se o artigo de Negrão e Viotti (2008). Veja-se, também, a dissertação de Mestrado de Miguel (2006).



Ao assumirem que nas estruturas ditas passivas de SE este clítico tem capacidade para reduzir caso acusativo, Reinhart e Siloni aproximam-se das posições que encaram este operador como manifestação da morfologia passiva. Efectivamente, em qualquer destas perspectivas, a presença de SE – percebido como redutor de caso acusativo ou como operador apassivador – desencadeia uma série de alterações na materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em questão: uma vez cancelada, pela presença de SE, a possibilidade de atribuição de caso acusativo, o argumento interno deixa de poder materializar-se como objecto directo e ocupa a posição sintáctica de sujeito, a única com caso disponível. Esta encontra-se em aberto também em consequência da presença da morfologia passiva que impede o papel temático externo de se realizar na sua posição sintáctica habitual, precisamente a posição de sujeito.

A actuação do clítico SE enquanto operador apassivador torna-se evidente quando se compara a sua presença com a do participio passado das estruturas passivas perifrásticas. De facto, quando presentes, estes dois elementos têm a capacidade de impedir a materialização do argumento temático externo na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito, e de espoletar a movimentação do argumento interno precisamente para essa posição. A proximidade entre a actuação do clítico SE apassivador e a do participio passado torna-se evidente em frases como as seguintes:

(609) [Os bolos]<sub>Tema-Arg.Int.-su</sub> **foram comidos** pelo João ainda antes do jantar.

(610) [Os bolos]<sub>Tema-Arg.Int.-SU</sub> **comeram-se** ainda antes do jantar.

Em ambos os casos o SN que se assume como sujeito sintáctico (e que entra numa relação de concordância pessoa/número com a forma verbal) é a manifestação do argumento interno do predicador em questão, habitualmente realizado como objecto directo da estrutura activa correspondente, conforme se constata em (611).

(611) O João **comeu** [os bolos]<sub>Tema-Arg.Int.-OD</sub> ainda antes do jantar.

Esta correspondência entre argumento interno e sujeito da estrutura passiva pode confirmar-se pelo facto de o SN sujeito das passivas ter de exibir obrigatoriamente traços semânticos coincidentes com aqueles que são exigidos pelo verbo ao respectivo argumento interno. Caso esta coincidência não se verifique, a estrutura resulta agramatical, como em (612-614).

(612) \*O João **comeu** os livros ainda antes do jantar.

(613) \*Os livros **foram comidos** pelo João ainda antes do jantar.

(614) \*Os livros **comeram-se** ainda antes do jantar.

Todas estas estruturas são agramaticais pois o SN “os livros”, destituído do traço [+ comestível], não pode assumir-se como realização do argumento interno do verbo “comer”. O facto de as estruturas de (613-614), em que tal SN ocorre como sujeito, serem também agramaticais demonstra que se trata do mesmo argumento que em (612) se realiza como objecto directo, embora naquelas surja numa posição sintáctica diferente.

A ocorrência do SN correspondente ao argumento interno na posição de sujeito é, portanto, motivada, tanto nas passivas perifrásticas quanto nas passivas de SE, pela presença dos operadores apassivadores, que suscitam importantes alterações na estrutura frásica: por um lado, inviabilizam a atribuição de relação temática à posição sintáctica associada ao argumento externo, impedindo este argumento de se projectar na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito; por outro, inibem o predicador de atribuir caso acusativo. Esta incapacidade de o verbo, em presença dos operadores apassivadores, atribuir caso acusativo verifica-se a partir da análise dos exemplos seguintes. Na frase activa de (615), é possível a pronominalização do objecto directo (“os livros”) através da forma “os”, pertencente ao paradigma de pronomes pessoais de acusativo do PE. O mesmo já não se verifica em (617-618): nestes exemplos não é possível o recurso às formas pronominais de acusativo, uma vez que, em resultado da presença dos operadores apassivadores, este caso não está disponível.

(615) O João **comprou** os livros em saldo.

(616) O João **comprou-os** em saldo.

(617) \***Foram-nos** comprados em saldo.

(618) \***Compraram-se-os** em saldo.

Dada a incapacidade de o verbo atribuir caso acusativo, o SN que corresponde à materialização do argumento interno vê-se impedido de ocorrer na sua habitual posição de objecto directo, passando a ocupar a posição típica do argumento externo, a posição de sujeito, com caso nominativo disponível a partir das marcas de flexão.

O facto de os operadores apassivadores inibirem a realização do argumento externo na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito, não significa que este argumento seja totalmente eliminado. A este respeito, são várias as perspectivas de análise propostas ao longo dos anos, umas defendendo que a presença do argumento temático externo fica confinada, nas construções passivas, precisamente à estrutura semântica (Reinhart e Siloni, 2005)<sup>104</sup>, outras sustentando que este argumento se encontra na estrutura temática e na estrutura argumental, não chegando a projectar-se na estrutura sintáctica (Levin e Rappaport Hovav, 1995)<sup>105</sup>, e ainda outras postulando que este argumento continua presente em todos estes níveis estruturais, assumindo, no entanto, uma realização sintáctica muito diferente daquela a que está associado nas estruturas activas correspondentes (Belletti, 1982; Jaeggli, 1986; Baker, Johnson e Roberts, 1989; Grimshaw, 1990; Duarte, 2003a; Brito, Duarte e Matos, 2003)<sup>106</sup>.

Independentemente da discussão em torno da (ir)realização do argumento externo na estrutura sintáctica das passivas, as várias propostas são relativamente consensuais quando defendem que este argumento continua presente na estrutura argumental em causa, havendo inclusive factos sintácticos que o corroboram, como a possibilidade de as estruturas passivas admitirem a junção de advérbios orientados para o Agente (619-620), de orações finais (621-622) e de adjuntos instrumentais (623-624), propriedade que as afasta das estruturas decausativas, como as de (625-626). Sobre estas últimas e sobre as operações diatésicas que lhes estão subjacentes debruçar-nos-emos no capítulo 3.

(619) *As paredes foram vandalizadas intencionalmente.*

(620) *Estes relatórios preparam-se propositadamente para a visita do director.*

(621) *Os quadros foram protegidos para evitar futuros assaltos.*

(622) *Estes relatórios preparam-se para oferecer ao Presidente.*

<sup>104</sup> A este propósito, as autoras defendem que “[...] passivization involves an arity operation labeled saturation, which saturates the external  $\emptyset$ -role by existential closure; that is, the  $\emptyset$ -role is assigned to a variable bound by an existential operator [...]” (Reinhart e Siloni, 2005: 420)

<sup>105</sup> A perspectiva defendida por estas autoras encontra-se em afirmações como as seguintes, em que se compara a reestruturação argumental subjacente a estruturas passivas e a estruturas decausativas: “as described by Grimshaw (1990), for example, the operation that derives the passive form of a verb from an active one involves binding a position in the lexical syntactic representation of a verb – its argument structure – thereby preventing the expression of that argument in the syntax. Thus, it contrasts with the operation of binding the external cause of a verb such as *break*, which we propose involves its lexical semantic representation” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 108-109).

<sup>106</sup> A base desta análise surge em Belletti (1982). Jaeggli (1986) e, pouco depois, Baker, Johnson e Roberts (1989) constroem a sua argumentação em torno da ideia de que nas estruturas passivas do Inglês o argumento externo tem manifestação através da própria morfologia passiva.

(623) Os quadros **foram fixados** com um novo berbequim.

(624) Os quadros **fixaram-se** com um novo berbequim.

(625) \*A sementeira **destruiu-se** intencionalmente com a inundação.

(626) \*A vidraça **partiu-se** com o vendaval para salvar os reféns.

De acordo com trabalhos como os de Jaeggli (1986) ou de Baker, Johnson e Roberts (1989), a possibilidade de ocorrência de frases como as de (621-622) demonstra que o argumento externo continua subjacente às estruturas em causa. Na realidade, como explica Frigeni (2004: 51), à luz destes autores, “[...] the possibility of control infinitivals indicates the presence of a controller in the matrix passive clause. Crucially, the controller of the subject of the infinitival adjunct appears to be the implicit external argument”.

Ainda que o recurso a estes testes seja recorrente e conduza geralmente à aceitação da presença do argumento temático externo pelo menos aos níveis temático e argumental (cf., e.o., Levin e Rappaport Hovav, 1995), a questão da manifestação deste argumento na estrutura sintáctica das passivas está associada, mesmo no caso das passivas perifrásticas, a um aceso debate. Efectivamente, nas passivas perifrásticas é possível, mas não obrigatória, a presença de um sintagma preposicional que inclui o mesmo SN que na activa correspondente se assume como sujeito, havendo constância de papéis temáticos entre estes dois constituintes, conforme se verifica em (627-632).

(627) [O melhor aluno da turma]<sub>Benef</sub> **recebeu** o prémio de mérito

(628) O prémio de mérito **foi recebido** [pelo melhor aluno da turma]<sub>Benef</sub>.

(629) [A Teresa]<sub>Ag</sub> **desenhou** o vestido de noiva da Rute.

(630) O vestido de noiva da Rute **foi desenhado** [pela Teresa]<sub>Ag</sub>.

(631) [Os alunos]<sub>Exp</sub> **temiam** o director da escola.

(632) O director da escola **era temido** [pelos alunos]<sub>Exp</sub>.

A opcionalidade deste sintagma, denominado *sintagma-por*<sup>107</sup>, tem suscitado importantes dúvidas relativamente ao seu estatuto<sup>108</sup>, havendo perspectivas que o consideram um adjunto, outras que o

---

<sup>107</sup> Esta denominação, usada para o PE por Duarte (2003a), ancora-se na designação inglesa “by-phrase” (cf. e.o., Grimshaw, 1990). Em trabalhos de influência tradicional este sintagma preposicional é denominado complemento agente da passiva (cf.,

encaram como um argumento-adjunto, revelando propriedades típicas destes dois tipos de constituintes (Grimshaw, 1990)<sup>109</sup>, e ainda outras que defendem o seu estatuto argumental (Santos, 1999; Duarte, 2003a).

Esta perspectiva de análise que defende o carácter argumental do *sintagma por* nas passivas perifrásticas do PE ancora-se em estes sintácticos que permitem verificar que o comportamento deste constituinte sob extracção e em determinadas construções de retoma anafórica segue o padrão comportamental típico dos argumentos e não o que caracteriza os adjuntos. De facto, o *sintagma por* comporta-se como um argumento e não como um adjunto quando é extraído de ilhas fracas<sup>110</sup>, isto é, de frases que admitem a extracção de argumentos mas não de adjuntos. Os exemplos seguintes permitem constatar que a extracção do *sintagma por*, à semelhança da extracção de sintagmas que realizam o OD ou o SU, resulta em construções gramaticais, o que sublinha o seu carácter argumental. Nos exemplos agramaticais, extraem-se adjuntos.

(633)

- a) [O que] esperas [que tenha sido feito [-]]?
- b) [Quem] esperas [que [-] tenha feito essa proposta]?
- c) **[Por quem] esperas [que tenha sido feita essa proposta [-]]?**
- d) \*[Para que] esperas [que tenha sido feita essa proposta [-]]?
- e) [O que] é necessário [que o pai elogie [-]]?
- f) [Quem] é necessário [que [-] elogie esse artigo]?
- g) **[Por quem] é necessário [que esse artigo seja elogiado [-]]?**

e.o., Cunha e Cintra, 1998). No entanto, esta designação não permite dar conta das situações em que este sintagma preposicional associado ao sujeito das estruturas activas não corresponde a um Agente mas a outros papéis temáticos, como, por exemplo, Experienciador ou Beneficiário

<sup>108</sup> Na realidade, conforme sublinha Correia (2003: 109-111), nem mesmo o recurso a vários testes usualmente utilizados para aferir o estatuto de adjunto ou de argumento de um dado constituinte permite obter resultados concludentes.

<sup>109</sup> Grimshaw (1990) perspectiva o *sintagma por* das passivas como um constituinte que exhibe propriedades típicas dos argumentos e dos adjuntos. Sobre este *sintagma por*, a autora tece as seguintes considerações: “some of the basic properties of the *by-phrase* follow immediately from its analysis as an a-adjunct. Since it must be licensed by a suppressed argument, it will never occur with active verbs [...]. Beyond of the requirement of a suppressed argument to license it, the passive *by-phrase* is remarkably unfussy about how it is licensed. All verbs that passivize allow a *by-phrase* corresponding to their active subject, regardless of their thematic role structure” (Grimshaw, 1990: 135-136). Assim, para a autora, qualquer verbo que sofra passivação admite uma *by-phrase*.

<sup>110</sup> Consideram-se ilhas fracas as estruturas que admitem a extracção de argumentos, embora não viabilizem a extracção de adjuntos. Estas distinguem-se das ilhas fortes, caracterizadas pela impossibilidade de extracção de argumentos e de adjuntos. No âmbito das ilhas fracas, destaca-se a ilha factiva e a ilha da frase extraposta.

h) \**[Para que] é necessário [que o pai elogie esse artigo [-]]?*

Se sujeito a um processo de anaforização com *fazer/acontecer o mesmo*, o *sintagma por* também revela um comportamento típico dos argumentos, resultando em estruturas agramaticais como em (637).

(634) *Este rapaz **comprou** os livros [no domingo] e a irmã fez o mesmo [no sábado].*

(635) *O Pedro **trabalhou** [com a Maria] e o Jorge fez o mesmo [com a Rute].*

(636) \**Os livros **foram enviados** [para o arquivo] e aconteceu o mesmo às revistas [para o papelão]*

(637) \**Os livros **foram comprados** [pelo João] e aconteceu o mesmo às revistas [pelo Pedro].*

Ao assumir-se que o sintagma *por* das passivas perifrásticas do PE tem estatuto argumental, deixa de ter pertinência a inclusão destas estruturas no âmbito das construções de diátese recessiva, uma vez que não assentam na perda de qualquer dos argumentos seleccionados pelos verbos em questão. Tal constatação é sublinhada por Duarte (2003a: 527), ao afirmar que “se o sintagma *por* que ocorre nas passivas sintácticas se comporta como argumento externo da forma participial, isto significa que na formação deste tipo de construção não intervém qualquer operação lexical sobre papéis temáticos”.

Seguindo esta linha de análise, vejamos como, em termos esquemáticos, se poderá dar conta da estrutura temático-argumental subjacente às estruturas passivas perifrásticas<sup>111</sup>.

Estrutura temática	AG	Tema
Estrutura argumental	<u>X</u>	Y
Estrutura sintáctica	SU	Sintagma <i>por</i>

Quadro XXIX: Passivas perifrásticas: estrutura temático-argumental e respectiva materialização

Como se visualiza neste Quadro, nas passivas perifrásticas com sintagma *por* não se assiste, efectivamente, à perda de manifestação sintáctica de nenhum dos argumentos temáticos exigidos pelos predicadores em questão. Há, apenas, uma operação de permutação entre os argumentos em causa: o argumento interno, por norma um Tema, passa a figurar na linearidade frásica como sujeito, ao passo que o argumento externo, tematicamente mais proeminente, é realizado através de um sintagma *por*.

<sup>111</sup> Toma-se por base um exemplo de um predicador que selecciona como argumentos temáticos um Agente e um Tema. Porém, como vimos anteriormente, é possível que os papéis temáticos associados aos argumentos seleccionados sejam outros, surgindo, por exemplo, como argumento temático mais proeminente uma Causa, um Experienciador ou um Beneficiário.

Este sintagma *por*, no entanto, não é, no actual corte sincrónico do PE, permitido em estruturas passivas de SE, como se constata pela agramaticalidade das estruturas seguintes<sup>112</sup>.

(638) \*Os bolos **comeram-se** ainda antes de jantar pelo João.

(639) \*Os trabalhos **concluíram-se** atempadamente pela comissão de redacção.

É precisamente esta impossibilidade de coocorrência de SE apassivador e do sintagma-*por* que indicia que o clítico SE receberá o papel temático associado ao argumento externo. Assim sendo, a agramaticalidade destas estruturas resulta da presença de dois sintagmas correspondentes à materialização de um mesmo argumento temático<sup>113</sup>, contrariando o princípio que determina que cada papel temático seja exclusivamente associado a uma função sintáctica (cf. Bresnan, 2001: 311).

Conforme esclarecem Brito, Duarte e Matos (2003: 839), o clítico SE que ocorre nas estruturas passivas responde, quando em construções de extracção simultânea de clítico, conforme o paradigma dos clíticos argumentais, sendo possível que “[...] uma única instância do clítico recupere os argumentos a que está associado em cada um dos termos coordenados” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 843). Efectivamente, em frases como as de (640-642), verificamos que SE se comporta à semelhança dos clíticos argumentais de OI (643) e de OD (644).

(640) Já hoje **se venderam** e compraram muitos livros na feira do livro. (exemplo retirado de Brito, Duarte e Matos, 2003: 839)

(641) Há dias, no departamento de mercado externo desta empresa, em que **se enviam** e recebem mais de mil mensagens de correio electrónico.

<sup>112</sup> Noutros momentos do percurso histórico do Português parecem ter sido possíveis estruturas passivas de SE com *sintagma por* expresso. Nesse sentido vão as palavras de Naro (1976), quando afirma que “the *se*-passive could take both *de* and *per*-agents in the classical period. In this respect, at least, the construction paralleled the classical *ser*-passive; and traditional scholars have in fact assumed that it was a true passive in the usual sense – i.e., that the underlying object was surface subject and the underlying subject was surface agent. As far as the early classical period is concerned, I believe that this assumption is basically correct, and corresponds to the linguistic reality in texts” (Naro, 1976: 796). No entanto, esta ideia é contrariada por outros autores, como, por exemplo Câmara Júnior, que esclarece a este propósito que “é certo que na linguagem renascentista encontra-se esse complemento [o agente da passiva] na voz médio-passiva – ex. “do mal que se aparelha pelo inimigo”, “o mar ... que só dos feios focas se navega” (...) mas é um emprego esporádico e que foi efêmero, resultante em parte da confusão entre o complemento agente e o de meio (...) e em parte de um esforço consciente na língua escrita a equiparar a voz médio-passiva com a voz passiva específica” (Câmara Junior, 1977: 56, *apud* Nunes, 1991: 42).

<sup>113</sup> Sanchez Lopez nega a possibilidade de o clítico SE das passivas do Espanhol poder ser manifestação do argumento externo, pois, nas palavras da autora, esta análise que “[...] habría que suponer que el papel temático externo lo absorbe *se*, predice la incompatibilidad con el complemento con *por*, dado que no esperamos que el mismo papel temático se asigne dos veces” (Sanchez Lopez, 2002b: 59). Ou seja, uma vez que, em PE, se regista efectivamente essa impossibilidade de coocorrência de SE e de um *sintagma por*, torna-se legítimo defender que o clítico se assume como realização do argumento externo.

(642) *Não é fácil trabalhar numa secretaria em que todos os dias **se recebem** e arquivam milhares de processos diferentes.*

(643) *Para evitar problemas, o João não lhe escreveu nem telefonou.*

(644) *Infelizmente, o João não os leu nem arquivou.*

Entendendo este SE como manifestação do argumento temático externo, estaremos, tal como nas estruturas de SE de sujeito indeterminado, perante um clítico de referência inespecífica, uma vez que é inviável identificar/delimitar os referentes para que remete SE<sup>14</sup>. Assim sendo, SE apassivador, tal como SE indeterminador, revela um comportamento que, no que concerne à sua capacidade referencial, o afasta de SE anafórico: este último, destituído de autonomia referencial, vê a sua referência fixada pela do seu antecedente, por norma o SN sujeito; os primeiros, apesar de terem capacidade referencial autónoma, têm um valor referencial impossível de determinar com precisão.

	SE anafórico	SE indeterminador	SE apassivador
Capacidade referencial autónoma	—	+	+
Referência delimitada/identificável	+	—	—

Quadro XXX: Caracterização de SE anafórico, SE indeterminador e SE apassivador no que respeita à sua capacidade referencial

Tendo em conta esta proposta de análise, ao clítico SE presente nas estruturas passivas associam-se, portanto, duas funções: por um lado, assume-se como morfologia passiva, espoletando as já enunciadas operações de reorganização na correspondência entre argumentos temáticos e respectiva materialização; por outro, comporta-se como realização do argumento externo, impedindo a presença do mesmo na linearidade frásica através de outros constituintes, nomeadamente através de um *sintagma por*.

Perspectivando SE como manifestação sintáctica do argumento externo, as passivas de SE, tal como as passivas perifrásticas com *sintagma por* expesso, assumem-se como estruturas cuja formação não assenta numa diátese recessiva. Nesta linha de análise, as estruturas passivas de SE resultam antes de uma substancial alteração na correspondência entre argumentos semânticos e respectiva realização

<sup>14</sup> A interpretação indefinida associada ao SE das estruturas passivas é consensualmente aceite, sendo muitas vezes sublinhada a proximidade entre esta leitura e a que é espoletada pelo SE indeterminador. A este respeito, Sanchez Lopez enfatiza a proximidade de interpretação destes dois tipos de estruturas de SE, afirmando que “tanto unas como otras son estructuras eventivas, es decir, denotan eventos que implican un argumento agente o experimentante, pero dicho argumento tiene una interpretación genérica o indefinida” (Sanchez Lopez, 2002b: 61). Sobre as particularidades de interpretação de SE nas estruturas impessoais, veja-se a secção 2.4. deste capítulo.



sintáctica: o argumento temático interno passa a figurar como sujeito sintáctico, ao passo que o argumento externo assoma na sintaxe através do clítico, assumindo um valor referencial indeterminável ou inespecífico. No Quadro seguinte esquematizamos a estrutura temático-argumental associada a estas construções passivas de SE.

Estrutura semântica	AG	Tema
Estrutura argumental	$\bar{X}$	Y
Estrutura sintáctica	SU	SE

Quadro XXXI: Estruturas passivas de SE: estrutura temático-argumental e respectiva materialização

Nas passivas de SE, o argumento externo, embora presente através do clítico, caracteriza-se pela perda de relevância ou proeminência sintáctico-lexical, na medida em que não apenas deixa de ocorrer na sua posição habitual, como especificador do SV, como passa a ter representação através de um clítico, uma unidade significativamente atenuada, com uma presença sintáctico-lexical compactada, surgindo necessariamente agregado ao seu hospedeiro verbal. Ou seja, as construções passivas de SE, ainda que não assentes numa diátese recessiva, são marcadas pela presença sintáctico-lexical compactada e referencialmente indeterminada de um dos argumentos, o argumento externo. Assim se aproximam, portanto, das estruturas de SE indeterminador e de SE anafórico, também elas marcadas pela ocorrência na linearidade frásica de um argumento cliticizado. Uma vez que se assiste à interdição da realização do argumento interno na posição de objecto directo e a uma minimização da presença sintáctico-lexical do argumento externo, também estas estruturas vêm a sua transitividade afectada. No entanto, neste caso, essa diminuição da transitividade não resulta de motivações semântico-ontológicas (situação própria das estruturas de SE anafórico), mas de motivações pragmático-discursivas (cf. Givón, 2001), destituindo-se o argumento externo da proeminência sintáctica que lhe é própria e fazendo-o presente na linearidade frásica através de um elemento cuja presença é compactada e não autónoma a vários níveis.

### 2.3.2. Proposta de classificação das estruturas passivas de SE

Tendo em conta a interpretação associada às várias estruturas de SE apassivador e atendendo também a algumas particularidades formais que as caracterizam, propomos a sua distribuição por três subgrupos: passivas eventivas (645-646), passivas estativas (647-648) e passivas atributivas (649-650).

(645) **Estenderam-se** as passadeiras vermelhas, os empregados usaram os seus melhores uniformes, **compraram-se** flores para enfeitar. (CTP)

(646) Para Valente Oliveira, o mais fácil está feito: **compraram-se** os terrenos e **lançaram-se** as infra-estruturas. (CTP)

(647) Datadas do século XVIII, as sete capelas **distribuem-se** pela cidade [...]. (CTP)

(648) Em canastras, sobre redes e tapetes de alface [...] **alinham-se** os mariscos e os peixes. (CTP)

(649) [...] o robot de cozinha [...] **limpa-se** facilmente (<http://www.pixmania.com/pt/pt/2628625/art/philips/robot-de-cozinha-hr7771-0.html>)

(650) Bonecos de pano ou peluche **sujam-se** facilmente [...] ([www.min-saude.pt/.../cuidardeumacriancaconsida.htm](http://www.min-saude.pt/.../cuidardeumacriancaconsida.htm))

As **passivas eventivas de SE** (645-646) descrevem sobretudo situações dinâmicas, denotando tendencialmente processos culminados e incluindo com grande frequência formas verbais em tempos marcados pela perfectividade. O respectivo SN sujeito corresponde à materialização de um argumento interno Tema. Estas estruturas admitem com facilidade a paráfrase através de passivas perifrásticas com o auxiliar SER, como em (651-652).

(651) **Foram estendidas** as passadeiras vermelhas, os empregados usaram os seus melhores uniformes, **foram compradas** flores para enfeitar.

(652) Para Valentim Oliveira, o mais fácil está feito: **foram comprados** os terrenos e **foram lançadas** as infra-estruturas.

Já no âmbito das **estruturas passivas estativas de SE** (647-648) incluímos construções que rejeitam ser parafraseadas através de passivas perifrásticas com auxiliar SER<sup>115</sup>, exigindo antes o recurso a passivas de ESTAR, como as de (653-654)

(653) *Datadas do século XVIII, as sete capelas **estão distribuídas** pela cidade ao longo do percurso seguido pela procissão na época quaresmal.*

(654) *Em canastras, sobre redes e tapetes de alface, rodeados por pedaços de frutos tropicais, tomate e limões, **estão alinhados** os mariscos e os peixes.*

Na literatura dedicada ao estudo das estruturas passivas, construções como as anteriores – com o auxiliar ESTAR seguido do particípio passado – têm sido denominadas estruturas passivas de estado, passivas resultativas ou passivas adjetivais. Estas construções passivas de SE impõem restrições importantes no que respeita ao tipo de verbos que nelas pode ocorrer e ao tempo/modo dessas formas verbais, assumindo-se como estruturas bem mais restritivas do que as passivas eventivas de SE.

As estruturas que englobamos no grupo das **passivas atributivas de SE** caracterizam-se por denotarem propriedades ou características que se atribuem ao sujeito, como nos exemplos de (649-650). As estruturas a que aqui damos o nome de passivas atributivas correspondem às que vários autores apresentam como estruturas médio-passivas (cf. e.o., Mendikoetxea (1999a)), perspectivando-as como um tipo de estruturas passivas de SE, partilhando com estas várias características. No entanto, a designação *estruturas médias*, muitas vezes referida aquando do estudo das estruturas de SE, está longe de ser consensual, uma vez que tem sido usada ao longo dos tempos em acepções muito diferenciadas<sup>116</sup>: por isso, e para evitar situações de entropia e ambiguidade, optamos por usar a designação passivas atributivas.

<sup>115</sup> A paráfrase com passivas perifrásticas de SER não resulta em estruturas agramaticais, como se verifica em (i) e (ii). É notória, no entanto, uma alteração substancial na respectiva interpretação: deixam de descrever um estado e passam a dar conta de um processo.

(i) *Datadas do século XVIII, as sete capelas foram distribuídas pela cidade ao longo do percurso seguido pela procissão na época quaresmal.*

(ii) *Em canastras, sobre redes e tapetes de alface, rodeados por pedaços de frutos tropicais, tomate e limões, foram alinhados os mariscos e os peixes.*

<sup>116</sup> Há pelo menos duas linhas de análise que devem ser clarificadas antes de avançarmos para a descrição das estruturas atributivas de SE. Em alguns trabalhos, sobretudo de influência inglesa, usa-se a designação *construções médias* para dar conta das várias construções que exibem um SN sujeito que corresponde à realização do argumento temático interno, normalmente um Paciente (Kemmer, 1993; Hundt, 2007): nesta linha de análise, por exemplo, as estruturas que aqui entendemos como estruturas

As estruturas passivas atributivas revelam características bastante particulares no que respeita à distribuição dos vários constituintes na linearidade frásica, bem como no que concerne às propriedades evidenciadas pelas formas verbais nelas usadas. Em função dessas propriedades, estas estruturas espoletam uma leitura estativa, genérica, sem balizas temporais definidas, permitindo atribuir determinadas características ao SN sujeito e assim se afastando de forma substancial da leitura associada às estruturas passivas eventivas, que denotam situações dinâmicas e temporalmente marcadas<sup>117</sup>.

Independentemente das diferentes leituras a que estão associadas, estas três estruturas passivas de *SE* caracterizam-se por resultarem de importantes alterações ao nível da estrutura temático-argumental. Em todas elas, a presença de *SE* enquanto operador apassivador cancela a atribuição de caso acusativo, impossibilitando o argumento interno de se realizar na sua habitual posição de objecto directo, e impede a projecção do argumento externo na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito. Estando esta posição sintáctica livre, é nela que passa a materializar-se o argumento interno. *SE* funciona ainda, nestas três estruturas passivas, como clítico argumental, absorvendo o papel temático externo e assumindo-se como realização sintáctico-lexical compactada do mesmo. O carácter argumental deste *SE*

---

reflexas corporais são concebidas como um tipo de estruturas médias; são médias também, de acordo com este posicionamento, as estruturas que aqui analisamos como decausativas de *SE*. Por outro lado, vários trabalhos, sobretudo aplicados às línguas românicas, recorrem ao termo *estructuras médias* para dar conta de construções que se caracterizam sobretudo pela interpretação genérica que suscitam e pelo seu carácter estativo (Mendikoetxea, 1999a; Sanchez Lopez, 2002b; Duarte, 2003a). Uma vez que estas estruturas médias e as estruturas passivas de *SE* partilham bastantes características, alguns autores, como Mendikoetxea (1999a), sugerem que se incluam as estruturas médio-passivas no âmbito das passivas. Mendikoetxea (1999a: 1641) ancora a sua perspectiva de análise na constatação de que ambas as estruturas “[...] tienen sujetos inanimados de tercera persona que se corresponden con el objeto de la oración activa con la que se asocian y ambas implican la intervención de un agente (causa o experimentante)”. A grande particularidade das estruturas médio-passivas está, ainda segundo Mendikoetxea (1999a: 1641), no facto de estas construções serem “[...] proposiciones estativas, de aspecto genérico, que necesitan la presencia de algún modificador adverbial [...]”, revelando, assim “propiedades de carácter más restringido que las pasivas con se y por ello pueden considerarse como una subclase de ellas [...]”.

<sup>117</sup> Sanchez Lopez propõe uma descrição das estruturas médio-passivas (correspondentes às que aqui denominamos passivas atributivas) assente numa comparação entre as características destas estruturas e as das passivas de *SE*. A autora afirma que “ambas oraciones pueden considerarse pasivas: su sujeto gramatical se corresponde con el argumento que el verbo transitivo tomaría como complemento directo en la oración activa correspondiente. Difieren, sin embargo, en aspectos cruciales relativos a su interpretación. La principal diferencia es que la oración pasiva [...] denota un evento o proceso, que tiene lugar en un momento determinado que puede especificarse mediante expresiones temporales y es compatible con cualquier denotación temporal [...]. En cambio, la oración medio-pasiva [...] denota una propiedad del sujeto que tiene carácter atemporal y sólo es compatible con tiempos verbales que permitan una interpretación atemporal o genérica (el presente o el imperfecto). [...] La razón de estas restricciones temporales se halla en el hecho de que las oraciones medio-pasivas no refieren a eventos sino a estados; el predicado no denota una acción sino una propiedad del sujeto, independiente de la realización o no de lo hecho” (Sanchez Lopez, 2002b: 62-63). Sobre as estruturas médio-passivas, consulte-se, ainda, Chierchia (2004), Mendikoetxea (1999a: 1653-1667), Duarte (2003a: 536-538), Duarte (em publicação: 39-43).

depreende-se da impossibilidade de coocorrência deste clítico e de um sintagma *por* na mesma oração, como em (655-657).

(655) **Estenderam-se** as passadeiras vermelhas \*[pelos empregados].

(656) As vinhas que produzem o Colunas de Cister **distribuem-se** \*[pelos agricultores] por pequenas parcelas.

(657) Bonecos de pano ou peluche **sujam-se** facilmente \*[pelas crianças].

Apesar de as operações diatésicas subjacentes a estes três tipos de passivas de SE parecerem ser coincidentes, estas estruturas revelam importantes diferenças, distinguindo-se não apenas no que respeita ao tipo de interpretação que espoletam, a que anteriormente já aludimos, mas também no que concerne à distribuição dos vários constituintes na linearidade frásica e às características do respectivo SN sujeito, sendo, por exemplo, bastante mais condicionada a ocorrência de estruturas atributivas do que a de estruturas passivas eventivas.

Nas secções seguintes analisaremos com maior detalhe os vários tipos de passivas de SE, reflectindo particularmente sobre as propriedades evidenciadas pelos SN que nelas funcionam como sujeito (§ 2.3.4.) e analisando as formas verbais que nelas podem ter ocorrência (§ 2.3.3).

### 2.3.3. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica

As estruturas passivas de SE caracterizam-se pela imposição de algumas restrições no que respeita aos verbos com que admitem construir-se. Estas dizem respeito não apenas aos tipos sintáctico-semânticos de verbos, mas também às respectivas propriedades temporais e aspectuais.

Como as passivas perifrásticas, também as passivas de SE ocorrem exclusivamente com verbos transitivos<sup>118</sup>, sendo inviáveis construções passivas com verbos inacusativos ou inergativos. Estes, estando associados a um único participante, que se assume sintacticamente como um sujeito, não

<sup>118</sup> É importante sublinhar, no entanto, que nem todos os verbos transitivos podem ocorrer em estruturas passivas. Esta interdição da passivação verifica-se, por exemplo, com os verbos estativos de posse (ex.: *ter*, *apresentar*), os verbos de capacidade (ex. *conter*, *acolher*) e os chamados verbos pseudo-transitivos estativos (ex. *pesar*, *medir*). Sobre este assunto, consulte-se Correia (2003) e Duarte (em publicação).

reúnem as condições necessárias para que se active a reorganização argumental subjacente à transformação passiva.

As construções passivas – perifrásticas e de SE – podem construir-se com base em verbos transitivos que seleccionam argumentos externos com papéis temáticos bastante diferentes, embora dominem os papéis de Agente (658-659) e de Experienciador (660-661).

(658) **Julgaram-se** os factos, **condenaram-se** os dois rapazes, **divulgaram-se** os nomes. (CTP)

(659) Estes dados **foram divulgados** na passada sexta-feira pelo sector português do Gabinete Europeu de Prevenção do Tabagismo [...]. (CTP)

(660) Ao fim da tarde, [...] **temiam-se** reacendimentos, como aconteceu em Vila Pouca de Cernache. (CTP)

(661) Os outros cenários possíveis previam quebras entre os 8 e os 10 por cento, ou seja, de todos os modos inferiores aos 10 a 25 por cento que **eram temidos** por Lisboa [...]. (CTP)

Passivas de SE e passivas perifrásticas partilham também a possibilidade de se construírem com base em verbos ditransitivos, isto é, verbos que seleccionam objecto directo e objecto indirecto.

(662) [...] **ofereceram-se** prendas de boas vindas quer aos congressistas quer aos acompanhantes [...]. (CTP)

(663) Os óculos, dignos de Elton John, dado o design futurista, **foram oferecidos** a Carlos por um visitante de um Centro de Exposições em Birmingham. (CTP)

São também possíveis estruturas passivas perifrásticas e de SE com verbos que alternam usos intransitivos com usos transitivos (664-665).

(664) Entretanto, também ontem **foram corridos** os tradicionais 20 Quilómetros de Paris (França) [...]. (CTP)

(665) Os 200 metros **correram-se** com vento favorável de 4,00 m / s [...]. (CTP)

Estruturas passivas perifrásticas e estruturas passivas de SE não parecem afastar-se substancialmente no que respeita aos tipos de verbos com que aceitam construir-se: em todas estas construções se rejeita

a presença de verbos intransitivos; em todas se admite o uso de verbos transitivos directos, de verbos ditransitivos e de verbos que alternam usos transitivos com usos intransitivos<sup>119</sup>.

Passivas perifrásticas e passivas de SE, eventivas e atributivas, revelam também grande flexibilidade no que respeita às classes semânticas<sup>120</sup> dos verbos com que admitem construir-se. Vejam-se os exemplos incluídos no Quadro seguinte.

Verbos declarativos	(666) <i>Na reunião de ontem <b>foram ditos</b> os maiores disparates sobre esse assunto.</i> (667) <i>Na reunião de ontem <b>disseram-se</b> os maiores disparates sobre esse assunto.</i> (668) <i>As mentiras <b>dizem-se</b> facilmente.</i>
Verbos de inquirição	(669) <i>Todos os dias <b>são pedidas</b> audiências ao Presidente da Câmara.</i> (670) <i><b>Pediram-se</b> muitas mudanças, mas nada se fez.</i> (671) <i>Favores deste tipo não <b>se pedem</b> com facilidade.</i>
Verbos perceptivos	(672) <i>Os queixumes da Maria <b>foram ouvidos</b> por toda a família.</i> (673) <i>Os gritos da Maria <b>ouviram-se</b> em todo o bairro.</i> (674) <i>As verdades não <b>se ouvem</b> com facilidade.</i>
Verbos psicológicos	(675) <i>Os representantes do governo <b>foram ofendidos</b> pelos manifestantes.</i> (676) <i>Inadvertidamente, <b>ofenderam-se</b> aqueles distintos participantes.</i> (677) <i>As mulheres, dadas as suas características psicológicas e emocionais, <b>ofendem-se</b> com grande facilidade.</i>
Verbos volitivos	(678) <i>Naquele encontro, o dinheiro e a fama <b>eram desejados</b> por todos os presentes.</i> (679) <i>Durante anos a fio, <b>desejaram-se</b> as prometidas melhorias nos acessos ao centro cultural. Infelizmente, nunca foram realizadas.</i> (680) <i>As jóias deste criador <b>desejam-se</b> facilmente.</i>

<sup>119</sup> Apesar desta relativa proximidade no uso das estruturas em análise, a passiva perifrástica parece encontrar maiores restrições de uso, sobretudo quando em causa estão verbos que pertencem a expressões cristalizadas (ou em vias de cristalização), como *dar os parabéns*, *dar palmadinhas nas costas*, *pôr panos quentes*, *fazer férias*, *fazer figas*, *correr riscos*, entre muitas outras. Os exemplos que abaixo elencamos permitem perceber que as estruturas passivas perifrásticas se revelam mais reticentes à incorporação destas expressões.

*De seguida, deram-se os parabéns ao premiado.*

? *De seguida, os parabéns foram dados ao premiado.*

*Para acalmar a situação, deram-se palmadinhas nas costas aos envolvidos.*

?\* *Para acalmar a situação, foram dadas palmadinhas nas costas aos envolvidos.*

*Para evitar outros escândalos, puseram-se panos quentes sobre o assunto.*

?\* *Para evitar outros escândalos, foram postos panos quentes sobre o assunto.*

As estruturas resultantes colocam-nos muitas dúvidas relativamente à sua aceitação e ao seu uso pelos falantes. Sobre este assunto, veja-se Correia (2003).

<sup>120</sup> Apontam-se apenas algumas classes semânticas, baseadas sobretudo nas que são referidas por Duarte (2003d: 593-651).

Verbos epistémicos	<p>(681) <i>Os erros que conduziram ao desastre ambiental <b>foram admitidos</b> pelos responsáveis pela plataforma petrolífera.</i></p> <p>(682) <i>Finalmente, semanas depois do desastre ambiental, <b>admitiram-se</b> os erros humanos que estavam na sua origem.</i></p> <p>(683) <i>Erros como estes não <b>se admitem</b> em profissionais de elite.</i></p>
--------------------	--

Quadro XXXII: Predicadores em uso nas estruturas passivas de SE: tipos semânticos

As estruturas passivas estativas de SE afastam-se das anteriores, pois são bastante restritivas no que respeita à semântica dos predicadores que nelas podem ter ocorrência. De pendor descritivo, estas estruturas admitem apenas predicadores de “disposição espacial”, isto é, verbos que descrevam a distribuição no espaço de determinadas entidades. Alguns dos verbos que respondem a este critério são *espalhar*, *distribuir* ou *alinhar*, usados em estruturas como (684-686).

(684) *Num espaço amplo e mal iluminado, muitos milhares de livros [...] **espalhavam-se** em compridas mesas de madeira.* (CTP)

(685) *As chamas **distribuíam-se** pelas freguesias de Duas Igrejas, Marecos e Rans [...].* (CTP)

(686) *Numa vitrina, **alinham-se** com esmero taças, placas, galhardetes [...].* (CTP)

As diferenças entre as várias estruturas passivas sob escopo tornam-se mais evidentes, no entanto, quando se comparam as respectivas propriedades temporo-aspectuais. Efectivamente, neste domínio, a ocorrência de passivas eventivas de SE está sujeita a muito menos restrições do que a de passivas estativas ou a de passivas atributivas. As passivas eventivas de SE podem construir-se com formas verbais em tempos associados à perfectividade, como em (687), ou com tempos não perfectivos, como em (688-689).

(687) *Depois do 25 de Abril **publicaram-se** inúmeros jornais correspondentes a diferentes correntes de opinião [...].* (CTP)

(688) *Nos anos 80 **publicavam-se** dois mil títulos por ano, com uma tiragem de 50 milhões de exemplares.* (CTP)

(689) *E, posto isto, **publicam-se** hoje as soluções das provas n.º 3 e 4 [...].* (CTP)



Já as estruturas estativas e atributivas requerem necessariamente a presença de formas verbais de tempos imperfectivos, ocorrendo sobretudo no Presente do Indicativo (690-693) e, em determinados contextos, também no Pretérito Imperfeito (694-695).

(690) *Terá que se ter muito cuidado no manuseamento das bolachas, pois, como são muito finas, **quebram-se** com facilidade.* (<http://www.forumbimby.com/forum/>, acessido a 10/05/10)

(691) Os comprimidos de Olanzapina Genedec **partem-se** facilmente.  
([http://www.infarmed.pt/infomed/download\\_ficheiro.php?med\\_id=43816&tipo\\_doc=fi](http://www.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=43816&tipo_doc=fi), acessido a 10/05/2010)

(692) *Na sua margem, [...] **alinham-se** os edifícios erguidos sob a dominação dos Habsburgos [...].*  
(CTP)

(693) *Os apartamentos e vivendas **distribuem-se** ao longo de um corredor de vegetação com acesso directo e fácil à praia.* (CTP)

(694) *As fitas das cassetes VHS **estragavam-se** facilmente, e não podia perder aquele filme por nada.* ([ondas.weblog.com.pt/arquivo/261828.html](http://ondas.weblog.com.pt/arquivo/261828.html))

(695) *[...] as embalagens da farmácia **abriam-se** sem dificuldade, assim como as garrafas [...]*  
([musicafigosemedronho.blogspot.com/feeds/posts/default](http://musicafigosemedronho.blogspot.com/feeds/posts/default))

Na realidade, esta preferência pelos tempos imperfectivos adequa-se à finalidade descritiva destas construções. Há que ter em conta, no entanto, que, como acima se referiu, são também possíveis as construções passivas eventivas de SE com formas verbais de Presente ou de Imperfeito do Indicativo. A leitura eventiva das estruturas de SE cujos verbos ocorrem no Presente do Indicativo parece ser favorecida sobretudo pela ocorrência do sujeito em posição pós-verbal, pela presença de localizadores temporais ou pela junção de orações finais. É o que se verifica nas estruturas de (696-698) que, embora no Presente e com verbos de distribuição espacial, denotam situações eventivas e não estativas.

(696) *Esta manhã encerram-se as actividades desportivas e **distribuem-se** os prémios.*

(697) *No final do séc. XIX **espalham-se** as linhas de telégrafo, começam a ser construídos os primeiros edifícios em ferro e tijolo.* (CTP)

(698) *Afastam-se as carteiras para fugir à água e **espalham-se** baldes e alguidares para aparar as goteiras.* (CTP)

É ainda importante referir a relevância da presença dos chamados activadores de genericidade nas estruturas atributivas de SE. Nestas construções ocorrem necessariamente advérbios ou locuções adverbiais como, entre outros, *facilmente*, *difícilmente*, *com dificuldade*, *mal*, *bem*, indispensáveis não apenas para activar a leitura genérica típica destas estruturas, mas também para garantir a sua aceitabilidade. Como explica Duarte (em publicação: 42), “[...] em contextos neutros, i.e., isoladamente da situação ou do contexto discursivo, exemplos [sem estes activadores de genericidade] são agramaticais como instâncias de orações médias caracterizadoras” (recordamos que Duarte (em publicação) usa esta denominação para designar as estruturas que aqui consideramos passivas atributivas de SE). Tenham-se em consideração os exemplos fornecidos pela autora (Duarte, em publicação: 42).

(699) \**A letra dos médicos lê-se.*

(700) \**Este vinho bebia-se.*

(701) \**Esta camisa lava-se.*

Superficialmente similares, as estruturas a que demos atenção nestas últimas secções revelam traços característicos bastante diferentes, tanto no que respeita às características das respectivas formas verbais, quanto no que concerne às propriedades do SN sujeito. Diferenciam-se ainda, de forma nem sempre evidente para os falantes numa primeira leitura, nas interpretações que espoletam.

#### 2.3.4. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional

Como se afirmou anteriormente, o SN que se assume como sujeito sintáctico das estruturas passivas de SE corresponde à materialização do argumento interno exigido pelo predicador em causa, podendo ocorrer, seja nas passivas de SE seja nas passivas perifrásticas, tanto em posição pré-verbal (702-703) quanto em posição pós-verbal, como em (704-705).

(702) *Os trabalhos da Convenção **organizaram-se** em torno a três grandes painéis [...].* (CTP)

(703) *Os Jogos Olímpicos de Inverno **foram organizados** por um pequeno país europeu [...].* (CTP)

(704) *Ontem, **assinaram-se** contratos para três novas intervenções [...].* (CTP)

(705) *No ano passado, **venderam-se** seis milhões de leitores de CD-ROM [...].* (CTP)

Tendo em conta esta dupla possibilidade de localização do SN sujeito das estruturas passivas, Correia (2003) explica que a posição do SN sujeito das estruturas passivas é em muito condicionada pela própria organização discursiva da frase em questão, podendo o falante optar por integrar o SN sujeito como constituinte temático (quando em posição pré-verbal) ou não-temático (quando posposto ao verbo). A propósito das estruturas passivas de SE, Correia (2003: 152-153) explica que “a posição do sujeito das orações passivas com SE, que aparece normalmente posposto, revela o seu carácter habitualmente não-temático [...]”. Na realidade, a frequência com que o sujeito sintáctico das estruturas passivas ocorre em posição pós-verbal é também favorecida pelo facto de esse SN ser a materialização de um argumento interno e de, portanto, ter a sua realização sintáctica habitual, nas estruturas activas correspondentes, precisamente em posição pós-verbal (Correia, 2003: 154).

Apesar de, efectivamente, este tipo de análises se adequar a uma descrição geral das passivas, a verdade é que o comportamento do SN sujeito das estruturas passivas de SE, nomeadamente no que respeita à sua distribuição na linearidade frásica, varia consoante estejamos perante passivas eventivas, passivas estativas ou passivas atributivas.

Quando estamos perante passivas eventivas, é bastante frequente a ocorrência do sujeito em posição pós-verbal, como em (706-709).

(706) *Ao longo de muitos meses [...] **fizeram-se** tarjas, **escolheram-se** palavras de ordem, **planearam-se** manifestações e **redigiram-se** manifestos.* (CTP)

(707) ***Uniram-se** esforços, **definiram-se** linhas, **aprovaram-se** estatutos e nasceu a *Ordem e Progresso*.* (CTP)

(708) *Por ocasião destas iniciativas **publicaram-se** dois catálogos da autoria dos respectivos comissários [...].* (CTP)

(709) *Sem grandes preocupações defensivas, **procuraram-se** as melhores combinações entre as linhas média e atacante [...].* (CTP)

Quando em posição pós-verbal, o SN sujeito das passivas eventivas de SE pode ocorrer com ou sem determinação. Nos exemplos seguintes, ilustram-se casos de estruturas passivas eventivas de SE cujos

sujeitos pós-verbais incluem determinantes artigos (710-711), determinantes indefinidos (712) ou numerais (713). Em (714-717) encontram-se exemplos de estruturas cujos sujeitos pós-verbais carecem de determinação (situação que ocorre preferencialmente na presença de um sujeito pluralizado).

(710) *Primeiro **compraram-se** os terrenos, [...] **fizeram-se** as infra-estruturas [...].* (CTP)

(711) *Nas salas de máquinas e de bingo **eliminaram-se** os cartões de acesso.* (CTP)

(712) *Os reportórios não variam muito, **fizeram-se** muitos concertos seguidos [...].* (CTP)

(713) *No interior da cidade **fizeram-se** neste mandato três viadutos e três túneis.* (CTP)

(714) ***Marcaram-se** reuniões ao mais alto nível, **pediram-se** estudos aprofundados [...].* (CTP)

(715) *[...] depois **descobriram-se** irregularidades no processo.* (CTP)

(716) *[...] **ouviram-se** protestos mais ou menos abafados [...].* (CTP)

(717) *No dia 21 de Agosto, [...] **sentiram-se** tremores de terra de pequena intensidade.* (CTP)

A ocorrência de um SN sujeito [+ humano] não é muito recorrente nas estruturas passivas de SE, pois tal poderia fomentar eventuais confusões com estruturas recíprocas ou reflexas. Ainda assim, encontram-se, no *corpus* que serve de base a este trabalho, exemplos esporádicos como os de (718-720).

(718) *[...] no ano passado em dez casos **identificaram-se** indivíduos com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos [...].* (CTP)

(719) *Em Portugal **identificaram-se** três indivíduos, mas nenhum foi preso.* (CTP)

(720) *[...] **seleccionaram-se** os praticantes que poderão aspirar às finais ou meias-finais.* (CTP)

Nos poucos exemplos que conseguimos recolher com SN sujeito [+ humano], este ocorre em posição pós-verbal. Esta distribuição evita a confusão com as estruturas recíprocas e reflexas. Na realidade, como a posição pré-verbal é, por norma, a posição de realização do argumento externo Agente, havendo nessa posição um SN com o traço semântico [+ humano], este interpretar-se-ia, de imediato, como Agente (argumento externo) da predicação em causa e não como argumento interno/Tema, criando-se, assim, uma situação de ambiguidade.

Apesar da abundância de estruturas passivas eventivas de SE com sujeito posposto, registam-se também estruturas cujo SN sujeito ocorre em posição pré-verbal, como em (721-722).

(721) Os reacendimentos **registaram-se** em vários locais [...]. (CTP)

(722) As maiores perdas **verificaram-se** nas primeiras horas do dia. (CTP)

A preferência por este tipo de estruturas é muitas vezes motivada por questões relacionadas com a estrutura informativa da oração em causa. Efectivamente, quando em posição pré-verbal, o SN sujeito assume-se como tópico frásico e dá conta de informação já conhecida. Vejam-se alguns exemplos.

(723) [...] *existe uma contaminação imediata que depois se vai alastrando através da água, dos animais e das plantas ao longo de muitos anos, prejudicando, portanto, as populações. Os problemas na saúde das populações devido ao urânio empobrecido registaram-se, primeiro, em regiões do Iraque [...].* (CDP)

(724) *O desemprego tem sido um dos problemas sociais e económicos mais graves em todos os países industrializados, durante este último século. Na Europa e nos Estados Unidos, os períodos de desemprego mais generalizados verificaram-se entre 1929 e o início da segunda guerra mundial e a partir de meados dos anos 70.* (CDP)

Nestes dois exemplos, claramente se percebe que o SN que se assume como sujeito da estrutura passiva de SE corresponde a informação já conhecida. A opção pela anteposição do sujeito é, portanto, motivada por razões discursivas: os SNs *Os problemas na saúde das populações devido ao urânio empobrecido* e *Os períodos de desemprego mais generalizados* recuperam informação já antes introduzida e assumem-se como constituinte temático nas orações passivas de SE em que ocorrem.

Quando o SN sujeito das estruturas passivas surge em posição pré-verbal é, por norma, um sujeito determinado, como em (725-727).

(725) As emissões experimentais **registaram-se** em Dezembro de 1994 [...]. (CTP)

(726) Os maiores crescimentos nas vendas de produtos portugueses **verificaram-se** com Singapura (mais 254,8 por cento) e Rússia (mais 159,4 por cento). (CTP)

(727) Dois dos sismos [...] **sentiram-se** durante a noite nos arredores de Dusseldorf. (CTP)

Estruturas passivas eventivas de SE com sujeitos não determinados em posição pré-verbal são, na maior parte dos casos, sentidas como construções estranhas, como em (728-729).

(728) ?\*Palavras de ordem **escolheram-se** ainda antes de o autocarro partir para Lisboa.

(729) ?\*Contratos **denunciaram-se** para evitar problemas mais sérios.

No entanto, no *corpus* em análise encontram-se exemplos de estruturas com SN sujeito pré-verbal não determinado, como as frases de (730-732), o que parece ser um traço típico da escrita jornalística, podendo não ser tão recorrente em textos de outros tipos.

(730) Situações de tensão entre magistrados e políticos **registaram-se** em França [...]. (CTP)

(731) Insultos, ameaças e tentativas de impedir o tratamento dos cães doentes **verificaram-se** ontem nas instalações do canil da União Zoófila, em Sete Rios. (CTP)

(732) Manifestações, concentrações, plenários e greves **realizaram-se** ontem [...]. (CTP)

As construções de SE que acima incluímos no grupo das passivas estativas caracterizam-se também por poderem exibir o respectivo sujeito em posição pré- ou pós-verbal, como se constata em (733-735).

(733) Construções de dois pisos **alinham-se** de ambos os lados da estrada [...]. (CTP)

(734) Na grande sala quadrangular da galeria abobadada, as peças de Cabrita Reis **dispõem-se** de modo diagonal e descentrado. (CTP)

(735) Ao fundo, **alinham-se** garrafas de aguardente. (CTP)

Também à semelhança do que se verifica nos sujeitos das passivas eventivas de SE, nestes casos o SN que assume a função de sujeito sintáctico pode ser (736-737) ou não determinado (738-739).

(736) Depois, ao longo da alameda que conduz à porta de missão, **alinham-se** as bancas [...]. (CTP)

(737) As fotografias dos filhos **alinham-se** na parede [...]. (CTP)

(738) Almofadas persas **alinham-se** no soalho de madeira [...]. (CTP)

(739) Hoje, no Parque Industrial das Carrascas **alinham-se** pavilhões. (CTP)

O sujeito deste tipo de estruturas é, por norma, dotado do traço [- humano], assim se evitando eventuais situações de ambiguidade.

As estruturas passivas atributivas distinguem-se das eventivas e das estativas por exibirem um SN sujeito que ocorre obrigatoriamente em posição pré-verbal, como em (740-742).

(740) Os autos do Tribunal **lêem-se** como um romance de aventuras [...]. (CTP)

(741) *O disco **ouve-se** bem e ninguém sai massacrado.* (CTP)

(742) *As pratas **limpam-se** simplesmente com pasta dos dentes [...].* (<http://www.forum-numismatica.com>)

Tal como nas passivas eventivas e nas estativas, também nas estruturas atributivas o SN sujeito pode ser (743 e 745) ou não (744 e 746) determinado.

(743) *As camisas de seda **engomam-se** com facilidade.*

(744) *Camisas de seda **engomam-se** com facilidade.*

(745) *As batatas novas **cozinham-se** facilmente.*

(746) *Batatas novas **cozinham-se** com facilidade.*

O sujeito das estruturas atributivas revela-se um Tema não prototípico, uma vez que a construção não dá conta de qualquer acção particular que sobre ele tenha recaído ou vá recair. Os SNs em questão denotam entidades às quais se atribuem propriedades, o que se verifica pela possibilidade de paráfrase através de um adjectivo em *-vel*:

(747) *As camisas de seda são facilmente engomáveis.*

(748) *As batatas novas são facilmente cozinháveis.*

O sujeito das estruturas atributivas pode exibir o traço [+ humano], ocorrendo em estruturas como (749-750). Ainda assim, e tal como sucede nas construções passivas eventivas, são mais frequentes as estruturas atributivas com sujeitos dotados dos traços [- animado] e [- humano].

(749) *Os bebês adormecem-se com dificuldade.*

(750) *Os filhos não se escolhem.*

Em suma, os SNs sujeito das estruturas passivas de SE – eventivas, estativas e atributivas – assemelham-se por corresponderem à materialização do argumento interno do predicador em causa. Afastam-se, porém, no que concerne à sua distribuição na linearidade frásica: o SN sujeito das passivas eventivas e estativas de SE ocorre tendencialmente em posição pós-verbal. Pode surgir também, por razões discursivas e de organização informativa, anteposto ao verbo. Já nas estruturas passivas atributivas, a anteposição é forçosa. Tanto as passivas de SE eventivas, sobretudo quando exibem

sujeitos antepostos, quanto as passivas estativas e as passivas atributivas são reticentes relativamente à ocorrência de sujeitos dotados do traço [+ humano].

### 2.3.5. O argumento externo nas estruturas passivas de SE

Na linha de trabalho que assumimos anteriormente (§ 2.3.1.), as estruturas passivas de SE caracterizam-se por assentarem numa importante reorganização da correspondência entre argumentos temáticos e respectiva materialização sintáctica, razão pela qual estas estruturas se afiguram, relativamente às estruturas activas correspondentes, como construções de diátese alternativa. Estas alterações na diátese subjacente às estruturas em análise decorrem de uma diferente conceptualização das situações descritas, agora concebidas como centradas ou no participante que se assume como Tema (751-752) ou no Processo em si mesmo (753-754).

(751) *Os primeiros números desta colecção **venderam-se** mais nas cidades do que nas terras do interior [...].* (CTP)

(752) *Os alicerces culturais na área do Design **construíram-se** a tempo.* (CTP)

(753) ***Definiram-se** os procedimentos a adoptar em caso de não realização de provas globais e **regularam-se** as situações dos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo sem paralelismo pedagógico [...].* (CTP)

(754) ***Julgaram-se** os factos, **condenaram-se** os dois rapazes, **divulgaram-se** os nomes.* (CTP)

A codificação linguística desta diferente conceptualização dos cenários verbalizados assenta na presença de um operador apassivador, neste caso o clítico SE, que impede o argumento temático externo de se projectar na sua posição sintáctica habitual e que, concomitantemente, impede o predicador em uso de atribuir caso acusativo ao seu argumento interno. Este clítico, porém, e como já adiantámos anteriormente, revela duplo papel, figurando também como realização sintáctica do argumento temático externo.

Esta perspectiva de análise que atribui estatuto argumental ao clítico SE das estruturas passivas está longe de ser consensual, havendo linhas de trabalho que, assumindo as estruturas em estudo como



construções de diátese recessiva, defendem a perda de manifestação sintáctica do argumento temático externo e concebem SE apenas como operador apassivador ou como um clítico redutor de caso (cf. e.o., Reinhart e Siloni, 2005).

É possível sustentar a ideia de que o clítico SE das estruturas passivas tem estatuto argumental se compararmos o comportamento destas estruturas com o das passivas perifrásticas correspondentes. Nestas últimas estruturas, o argumento temático externo ocorre na linearidade frásica através da presença (possível mas não obrigatória) de um sintagma preposicional, o chamado *sintagma por*, como se verifica nas frases seguintes.

(755) *Unanimemente, o anexo à convenção sobre a diversidade ecológica e dos ecossistemas **foi aprovado pelos ministros.*** (CTP)

(756) *O regresso ao trabalho **foi decidido pelo actual director em exercício** [...].* (CTP)

Apesar de, durante muito tempo, se ter defendido que este *sintagma por* não tem estatuto de argumento, mas de adjunto, nos últimos anos têm surgido perspectivas de análise que flexibilizam tal abordagem. Segundo alguns autores, como Grimshaw (1990), o *sintagma por* que surge opcionalmente nas passivas não tem estatuto de argumento pleno, exibindo propriedades típicas dos argumentos e dos adjuntos, razão pela qual a autora lhe atribui o estatuto intermédio de argumento-adjunto. No entanto, e particularmente no que aos dados do PE diz respeito, estudos recentes (Santos, 1999; Duarte, 2003) vieram comprovar, através do recurso a testes sintáctico-semânticos<sup>121</sup>, que o comportamento do *sintagma por* segue o padrão revelado pelos argumentos e não aquele que é típico dos adjuntos.

No caso das estruturas passivas de SE, é impossível, no actual corte sincrónico do Português, a co-presença deste operador e de um *sintagma por*<sup>122</sup>. Esta situação verifica-se nos três tipos de passivas de SE que anteriormente delimitámos, resultando em estruturas agramaticais como as de (757-761).

(757) \***Venderam-se** as batatas pelos produtores a bom preço.

(758) \***Ratificaram-se** as decisões da assembleia-geral pelos corpos gerentes.

<sup>121</sup> Alguns dos testes usados são referidos em 2.2.1.

<sup>122</sup> É importante sublinhar, no entanto, que houve um período do percurso evolutivo do PE em que terão sido aceites as estruturas passivas de SE com *sintagma por*. Alguns exemplos deste tipo de construções são analisados nos trabalhos de Naro (1976), Nunes (1991) e Martins (2003, 2005).

(759) \***Adquiriram-se** viagens por clientes novos.

(760) \*Ao longo da alameda **alinham-se** esculturas pelos artistas famosos.

(761) \*As batatas novas **cozinham-se** facilmente pelos chefes reputados.

É a partir desta impossibilidade de coocorrência de SE e de um *sintagma por* que se sustenta a ideia de que nas passivas de SE este operador se assume como manifestação sintáctica do argumento temático externo. Nestas estruturas passivas de SE, a presença do *sintagma por* é inviável pois, assumindo-se o clítico SE como argumental, estaríamos perante um caso de dupla realização sintáctica de um mesmo argumento temático.

Nas estruturas passivas perifrásticas, a presença da morfologia passiva inibe a atribuição de caso acusativo e impede a materialização do argumento externo na sua posição habitual. Este, no entanto, independentemente do papel temático a que está associado, pode ocorrer na linearidade frásica sob a forma de um *sintagma por*, como em (762-764).

(762) Os trabalhos **foram avaliados** pelos professores.

(763) Futuras consequências desta crise **são temidas** pelos investidores.

(764) Essas notícias **foram recebidas** com agrado pelo Ministro das Finanças.

Nas passivas de SE, o clítico não apenas impede a atribuição de caso acusativo e a realização do argumento externo na sua posição sintáctica habitual, como também assume o papel temático que lhe está associado – um Agente, um Experienciador ou um Beneficiário –, impedindo, assim, que este se manifeste sintacticamente através de outro constituinte.

(765) \***Avaliaram-se** os trabalhos pelos professores.

(766) \*Futuras consequências desta crise **temem-se** pelos investidores.

(767) \*Essas notícias **receberam-se** com agrado pelo Ministro das Finanças.

Embora as estruturas passivas atributivas resultem de alterações argumentais que se assemelham às que dão origem às passivas eventivas de SE<sup>123</sup>, evidenciam um comportamento diferente no que respeita

---

<sup>123</sup> Existem vários trabalhos que contrariam esta posição e que defendem para as estruturas que aqui denominamos estruturas atributivas de SE uma análise baseada na activação de uma operação de recessão argumental. Na realidade, e conforme recorda Sanchez Lopez (2002b), as diferenças que se percebem entre estruturas passivas de SE e estruturas médio-passivas têm levado vários autores a questionar a existência de uma base comum a estes dois tipos de estruturas, existindo a este

à verificação da presença implícita do Agente. Esta diferença é visível no comportamento destas duas estruturas aquando da junção de orações finais, como em (768-769), ou de advérbios que denotem a intervenção de um Agente na situação descrita, como, por exemplo, *intencionalmente* ou *propositadamente*, como em (770-771).

(768) *Os livros de Saramago **compraram-se** para dar aos alunos estrangeiros.*

(769) *\*Os livros de Saramago **lêem-se** facilmente para agradar aos mais novos.*

(770) *Os livros de Saramago **escolheram-se** propositadamente.*

(771) *\*Os livros de Saramago **lêem-se** com dificuldades propositadamente.*

Ao passo que estes dois constituintes são perfeitamente aceitáveis em estruturas passivas eventivas de SE, tornando evidente a participação do Agente na situação descrita, nas estruturas atributivas, a inserção dos mesmos elementos resulta em estruturas agramaticais, revelando uma presença menos evidente do argumento externo<sup>124</sup>.

As estruturas atributivas de SE denotam estados permanentes (propriedades de indivíduo), assumindo-se como enunciados atemporais que descrevem propriedades típicas da entidade codificada pelo respectivo

---

respeito duas propostas de análise antagónicas, assim caracterizadas pela autora espanhola: “una es la de quienes suponen que las oraciones medio-pasivas son un tipo de pasivas, derivadas como ellas de las correspondientes activas e cuyas características especiales pueden explicarse por razones independientes. La otra es la de quienes suponen que se trata de estructuras independientes, no relacionadas; quienes defienden esta postura suponen que las construcciones medio-pasivas no derivan de las activas correspondientes sino que obedecen a la existencia de verbos con significado medio” (Sanchez Lopez, 2002b: 70). No que respeita à análise dos dados do PE, é de referir que a posição proposta por Duarte (2003a) também se afigura contrária a uma análise conjunta das estruturas passivas e das estruturas a que aqui chamamos atributivas de SE. Efectivamente, a autora defende que as estruturas médias (correspondentes às que aqui denominamos passivas atributivas) resultam da perda de manifestação sintáctica do argumento externo, assim se afastando das passivas. Duarte afirma que “uma forma de captar a relação entre a forma verbal que ocorre nas frases activas e nas construções médias é considerar que esta última resulta de uma operação lexical sobre papéis temáticos que, contrariamente à que vimos estar envolvida na formação da variante inacusativa dos verbos de alternância causativa, não reduz o papel temático externo, mas antes o satura no léxico. Esta operação, denominada Saturação, fecha existencialmente o papel temático externo, ou seja, faz dele uma variável ligada por um operador existencial, pelo que a posição de especificador de SV não pode ser preenchida por um SN argumental” (Duarte, 2003a: 537-538). Neste trabalho, no entanto, seguimos a perspectiva de Mendikoetxea (1999a), que defende a presença do Agente nas estruturas que denomina médio-passivas, sustentando que uma oração como “*en las épocas de sequía, los bosques se quemam facilmente*” descreve um estado “para el que es necesaria la intervención de una causa o agente (no se concibe como algo espontáneo, i.e., el agente o causa no se suprime), pero esta intervención es mínima en el sentido de que lo que favorece el estado descrito es una propiedad inherente de los bosques” (Mendikoetxea, 1999a: 1643).

<sup>124</sup> No entanto, há contextos em que a presença deste tipo de elementos direccionados para o Agente não torna agramaticais as estruturas em questão, limitando-se a provocar alterações na interpretação das mesmas através da activação de uma leitura típica das passivas eventivas.

*As camisas de algodão lavam-se facilmente com sabão azul. (=‘as camisas de algodão são facilmente laváveis com sabão azul’)*

*Na lavandaria da D.<sup>a</sup> Rosa, as camisas de algodão lavam-se com sabão azul para tirar as nódoas de café. (=‘na lavandaria da D.<sup>a</sup> Rosa, as camisas de algodão são lavadas com sabão azul para tirar as nódoas de café’)*

sujeito. Ainda assim, denotam estados que, conceptualmente, envolvem a participação de um Agente, visto que as propriedades descritas só são verificáveis por Agentes humanos. Como afirma Mendikoetxea (1999a: 1643), os estados verbalizados por estas estruturas não se concebem como espontâneos, mas como estando indirectamente dependentes de um Agente – genérico e não específico<sup>125</sup> – que os actualize. Este, no entanto, explica ainda a autora, tem uma intervenção mínima<sup>126</sup>.

É importante sublinhar que apesar de assumirmos *SE* como manifestação sintáctica do argumento externo, percebemos-lo como um argumento compactado e sintáctico-lexicalmente lacunar, na medida em que tem em falta muitas das propriedades que estão associadas a uma plena manifestação sintáctica do argumento externo. Neste caso, *SE* assume-se como um argumento sem traços de género/número definidos, que, embora tendo capacidade referencial, espoleta uma leitura inespecífica, não permitindo, portanto, a identificação do(s) seu(s) referente(s). Aproxima-se, assim, do *SE* usado nas estruturas de sujeito indeterminado, pois ambos os clíticos partilham os traços [+ indeterminado] e [+ humano]. É de sublinhar, contudo, que no caso das estruturas passivas atributivas, *SE* exhibe também, para além destes dois traços, o traço [+ genérico].

---

<sup>125</sup> Tendo em conta estas especificidades das estruturas que aqui analisamos como passivas atributivas de *SE*, Duarte (em publicação: 41) analisa-as separadamente, atribuindo-lhes a designação de orações médias caracterizadoras. A posição defendida por Duarte afasta-se daquela que é proposta por Mendikoetxea, na medida em que afirma que “[...] não existe neste tipo de orações qualquer argumento externo implícito que possa legitimar a ocorrência de expressões que pressupõem um agente”, razão pela qual não será viável assumir *SE* como manifestação desse argumento externo implícito. De qualquer modo, a definição que a autora propõe para estas estruturas não se afasta substancialmente da que acima sugerimos para as estruturas passivas atributivas: segundo Duarte, as orações médias caracterizadoras “descrevem propriedades caracterizadoras das entidades denotadas pelo constituinte com a função sintáctica de sujeito”.

<sup>126</sup> Apesar de mínima, a intervenção deste Agente implícito poderá verificar-se através de paráfrases com recurso ao SN genérico “as pessoas”, como em (ii) e (iv).

- (i) *As batatas novas cozinham-se com facilidade.*
- (ii) *As batatas novas são facilmente cozinháveis (pelas pessoas).*
- (iii) *Esses manuais escolares destroem-se com facilidade.*
- (iv) *Esses manuais escolares são facilmente destruíveis (pelas pessoas).*

Na realidade, frases como as de (ii) e (iv) não parecem resultar em estruturas agramaticais, nem alteram substancialmente a interpretação associada a estas construções, tornando possível conceber a presença implícita de um Agente que verifica ou actualiza as propriedades típicas da entidade codificada pelo SN sujeito.

### 2.3.6. Considerações finais

As estruturas que analisámos nesta secção assumem-se, à semelhança das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado, como uma estratégia de impessoalização dos enunciados. Ou seja, trata-se de estruturas a que os falantes recorrem quando não querem, ou não conseguem, identificar a entidade humana subjacente à situação descrita, a qual, na codificação transitiva-activa, surgiria, habitualmente, na posição de sujeito sintáctico.

Neste trabalho assumimos que, quando em estruturas passivas, o clítico *SE* tem dupla função: funciona como operador diatésico, mais propriamente como operador apassivador, introduzindo importantes alterações na organização e concretização da estrutura temático-argumental do predicador a que se agrega, e ocorre também como *SE* argumental, recebendo o papel temático associado ao argumento externo e figurando como manifestação sintáctica, embora compactada, desse argumento. O clítico *SE*, quando incluído em estruturas passivas, tem, como quando usado nas estruturas de sujeito indeterminado, referência indefinida ou inespecífica, afastando-se, assim, dos usos de *SE* anafórico, cuja referência, dependente da de outro constituinte, é necessariamente definida.

Contrariamente aos três usos de *SE* anteriormente analisados (*SE* reflexo, *SE* recíproco e *SE* indeterminador), *SE* apassivador assume-se como um clítico com capacidade para alterar a correspondência entre os argumentos temáticos seleccionados pelos predicadores em causa e a respectiva materialização na linearidade frásica. A presença deste clítico, funcionando como um operador apassivador semelhante aos morfemas de participio passado da passiva perifrástica, leva a que o verbo transitivo em uso perca a sua capacidade de atribuir caso acusativo e impede que o argumento externo se projecte na sua posição habitual na estrutura sintáctica, isto é, a posição de sujeito. Em resultado da não atribuição de caso acusativo, o argumento interno vê-se impossibilitado de ocorrer na sua posição habitual, a posição de objecto directo, passando a materializar-se na posição de sujeito, que tem caso nominativo disponível através das marcas flexionais. Entretanto, o papel temático associado ao argumento externo, impedido de se realizar na sintaxe na sua posição típica, a posição de sujeito, é assumido pelo próprio clítico *SE*, que, assim, se revela dotado de estatuto argumental e inviabiliza o

aparecimento do sintagma *por* (que, nas passivas perifrásticas correspondentes, ocorre como materialização sintáctica do argumento externo). *SE* funciona, portanto, como realização compactada e sintáctico-lexicalmente atenuada do argumento externo, afastando-se, por ocorrer numa posição sintáctica de menor proeminência e por não ter autonomia prosódica nem distribucional, da manifestação plena de tal argumento.

A delimitação de três tipos de estruturas passivas de *SE* – eventivas, estativas e atributivas – assenta sobretudo na diferente capacidade denotacional que as mesmas evidenciam: as estruturas passivas eventivas dão conta de situações dinâmicas, ao passo que as estruturas passivas estativas e passivas atributivas se caracterizam precisamente por denotar situações não dinâmicas. Tendo em conta esta diferenciação, as passivas eventivas aceitam paráfrases através das estruturas perifrásticas com auxiliar *SER*, ao passo que as passivas estativas preferem a paráfrase através das passivas perifrásticas com auxiliar *ESTAR*. Já as estruturas passivas atributivas, usadas para atribuir propriedades à entidade denotada pelo respectivo SN sujeito, são habitualmente parafraseáveis com recurso a adjectivos deverbais em *-vel*. Estes três tipos de passivas de *SE* revelam, para além das diferenças de interpretação, algumas particularidades interessantes, sobretudo no que respeita às propriedades do respectivo SN sujeito e às características das formas verbais que integram. No Quadro seguinte sintetizamos algumas das principais características destes três subtipos de estruturas de *SE*.

	Passivas Eventivas	Passivas estativas	Passivas atributivas
Carácter [+/- dinâmico]	[+ dinâmico]	[+ estativo]	[+ estativo]
Papel temático do SU	Tema	Tema	Tema
Posição do SU	Pré- ou pós-verbal	Pré- ou pós-verbal	Pré-verbal
Características do argumento externo	[- determinado]; [- genérico]	[- determinado]; [- genérico]	[- determinado]; [+ genérico]
Tempos verbais	Perfectivos e imperfectivos	Imperfectivos	Imperfectivos
Paráfrase	SER + participio	ESTAR + participio	SER + adjectivo deverbal em <i>-vel</i>
Capacidade denotacional	Denotam um evento espacio-temporalmente ancorado	Denotam um estado resultativo	Denotam uma propriedade inerente ao SU

Quadro XXXIII: Características dos três subtipos de estruturas passivas de *SE*: eventivas, estativas e atributivas

Também em jeito de síntese, apresentam-se no Quadro XXXIV algumas das características das estruturas de *SE* apassivador.

(In)transitividade da estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transitividade atenuada (motivação pragmático-discursiva)</li> </ul>
Estatuto de <i>SE</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ argumento] – assume o papel temático externo e funciona como manifestação compactada e lexicalmente atenuada do mesmo</li> <li>▪ [+ operador diatésico] – espoleta uma série de reajustes argumentais</li> </ul>
Traços típicos do SU	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+/- animado]</li> <li>▪ [- humano]</li> <li>▪ [Tema]</li> <li>▪ Posição pré- ou pós-verbal (passivas eventivas e estativas)</li> <li>▪ Posição pré-verbal obrigatória (passivas atributivas)</li> </ul>
Traços típicos dos predicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [+ transitivos]</li> <li>▪ [+ imperfectivos], nas passivas estativas e passivas atributivas</li> <li>▪ [+ imperfectivos], [+ perfectivos], nas passivas eventivas</li> </ul>

Quadro XXXIV: Traços típicos das estruturas de *SE* apassivador

#### 2.4. Estruturas de SE impessoal: matizes de interpretação

A interpretação inespecífica ou arbitrária própria do clítico SE quando usado nas estruturas passivas e de sujeito indeterminado pode estar associada a diferentes leituras, como, por exemplo, uma leitura existencial (episódica) (772-773), ou uma leitura universal (genérica) (774-775).

(772) *Nesta escola, os exames nacionais **resolveram-se** sem grande esforço.*

(773) *No meu prédio, **procedeu-se** ontem a uma nova desinfestação.*

(774) *Na Idade Média, **usavam-se** instrumentos musicais muito originais.*

(775) *Na Idade Média, **vivia-se** com grandes dificuldades.*

Esta dupla leitura associada às estruturas de SE impessoal tem sido regularmente abordada em trabalhos aplicados a várias línguas, sendo comum afirmar-se que “[...] la interpretación inespecífica no es unitária, sino que esconde al menos dos posibilidades [...] una interpretación ‘genérica’ y una interpretación ‘existencial’. En el primer caso, el sujeto tácito tiene una lectura cuasi-universal, según la cual la oración tiene el valor de un asero genérico incompatible con la existencia de un único individuo que satisfaga la descripción; se interpreta entonces que el predicado afecta a un grupo sin especificar, similar a ‘todo el mundo’ o ‘cualquiera’. En la lectura existencial, por el contrario, el sujeto tácito se interpreta de forma similar a ‘alguién’ y la oración es compatible con la existencia de un único individuo que satisfaga la descripción” (Sanchez Lopez, 2002b: 27). É importante sublinhar, no entanto, que estas duas leituras associadas às estruturas de SE impessoal não são possibilidades em aberto, estando a sua activação dependente de diferentes factores.

Cinque (1988, 1995) procura explicar a diversidade de leituras associadas às estruturas de SE impessoal relacionando-as com a presença ou ausência de marcadores temporais nas frases em questão. Como explica D’Alessandro (2007: 139), Cinque “[...] shows that a generic sentence turns into an inclusive/existencial one when specific time reference is introduced in the clause”. Ou seja, para este autor, a não existência de referências temporais específicas favorece o surgimento de uma interpretação genérica, ao passo que a interpretação existencial é espoletada pela presença de marcadores ou



delimitadores temporais. Segundo Cinque, estas duas leituras associadas a SE podem ser perspectivadas como “[...] two contextual variants of a single *arb* entity” (Cinque, 1995: 155).

Para D’Alessandro (2007: 135), o surgimento de leituras universais/genéricas ou existenciais/episódicas está relacionado com a delimitação temporal (*boundedness*) do evento descrito. Se o evento não tiver limite temporal, SE recebe uma interpretação genérica ou universal. Já se existir uma referência temporal específica, SE associa-se a uma interpretação existencial e, em alguns casos, a uma interpretação inclusiva, isto é, que pressuponha a participação do enunciador no evento codificado pela estrutura em causa, como em (776-777). Como explica D’Alessandro, o surgimento de uma leitura existencial inclusiva é favorecido por dois factores – a presença de referências temporais específicas e o aspecto perfectivo associado à construção.

(776) *No mês passado **fizeram-se** muitas reuniões na minha escola.*

(777) *Na minha escola, no último ano, **procedeu-se** à actualização dos conteúdos programáticos.*

Tendo em conta análises como estas que acabámos de referir (Cinque, 1988, 1995; D’Alessandro, 2007), é possível identificar em PE estruturas de SE impessoal (i) de leitura genérica ou universal; (ii) de leitura existencial exclusiva e (iii) de leitura existencial inclusiva. Em estruturas como (778-779), associa-se à entidade humana subjacente às situações descritas uma referência genérica ou universal, parafraseável por “as pessoas”.

(778) *Antigamente as coisas **faziam-se** para durar milhares de anos. (CTP)*

*(‘Antigamente, as coisas eram feitas [pelas pessoas] para durar milhares de anos.’)*

(779) *Quando Portugal iniciou as suas explorações marítimas [...] **acreditava-se** que a Terra era chata [...]. (CTP)*

*(‘Quando Portugal iniciou as suas explorações marítimas [...] as pessoas acreditavam que a Terra era chata.’)*

A leitura universal é favorecida sobretudo pela presença de formas verbais de aspecto imperfectivo e pela ocorrência de marcadores temporais pouco restritivos. No entanto, em determinados contextos, a leitura

genérica pode ser activada mesmo na presença de formas verbais perfectivas, como se verifica em (780-781).

(780) *Na Idade Média, **viveu-se** nas trevas.*

(‘*Na Idade Média, as pessoas viveram nas trevas.*’)

(781) *Ao longo do século XIX, **caminhou-se** para a era da industrialização.*

(‘*Ao longo do século XIX, as pessoas caminharam para a era da industrialização.*’)

Nestes casos, porém, é necessária a presença de um marcador espaço-temporal bastante lato (*Idade Média, Século XIX*).

Já as estruturas de SE que suscitam uma leitura existencial incluem, por norma, formas verbais marcadas pela perfectividade e delimitadores temporo-aspectuais que permitem balizar com bastante clareza o contexto de referência codificado pela estrutura.

(782) ***Jogou-se** muito mal no dérbi lisboeta.*

(783) [...] *no jardim zoológico do Norte de San Diego **procedeu-se** à evacuação das principais espécies em vias de extinção ali existentes.* (CTP)

Neste tipo de estruturas, à entidade humana que sabemos estar subjacente à situação descrita já não se associa uma referência genérica ou universal, pelo que deixam de ser adequadas paráfrases como:

(784) *As pessoas **jogaram** muito mal no dérbi lisboeta.*

(785) [...] *no jardim zoológico do Norte de San Diego as pessoas **procederam** à evacuação das principais espécies em vias de extinção ali existentes.*

Neste caso, a paráfrase só será legitimada se for baseada em expressões que designem grupos delimitados de pessoas.

(786) *Os jogadores jogaram muito mal no dérbi lisboeta.*

(787) [...] *no jardim zoológico do Norte de San Diego os funcionários procederam à evacuação das principais espécies em vias de extinção ali existentes.*

São também muito frequentes estruturas de SE impessoal de leitura existencial inclusiva, isto é, estruturas que permitem incluir o locutor no conjunto de entidades humanas subjacentes à situação descrita, como em (788-789).

(788) *Fizemos um estudo sobre o problema das margens das empresas desde 1991 e **concluiu-se** que [...].* (CTP)

(789) *Estivemos uma noite inteira [...] a ler o texto e a comentá-lo [...] e **concluiu-se** que era necessário constituir uma rede de actores internacionais [...].* (CTP)

Neste tipo de estruturas, a paráfrase mais adequada é aquela que assenta no uso do pronome de sujeito de primeira pessoa do plural, como em (790-791).

(790) *Fizemos um estudo sobre o problema das margens das empresas desde 1991 e nós **concluimos** que [...].*

(791) *Estivemos uma noite inteira [...] a ler o texto e a comentá-lo [...] e nós **concluimos** que era necessário constituir uma rede de actores internacionais [...].*

Neste caso, é a presença de marcadores deícticos que apontam para a primeira pessoa do plural que favorece a activação desta leitura existencial inclusiva.

No Quadro seguinte reunimos as características específicas de cada um destes três subtipos de estruturas de SE impessoal.

Leituras associadas a SE impessoal	Características
Leitura genérica ou universal (792) <i>Actualmente, <b>depende-se</b> em demasia das novas tecnologias.</i> (793) <i>Na Idade Média, <b>vivia-se</b> com grandes privações.</i>	Ausência de marcadores ou delimitadores espaço-temporais restritivos. Presença de formas verbais imperfectivas.
Leitura existencial exclusiva (794) <i><b>Procedeu-se</b> à leitura da acta.</i> (795) <i><b>Apedrejaram-se</b> os condenados à saída do tribunal.</i>	Presença de formas verbais perfectivas e de delimitadores temporais/espaciais restritivos.

<p>Leitura existencial inclusiva</p> <p>(796) <i>Ontem, em nossa casa, <b>comeram-se</b> rabanadas.</i></p> <p>(797) <i>Ontem, em nossa casa, <b>jogou-se</b> às cartas.</i></p> <p>(798) <i>Em minha casa, na noite de Natal, <b>comem-se</b> coscurões.</i></p>	<p>Uso de marcadores deícticos que apontam para a pessoa da enunciação.</p> <p>Uso de marcadores/delimitadores temporais/espaciais bastante restritivos.</p>
---	--

Quadro XXXV: Estruturas de SE impessoal de leitura universal, existencial exclusiva e existencial inclusiva – traços característicos

A leitura de SE impessoal pode, portanto, distribuir-se num *continuum* de genericidade, desde um patamar superior, em que SE é parafraseável por “as pessoas”, até um patamar de grande restrição referencial, em que SE é comutável pelo pronome de primeira pessoa do plural. Para que seja activada esta última interpretação é necessária a presença de factores contextuais que restrinjam a leitura associada ao clítico, nomeadamente marcadores deícticos de primeira pessoa do plural, como pronomes pessoais, pronomes ou determinantes possessivos, formas verbais de primeira pessoa do plural. Os exemplos (799-800) confirmam a presença destes elementos aquando da activação da leitura existencial inclusiva de SE.

(799) [...] *este livro comprei-o eu, aquele objecto trouxemo-lo de uma das viagens que fizemos,  
aqueleoutro **comprou-se** quando eu estava na direcção [...]*

([http://www1.ci.uc.pt/gefac/quem\\_somos/40anos.htm](http://www1.ci.uc.pt/gefac/quem_somos/40anos.htm))

(800) *Quando fomos a Paris, comprámos postais, tirámos fotos e imediatamente **se procedeu** ao seu envio rápido para Portugal.*

Como verificámos pelos exemplos que fomos arrolando ao longo dos últimos parágrafos, esta diversidade de leituras de SE ocorre tanto em estruturas de SE apassivador quanto em estruturas de SE indeterminador, assim se confirmando a proximidade semântica e pragmática destes dois usos do clítico.

## 2.5. SE impessoal: conclusões

Nas secções anteriores procedemos à análise de dois tipos de estruturas de SE – estruturas de SE de sujeito indeterminado e estruturas passivas de SE – que resultam do mesmo objectivo de uso: a impessoalização semântica do enunciado, isto é, a indeterminação da referência da entidade humana

subjacente à acção descrita. Por isso, e tendo em conta trabalhos de relevo aplicados a línguas como o Espanhol ou o Italiano (e.o., Cinque, 1988, 1995; Rodriguez Espiñeira, 2004; D'Alessandro, 2007) abordámos estes dois grupos de estruturas de *SE* sob a designação ampla de estruturas de *SE* impessoal.

Apesar de partilharem um intuito pragmático-discursivo muito próximo, estas estruturas resultam de operações argumentais bastante diferentes. As estruturas de *SE* de sujeito indeterminado não assentam em substanciais processos de reorganização argumental, uma vez que os vários argumentos semântico-temáticos se realizam na linearidade frásica através das mesmas funções sintácticas que são típicas das estruturas de sujeito pleno. Por seu turno, as construções passivas de *SE* decorrem de uma operação de permutação argumental característica das estruturas passivas: o argumento temático interno passa a ocorrer na linearidade frásica como sujeito e o argumento temático externo perde proeminência sintáctico-discursiva, manifestando-se, neste caso, através do clítico *SE*.

Esta análise das operações argumentais subjacentes às estruturas de *SE* impessoal ancora-se na percepção deste elemento como um clítico de referência indeterminada mas com estatuto argumental. Ou seja, trata-se de um clítico que se aproxima do clítico anafórico por, tal como este, corresponder à materialização sintáctica de um dos argumentos semânticos seleccionados pelo predicador em questão. No entanto, e contrariamente ao clítico anafórico, *SE* impessoal tem referência inespecífica. Nas estruturas passivas de *SE*, o clítico, para além de se assumir como realização significativamente atenuada do argumento externo, funciona também como operador diatésico, mais propriamente como operador apassivador, com uma acção semelhante à da morfologia de participio passado nas passivas perifrásticas, impedindo a atribuição do papel temático externo à posição de sujeito e inibindo o predicador de atribuir caso acusativo. Já o clítico que ocorre nas estruturas de sujeito indeterminado não revela esta capacidade de espoletar a reorganização dos argumentos verbais, sendo que a sua presença na estrutura se limita a provocar uma indeterminação da referência da entidade humana subjacente à acção descrita. Tendo em conta este padrão comportamental de ambos os clíticos, adoptámos as denominações propostas por Nunes (1991): ao *SE* das estruturas passivas atribuímos a designação de *SE* apassivador e ao *SE* das estruturas de sujeito indeterminado a designação de *SE* indeterminador.

Estruturas de *SE* apassivador e estruturas de *SE* indeterminador distinguem-se entre si pelo facto de as primeiras serem bastante mais restritivas no que concerne ao tipo de verbos que admitem: sendo estruturas passivas, as estruturas de *SE* apassivador constroem-se unicamente com verbos transitivos directos. Nas estruturas de *SE* de sujeito indeterminado, pelo contrário, podem ocorrer verbos de tipos muito diversos (transitivos, inacusativos, inergativos...), inclusivamente formas verbais na passiva perifrástica. Já no que concerne ao sujeito, as estruturas de *SE* indeterminador são bem mais restritivas do que as passivas de *SE*: nas primeiras, assumimos que é o próprio clítico que funciona como sujeito, exibindo os traços [+ humano], [- definido] e tendo uma distribuição na linearidade frásica bastante condicionada; nas segundas o SN sujeito pode ocorrer em posição pré- ou pós-verbal e tem, por norma, o traço [- humano]. Ao passo que o SN sujeito das estruturas passivas de *SE* corresponde necessariamente à materialização do argumento temático interno, no caso das estruturas de *SE* indeterminado, o respectivo sujeito (o clítico *SE*) pode assumir-se, em função das propriedades do predicador em uso, como realização de um argumento temático externo ou de um argumento temático interno.

Nas estruturas passivas de *SE* o argumento temático externo materializa-se através do clítico *SE*, o que explica a impossibilidade de coocorrência de *SE* e de um *sintagma-por* neste tipo de estruturas. Tanto nas estruturas de sujeito indeterminado quanto nas estruturas passivas, a presença do argumento realizado através do clítico é lexicalmente atenuada ou suavizada, pois ocorre sob a forma de uma entidade clítica cuja referência é inespecífica. Ainda assim, consideramos que nenhuma destas estruturas resulta de uma diátese recessiva, isto é, em nenhuma delas se assiste à perda total da realização sintáctica de um dos argumentos semântico-temáticos seleccionados pelo predicador em uso, ocorrendo antes uma atenuação da sua presença sintáctico-lexical e uma inespecificação da sua referência.

Na realidade, esta indeterminação da referência de *SE* nas estruturas passivas e de sujeito indeterminado organiza-se num *continuum* de genericidade, sendo possível identificar estruturas em que se associa ao clítico (i) uma leitura genérica, parafraseável por “as pessoas”, (ii) uma leitura existencial não inclusiva, parafraseável por “certas/determinadas/algumas pessoas” e (iii) uma leitura existencial inclusiva, parafraseável por “nós”, “a gente”. Em todos os casos, a entidade que recebe codificação

através de *SE* e cuja referência é indeterminável caracteriza-se tendencialmente pelo traço [+ humano], assim se distinguindo da entidade que está subjacente às situações descritas pelas estruturas decausativas de *SE*, habitualmente marcada pelo traço [- humano], que abordaremos no capítulo seguinte.

### 3. *SE* DECAUSATIVO: ESTRUTURAS DECAUSATIVAS

#### 3.1. Caracterização preliminar

Neste capítulo centrar-nos-emos na análise de estruturas como as de (801-803) que se caracterizam por (i) exibirem o clítico *SE* como marcador da operação de decausativização que lhes está subjacente; (ii) denotarem situações de mudança de estado; (iii) serem estruturas sintacticamente intransitivas correlacionáveis com as estruturas transitivas correspondentes; (iv) exibirem um SN sujeito necessariamente não agentivo e coincidente com o SN objecto directo da estrutura transitiva correspondente.

(801) *A neve dos últimos dias **derreteu-se** [...].* (CTP)

(802) *Mas Sampaio **irritou-se**, embora não o tenha expressado publicamente.* (CTP)

(803) *A heroína **democratizou-se**.* (CTP)

Em estruturas de *SE* como as que agora exemplificamos, a presença do clítico tem sido associada à ausência de manifestação sintáctica do argumento temático Causa (e.o., Levin e Rappaport Hovav, 1995; Mendikoetxea, 1999a; Souza 1999; Sanchez Lopez, 2002b; Reinhart e Siloni, 2005; Pereira, 2007). Efectivamente, nos exemplos anteriores, é impossível identificar a entidade que fez com que a neve se derretesse, com que Sampaio se irritasse ou com que a heroína se democratizasse. Ainda que saibamos, a partir do nosso conhecimento do mundo, que estes eventos só tiveram lugar porque houve necessariamente uma causa que os espoletou, aceitamos como gramaticais e semanticamente completos os enunciados anteriores, perspectivando-os como não causativos. Dada a interpretação não causativa associada a estruturas deste tipo, vários autores assumem o clítico *SE* nelas incluído como um operador decausativizador e, simultaneamente, como um intransitivizador ou detransitivizador (e.o., Haspelmath, 1987; Sanchez Lopez, 2002b; Brito, Duarte e Matos, 2003)<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> É importante referir que numa outra linha de pensamento, o *SE* que ocorre em estruturas como as que agora analisamos é perspectivado como *SE* médio. Esta é a posição defendida pelos autores que assumem como estruturas médias aquelas que se caracterizam por exibirem um sujeito sintáctico que corresponde à entidade que sofre a acção. Entre eles destacamos Cano Aguilar (1987).



Neste tipo de estruturas ocorrem verbos que admitem participar na chamada alternância causativa, isto é, verbos que admitem uma variante transitiva causativa (804 e 806) e uma variante intransitiva decausativa (805 e 807).

(804) *A tempestade **partiu** o vidro.*

(805) *O vidro **partiu-se** (com a tempestade).*

(806) *Aquela notícia **angustiou** a Maria.*

(807) *A Maria **angustiou-se** (com aquela notícia).*

A estas estruturas decausativas estão subjacentes importantes alterações na organização e na materialização sintáctica da estrutura temático-argumental dos respectivos predicadores. Importa, por isso, averiguar os factores que propiciam tais alterações argumentais e apurar o papel do clítico SE nesses contextos, duas questões recorrentemente abordadas nos vários trabalhos sobre as estruturas decausativas.

Apesar da frequência de trabalhos publicados nos últimos anos sobre as estruturas decausativas (Levin, 1993; Levin e Rappaport Hovav, 1995; Mendikoetxea, 1999a, 2000; Sanchez Lopez, 2002b; Reinhart e Siloni, 2005; Schäfer, 2009), estas foram, durante largos anos, pouco estudadas de forma autónoma, sendo, na maior parte dos casos, exploradas em conjunto com outras estruturas de SE. Como tal, as respectivas propriedades sintácticas, semânticas ou aspectuais não eram identificadas nem analisadas.

Efectivamente, pelo menos nos textos de influência mais tradicional, é raro que estas estruturas sejam analisadas de forma autónoma, sendo por norma incluídas noutros conjuntos de estruturas com o operador SE. É esta a realidade que encontramos em Cunha e Cintra (1998: 308), quando os autores explicam que SE pode ocorrer como “parte integrante de certos verbos que geralmente exprimem sentimento, ou mudança de estado” e apresentam como exemplos *admirar-se, indignar-se, congelar-se, derreter-se, arrepender-se, atrever-se, queixar-se*. No entanto, nesta lista de verbos incluem-se apenas alguns casos de ocorrência de SE decausativo, sendo os restantes exemplos do chamado SE inerente<sup>128</sup>, diferença que facilmente se percebe pelo facto de apenas os verbos com SE decausativo admitirem usos

<sup>128</sup> Ainda que não aprofundemos a reflexão sobre as estruturas de SE inerente, remetemos para a secção 1.2. desta segunda parte do trabalho, onde se tecem algumas considerações sobre as mesmas.

em que este elemento não esteja presente (*admirar-se/admirar*, *indignar-se/indignar*, *congelar-se/congelar* vs. *arrepender-se/\*arrepender*, *atrever-se/\*atrever*, *queixar-se/\*queixar*).

Noutra linha de estudos aplicados à língua portuguesa, o SE presente nas estruturas que agora estudamos tem sido analisado como SE inacusativo ou SE ergativo. Esta posição encontra-se, por exemplo, em Duarte, Matos e Faria (1995) ou em Brito, Duarte e Matos (2003). Neste último trabalho, as autoras explicam que este operador, que “exibe forma idêntica à dos pronomes anafóricos reflexos”, mas que é destituído de estatuto argumental, “[...] se comporta como um “[...] sufixo derivacional de transitivizador” (Brito, Duarte e Matos, 2003: 841), propiciando a de transitivização do verbo a que se associa.

A posição defendida por estas autoras reflecte importantes desenvolvimentos da linguística da segunda metade do século XX, estando em consonância com algumas das ideias propostas em trabalhos amplamente divulgados como os de Levin e Rappaport Hovav (1995), Reinhart (2000), Chierchia (2004) ou Reinhart e Siloni (2005)<sup>129</sup>.

O modo como nestes trabalhos se percebem as estruturas decausativas assenta na ideia de que a alternância causativa, que ocorre quando um mesmo predicador pode estar associado tanto a uma realização sintáctica transitiva-causativa quanto a uma realização sintáctica intransitiva-decausativa, envolve apenas uma entrada lexical<sup>130</sup>, associada a duas variantes de manifestação sintáctica. Levin e Rappaport Hovav, como Reinhart e Siloni, assumem que a variante transitiva é a variante básica, dela

---

<sup>129</sup> Schäfer (2009: 661) sintetiza algumas das perspectivas de análise apresentadas nos últimos anos sobre estruturas decausativas e alternância causativa, organizando-as do seguinte modo: (i) abordagens de base intransitiva, para as quais “the standard approach to the causative alternation was that the transitive entry is derived from the basic anticausative/unaccusative entry via a process of causativization [...]”, defendidas, entre outros, em trabalhos de Hale e Keyser (1986) e Pesetsky (1995); (ii) abordagens de base transitiva, que se desdobram em perspectivas que defendem que as estruturas decausativas resultam de um processo de de transitivização e redução (Reinhart, 2000, 2002), de um processo de reflexivização (Chierchia, 2004) ou de um processo de fixação/imobilização lexical (Levin e Rappaport Hovav, 1995) e (iii) abordagens de base comum. De entre as posturas defendidas, seleccionaremos as que assumem que a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa resulta de um processo de decausativização da correspondente transitiva causativa. As abordagens a analisar serão as de Levin e Rappaport Hovav (1995) e de Reinhart (2000) e Reinhart e Siloni (2005).

<sup>130</sup> Como sublinha Pereira (2007: 231), esta questão tem suscitado intensas divergências, havendo autores que defendem que os predicadores envolvidos na alternância causativa estão associados a uma única entrada lexical e outros que propõem que cada uma das variantes de realização sintáctica está associada a uma entrada lexical distinta. Refere Pereira que “as hipóteses de descrição [...] sobre o assunto podem-se sintetizar nas seguintes: (i) os verbos possuem uma estrutura argumental sobre a qual operam operações de carácter (morfo)sintáctico; (ii) os verbos possuem duas estruturas argumentais alternativas; (iii) estamos perante dois verbos distintos”. Para uma análise mais aprofundada destas questões, veja-se o exposto por Pereira (2007: 194-199 e 223-238) e por Schäfer (2009).

derivando a variante intransitiva decausativa<sup>131</sup>. As análises propostas por estas autoras diferem, no entanto, no modo como explicam o processo de formação das estruturas decausativas.

Para Levin e Rappaport Hovav (1994, 1995), a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa resulta da imobilização da causa externa ao nível da representação lexical semântica e da sua consequente não projecção na estrutura argumental e na estrutura sintáctica. Nesta linha de pensamento, ao passo que num uso transitivo ambos os argumentos do predicador são projectados da estrutura léxico-semântica para a estrutura argumental (de acordo com as *linking rules*<sup>132</sup>) e para a estrutura sintáctica, no uso decausativo, o argumento Causa é imobilizado na estrutura léxico-semântica, não chegando a projectar-se na estrutura argumental<sup>133</sup> e, portanto, não podendo ocorrer enquanto argumento na estrutura sintáctica. Em resultado desta operação de fixação lexical da Causa, a mudança de estado é percebida como tendo um causador cuja natureza não interessa ao locutor especificar<sup>134</sup>.

A operação de reajuste argumental subjacente às estruturas intransitivas decausativas é denominada por Reinhart e Siloni (2005) de decausativização e, segundo estas autoras, assenta na total eliminação do argumento externo – semanticamente denotando uma Causa – dos predicadores em questão. Contrariamente à saturação, a operação em que assenta a transformação passiva, a decausativização “[...] leaves no residue of the role in either the syntactic structure or in the interpretation [...]” (Reinhart e Siloni, 2005: 418), ou seja, trata-se da eliminação total de um argumento, tanto ao nível semântico quanto ao nível sintáctico.

<sup>131</sup> No que concerne à análise do PE, esta proposta foi adoptada, por exemplo, por Duarte (2003a) e Pereira (2007). Foi também adoptada para a análise do PB por Souza (1999) e Ribeiro (2010). É importante sublinhar, no entanto, que, conforme esclarece Rodrigues (2007) tendo em conta uma perspectivização diacrónica, alguns verbos inacusativos derivados em *-ec* e *-esc* são basicamente intransitivos. É importante, por isso, que em trabalhos futuros se averigüe o percurso diacrónico deste tipo de verbos, relacionando-o com a aceitação ou não do clítico SE.

<sup>132</sup> O mapeamento entre a estrutura léxico-semântica e a estrutura argumental é regido, segundo Levin e Rappaport Hovav, por quatro regras de ligação essenciais, referidas na primeira parte deste trabalho (cf. § 1.3.2.).

<sup>133</sup> Segundo Levin e Rappaport Hovav (1995: 108), “there is evidence that the operation of binding the external cause must take place before argument structure”. A posição que defendem é corroborada, de acordo com as autoras, pelo facto de nas estruturas decausativas, contrariamente ao que sucede nas passivas – em cuja derivação ocorre a fixação do argumento externo ao nível da representação lexical sintáctica (ou estrutura argumental) –, não ser possível a presença de orações finais que denotem a presença de uma força externa. Dizem as autoras que “although the lexically bound argument of a passive verb cannot be directly expressed in the syntax, there is well-known evidence that the argument is present, nonetheless, in argument structure. Specifically, its presence is manifested in the sanctioning of by phrases and the control of purpose clauses [...]. In contrast, the lexically bound external cause cannot license a by phrase or control a purpose clause [...]” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 108).

<sup>134</sup> A não especificação da natureza do argumento Causa é sublinhada pelas autoras quando afirmam que “[...] most externally caused verbs do not impose restrictions on their external cause argument, taking agents, natural forces, and instruments as the external cause” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 94).

Apesar de nem Levin e Rappaport Hovav nem Reinhart e Siloni se debruçarem exaustivamente sobre as estruturas decausativas das línguas românicas e, particularmente, sobre as estruturas decausativas de *SE*, o seu pensamento vê-se reflectido em importantes trabalhos dedicados ao estudo destas últimas construções, como, entre outros, os de Mendikoetxea (1999b) ou de Sanchez Lopez (2002b).

A análise das estruturas decausativas de *SE* proposta por Mendikoetxea (1999b) assenta precisamente sobre a noção de alternância causativa, conducente ao surgimento das construções que agora analisamos, e que ocorre com verbos que “[...] tienen una variante transitiva con una serie de sujetos [...] y una variante inacusativa incoativa en la que el sujeto sintáctico es el objeto nocional (tema afectado)” (Mendikoetxea, 1999b: 1589). Ou seja, na base das construções de *SE* decausativo estão importantes alterações na organização e concretização da estrutura temático-argumental dos predicadores em causa, assim explicadas pela autora: “los verbos que participan en la alternancia causativa [...] sufren un proceso de ‘detransitivización’ o ‘decausativización’ por el cual, en la construcción inacusativa, no aparece expresado el sujeto nocional que es la causa externa de la consecución del evento que denota el verbo”. Dada esta possibilidade de não expressão da Causa externa, a autora propõe que as estruturas decausativas sejam entendidas como denotando eventos que podem ocorrer de forma espontânea (1999b: 1591)<sup>135</sup>.

Na senda de Levin e Rappaport Hovav (1995), Sanchez Lopez (2002b) defende que a dupla possibilidade de materialização sintáctica dos verbos de alternância causativa decorre do facto de estes predicadores serem “[...] concebidos como predicados con una estructura léxico-semántica compleja que incluye dos subeventos, cada uno relacionado con un argumento del verbo” (Sanchez Lopez, 2002: 81). Para esta autora, o surgimento de estruturas decausativas de *SE* está intimamente relacionado com a presença do

---

<sup>135</sup> A análise das estruturas inacusativas de *SE* como denotando eventos espontâneos ancora-se na ideia de que nestas orações o factor causador corresponde a uma propriedade ou estado do sujeito sintáctico (o objecto semântico). Ou seja, e de acordo com Mendikoetxea (1999b: 1593), ao passo que nas causativas transitivas se realça uma causatividade dinâmica, que pressupõe a actuação de uma entidade externa (animada ou não), nas estruturas decausativas de *SE* sublinha-se uma causatividade estática, dependente sobretudo das propriedades inerentes à entidade que sofre a mudança de estado. Tendo por base esta análise assente na distinção entre causatividade dinâmica (própria das causativas transitivas) e causatividade estática (associada às inacusativas intransitivas), a autora propõe que “[...] el sujeto de una oración inacusativa con se es a la vez causa y tema” (Mendikoetxea, 1999b: 1594). Deste modo, Mendikoetxea sugere a existência de uma forte proximidade entre estruturas inacusativas de *SE* e estruturas reflexas: tanto numas como noutras estaremos, segundo a autora, perante sujeitos com duplo papel semântico. No caso das estruturas reflexas, o sujeito sintáctico assumir-se-á como Agente e Tema, ao passo que nas inacusativas funcionará como manifestação da Causa e do Tema (cf. Mendikoetxea, 1999b: 1592-1594). A este propósito, veja-se também o texto de Reinhart e Siloni (2005), mais precisamente as secções sobre estruturas reflexas e sobre estruturas decausativas.

clítico *SE*, perspectivado como “elemento intransitivizador o ‘anulador’ de uno de los argumentos previstos en el léxico” (2002: 82). Em consequência da sua presença, “[...] el argumento externo de la variante transitiva se elimina y el objeto nocional pasa a ser sujeto”<sup>136</sup>.

Na realidade, no que respeita à organização sintáctica das estruturas decausativas é comumente aceite a proposta de explicação fornecida a partir da chamada Generalização de Burzio, que determina que “[...] um verbo atribui caso acusativo se e só se atribuir papel temático externo” (Duarte, 2003a: 517). A este propósito, a autora afirma que nas estruturas decausativas, “uma vez que a operação lexical de Redução suprime o papel temático externo, o verbo perde a capacidade de legitimar casualmente o seu argumento interno directo, pelo que a forma resultante da operação de Redução<sup>137</sup> tem as propriedades de um verbo inacusativo” (Duarte, 2003a: 517-518). Ou seja, na estrutura sintáctica das construções intransitivas decausativas encontramos como sujeito um SN que materializa o argumento interno, razão pela qual é possível concluir, como Duarte (2003a: 515), que “[...] as variantes causativa e inacusativa estão relacionadas de uma forma sistemática, que se pode sintetizar do seguinte modo: o argumento interno directo da variante causativa ocorre como sujeito da forma inacusativa e o argumento externo da variante causativa não está disponível na variante inacusativa nem mesmo sob a forma de um agente implícito”. Ainda de acordo com Duarte (2003a: 518), a operação de Redução que subjaz às estruturas decausativas pode reflectir-se na sintaxe mediante a presença daquilo a que a autora chama um “clítico pseudo-reflexo”, mais precisamente um *SE*-anticausativo.

Na próxima secção centraremos a nossa análise na descrição das alterações argumentais subjacentes às construções que aqui identificamos como estruturas de *SE* decausativo, reflectindo em simultâneo sobre o estatuto do operador *SE* nelas presente.

<sup>136</sup> Para Sanchez Lopez, estas estruturas inacusativas de *SE* que denotam mudanças de estado ou posição são um tipo de estruturas médias, concebidas como estruturas nas quais o sujeito se assume simultaneamente como iniciador e alvo do evento descrito pelo verbo. Segundo esta autora, as estruturas médias de *SE* dão conta, portanto, de eventos que surgem espontaneamente em função das propriedades do objecto afectado ou, dito de outro modo, descrevem situações que se originam e desenvolvem num sujeito não agentivo. A noção de voz média aqui em uso afasta-se, por exemplo, da noção em que se baseia Mendikoetxea (1999a) ao propor a designação de estruturas médio-passivas (para as estruturas que analisámos como passivas atributivas) ou daquela a que alude Duarte (2003a), ao debruçar-se sobre as estruturas médias do PE.

<sup>137</sup> Assumindo que os verbos de alternância causativa têm apenas uma entrada lexical, Duarte defende também que as estruturas inacusativas decorrentes da alternância causativa são derivadas das transitivas correspondentes a partir da activação de operações lexicais sobre os papéis temáticos. Mais concretamente, Duarte (2003a: 517) explica que sobre uma entrada lexical a que se associam dois papéis temáticos “[...] actua uma operação lexical de Redução afectando o papel temático externo, cujo efeito é derivar um predicado mono-argumental (uma propriedade) de um predicado de dois lugares (uma relação)”.

### 3.2. Operações de reorganização argumental e estatuto de SE

Como vimos anteriormente, é frequente que os predicadores que descrevem mudanças de estado – físico ou psicológico – participem na chamada alternância causativa, denominação usada para designar a possibilidade que certos verbos têm de exibir dois padrões de realização sintáctica: uma variante transitiva causativa (808) e uma variante intransitiva decausativa ou inacusativa (809).

(808) *Como seria de esperar, a empresa **solidificou** os seus preços [...].* (CTP)

(809) *A relação **solidificou-se** em 1975, durante a missão Apollo-Soyuz [...].* (CTP)

Como explica Pereira (2007: 197), esta dupla possibilidade de materialização frásica deverá ser entendida como “[...] um procedimento semântico-sintáctico ou morfossintáctico que tem subjacente uma diferente perspectivação dos acontecimentos [...]. A construção causativa possui uma configuração activa, orientada sobre o objecto sintáctico, enquanto a construção decausativa é percorrida com uma orientação passiva – a mudança é orientada para/sobre o sujeito sintáctico”.

Assim, em PE, muitas situações de mudança de estado podem ser linguisticamente codificadas através de construções transitivas-causativas, como as de (810-813).

(810) *Nesse momento um pedaço de cimento **quebrou** o pára-brisas [...].* (CTP)

(811) *O frio que assola toda a Europa [...] **congelou** o rio Danúbio [...].* (CTP)

(812) *A espectacularidade das chamas **assustou** as populações [...].* (CTP)

(813) *[...] o Leixões **alegrou** os seus adeptos com os dois golos sem resposta com que venceu o Nacional.* (CTP)

Nestas construções, facilmente identificamos um sintagma nominal sujeito, que funciona como materialização sintáctica da Causa externa que espoleta a mudança de estado em questão (*um pedaço de cimento, o frio que assola toda a Europa, a espectacularidade das chamas, o Leixões*). Identificamos também o sintagma nominal objecto directo que codifica a entidade que sofre a mudança de estado (*o pára-brisas, o rio Danúbio, as populações, os seus adeptos*). Nas estruturas seguintes torna-se mais evidente a típica organização sintáctico-semântica das construções transitivas causativas:  $SU_{Causa} V OD_{Tema}$  (814) ou  $SU_{Causa} V OD_{Experienciador}$  (815).

(814) [*A tempestade*]<sub>SU-Causa</sub> **quebrou** [*a vidraça do átrio*]<sub>OD-Tema</sub>.

(815) [*O acidente*]<sub>SU-Causa</sub> **afligiu** [*a D.<sup>a</sup> Rosa*]<sub>OD-Experienciador</sub>.

Quando integrados em estruturas transitivas-causativas, os verbos de mudança de estado físico exibem um sujeito que, por norma, denota uma entidade (em (814) *a tempestade*) com capacidade para desencadear a mudança de estado descrita pela predicação. O sintagma nominal com função de objecto directo (*a vidraça do átrio*) codifica uma entidade que, forçosamente, tem as propriedades necessárias para poder sofrer a mudança de estado designada pelo verbo e que, em termos semânticos, se assume como Tema. Já as estruturas construídas com verbos que verbalizam mudança de estado psicológico exibem como sujeito um SN que denota um evento ou uma propriedade (*o acidente*, em (815)), ao passo que o respectivo objecto directo é um sintagma nominal que denota uma entidade animada, frequentemente humana (*a D.<sup>a</sup> Rosa*, em (815)), que semanticamente se assume como Experienciador<sup>138</sup>.

Quando o falante opta por não mencionar a causa externa que espoleta a mudança de estado e/ou quando prefere não lhe atribuir tanta proeminência informativa, recorre às estruturas intransitivas decausativas correspondentes, como as de (816-817).

(816) [*A vidraça do átrio*]<sub>SU-Tema</sub> **quebrou-se** (*por causa da tempestade*)<sub>Causa</sub>.

(817) [*A D.<sup>a</sup> Rosa*]<sub>SU-Experienciador</sub> **afligiu-se** (*com o acidente*)<sub>Causa</sub>.

Estas construções codificam a mudança de estado de uma determinada entidade, sem referir o evento causador que a espoleta (ou referindo-o opcionalmente) (cf. Pereira, 2007: 198). Embora dando conta da mesma realidade, transitivas causativas e intransitivas decausativas correspondem a diferentes formas de a perceber, materializando-se necessariamente em construções frásicas cuja estrutura sintáctica é

<sup>138</sup> Conforme salientámos na primeira parte deste trabalho (§ 1.3.1.1.), à noção de Experienciador está associada alguma indefinição. Referindo-se ao papel temático de Experienciador subjacente às estruturas de mudança de estado psicológico Mendes (2001) esclarece que “este papel semântico não é considerado na literatura de forma alguma como específico destes predicados, nem desta posição sintáctica. É referido com predicados que também envolvem um experienciar de natureza psíquica, mas na posição de sujeito, como no caso dos verbos *recear*, *temer*, *detestar*, e também com predicados que envolvem um experienciar sensorial, como *tocar*, *ver*, *sentir*, e ainda com um experienciador cognitivo como *compreender*. A definição de Experienciador apresentada por Peres (1984) refere os vários domínios geralmente considerados para este papel semântico: “função correspondente a uma entidade relativamente à qual se verifica um estado-de-coisas de ordem psíquica: sensação, emoção ou conhecimento” (op. cit.: 118)” (Mendes, 2001: 23-24).

diferente, como se observa pelo contraste entre as estruturas intransitivas decausativas (816- 817) e as correspondentes transitivas causativas de (814-815).

Nestas construções verifica-se que a entidade desencadeadora da mudança de estado não pode ter presença na linearidade frásica enquanto argumento sintáctico, ocorrendo opcionalmente como adjunto<sup>139</sup>. A variante intransitiva decausativa caracteriza-se, ainda, por exibir como sujeito sintáctico o SN que corresponde ao objecto directo das estruturas transitivas. Assim, temos um sujeito Tema (*a vidraça do átrio*, em (816)) nas estruturas que exibem um verbo de mudança de estado físico e um sujeito Experienciador naquelas cujo verbo descreve uma mudança de estado psicológico (em (817), *a D.<sup>a</sup> Rosa*).

Na organização da estrutura temático-argumental subjacente às construções de alternância causativa, a não projecção na estrutura argumental do argumento temático Causa decorre do modo como perspectivamos e conceptualizamos a situação descrita: se perspectivarmos a mudança de estado como ocorrendo em função da activação de uma causa externa determinada e claramente identificada, codificamo-la linguisticamente através de uma oração transitiva causativa; se, pelo contrário, encararmos a mudança de estado como uma mudança decorrente de uma força externa de natureza não identificada nem delimitada, ou que o falante não quer explicitar, e se centrarmos a nossa atenção no próprio processo de mudança de estado e no respectivo resultado, e não tanto na entidade externa que o motivou, codificamos a situação recorrendo a uma estrutura intransitiva decausativa<sup>140</sup>. Ou seja, apesar de sabermos que, ontologicamente, os processos de mudança de estado têm sempre uma causa, estes podem ser linguisticamente codificados sem a presença explícita dessa entidade causadora, recorrendo-

<sup>139</sup> O estatuto não argumental deste constituinte sintáctico pode ser corroborado a partir do comportamento que revela em situações de retoma anafórica e de extracção. Exemplos como os de (i-ii) mostram ser impossível extrair este constituinte de ilhas fracas, o que é um padrão típico dos adjuntos e não dos argumentos. Como os exemplos (iii - iv) demonstram, o Sprep Causa comporta-se como um adjunto e não como um argumento relativamente ao processo de anáfora *acontecer o mesmo*.

(i) \*[Com que] lamentas [que a D.<sup>a</sup> Rosa se tenha afligido [-]]?

(ii) \*[Com que] lamentas [que a vidraça do átrio se tenha quebrado [-]]?

(iii) A D.<sup>a</sup> Rosa afligiu-se [com o acidente]<sub>Adjunto</sub> e aconteceu o mesmo à D.<sup>a</sup> Ana [com o terremoto]<sub>Adjunto</sub>.

(iv) A vidraça do átrio quebrou-se [com a tempestade]<sub>Adjunto</sub> e aconteceu o mesmo à vedação do quintal [com o vendaval]<sub>Adjunto</sub>.

<sup>140</sup> Neste ponto afastamo-nos substancialmente da perspectiva de Mendikoetxea (1999b), que concebe as mudanças de estado codificadas pelas estruturas intransitivas decausativas como resultando sobretudo das propriedades da entidade que sofre a mudança de estado em causa. É neste sentido que vão as palavras da autora quando afirma que “una oración como [...] *las puertas se cerraron*, en su interpretación inacusativa, expresa en la lengua una acción que se produce de forma espontánea sin la intervención de un agente o causa externa, independientemente de que en el mundo real sea posible atribuir una causa concreta a la eventualidad que expresa la oración (en parte por la tendencia humana a atribuir causas a los procesos del mundo real)” (Mendikoetxea, 1999b: 1586).



se, para tal, às estruturas intransitivas decausativas, assentes, como já referimos, num processo de reajuste argumental cujos mecanismos importa conhecer.

Na tentativa de esclarecer os processos de reajuste argumental associados às estruturas decausativas de SE, assumimos, na linha do proposto por Levin e Rappaport Hovav (1995: 83), que os verbos de alternância causativa se caracterizam por exibir uma estrutura temática em que, tanto no uso transitivo quanto no uso intransitivo, têm lugar dois argumentos: um argumento com o papel temático de Causa e um argumento com o papel temático de Tema/Experienciador. A esta estrutura temática poderão corresponder, no entanto, duas estruturas argumentais e duas estruturas sintácticas diferentes, consoante o argumento semântico que denota a causa desencadeadora do evento se projecte ou não na estrutura argumental e, conseqüentemente, possa ou não assomar na linearidade frásica<sup>141</sup>.

Ao surgimento das estruturas intransitivas decausativas está subjacente, ainda segundo as mesmas autoras, a imobilização do argumento temático Causa – associado ao subevento causador<sup>142</sup> –, aquando da correspondência entre a estrutura temática e a estrutura argumental. Por isso, assumimos que a estrutura argumental subjacente ao uso intransitivo dos verbos de alternância causativa é composta apenas pelo argumento interno<sup>143</sup>, o único que terá presença argumental na estrutura sintáctica. Em consequência da imobilização do argumento Causa na estrutura temática, não se associa qualquer papel temático ao argumento externo, estando assim reunidas as condições para a activação da chamada Generalização de Burzio. Segundo esta, por efeito da não associação de um papel temático ao argumento externo, os predicadores em questão deixam de ter capacidade para atribuir caso acusativo e, por isso, o argumento interno não pode projectar-se na posição sintáctica de objecto directo, ocupando a

<sup>141</sup> A este respeito Levin e Rappaport Hovav (1995: 82-83) afirmam que “[...] the alternating unaccusative verbs have a single lexical semantic representation associated with both their unaccusative and transitive forms, and this is a causative lexical semantic representation”.

<sup>142</sup> Segundo Levin e Rappaport Hovav (1995), as estruturas de mudança de estado estão associadas a dois subeventos distintos. Sobre eles afirmam as autoras que “the two subevents can be characterized as the causing subevent and [...] the central subevent – the event that specifies the change associated with the verb. Each of the arguments of the verb is associated with a distinct subevent: the causer argument is associated with the causing subevent, and the passive participant – that is, the argument that undergoes the change, which is often referred to as the patient or theme – with the central subevent [...]” (Levin e Rappaport Hovav, 1995: 83).

<sup>143</sup> Levin e Rappaport (1995: 84 (destacado nosso)) esclarecem de forma sucinta as alterações argumentais subjacentes às estruturas inacusativas de mudança de estado, sustentando que “[...] we take the lexical semantic representation of the intransitive form of the verb *break* to be causative and dyadic, but we follow standard analyses in assuming that the intransitive form of the verb is monadic at argument structure, the level of representation that determines the projection of arguments into the syntax”.

única posição que tem caso disponível, a posição de sujeito (cujo caso nominativo está disponível através das marcas flexionais).

Assumindo esta proposta de análise, aceitamos que as estruturas intransitivas decausativas de SE têm uma estrutura argumental unária, composta apenas pelo argumento interno (correspondente ao argumento com o papel temático de Tema/Experienciador). Assim se justifica que apenas este argumento possa aflorar na linearidade sintáctica com estatuto argumental. Efectivamente, a entidade desencadeadora da mudança de estado ou não tem presença na linearidade frásica ou ocorre como adjunto, sob a forma de um sintagma preposicional (818-819), de uma oração subordinada causal (820) ou de uma subordinada temporal-causal (821).

(818) *O engenheiro Guterres **irritou-se** com o patriótico circo do doutor Cavaco.* (CTP)

(819) *A procura de economistas **intensificou-se** com as dificuldades financeiras das empresas na sequência do primeiro choque petrolífero e das nacionalizações.* (CTP)

(820) *O diferendo entra a jornalista e a RTP **intensificou-se** porque [...] Maria João Barros recebeu instruções para não voltar a emití-las.* (<http://gamvis.blogspot.com/2009/06/rtp-viseu.html>)

(821) *Mas as ameaças **intensificaram-se** quando, em 1985, apareceram as primeiras plantações de eucaliptos, substituindo a vegetação natural da região.* (CTP)

Verificamos, portanto, que nas estruturas decausativas de SE, apesar de sintacticamente intransitivas, é possível a presença, sob a forma de um adjunto, da entidade desencadeadora da acção (822). Neste ponto, as estruturas decausativas afastam-se das passivas de SE (823), na medida em que nestas não é possível a presença de um sintagma *por* que materialize na linearidade frásica a entidade, semanticamente inespecificada, subjacente à acção descrita (824).

(822) *A torre de iluminação do topo norte do estádio dos Barreiros **partiu-se** ontem de madrugada, por acção do forte vento que se faz sentir na Madeira.* (CTP)

(823) *Para o efeito, **mudaram-se** algumas administrações, **alterou-se** o status quo institucional e **aprovou-se** nova legislação.* (CTP)

(824) *Para o efeito, **mudaram-se** algumas administrações, **alterou-se** o status quo institucional e **aprovou-se** nova legislação \*pelos deputados, \*por acção dos deputados.*

No exemplo (822), é perfeitamente aceitável a inserção do segmento “por acção do forte vento que se faz sentir na Madeira”, que aponta para a entidade desencadeadora da mudança de estado descrita. O exemplo (824), por seu turno, permite recordar que nas passivas de SE do actual corte sincrónico do PE é inviável a presença de um segmento que denote a entidade (neste caso, humana e volitiva) responsável pela acção descrita pelos predicadores em causa (*mudar, alterar e aprovar*). Como defendemos anteriormente, esta impossibilidade de ocorrência do *sintagma-por* decorrerá do facto de na estrutura sintáctica se encontrar já representado o correspondente argumento temático, precisamente através do clítico SE. Nas estruturas decausativas de SE, pelo contrário, é perfeitamente aceitável a coocorrência do clítico e de adjuntos que codifiquem a entidade causadora/desencadeadora da mudança de estado. Assim sendo, não é de crer que neste contexto o clítico se assuma como manifestação, ainda que atenuada, do papel temático correspondente ao argumento externo, pois, se assim fosse, esperar-se-ia a incompatibilidade registada nas passivas de SE. Vejam-se os contrastes de gramaticalidade entre as estruturas seguintes.

(825) [*Estes imóveis*]<sub>Tema</sub> **venderam-se** a preço de saldo [*\*pelos construtores*]<sub>Agente</sub>.

(826) [*As vidraças*]<sub>Tema</sub> **partiram-se** [*com as chuvas torrenciais do fim-de-semana*]<sub>Causa</sub>.

Passivas e decausativas de SE afastam-se, portanto, no que respeita ao carácter argumental do clítico nelas incluído: nas primeiras, SE recebe o argumento temático externo e assume-se como manifestação lexicalmente atenuada do mesmo, impedindo a sua presença na linearidade frásica através de outros constituintes; nas segundas, em que é possível a presença simultânea de adjuntos que materializam o argumento externo, com o papel temático Causa, e de SE, depreende-se que este clítico não terá estatuto argumental. Por outro lado, estas duas ocorrências de SE também se distinguem pelo facto de SE apassivador se comportar como operador diatésico, tendo uma participação importante na reorganização argumental que sabemos ser inerente às estruturas passivas. Nestas, a ausência de SE implica a perda da leitura passiva e o surgimento de estruturas agramaticais, como se verifica em (827-829).

(827) \*As armas **destruíram** para evitar novos confrontos. (vs. As armas **destruíram-se** para evitar novos confrontos.)

(828) \*Estes imóveis **venderam** a preço de saldo. (vs. Estes imóveis **venderam-se** a preço de saldo.)

(829) \*Aqueles computadores **compraram** propositadamente para as aulas dos CET<sup>144</sup>. (vs. Aqueles computadores **compraram-se** propositadamente para as aulas dos CET.)

Nas estruturas decausativas, porém, nem sempre é obrigatória a presença de SE<sup>145</sup>, como se verifica pelo contraste entre as estruturas (830-831). Deste modo, não podemos afirmar que seja o clítico a fomentar a perda de Causa, não podendo, por isso, perspectivar-se como operador diatésico decausativizador.

(830) O clima aqui está tão suave que parece Primavera e, por isso, a neve **derreteu** [...]. (CTP)

(831) A neve dos últimos dias **derreteu-se**, deixando ver aqui e ali, as estruturas do campo de concentração [...]. (CTP)

Assim, assumimos que este clítico que ocorre nas estruturas decausativas de SE é um marcador cuja função não é espoletar a reorganização argumental associada a tais construções, mas assinalar a perda do argumento Causa<sup>146</sup>.

Na sequência destas reflexões sobre a estrutura temático-argumental, e respectiva realização sintáctica, típica das construções decausativas, apresenta-se nas tabelas seguintes a correspondência entre os vários níveis de análise – temático, argumental e sintáctico – dos verbos de alternância causativa quando incluídos em orações transitivas (832) e em orações intransitivas (833). Teremos em conta predicadores que denotam mudança de estado físico e mudança de estado emocional ou psicológico.

---

<sup>144</sup> A ausência de SE não resulta obrigatoriamente em estruturas agramaticais. Se o SN sujeito for pós-verbal, a estrutura resultante da perda de SE não é inaceitável. Tem, no entanto, uma leitura diferente. Vejam-se os exemplos seguintes:

i) *Venderam-se as jóias de família para superar a crise.*

ii) *Venderam as jóias de família para superar a crise.*

Efectivamente, não se pode afirmar que a estrutura de (ii) seja agramatical. Tem, no entanto, um significado que não coincide com o da estrutura passiva de SE.

<sup>145</sup> Na secção 3.4. voltaremos a abordar, com maior profundidade, a questão do carácter [+/- obrigatório] da presença de SE nas estruturas decausativas de mudança de estado.

<sup>146</sup> Em trabalhos recentes (Souza, 1999; Ribeiro, 2010) aplicados ao PB, afirma-se que este clítico serve, sobretudo, como desambiguador, ocorrendo com verbos cujo SN sujeito (tematicamente um objecto afectado) das estruturas decausativas ostenta o traço [+ humano]. Ribeiro (2010) esclarece esta posição, assumida pelos dois autores, afirmando que “como os seres humanos são, de modo geral, agentes ou causadores típicos, o resultado é que, na versão mono-argumental destes verbos, o DP argumento poderia ser, em princípio, tanto o causador quanto o afectado. Existe, portanto, uma possibilidade maior de ambiguidade na ocorrência da forma incoativa. Conforme Souza, este seria o motivo pelo qual estes verbos necessitam do clítico SE para marcar morfológicamente a forma incoativa como uma forma derivada.” Assim, conclui Ribeiro, “[...] na presença de um argumento afectado humano, o clítico SE na forma incoativa serviria para eliminar a ambiguidade e indicar que o sujeito da sentença é o afectado, e não o causador – sujeito do verbo em sua versão transitiva” (Ribeiro, 2010: 68).

(832) *O calor **derreteu** o gelado da criança.*

<b>Estrutura temática</b>	Causa	Tema
<b>Estrutura argumental</b>	<u>X</u>	Y
<b>Estrutura sintáctica</b>	SU <i>O calor</i>	OD <i>o gelado da criança</i>

Quadro XXXVI: Verbos de alternância causativa de mudança de estado físico - estrutura temático-argumental e materialização sintáctica associadas à variante transitiva

(833) *O gelado da criança **derreteu-se** (com o calor).*

<b>Estrutura temática</b>	Causa	Tema
<b>Estrutura argumental</b>	-----	Y
<b>Estrutura sintáctica</b>	SU <i>O gelado da criança</i>	OBL <i>(com o calor)</i>

Quadro XXXVII: Verbos de alternância causativa de mudança de estado físico - estrutura temático-argumental e materialização sintáctica associadas à variante intransitiva decausativa

(834) *A tempestade **assustou** as crianças.*

<b>Estrutura temática</b>	Causa	Experienciador
<b>Estrutura argumental</b>	<u>X</u>	Y
<b>Estrutura sintáctica</b>	SU <i>A tempestade</i>	OD <i>as crianças</i>

Quadro XXXVIII: Verbos de alternância causativa de mudança de estado psicológico - estrutura temático-argumental e materialização sintáctica associadas à variante transitiva

(835) *As crianças **assustaram-se** (com a tempestade).*

<b>Estrutura temática</b>	Causa	Experienciador
<b>Estrutura argumental</b>	-----	Y
<b>Estrutura sintáctica</b>	SU <i>As crianças</i>	OBL <i>(com a tempestade)</i>

Quadro XXXIX: Verbos de alternância causativa de mudança de estado psicológico - estrutura temático-argumental e materialização sintáctica associadas à variante intransitiva decausativa

Para além das estruturas decausativas mais típicas, que descrevem mudanças de estado físico e mudanças de estado psicológico, existem também estruturas decausativas de SE que denotam aquilo a que chamaremos mudanças de estado sócio-cultural e que abaixo exemplificamos:

(836) *Com o tempo, os costumes **democratizaram-se**.* (CTP)

(837) *A atitude dos britânicos face ao sexo e casamento **liberalizou-se** bastante desde que está no Governo o partido conservador.* (CTP)

(838) *O crime em Portugal  **europeizou-se**.* (CTP)

Também nestes casos estamos perante um uso intransitivo decausativo de verbos que admitem alternância causativa, ocorrendo também em estruturas transitivas causativas como as de (839-841):

(839) *[...] o baixo preço das assinaturas **democratizou** um sistema antes reservado à elite.* (CTP)

(840) *O passo mais importante terá sido dado em 1988, quando a URSS **liberalizou** a emigração de judeus soviéticos para Israel.* (CTP)

(841) *Portugal ao participar activamente na PESC e ao **europeizar** a sua política externa [...]*  
(<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=504>)

Nestas estruturas encontramos um SN sujeito Causa/Agente (“o baixo preço das assinaturas”; “a URSS”, “Portugal”) e um SN objecto directo (“um sistema antes reservado à elite”; “a emigração de judeus soviéticos para Israel”, “a sua política externa”) que corresponde à realização do argumento interno Tema. Contrariamente, nas estruturas (836-838), o SN sujeito assume-se como realização do argumento interno, denotando a entidade que sofre a mudança de estado (“os costumes”; “a atitude dos britânicos face ao casamento”; “o crime em Portugal”).

Tendo em consideração o tipo de mudança de estado que descrevem, é possível delimitar, portanto, pelo menos três subgrupos de estruturas decausativas de SE: as que denotam **mudanças de estado físico**, as que dão conta de **mudanças de estado psicológico** e as que codificam **mudanças de estado social/cultural**. Na próxima secção procuraremos caracterizar cada um destes subgrupos.

### 3.3. Estruturas decausativas de SE: proposta de classificação

As estruturas decausativas de SE podem organizar-se em função do tipo de mudança de estado que denotam, descrevendo, sobretudo, mudanças de estado físico, mudanças de estado psicológico ou emocional e mudanças de estado social/cultural. Os parágrafos seguintes serão dedicados ao estudo de cada um destes tipos de estruturas.

Agrupamos nas **estruturas decausativas de mudança de estado físico** construções como as seguintes:

(842) [...] o cabo do acelerador **partiu-se** na primeira passagem por Fafe / Ruivães [...]. (CTP)

(843) A prótese **quebrou-se** algumas vezes [...]. (CTP)

(844) [...] as três velas **rasgaram-se** como papel, uma após outra. (CTP)

(845) [...] o gelo e a neve **derreteram-se**, dando início a uma queda de pedras. (CTP)

Nestas construções, para além de identificarmos um SN sujeito que corresponde à materialização do argumento interno Tema (“o cabo do acelerador”; “a prótese”; “as três velas”; “o gelo e a neve”), verificamos a ausência do argumento Causa e constatamos que nelas ocorrem predicadores que participam na alternância causativa, podendo surgir também em estruturas transitivas-causativas, como as de (846-849).

(846) [...] a referida pedra atingiu a porta e **partiu** um vidro [...]. (CTP)

(847) [...] elementos da segurança do banco **quebraram** o vidro de uma janela [...]. (CTP)

(848) As balas partiram os vidros, **rasgaram** as cortinas [...]. (CTP)

(849) O fogo [...] **derreteu** os tubos da água [...]. (CTP)

Nestes exemplos, contrariamente ao que se verifica nos de (842-845), facilmente se identifica o segmento frásico que denota a entidade que espoleta a mudança de estado em questão (“a referida pedra”; “elementos da segurança do banco”; “as balas”; “o fogo”), sendo também rapidamente identificável o SN que funciona como objecto directo da estrutura em causa, materializando o argumento interno Tema (“um vidro”; “o vidro de uma janela”; “as cortinas”; “os tubos de água”).

No conjunto das estruturas decausativas que denotam mudanças de estado físico propomos a delimitação de três subgrupos: (i) aquelas que descrevem situações que afectam a integridade material de um objecto; (ii) as que codificam mudanças nas propriedades físicas dos materiais, (iii) as que verbalizam mudanças na posição do objecto. Trata-se de subgrupos com fronteiras ténues, havendo vários exemplos de difícil enquadramento. No Quadro seguinte apontamos alguns exemplos de estruturas enquadráveis em um destes subgrupos.

(i) Estruturas que denotam situações que afectam a integridade material do objecto afectado
(850) <i>Algumas garrafas que estavam armazenadas num tecto falso caíram ao chão e <b>partiram-se</b> [...].</i> (CTP)
(851) <i>Os pratos dos armários da cozinha <b>quebraram-se</b>.</i> (CTP)
(852) <i>A vela grande do Merit Cup <b>rasgou-se</b> ao meio com mais uma forte rajada de vento.</i> (CTP)
(853) <i>[...] estava muito vento em Sagres e as tendas <b>romperam-se</b> [...].</i> (CTP)
(854) <i>Portas e janelas, inclusive das instalações onde estão albergadas as equipas de esqui alpino, rebentaram e <b>estilhaçaram-se</b> [...].</i> (CTP)
(855) <i>A tocha olímpica caiu, <b>despedaçou-se</b> [...].</i> (CTP)
(856) <i>A fuselagem <b>fragmentou-se</b> em quatro partes [...].</i> (CTP)
(ii) Estruturas que denotam situações de mudança nas propriedades físicas do objecto
(857) <i>Quando o sol começou a subir, o gelo e a neve <b>derreteram-se</b> [...].</i> (CTP)
(858) <i>[...] uma boa parte desse petróleo <b>evaporou-se</b> para a atmosfera.</i> (CTP)
(859) <i>O material <b>vaporizou-se</b> e <b>condensou-se</b> quase instantaneamente, formando estes depósitos.</i> (CTP)
(860) <i>A sopa <b>azedou-se</b> ainda antes da festa.</i>
(861) <i>O iogurte <b>fermentou-se</b> num instante.</i>
(iii) Estruturas que denotam situações de mudança de posição/orientação ou modo de estar do objecto afectado
(862) <i>A cratera <b>abriu-se</b>, de madrugada, no asfalto.</i> (CTP)
(863) <i>A porta <b>fechou-se</b> atrás da mulher, parada no meio do quarto iluminado pela luz bruxuleante duma vela.</i> (CDP)



(864) <i>A embarcação <b>virou-se</b> quando se aproximava do seu destino [...].</i> (CTP)
(865) <i>Com o choque, duas das rodas <b>soltaram-se</b>, ultrapassaram a vedação [...].</i> (CTP)
(866) <i>Além de encharcar a bailarina, o conteúdo do recipiente <b>entornou-se</b> sobre o oleado [...].</i> (CTP)

Quadro XL: Exemplos de estruturas de SE de mudança de estado físico

As estruturas do primeiro grupo descrevem situações em que o objecto afectado pela situação codificada pelo predicador sofre uma mudança que leva à perda da sua integridade física, isto é, a entidade material em causa deixa de estar inteira. Alguns verbos que podem ocorrer neste tipo de estruturas são *esburacar, escaqueirar, esmigalhar, estilhaçar, despedaçar, fender, fraccionar, fragmentar, partir, quebrar, rachar, rasgar, rebentar, romper*. As estruturas decausativas de SE que codificam mudanças nas propriedades físicas de uma entidade dão conta de situações em que uma substância (matéria ou material), denotada pelo SN sujeito, passa de um estado físico da matéria a outro, como nas situações codificadas por predicadores como *cristalizar, derreter, evaporar, fundir, solidificar, vaporizar, volatizar*. Neste grupo incluem-se também estruturas com predicadores do tipo de *azedar, assar, chamoscar, cicatrizar, cozer, crestar, enfezar, queimar, tisonar* que dão conta de alterações na forma ou consistência de matérias ou substâncias. Já nas estruturas que verbalizam situações de mudança de posição/orientação ou de modo de estar do objecto afectado ocorrem, entre outros, verbos como *abrir, derramar, desatar, dobrar, entornar, fechar, soltar*, denotando alterações não intencionais na posição/orientação de um objecto ou substância.

As estruturas decausativas de SE também dão conta de situações de **mudança de estado psicológico** ou **emocional**. Nestes casos, a entidade que vivencia a mudança de estado exhibe necessariamente o traço [+ animado], assumindo-se tematicamente como um Experienciador, como em (867-868).

(867) *Guterres **entusiasmou-se** com as maravilhas tecnológicas [...].* (CTP)

(868) *Os muçulmanos **enfureceram-se** depois da publicação de uma entrevista em que Nasrin teria dito que o Corão devia ser revisto profundamente.* (CTP)

Em trabalhos como os de Levin (1993)<sup>147</sup> ou de Reinhart (2000)<sup>148</sup> incluem-se no âmbito dos verbos que participam na alternância causativa vários que descrevem mudanças de estado psicológico. Também na análise de Mendes (1999, 2001), aplicada ao Português, se atribui grande importância às operações de alternância causativa com verbos psicológicos. Descrevendo e comparando as estruturas transitivas com verbos psicológicos e as correspondentes estruturas de SE (que identifica como construções pronominais), esta autora afirma que “na construção pronominal, o SN [+hum] mantém o papel semântico de Experienciador e mantém-se igualmente a existência, em termos aspectuais, de uma Transição, referindo-se a frase [A Ana assustou-se] a determinado momento em que ocorre uma mudança de estado do Experienciador. No entanto, a construção pronominal parece incidir sobre o momento da Transição e consequente momento final do evento, enquanto a transitiva incide simultaneamente sobre o processo que leva à transição e sobre a própria transição” (Mendes, 2001: 34). Os exemplos que se seguem demonstram que os verbos de mudança de estado psicológico ocorrem tanto em estruturas transitivas causativas (869), quanto em estruturas decausativas de SE (870).

(869) *A visita que o antigo Presidente americano, Richard Nixon, está a efectuar a Moscovo **enfureceu** o Presidente Boris Ieltsin.* (CTP)

(870) *O primeiro-ministro **enfureceu-se** com as declarações do seu ministro das Finanças, Kenneth Clarke, quando este defendeu publicamente a introdução da moeda única.* (CTP)

No exemplo de (869), facilmente se percebe que o SN sujeito “a visita que o antigo Presidente americano, Richard Nixon, está a efectuar a Moscovo” é a manifestação sintáctica da Causa que espoleta a mudança de estado em questão. O SN objecto directo “O Presidente Boris Ieltsin” denota a entidade que vive/experencia essa mudança. Já em (870), o SN que se assume como sujeito codifica não a Causa da mudança, mas antes a entidade que a experencia. A Causa torna-se presente sintacticamente através de um Sintagma Preposicional adjunto (podendo ser omitida). Incluímos no Quadro seguinte alguns

---

<sup>147</sup> Levin inclui na classe dos verbos de alternância causativa/incoativa aqueles a que chama “amuse-type psych verbs”, dando como exemplos os seguintes: *cheer, delight, enthuse, gladden, grieve, madden, obsess, puzzle, sadden, sicken, thrill, tire, weary, worry* (Levin, 1993: 29).

<sup>148</sup> A respeito das estruturas de sujeito Experienciador, Reinhart (2000: 46) afirma que “the subject/object experiencer alternation [...] bears, then, the traits of the unaccusative arity alternation: A transitive verb that selects a [+] external argument can realize in a reduced form without that argument. Furthermore, as in the case of unaccusatives, the reduced form may (but not always have to) bear reflexive morphology”.

exemplos de predicadores que verbalizam mudanças de estado psicológico e que admitem participar em alternâncias causativas deste tipo.

*abater, aborrecer, acanhar, agastar, agitar, alegrar, alterar, alvoroçar, arreliar, assustar, desmotivar, divertir, emocionar, encavacar, encolerizar, enfadar, enfurecer, enraivecer, entristecer, entusiasmar, envergonhar, exasperar, excitar, extasiar, iludir, impacientar, impressionar, irritar, magoar, motivar, perturbar, preocupar*

Quadro XLI: Alguns predicadores que admitem participar em estruturas decausativas de mudança de estado psicológico

Qualquer um destes verbos pode ocorrer em estruturas transitivas causativas ou em estruturas intransitivas decausativas, como se observa nos exemplos abaixo transcritos.

(871) *Esta exigência **exasperou** os pilotos, que consideraram a situação inédita e sem sentido.* (CTP)

(872) *[...] Hakkinen **exasperou-se** com a pouca profundidade do carro.* (CTP)

(873) *O simples facto de existirem tais diligências **irritou** profundamente os homens de Ontário.* (CTP)

(874) *[...] a juíza **irritou-se** devido à forma como o advogado [...] conduzia o interrogatório.* (CTP)

(875) *[...] na Afurada, freguesia piscatória de Gaia, o mar **assustou** a população.* (CTP)

(876) *No fundo do calabouço, o preso **assustou-se** com a minha visita.* (CTP)

(877) *O aumento de cocaína na Europa [...] **preocupa** os americanos.* (CTP)

(878) *Mealhada **preocupa-se** com impacto do regime da inspecção sanitária nos restaurantes.* (CTP)

Também incluímos no âmbito das estruturas de SE decausativo aquelas que denotam situações de **mudança social ou cultural**. Nestes casos, a entidade que sofre a mudança não é nem um objecto, nem uma matéria, não sofrendo, portanto, mudanças de estado físico; também não é uma entidade humana nem animada, não sendo susceptível a mudanças psicológicas ou emocionais. Estes verbos que associamos a situações de mudança de estado social ou cultural dão conta de mudanças em construções sociais/culturais humanas, no sentido de constructos sociais ou culturais resultantes da actuação do homem, podendo ocorrer em estruturas transitivas causativas (879, 881, 883) e em estruturas intransitivas decausativas (880, 882, 884).

(879) *[...] o baixo preço das assinaturas **democratizou** um sistema antes reservado à elite.* (CTP)

(880) *Mas foi com a música de O Piano, de Jane Champion, que a música deste compositor **se democratizou** em definitivo [...].* (CTP)

(881) *Trata-se apenas de saber se a Comunidade é capaz de  **europeizar** o Leste [...].* (CTP)

(882) *Mas o gosto atravessou oceanos e  **europeizou-se**.* (CTP)

(883) *[...] os nove anos de rigor e pragmatismo  **modernizaram** a Espanha [...].* (CTP)

(884) *Enquanto que a maior parte das empresas vinícolas  **se modernizaram** [...].* (CTP)

Outros verbos que denotam mudanças de estado deste tipo são *americanizar, afrancesar, arabizar, banalizar, elitizar, feminizar, laicizar, massificar, ocidentalizar, politizar, trivializar, vulgarizar*<sup>149</sup>...

Situações de mudança de estado social/cultural também podem ser descritas com recurso a verbos como *agravar, intensificar* ou *dissipar*, como se verifica nos exemplos seguintes.

(885) *Depois de três despedimentos colectivos [...] a situação  **agravou-se**.* (CTP)

(886) *O abrandamento da economia nipónica  **intensificou-se** no terceiro trimestre [...].* (CTP)

(887) *A perspectiva sombria que se desenhava de acções de rua e greves  **dissipou-se** [...].* (CTP)

No entanto, precisamente os mesmos verbos podem também ser usados quando se descrevem situações de mudança de estado físico ou de estado psicológico, o que se constata a partir da análise dos exemplos do Quadro seguinte.

Mudanças de estado físico
(888) <i>O nevoeiro que existia <b> dissipou-se</b> [...].</i> ( <a href="http://www.cm-elvas.pt/turismo/historia.htm">http://www.cm-elvas.pt/turismo/historia.htm</a> )
(889) <i>Os ventos e a precipitação poderão <b> intensificar-se</b> progressivamente em Macau [...].</i> (CTP)
(890) <i>[...] a sua pubalgia crónica <b> agravou-se</b>.</i> (CTP)
Mudanças de estado psicológico
(891) <i>Os piores receios <b> dissiparam-se</b> logo de seguida [...].</i> (CTP)
(892) <i>[...] o medo <b> intensifica-se</b> enquanto o gato se aproxima [...].</i> ( <a href="http://www.serafimcarvalho.net/sm03.asp?idp=4">http://www.serafimcarvalho.net/sm03.asp?idp=4</a> , acedido a 24/06/2010)
(893) <i>[...] os ódios <b> agravaram-se</b> [...].</i> (CTP)
Mudança de estado social ou cultural
(894) <i>[...] o ambiente de crise que se instalara à volta do assunto <b> dissipou-se</b> [...].</i> (CTP)
(895) <i>[...] a guerra <b> intensificou-se</b> brutalmente nos últimos dias.</i> (CTP)
(896) <i>[...] as crises da agricultura e da indústria <b> agravaram-se</b>.</i> (CTP)

Quadro XLII: Predicadores que podem descrever diferentes mudanças de estado

<sup>149</sup> Sobre a estrutura semântica e argumental deste tipo de verbos, maioritariamente deadjectivais, consulte-se Rio-Torto (2004).

Constata-se, portanto, que para além dos verbos especialmente vocacionados para descreverem cada um destes três tipos de mudanças (de estado físico, de estado psicológico, de estado social/cultural), existe também um grupo de verbos que, consoante as características da entidade que sofre a mudança em causa (e que na estrutura sintáctica se manifesta como objecto das estruturas transitivas causativas ou como sujeito das intransitivas decausativas), podem denotar vários tipos de mudanças de estado, sendo tendencialmente associados a uma mudança gradual ou progressiva<sup>150</sup>.

### 3.4. Predicadores: caracterização sintáctico-semântica

Os verbos que encontramos nas estruturas decausativas de SE são necessariamente verbos cuja estrutura semântica inclui dois argumentos, um deles uma Causa. Trata-se, de forma mais específica, de verbos que admitem participar na chamada alternância causativa, isto é, consentem uma materialização sintáctica transitiva causativa (897, 899) ou intransitiva decausativa (898, 900).

(897) *O rebentamento **estilhaçou** as janelas da sede do HDZ croata no centro da cidade [...].* (CTP)

(898) *Portas e janelas [...] rebentaram e **estilhaçaram-se**, mas não houve quaisquer danos pessoais a registar.* (CTP)

(899) *A queda do dólar **preocupou** os investidores, especialmente os europeus.* (CTP)

(900) *Monnet em 1919 **preocupou-se** com esse tema [...].* (CTP)

De forma mais precisa, e como explicam Cennamo, Eythórsson e Barodal (em publicação: 3), os verbos que ocorrem nestas estruturas são obrigatoriamente verbos que não impõem restrições sobre as propriedades semânticas do respectivo argumento externo, podendo este assumir-se como uma Causa, um Agente, um Instrumento.... Por isso, estão impedidos de participar nas estruturas de alternância causativa verbos que verbalizem acções necessariamente agentivas (*assassinar*) ou que impliquem métodos ou instrumentos específicos (*pintar, desenhar...*).

<sup>150</sup> A propósito destes verbos, afirma Mendes (2002: 29) que o seu significado “expressa a gradação de um estado e a natureza desse estado depende das propriedades semânticas do OD, pelo que o verbo não lexicaliza ele próprio nenhum estado específico. [...] A pluralidade de sentidos em contexto destes predicados decorre da vaguidade ou subespecificação do seu significado: não é possível identificar uma lista finita dos seus significados, mas sim um único significado subespecificado e actualizado em contexto”.

No seu uso decausativo, os verbos de alternância causativa constroem-se apenas com um argumento sintacticamente realizado, o argumento interno, que surge na linearidade frásica como sujeito. O argumento Causa tem presença opcional na sintaxe. Quando ocorre, manifesta-se através de um adjunto (sintagma preposicional ou subordinada adverbial).

Os verbos das estruturas decausativas de SE caracterizam-se por, semanticamente, codificarem mudança ou gradação de estado. São maioritariamente verbos de mudança de estado físico (*partir, quebrar, estilhaçar, derreter, evaporar*), de mudança de estado psicológico (*alegrar, preocupar, afligir, entusiasmar*) ou de mudança de estado social (*democratizar, europeizar, ocidentalizar, vulgarizar*). Alguns verbos (*intensificar, acentuar, agudizar, atenuar, dissipar*) vêem o seu significado matizado em função da articulação com as propriedades léxico-conceituais do SN sujeito, podendo descrever mudanças de estado físico, psicológico ou social.

Para além de denotarem diferentes mudanças de estado, as estruturas decausativas de SE também não formam um conjunto homogéneo no que respeita à composição interna ou à duração e delimitação temporal dos eventos que descrevem, razão pela qual se justifica uma análise, ainda que sumária, das propriedades aspectuais associadas a estas estruturas.

Como temos vindo a sublinhar, os verbos que têm ocorrência nas estruturas decausativas de SE denotam essencialmente mudanças de estado ou Transições, que podem ser simples ou graduais<sup>151</sup>. Ou seja, os verbos das estruturas em análise podem dar conta de eventos com duração ínfima ou pouco expressiva (*partir, estilhaçar*), ou designar processos graduais, necessariamente mais prolongados no tempo, que se dirigem para um determinado ponto (*dissipar, acentuar, democratizar*).

Tendo em conta o comportamento das estruturas decausativas de SE quando sujeitas a vários testes<sup>152</sup> para aferir se denotam transições simples ou graduais, é possível definir dois grupos diferentes: num

---

<sup>151</sup> Para Pustejovsky (1988), uma Transição implica a existência de dois subeventos que descrevem estados de coisas opostos, assumindo-se o primeiro como negação do segundo. É isso que se verifica nas seguintes estruturas decausativas de SE.

- I. *O vidro partiu-se com a força do vento.*
- II. *A Joana assustou-se com o ruído dos trovões.*

A estrutura (i) descreve uma transição ou mudança de estado que opõe um estado inicial [- partido] a um estado final [+ partido] ao passo que a estrutura (ii) dá conta da passagem de um estado inicial [- assustado] a um estado final [+ assustado].

<sup>152</sup> Conscientes da proximidade entre a pontualidade/gradualidade da mudança de estado codificada por um dado verbo e as propriedades da estrutura sintáctica em que o mesmo se integra, vários autores propuseram, ao longo dos anos, múltiplos testes

deles incluem-se as estruturas que codificam mudanças de estado que afectam a integridade física dos objectos afectados e muitas das que descrevem mudanças de estado psicológico; noutra inserem-se estruturas que verbalizam mudanças nas propriedades físicas dos materiais e mudanças sociais/culturais. Os verbos que permitem descrever diferentes mudanças de estado em função das características semânticas do respectivo sujeito incluem-se, independentemente do tipo de mudança que codifiquem, no segundo grupo. As estruturas que incluímos no primeiro grupo dão conta de transições simples, com uma duração temporal mínima. As que se enquadram no segundo grupo descrevem transições graduais. Denotando uma mudança de estado pontual, imediata, as transições simples correspondem a culminações (ou *achievements*), enquanto as transições graduais, verbalizando mudanças de estado que se dão (que se podem dar) de forma prolongada, logo, não pontual, correspondem a processos (ou *accomplishments*). No quadro seguinte, organizamos as estruturas decausativas de SE de acordo com a delimitação ou duração temporal dos eventos que descrevem. Os exemplos que elencamos dão conta do comportamento destas estruturas perante alguns testes que permitem aferir o carácter [+/- pontual] da transição descrita, como a possibilidade de inserção do operador aspectual *ainda*, de adjuntos durativos ou de formas perifrásticas de gerúndio.

Transições simples ( <i>achievements</i> )		
Estruturas de mudança	de estado físico que denotam situações que afectam a integridade física do objecto afectado	(901) *A janela ainda está a <b>partir-se</b> com a tempestade. (902) *A janela vai- <b>se partindo</b> lentamente com a tempestade.
	de estado psicológico	(903) *A Joana ainda está a <b>assustar-se</b> . (904) *A Joana vai- <b>se assustando</b> lentamente.

para aferir o modo como a presença de verbos denotando transições simples ou transições graduais se reflecte nas estruturas gramaticais. Como explicam Fernandez Lagunilla e Miguel (1999), os verbos que denotam transições simples distinguem-se dos que descrevem transições graduais pelo facto de os primeiros não admitirem entrar em construções com o operador aspectual *ainda* e também pelo facto de não aceitarem ocorrer em formas perifrásticas de gerúndio. Fábregas (2002: 483) explicita ainda que os verbos de realização gradual são compatíveis com adjuntos durativos (*durante x tempo*) e com a perífrase *deixar de*, tendo, neste caso, a interpretação de que a situação teve lugar, mas foi interrompida.

Transições graduais ( <i>accomplishments</i> )		
Estruturas de mudança	que denotam alterações nas propriedades físicas dos materiais	(905) <i>O gelado ainda está a <b>derreter-se</b>.</i> (906) <i>O gelado <b>derreteu-se</b> durante duas horas.</i>
	de estado social/cultural	(907) <i>Esse país ainda está a <b>democratizar-se</b>.</i> (908) <i>Esse país <b>democratizou-se</b> de forma evidente durante os últimos vinte anos.</i>
Estruturas construídas com verbos que, em função das propriedades semânticas do respectivo sujeito, descrevem diferentes tipos de mudanças		(909) <i>O neveiro ainda está a <b>dissipar-se</b>.</i> (910) <i>Os receios vão-<b>se dissipando</b>.</i> (911) <i>A crise <b>dissipou-se</b> durante as últimas duas semanas.</i>

Quadro XLIII: Carácter [+ gradual] ou [+ pontual] das transições descritas pelas estruturas decausativas de SE

De acordo com alguns autores, sobretudo italianos (e.o., Jezek, 2003; Cennamo, 2010), a presença ou ausência do clítico SE nas estruturas decausativas estará precisamente relacionada com as características aspectuais das mesmas. Segundo Jezek (2003: 179), “[...] il *si* costituisce una marca che focalizza una specifica fase della struttura eventiva [...] laddove entrambe costruzioni [+ *si*] e [- *si*] predicano un cambiamento nello ‘stato di cose’ che precede l’evento, in presenza del *si*, il focus dell’interpretazione è sul risultato del cambiamento; in assenza del *si* [...] il focus dell’interpretazione è sull’avvenimento in sé como ‘qualcosa che accade nel mondo’”. Ou seja, na perspectiva desta autora, que se reflecte também na proposta de Cennamo (2010), em italiano a presença de *si* está associada a uma focalização do estado resultante, ao passo que a sua ausência permite dar mais relevo ao processo de mudança propriamente dito.

Apesar da regularidade que a aplicação de tal proposta traria aos dados do Português, já que também há grande flutuação no que respeita à presença ou ausência de SE junto às formas decausativas dos verbos de alternância causativa, a verdade é que não nos parece que existam diferenças aspectuais notórias entre ocorrências de um mesmo verbo com e sem a presença do clítico SE. Vejamos alguns exemplos.

(912) *De acordo com as primeiras informações divulgadas pela Benetton-Renault, a peça que **partiu** é fabricada por um fornecedor externo [...].* (CTP)

(913) *A etapa ficou ainda marcada pela desistência do britânico Finley Stephen, que era nono quando **se partiu** a suspensão do seu Ford.* (CTP)



(914) *Curiosamente, na Alemanha os problemas de ontem não foram provocados por avalanchas de neve mas por inundações de neve que **derreteu** depois das primeiras horas de Sol em vários dias.* (CTP)

(915) *Sich pensa que o coração do reactor **se derreteu** e que essa massa, semelhante a lava incandescente, fundiu a cuba do reactor [...].* (CTP)

(916) *Um dos barcos **afundou** com todos os passageiros.* (CTP)

(917) *Vinte e seis pessoas, a maioria das quais mulheres e crianças, morreram [...] quando o barco de pesca que as transportava **se afundou**.* (CTP)

Na realidade, em (912, 914, 916) poderia estar presente o clítico SE, como em (918-920), nada se alterando no que respeita à natureza aspectual do predicado.

(918) *De acordo com as primeiras informações divulgadas pela Benetton-Renault, a peça que **[se]** **partiu** é fabricada por um fornecedor externo.*

(919) *Curiosamente, na Alemanha os problemas de ontem não foram provocados por avalanchas de neve mas por inundações de neve que **[se]** **derreteu** depois das primeiras horas de Sol em vários dias.*

(920) *Um dos barcos **afundou[-se]** com todos os passageiros.*

Uma vez que, como demonstram os exemplos anteriores, a proposta de análise destas autoras italianas se revela pouco operacional quando aplicada a dados do Português, parece-nos que talvez possamos procurar a justificação para esta opcionalidade de SE na própria variação da língua. Por um lado, a perda de SE decorre, em nosso entender, do carácter menos reflectido do uso da língua. Em contextos menos formais e mais oralizantes o falante pode ter tendência a deixar cair o clítico. Quando os enunciados resultam de reflexão prévia, é mais difícil que este elemento seja omitido. Esta tendência para a perda do clítico pode explicar-se, por outro lado, em termos diacrónicos, conforme indicam, em estudos aplicados ao PB, autores como Souza (1999) e Ribeiro (2010). Este último autor afirma que “[...] a utilização do clítico nas incoativas no PB sofreu uma mudança: da utilização obrigatória para a não utilização do clítico SE”, explicando, também que “os verbos que ainda utilizam o clítico SE, sem nenhuma motivação aparente, seriam aqueles de uso menos frequente, o que indicaria que o processo de mudança da regra

ainda estaria ocorrendo. Esta mudança em andamento ainda explicaria o caso dos verbos que alternam com e sem o clítico, bem como as diferenças entre os dialetos do PB em relação à utilização de SE nas incoativas” (Ribeiro, 2010: 114-115)<sup>153</sup>. Aliás, esta é uma tendência em forte progressão noutras variantes do Português. Como afirma Gonçalves (2002: 233), no Português de Moçambique assiste-se a uma reanálise dos critérios de utilização dos clíticos reflexivos não argumentais que consiste na tendência para “[...] supressão dos PP [pronomes pessoais] inacusativos do PE [...]”.

Voltando à análise dos verbos usados nas estruturas decausativas, há que referir, porque este facto parece ter também uma estreita relação com a presença ou ausência de SE, que muitos destes verbos são morfologicamente complexos. Nas estruturas decausativas encontramos verbos deadjectivais que, em muitos casos, podem descrever uma mudança de estado físico, psicológico ou social/cultural. Alguns desses verbos são *adensar*, *intensificar* ou *agudizar*. Há também verbos deadjectivais que codificam prototipicamente situações de mudança de estado psicológico, como *alegrar* ou *entristecer*. Quando as situações verbalizadas são de mudança de estado social/cultural recorre-se tendencialmente a verbos deadjectivais sufixados em *-izar*, como *africanizar*, *arabizar*, *banalizar*, *uropeizar*, *internacionalizar*, *liberalizar*, *vulgarizar*...Embora não se revelem tão frequentes, são também muitos os verbos denominais que participam na alternância causativa, podendo denotar mudanças de estado psicológico (*alarmar*, *assustar*, *enfurecer*, *encolerizar*, *escandalizar*, *horrorizar*) ou de mudança de estado físico (*estilhaçar*, *fragmentar*, *danificar*)<sup>154</sup>. Ainda que sejam apenas tendências, é possível verificar que os verbos denominais, sobretudo quando denotam mudanças de estado psicológico, são bastante resistentes à queda do clítico SE.

---

<sup>153</sup> Ribeiro (2010) propõe um interessante estudo da distribuição do clítico SE nas estruturas incoativas do PB. Uma abordagem deste tipo certamente trará resultados mais objectivos sobre o comportamento das estruturas do PE. No entanto, tal estudo não poderá ser levado a cabo neste momento, assumindo-se como uma temática a explorar em trabalhos futuros.

<sup>154</sup> Sobre a estrutura argumental dos verbos heterocategoriais como os que aqui estudamos (por exemplo, *assustar*, *danificar*, *enfurecer*, *estilhaçar*, *encolerizar*, *escandalizar*, *horrorizar*), veja-se Rio-Torto (2004b).

Verbos denominais	Mudança de estado psicológico	(921) A Joana <b>alarmou-se</b> com a notícia. (922) *A Joana <b>alarmou</b> com a notícia. (923) A Joana <b>assustou-se</b> com a notícia. (924) *A Joana <b>assustou</b> com a notícia. (925) A Joana <b>enfureceu-se</b> com a notícia. (926) *A Joana <b>enfureceu</b> com a notícia. (927) A Joana <b>enervou-se</b> com a notícia. (928) *A Joana <b>enervou</b> com a notícia.
	Mudança de estado físico	(929) Em consequência da explosão, o vidro <b>estilhaçou-se</b> . (930) *?Em consequência da explosão, o vidro <b>estilhaçou</b> . (931) Em consequência da explosão, o vidro <b>fragmentou-se</b> . (932) *?Em consequência da explosão, o vidro <b>fragmentou</b> . (933) Em consequência da explosão, o vidro <b>danificou-se</b> . (934) *Em consequência da explosão, o vidro <b>danificou</b> .

Quadro XLIV: Omissão/manutenção do clítico nas estruturas decausativas com verbos denominais

O comportamento dos verbos que denotam mudanças de estado social, frequentemente de base deadjectival, é bastante regular quanto à presença/ausência de SE. Em estruturas com este tipo de verbos, é muito rara a omissão de SE. Vejam-se, a este propósito, os seguintes exemplos.

(935) A sociedade **paganizou-se** acentuadamente nas últimas décadas.

(936) \*A sociedade **paganizou** acentuadamente nas últimas décadas.

(937) O acesso à Internet **vulgarizou-se** em toda a Europa.

(938) \*O acesso à Internet **vulgarizou** em toda a Europa.

Também os verbos derivados, maioritariamente deadjectivais (*intensificar, agudizar, acentuar...*), que permitem dar conta de diferentes tipos de mudanças consoante as propriedades do respectivo sujeito, ocorrem, na maior parte dos casos, com o clítico. A ausência de SE resulta em estruturas pouco aceitáveis.

(939) A dívida externa portuguesa **agudizou-se** com a crise.

(940) \*?A dívida externa portuguesa **agudizou** com a crise.

(941) Os receios **acentuaram-se** com o passar do tempo.

(942) \*? Os receios **acentuaram** com o passar do tempo.

(943) A tempestade **intensificou-se** ao cair da noite.

(944) \*? A tempestade **intensificou** ao cair da noite.

Esta análise dos verbos operantes nas estruturas decausativas de SE permitiu constatar que os mesmos são necessariamente verbos que participam na alternância causativa, admitindo, por isso, uma variante transitiva causativa e uma variante intransitiva decausativa. Semanticamente, são verbos que se distribuem por três grandes grupos: os que denotam mudanças de estado físico, os que codificam mudanças de estado psicológico e os que verbalizam mudanças de estado social. Existem também verbos que, em função das propriedades do respectivo SN sujeito podem dar conta de qualquer um destes três tipos de situações. Tendo em consideração as propriedades aspectuais das estruturas em que ocorrem, é possível distribuir os verbos das construções decausativas em dois grupos: aqueles que verbalizam situações pontuais e que, por isso, revelam um comportamento próximo do dos verbos de *achievement* e os que descrevem situações graduais, de duração mais prolongada no tempo e conducentes a um dado resultado final, próximos dos verbos de *accomplishment*. Há ainda a sublinhar a grande frequência de verbos morfologicamente complexos, sobretudo de adjectivais e denominais, nas estruturas decausativas de SE.

### 3.5. Sujeito: caracterização sintáctico-semântica e distribucional

O SN sujeito das estruturas de SE decausativo assume-se, independentemente do tipo de mudança de estado descrita, como materialização do argumento interno do predicador em questão. Ou seja, nas estruturas decausativas de SE encontramos como sujeito o mesmo SN que nas estruturas transitivas causativas correspondentes figura como objecto directo. Esta correspondência verifica-se nas estruturas seguintes.

Mudança de estado físico	(945) O calor <b>derreteu</b> [o bolo de bolacha] <sub>OD</sub> . (946) [O bolo de bolacha] <sub>SU</sub> <b>derreteu-se</b> (com o calor).
Mudança de estado psicológico	(947) O atraso da Marta <b>afligi</b> [a D. <sup>a</sup> Rosa] <sub>OD</sub> . (948) [A D. <sup>a</sup> Rosa] <sub>SU</sub> <b>afligi-se</b> (com o atraso da Marta).
Mudança de estado sócio-cultural	(949) As novas tecnologias <b>globalizaram</b> [as amigas] <sub>OD</sub> . (950) [As amigas] <sub>SU</sub> <b>globalizaram-se</b> (com as novas tecnologias).

Quadro XLV: Manutenção do papel temático associado ao OD das estruturas transitivas e ao SU das decausativas correspondentes

Também em termos semânticos há correspondência entre o SN objecto directo da estrutura transitiva causativa e o SN sujeito da estrutura intransitiva decausativa, conforme se verifica a partir dos exemplos anteriores. Os SNs objecto directo de (945) e (949), respectivamente “o bolo de bolacha” e “as amigas”, que funcionam como Tema das estruturas transitivas causativas, mantêm o mesmo papel temático nas estruturas decausativas correspondentes. No caso de (947), cujo objecto directo é semanticamente um Experienciador, o sujeito da estrutura intransitiva decausativa (948) assume-se igualmente como Experienciador.

As características semântico-conceituais do SN sujeito das estruturas decausativas de SE são determinantes para a configuração do significado global destas construções, uma vez que, como constatámos anteriormente, um mesmo predicador pode denotar diferentes tipos de mudanças de estado em função das propriedades do respectivo sujeito.

O sujeito das estruturas que verbalizam mudanças de estado físico tem, por norma, referentes que pertencem ao conjunto dos objectos ou matérias. O SN sujeito das estruturas decausativas de SE que descrevem mudanças de estado físico que afectam a integridade do objecto denota objectos (951-954) ou elementos naturais (955-957).

(951) [...] o mastro **quebrou-se** num momento em que nem havia grandes forças a actuarem sobre ele. (CTP)

(952) Segundo a agência Antara, o aparelho **partiu-se** em três partes [...]. (CTP)

(953) Mas a escada **partiu-se** e o bombeiro salvador caiu também à água. (CTP)

(954) O nariz do avião bateu na pista logo após a aterragem e, com o choque, o aparelho **partiu-se** em dois. (CTP)

(955) [...] uma das palmeiras **partiu-se** na operação de transplante [...]. (CTP)

(956) Parte da arriba da praia da Areia Branca **desmoronou-se** em 2005. (<http://aeiou.expresso.pt/obras-na-areia-branca-lourinha-depois-do-verao=f572648>)

(957) [...] o calcário [...] **fragmentou-se** em fracções mais finas. (CTP)

Também nas estruturas decausativas de SE em que se descrevem situações de mudança de posição/orientação ou modo de estar, o SN sujeito denota tipicamente um objecto (958-959). Em alguns casos, porém, pode denominar uma substância ou matéria (960-961).

(958) A porta **fechou-se** atrás da mulher, parada no meio do quarto iluminado pela luz bruxuleante duma vela, de cabeça baixa, os braços cruzados sobre o peito. (CDP)

(959) Ainda devido à intempérie, o transbordador que fazia a ligação fluvial entre Monção e Salvaterra do Minho, na Galiza [...] **soltou-se** ontem do cais onde estava atracado [...]. (CDP)

(960) Ainda segundo o ambientalista, o crude **derramou-se** a 60 quilómetros de Usinsk [...]. (CTP)

(961) [...] o leite **entornou-se** todo dentro do saco dos presentes. (<http://www.slideshare.net/ademoliveira/lenda-do-bolo-rei>)

Já o sujeito das estruturas decausativas de SE que codificam mudanças nas propriedades físicas do objecto afectado denota matérias ou substâncias, sobretudo no caso de estruturas que descrevem alterações no estado físico da matéria (962-963). Por seu turno, as estruturas que dão conta de mudanças na forma, consistência ou aparência exibem como sujeito SNs com características léxico-conceptuais muito variadas, conforme se verifica em (964-966).

(962) Quando o sol começou a subir, o gelo e a neve **derreteram-se**, dando início a uma queda de pedras. (CTP)

(963) [...] segundo Schroeder, uma boa parte desse petróleo **evaporou-se** para a atmosfera. (CTP)

(964) A superfície **enrugou-se**, dando origem a longos “sulcos bem vincados” [...]. (<http://comunidade.sol.pt/blogs/joanac/default.aspx>)

(965) Sem exercício, os músculos **atrofiam-se** e perdemos força [...]. (<http://nutricionista.com.pt/>)

(966) Daí em diante a fonte **secou-se** e ninguém mais teve a suprema felicidade de ver a esteira ou a infelicidade de encontrar o mouro. (<http://www.lendarium.org/narrative/a-mourinha-de-bensafrim/?tag=408>)

Nas estruturas decausativas de SE, quando associados a sujeitos que denotam substâncias ou fenómenos naturais, verbos como *acentuar*, *intensificar*, *dissipar* ou *desvanecer* descrevem mudanças de estado físico, denotando, mais propriamente, situações de aparecimento/desaparecimento ou de atenuação/intensificação da entidade denotada pelo SN sujeito.

(967) *Só cerca de hora e meia mais tarde, quando o fumo começou a **dissipar-se**, foi possível fazerem as buscas [...].* (CTP)

(968) *[...] as nuvens **desvaneceram-se** e deram lugar ao sol.* (<http://obloguedolousada.blogspot.com>)

No caso das estruturas de SE de mudança de estado psicológico prototípicas, o SN sujeito é semanticamente um Experienciador que denota a pessoa (ou, pelo menos, a entidade animada) que experiencia ou vivencia a mudança de estado em questão, à semelhança do que ocorre em (969-971).

(969) *Os jogadores israelitas **assustaram-se** com a entrada de leão do adversário [...].* (CTP)

(970) *[...] os senegaleses e nigerianos **enfureceram-se** com os polícias [...].* (CTP)

(971) *Guterres **entusiasmou-se** com as maravilhas tecnológicas [...].* (CTP)

Estruturas como as de (972-974) também codificam mudanças de estado psicológico. No entanto, nestes casos, o SN sujeito não denota uma entidade humana, mas antes uma sensação ou um sentimento que se acentua ou dissipa. Os verbos usados nestas estruturas pertencem ao grupo, já antes referido, de verbos cuja significação se altera em consonância com as propriedades semânticas do SN sujeito.

(972) *Os receios **dissiparam-se** uma hora antes do início do comício [...].* (CTP)

(973) *As dúvidas sobre os países participantes **dissiparam-se** há um mês [...].* (CTP)

(974) *[...] as esperanças num medicamento-milagre **desvaneceram-se** com os anos e as listas crescentes de mortos.* (CTP)

Este SN sujeito assume-se semanticamente como um Tema, correspondendo ao objecto directo de estruturas transitivas, como se verifica a partir da análise das estruturas seguintes.

(975) *Nos anos 50, a Ferreira e o seu mestre, José Nicolau de Almeida, **dissiparam** todas as dúvidas ao criar o Barca Velha, o mais prestigiado dos vinhos de mesa do país.* (CTP)

(976) *Contudo, as suas explicações não **dissiparam** todas as dúvidas.* (CTP)

É ainda possível que os mesmos predicadores descrevam situações de mudança de estado social/cultural. Neste caso, o SN sujeito denota, por norma, um evento resultante da actividade humana, como em (977-978).

(977) *A campanha **intensificou-se** com documentários na televisão e debates no Parlamento [...].*

(CTP)

(978) *Entretanto, porém, a guerra **intensificou-se** nos últimos dias [...].* (CTP)

Na realidade, o mais frequente é que, mesmo com verbos exclusivamente de mudança de estado social/cultural, estas estruturas tenham como sujeito um SN que denomina eventos ou actividades humanas, instituições ou criações sociais/culturais humanas.

(979) *O crime em Portugal **europizou-se**.* (CTP)

(980) *O uso de armas e a criminalidade **banalizaram-se** de tal forma nos EUA que [...].* (CTP)

(981) *A banda desenhada cresceu, [...] começou a ter outras preocupações, **politicizou-se** [...].* (CTP)

No Quadro seguinte, apontamos algumas características que marcam o sujeito prototípico das diferentes estruturas de SE decausativo anteriormente identificadas.

Estruturas de SE decausativo	Denotação do SU
Estruturas que denotam situações de mudança de estado que afectam a integridade física do objecto	Objectos ou construções materiais humanas Elementos naturais
(982) <i>Os pratos dentro dos armários da cozinha <b>quebraram-se</b>.</i> (CTP) (983) <i>Uma arribas <b>desmoronou-se</b> esta tarde na Praia do Vau, em Portimão.</i> ( <a href="http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?did=112283&amp;fid=92">http://www.rr.pt/informacao_detalhe.aspx?did=112283&amp;fid=92</a> )	
Estruturas que denotam mudanças nas propriedades físicas do objecto afectado, na sua consistência ou aparência	Matérias, substâncias Objectos
(984) <i>O lago provavelmente <b>evaporou-se</b> [...].</i> ( <a href="http://www.ccvalg.pt/astrologia/noticias/2009/06/19_lago_marte.htm">http://www.ccvalg.pt/astrologia/noticias/2009/06/19_lago_marte.htm</a> )	
Estruturas que denotam uma mudança involuntária na posição/orientação ou maneira de estar do objecto	Objectos ou construções materiais humanas Substâncias
(985) <i>Iceberg gigante <b>solta-se</b> de glaciador [...].</i> ( <a href="http://www.ionline.pt/conteudo/48725-iceberg-gigante-solta-se-glaciador-e-ameaca-circulacao-oceanica">http://www.ionline.pt/conteudo/48725-iceberg-gigante-solta-se-glaciador-e-ameaca-circulacao-oceanica</a> ) (986) <i>Um barco da Birmânia [...] <b>afundou-se</b> ontem ao largo da costa da Tailândia.</i> (CTP)	
Estruturas que denotam mudança de estado psicológico (com sujeito Experienciador)	Entidades animadas (maioritariamente humanas)
(987) <i>Segundo o relato da sua mãe, Eulogio Manikar <b>assustou-se</b> com este incidente [...].</i> (CTP) (988) <i>Os ladrões [...] <b>emocionaram-se</b> com o apelo televisivo do viúvo [...].</i> (CTP)	



Estruturas que denotam mudança de estado psicológico (com sujeito Tema)	Sentimentos ou sensações
(989) [...] <i>os meus receios <b>desvaneceram-se</b> no dia 12 quando fui fazer a outra eco [...]</i> . ( <a href="http://www.apfertilidade.org/phpBB2/viewtopic.php?p=130211&amp;sid=ebf6ff9034ea47b36fbb0b59d96b01ff">http://www.apfertilidade.org/phpBB2/viewtopic.php?p=130211&amp;sid=ebf6ff9034ea47b36fbb0b59d96b01ff</a> ) (990) <i>No entanto, as esperanças <b>desvaneceram-se</b> [...]</i> . ( <a href="http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/nobel-da-paz-1991-perto-da-liberdade">http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/nobel-da-paz-1991-perto-da-liberdade</a> )	
Estruturas que denotam mudança de estado social/cultural	Construções humanas sociais ou imateriais Eventos
(991) <i>Lisboa [...] não voltou a ser a mesma: os consumos culturais <b>democratizaram-se</b> [...]</i> . (CTP)	

Quadro XLVI: Alguns traços prototípicos do SU de diferentes estruturas de SE decausativo

Independentemente da sua significação, o sujeito das estruturas decausativas de SE ocorre, na sua posição não marcada, à esquerda do verbo, como em (992-994).

(992) [...] duas peças de fibra de carbono que sustentam as velas balão **quebraram-se** e as três velas **rasgaram-se** como papel [...]. (CTP)

(993) [...] os 500 figurantes **entusiasmaram-se** de tal modo que pelo menos um tornozelo e um nariz ficaram partidos. (CTP).

(994) Apesar disso, a sua importação clandestina **banalizou-se** nos últimos dois anos. (CTP)

São também possíveis, ainda que em muito menor número, estruturas de causativas de SE cujo SN sujeito ocorre em posição pós-verbal, como em (995-996).

(995) Em resumo, os Irmãos Marx são únicos, **quebraram-se** os moldes que os fizeram. (CTP)

(996) [...] num dia de crise de Março, **evaporaram-se** mais de mil milhões. (CTP)

O SN sujeito das estruturas decausativas de SE caracteriza-se ainda pela presença de determinantes na quase totalidade das ocorrências, o que está de acordo com o comportamento típico do sujeito em PE.

Em suma, nas estruturas decausativas de SE encontramos sujeitos cujas propriedades podem ser muito díspares em função das características do próprio predicador. De qualquer modo, é possível rastrear algumas tendências bastante definidas: nas estruturas decausativas de SE de mudança de estado físico são maioritários os casos de sujeito [- animado], denotando objectos ou substâncias; também o sujeito das estruturas de mudança de estado social/cultural se caracteriza, maioritariamente, pelo traço [-

animado], podendo designar múltiplas construções humanas não materiais, eventos ou actividades; já o sujeito das estruturas de mudança de estado psicológico exhibe maioritariamente o traço [+ animado]. Existe ainda um considerável grupo de verbos (*acentuar, agudizar, intensificar...*) cujo SN sujeito pode ter propriedades muito diferentes, sendo elas a determinar a significação global da estrutura, ao favorecerem uma leitura de mudança de estado físico, de mudança de estado psicológico ou de mudança de estado social/cultural.

Independentemente da leitura que suscitam as várias estruturas decausativas de *SE*, o respectivo sujeito corresponde à materialização do argumento interno do predicador em uso, assumindo o mesmo papel temático que é típico do objecto directo das estruturas transitivas causativas correspondentes. Apesar de corresponder a um argumento interno, este constituinte ocorre, na sua posição não marcada, à esquerda do verbo.

### **3.6. Considerações finais**

As estruturas decausativas de *SE* são estruturas que denotam mudança de estado, ocorrendo como variante intransitiva de alguns dos chamados verbos de alternância causativa. Estes caracterizam-se por serem verbos que admitem materializar-se através de uma estrutura transitiva ou de uma estrutura intransitiva, a qual, como referem autores como Zubizarreta (1985), Levin e Rappaport Hovav (1995), Duarte (2003a) e Pereira (2007), assenta em substanciais alterações na organização e materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em questão.

Na análise que propusemos, assumimos que ambas as variantes de um verbo de alternância causativa partilham a mesma estrutura semântico-temática, basicamente diádica, que recobre a presença de dois subeventos: um subevento causador, correspondente ao argumento temático Causa, e um subevento central, que dá conta da mudança de estado propriamente dita. Subjacente à variante transitiva destes verbos está a projecção destes dois argumentos temáticos (habitualmente Causa e Tema ou Causa e Experienciador) para a estrutura argumental: ao argumento Causa associa-se o argumento externo; ao argumento Tema/Experienciador associa-se o argumento interno. Estes, por sua vez, ocorrem na

estrutura sintáctica como sujeito e objecto directo, respectivamente. Nas estruturas decausativas, no entanto, o argumento *Causa*, a que se associa uma interpretação existencial que não interessa especificar, imobiliza-se na estrutura temática, não chegando a projectar-se na estrutura argumental que, assim, exhibe um único argumento: o argumento interno. Não tendo um argumento externo disponível na estrutura argumental, os predicadores em causa deixam de ter capacidade para atribuir caso acusativo e, por isso, o argumento interno vê-se impedido de ocorrer na sua posição sintáctica habitual (objecto directo), acabando por ocupar a posição de sujeito. Ou seja, este processo de reorganização argumental, a que chamamos decausativização, reanalisa um predicado sintacticamente transitivo num predicado intransitivo inacusativo (cf. Levin e Rappaport Hovav, 1995).

Nas estruturas intransitivas-decausativas a situação descrita continua, em nosso entender, a pressupor a presença da entidade causadora. No entanto, com base em motivações pragmático-discursivas, essa mesma situação é agora conceptualizada e codificada com uma outra focalização: não se sublinha a *Causa* da mudança, como nas transitivas, mas antes o processo da mudança e o respectivo resultado. Por isso a *Causa* ou não tem presença sintáctica ou, nos casos em que se torna presente na linearidade frásica, não ocorre com estatuto argumental, mas sob a forma de um adjunto.

A possibilidade de coocorrência de *SE* e deste adjunto causativo levou-nos a rejeitar a hipótese de que o clítico presente nestas estruturas receba o papel temático externo, assim se distanciando do *SE* que ocorre nas estruturas passivas. Nos contextos decausativos, *SE* não revela estatuto argumental, funcionando antes como um marcador que assinala a perda do argumento *Causa*. Não afirmamos, porém, que seja *SE* a espoletar a operação de decausativização, pois há estruturas decausativas em que o clítico nunca ocorre, mas antes que este clítico serve para sublinhar a omissão, ao nível da linearidade frásica, de um argumento, a *Causa*, assumindo-se assim como marcador decausativo.

No âmbito das estruturas decausativas de *SE*, propusemos, essencialmente com base em critérios semânticos, a definição de três grupos: (i) estruturas que denotam mudança de estado físico, (ii) estruturas que codificam mudança de estado psicológico e (iii) estruturas que verbalizam mudança de estado social/cultural. Constatámos, ainda, a existência de um considerável grupo de verbos, sobretudo

deadjectivais, que, em função das propriedades semântico-conceituais do SN sujeito, podem descrever qualquer uma das mudanças de estado anteriormente identificadas.

Na realidade, as propriedades do SN sujeito são determinantes para uma correcta caracterização e interpretação das estruturas de SE decausativo. Assim, se as estruturas em causa denotam situações de mudança de estado físico, o respectivo sujeito designa um objecto, uma substância ou um elemento natural. Se se trata de estruturas que codificam mudanças de estado psicológico, o SN sujeito tem como referentes, na maior parte dos casos, entidades humanas. Quando as entidades descritas pelo SN sujeito são construções sociais ou culturais, nomeadamente eventos, as estruturas em causa verbalizam, prototipicamente, mudanças de estado social/cultural.

Estas estruturas que dão conta de cenários de mudança de estado social correspondem, por norma, a situações de transição gradual, isto é, descrevem mudanças que se processam de forma não instantânea, o mesmo acontecendo com as estruturas que descrevem mudanças do estado físico da matéria. Todas estas estruturas revelam comportamentos que permitem aproximá-las das construções que descrevem *accomplishments*. Outras estruturas, no entanto, revelam propriedades próximas das dos *achievements*: trata-se de estruturas decausativas que codificam eventos pontuais, ou seja, dão conta de mudanças de estado com uma duração temporal mínima. As estruturas que verbalizam situações que afectam a integridade física do objecto afectado, codificadas por verbos como *partir, quebrar, rasgar*, e muitas das que denotam mudança de estado psicológico, verbalizadas por predicadores como *irritar, enfurecer, assustar* incluem-se tendencialmente no grupo das estruturas decausativas pontuais.

No Quadro sumariam-se algumas das propriedades típicas das estruturas de SE decausativo.

(In)transitividade da estrutura	▪ Estrutura intransitiva (motivação pragmático-discursiva)
Estatuto de SE	▪ Marcador que assinala a perda de um argumento ao nível sintáctico: o argumento externo Causa
Propriedades do SU	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [- animado], nas estruturas de mudança de estado físico e de mudança de estado social</li> <li>▪ [+ animado], nas estruturas de mudança de estado psicológico</li> <li>▪ [- intencional]</li> <li>▪ [+ Tema] ou [+ Experienciador]</li> <li>▪ Ocorre maioritariamente em posição pré-verbal</li> </ul>

Traços típicos dos predicadores	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Verbos que participam na alternância causativa</li><li>▪ Denotam mudança de estado (físico, psicológico ou social/cultural)</li><li>▪ Dão conta de transições simples ou graduais</li></ul>
---------------------------------	---

Quadro XLVII: Alguns traços prototípicos das estruturas de *SE* decausativo

#### 4. PARA UMA ANÁLISE GLOBAL DAS ESTRUTURAS DE *SE*

As estruturas de *SE* com ocorrência no actual corte sincrónico do PE ocultam, sob uma aparência superficial idêntica, uma série de características bastante diferentes, tanto ao nível sintáctico, quanto ao nível semântico e pragmático-discursivo. Por isso, de modo a melhor identificar e descrever essas estruturas, organizamo-las em três grupos: estruturas de *SE* anafórico, estruturas de *SE* impessoal e estruturas de *SE* decausativo. Das primeiras fazem parte as tradicionalmente designadas estruturas reflexas (*A Maria elogiou-se durante todo o jantar*) e estruturas recíprocas (*Eles elogiaram-se mutuamente*). Nas segundas incluem-se não só as construções que aqui denominamos estruturas de sujeito indeterminado (*Ainda hoje se morre de fome em África*), mas também as ditas passivas de *SE* (*Esses portáteis compraram-se em saldo*). As estruturas de *SE* decausativo correspondem a estruturas intransitivas decausativas de mudança de estado (*A neve derreteu-se ao raiar da manhã*).

Nas **estruturas reflexas e recíprocas**, *SE* tem estatuto anafórico, pois assume-se como uma unidade destituída de capacidade referencial, estando, por isso, dependente, a este nível, de um antecedente que, necessariamente, ocorre no mesmo domínio sintáctico mínimo. Neste aspecto, *SE* anafórico afasta-se das tradicionalmente chamadas formas pronominais de objecto directo (*o, a, os, as*), na medida em que estas nunca têm o seu antecedente no mesmo domínio sintáctico mínimo. Ainda assim, o facto de a comutação de *SE* por qualquer uma destas formas do paradigma dos pronomes pessoais de objecto ser possível contribui para sustentar a intuição de que este clítico se comporta, nos contextos reflexos e recíprocos, como manifestação sintáctica de um argumento interno.

Na realidade, a análise empírica que levámos a cabo nos capítulos anteriores permitiu constatar que nas estruturas de *SE* anafórico este operador se assume como um clítico com estatuto argumental, ocorrendo associado à posição de objecto e correspondendo à materialização do argumento interno dos predicadores a que se agrega. Estes são necessariamente verbos transitivos que exigem que os respectivos argumentos externo e interno exibam os traços [+ humano] ou, pelo menos, [+ animado].

As situações descritas pelas **estruturas reflexas** incluem um único participante que, no entanto, se assume como entidade que inicia a situação verbalizada pelo predicador e como entidade que dela sofre os efeitos. Consequentemente, os papéis temáticos associados a este tipo de situações, normalmente Agente e Tema<sup>155</sup>, sobrepõem-se, atenuando-se assim as nítidas diferenças que entre os dois se estabelecem quando denotam situações com dois participantes (habitualmente codificadas através de estruturas transitivas plenas). Estamos, assim, perante estruturas que contrariam um dos critérios básicos de definição da transitividade apontados no clássico trabalho de Hopper e Thompson (1980). Uma vez que não se verifica a total diferenciação entre os argumentos semântico-temáticos envolvidos, assiste-se a uma situação de atenuação de transitividade semântico-ontologicamente motivada, que se reflecte na linearidade frásica através da presença compactada e sintáctico-lexicalmente mitigada de um dos argumentos verbais, o argumento interno, realizado sob a forma de um clítico anafórico e, portanto, destituído de autonomia a vários níveis.

Nas **estruturas recíprocas** verifica-se igualmente a presença sintáctico-lexicalmente atenuada do argumento interno Tema, realizado mediante a presença do clítico anafórico *SE*. Apesar de decorrer também da sobreposição dos papéis Agente e Tema, a mitigação da presença sígnica do argumento interno nas estruturas recíprocas codifica uma situação extralinguística com contornos diferentes. Com efeito, contrariamente às estruturas reflexas, as recíprocas verbalizam situações em que participam obrigatoriamente pelo menos dois intervenientes, descrevendo, aliás, uma espécie de evento duplo: A age sobre B e B age sobre A. Assim, à estrutura temático-argumental dos predicadores que denotam este tipo de situações associam-se dois argumentos, cada um deles com dois papéis temáticos distintos. Tendo em conta a duplicação e sobreposição de papéis temáticos que está subjacente a estas estruturas, deixa também de ser nítida a diferenciação entre Agente e Tema, situação que conduz a uma mitigação, semântico-ontologicamente motivada, da expressão léxico-sintáctica da transitividade.

Também as **estruturas de *SE* apassivador** denotam situações em que participam (pelo menos) duas entidades, sendo que uma delas é, por norma, humana e dotada de intencionalidade. Trata-se de estruturas que verbalizam uma situação tipicamente transitiva, em que um participante actua sobre o

<sup>155</sup> Apesar de esta ser a tendência mais evidente, também é possível a ocorrência de outros papéis temáticos, como, por exemplo, Agente e Beneficiário ([A Joana]<sub>OD</sub> ofereceu-[se]<sub>OI</sub> [um fim de semana de total descanso]<sub>OD</sub>).

outro. Contrariamente ao que sucede nas situações reflexas e nas recíprocas, neste caso ambos os papéis temáticos estão perfeitamente diferenciados, não havendo entre eles qualquer sobreposição. No entanto, na linearidade frásica, um destes papéis temáticos – por norma um Agente – deixa de ter manifestação léxico-sintáctica explícita, situação que decorre, neste caso, não de motivações de base semântico-ontológica, mas antes de razões pragmático-discursivas: estas estruturas utilizam-se quando se pretende indeterminar a referência do Agente e mitigar a sua proeminência discursiva. Efectivamente, esta estratégia permite que se confira maior importância à entidade em que se reflectem as consequências da acção descrita pelo predicador, habitualmente um Tema, ou à própria acção.

Nas construções passivas de *SE*, este operador assume-se primordialmente como um operador diatésico, mais propriamente como um operador apassivador, tendo capacidade para alterar profundamente o modo como se materializa sintacticamente a estrutura temático-argumental dos predicadores a que se associa. Enquanto operador apassivador, *SE* impede o argumento externo de se materializar na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito, e inibe o verbo a que se agrega de atribuir caso acusativo. Não tendo caso acusativo disponível, o argumento interno vê-se impedido de se manifestar na posição de objecto, ocupando, por isso, a posição de sujeito, onde tem caso nominativo disponível a partir das marcas de flexão. Por sua vez, o argumento externo manifesta-se através do próprio clítico *SE*, assumindo-se, assim, como um argumento compactado, com uma presença léxico-sintáctica mitigada e com autonomia reduzida. Apesar de não surgir com a proeminência sintáctica que é típica do argumento externo – pois deixa de ocorrer na posição de sujeito sintáctico – e de estar associado a uma referência arbitrária, o clítico revela-se operacionalmente bastante influente, uma vez que congrega o estatuto argumental e o de operador diatésico, subsumindo, por si só, uma importante operação de (re)organização diatésica.

A atenuação da presença léxico-sintáctica do argumento externo e a sua despromoção discursiva não são características exclusivas das passivas de *SE*, verificando-se também, de certo modo, nas passivas perifrásticas, nas quais este argumento ocorre, sob a forma de um sintagma preposicional – o *sintagma por* –, apenas opcionalmente. Nas passivas de *SE*, no entanto, não é possível, no actual corte sincrónico, a presença simultânea deste sintagma *por* e do clítico, situação que nos leva a assumir, na linha do



defendido por Baker, Johnson e Roberts (1989) e por Brito, Duarte e Matos (2003), que este último, enquanto operador apassivador, funciona também como manifestação sintático-lexicalmente compactada do argumento externo, absorvendo o papel temático que lhe está associado e impedindo, assim, que o mesmo se faça presente através de um sintagma preposicional.

As **estruturas de sujeito indeterminado**, tal como as passivas de *SE*, são usadas quando se pretende indeterminar a referência de um dos argumentos seleccionados pelo predicador em questão. Ao passo que nas estruturas passivas de *SE*, o argumento indeterminado é sempre o argumento externo, habitualmente um Agente, neste caso, em função das propriedades do predicador em uso, esse argumento pode ser externo ou interno. Esta situação decorre do facto de, contrariamente às passivas, as estruturas de sujeito indeterminado admitirem construir-se com verbos de características muito diferenciadas: enquanto nas estruturas passivas de *SE* ocorrem apenas predicadores transitivos, nas de sujeito indeterminado podem surgir tanto predicadores transitivos, quanto predicadores intransitivos, sejam inergativos ou inacusativos.

Estas estruturas não assentam em alterações substanciais na organização e na materialização da estrutura temático-argumental dos predicadores em uso: nelas assistimos tão só à indeterminação do argumento que ocorre na linearidade frásica como sujeito e que, neste caso, se materializa através do clítico *SE*. Este assume-se, portanto, como um clítico argumental que, embora com capacidade referencial autónoma, não tem referência definida. Contrariamente ao que sucede nas estruturas de *SE* anafórico, nas estruturas de *SE* impessoal não há qualquer sobreposição ou duplicação de papéis temáticos, sendo a presença de *SE* determinada por motivações pragmático-discursivas associadas à indeterminação da referência da entidade humana (normalmente associada aos papéis de Agente e Tema) envolvida nas situações descritas. Assim, tal como nas passivas de *SE*, também nas estruturas de *SE* de sujeito indeterminado o clítico é assumido como manifestação léxico-sintacticamente atenuada do argumento semântico-temático a que se associa.

Ao contrário, quando usado nas chamadas **estruturas decausativas**, *SE* está associado a profundas alterações na organização e concretização da estrutura temático-argumental dos predicadores a que se agrega, necessariamente verbos que participam na alternância causativa, isto é, que admitem ocorrer

tanto em estruturas transitivas-causativas quanto em estruturas intransitivas-decausativas. Assumimos, como Levin e Rappaport Hovav (1995), entre outros, que a estrutura semântica destes predicadores que participam na alternância causativa é a mesma – uma estrutura temática biargumental –, quer estes se projectem numa estrutura sintáctica transitiva, quer se manifestem sintacticamente através de uma estrutura intransitiva. No entanto, neste último caso, o argumento Causa imobiliza-se na estrutura temática, não se projectando na estrutura argumental que, assim, se revela uma estrutura argumental monádica (incluindo apenas um argumento interno). Uma vez que ao argumento externo não se associa qualquer papel temático, o predicador deixa de ter capacidade para atribuir caso acusativo e, conseqüentemente, o argumento interno passa a materializar-se na linearidade frásica não na sua habitual posição de complemento, mas na posição de sujeito. Necessariamente, e tendo em conta que a estrutura argumental inclui apenas o argumento interno, a estrutura sintáctica resultante é uma estrutura intransitiva inacusativa. Nesta pode ter manifestação, no entanto, habitualmente sob a forma de um sintagma preposicional adjunto, o argumento Causa, situação que afasta estas estruturas das passivas de *SE*.

Com efeito, nas estruturas passivas de *SE*, como acima já sublinhámos, é impossível a coocorrência deste clítico e de um sintagma preposicional agentivo, manifestação do argumento externo, o que, na linha de análise que adoptamos, resulta do facto de, nas passivas, o próprio *SE* absorver o argumento externo, assumindo-se como manifestação formal do mesmo. Ora, não se verificando, nas estruturas decausativas de *SE*, esta impossibilidade de presença simultânea do clítico e de um sintagma preposicional que materialize a Causa espoletadora da acção descrita, depreendemos que, neste contexto, *SE* não assume carácter argumental. No entanto, uma vez que são relativamente frequentes os casos de estruturas inacusativas decausativas destituídas de *SE*, podendo o mesmo verbo ser ou não acompanhado pelo clítico, não é viável defendermos que este seja um operador decausativizador e intransitivizador. Assim, assumimos que, neste contexto em particular, *SE* funciona como marcador, isto é, como elemento que sinaliza (embora não a espoletando) a perda da causatividade associada às estruturas em que ocorre. Não tendo estatuto argumental, *SE* decausativo afasta-se, portanto, dos restantes usos até agora analisados.

Sumariadas algumas das propriedades das estruturas de *SE*, constata-se que estas se caracterizam pela atenuação da presença léxico-sintáctica de um dos argumentos seleccionados pelos predicadores em uso, situação que, em alguns casos, advém de alterações profundas na organização e na materialização sintáctica da estrutura temático-argumental. Ou seja, as estruturas de *SE* em análise decorrem de **alterações diatésicas** com distintos contornos que resultam na atenuação, a diferentes níveis e em diferentes graus, da **transitividade** destas construções.

A mais profunda alteração diatésica subjacente às estruturas de *SE* é aquela que dá origem às estruturas decausativas, pois pressupõe a fixação e imobilização do argumento semântico Causa na estrutura temática. Este argumento não chega a projectar-se na estrutura argumental e, conseqüentemente, não tem capacidade para aflorar na linearidade frásica com estatuto argumental. A construção resultante, assente numa diátese recessiva, inclui, por isso, como único argumento sintacticamente realizado o argumento interno Tema, que ocorre como sujeito. Efectivamente, e ao contrário do que sucede nas estruturas passivas, *SE* decausativo, podendo co-ocorrer com um adjunto causal, não revela estatuto argumental. O clítico também não se assume como operador diatésico, uma vez que a existência de vários verbos que admitem, no seu uso decausativo, a presença ou ausência de *SE* não permite que se perspetive o processo de decausativização como sendo por ele motivado. Assim, nestas estruturas, *SE* assume-se apenas como marcador diatésico, explicitando a perda argumental subjacente à estrutura em causa. Estamos, portanto, perante estruturas formalmente intransitivas, marcadas pela presença léxico-sintáctica de apenas um argumento (o argumento interno).

As estruturas passivas de *SE*, embora também assentes num profundo reajuste argumental, que passa pela permutação da correspondência entre estrutura temático-argumental e respectiva materialização sintáctica, não podem considerar-se, contrariamente às estruturas decausativas, estruturas de diátese recessiva. Neste caso, apesar de o sujeito corresponder, tal como nas estruturas decausativas, à materialização do argumento interno, o argumento externo não deixa de ter presença argumental na linearidade frásica, realizando-se através do clítico *SE*. Para além de funcionar como manifestação do argumento externo, *SE* opera também como indutor do processo de reestruturação argumental subjacente a estas estruturas, assumindo-se como operador apassivador.

Em função do estatuto duplo do operador *SE* nelas incluído, as estruturas passivas de *SE* têm de ser perspectivadas como um caso de detransitivização diferente daquele que está associado às estruturas decausativas de *SE*. Ao passo que nestas se assiste à total perda de manifestação léxico-sintáctica de um argumento, resultante da imobilização da Causa na estrutura temática, nas passivas ocorre uma minimização da presença sintáctico-lexical do argumento externo, que continua presente em todos os níveis de análise. Assim, concebendo-se a (in)transitividade como um *continuum*, as estruturas decausativas incluem-se no extremo da intransitividade sintáctica, pois exibem um único argumento sintacticamente realizado (o argumento interno), enquanto as estruturas passivas, que se ancoram na realização plena do argumento interno e na realização compactada e cliticizada do argumento externo, estarão num patamar de intransitividade sintáctica menos acentuado. Ainda que assentes em operações de reorganização argumental diferentes, ambas as estruturas resultam de uma semelhante perspectivação das situações que descrevem, dando-se primazia ao Tema e não ao Agente/Causa. Estamos, portanto, perante situações de detransitivização pragmático-discursivamente motivadas.

As estruturas reflexas e recíprocas são também estruturas de transitividade mitigada, embora, neste caso, a detransitivização seja de base ontológico-semântica: efectivamente, em ambos os casos, estamos perante situações em que não há uma clara separação entre Agente e Tema, o que desrespeita os critérios semânticos básicos para a definição da transitividade. Na realidade, as estruturas reflexas dão conta de situações que, por si mesmas, são já de transitividade ontologicamente reduzida, na medida em que a acção espoletada pelo Agente, nele se reflectindo, não chega a projectar-se noutra entidade. Não há, portanto, uma total diferenciação entre Agente e Tema, situação que ocorre também nos cenários recíprocos: nestes cada um dos participantes está associado tanto ao papel de Agente quanto ao de Tema. Esta sobreposição de papéis temáticos é verbalizada pela presença de *SE*, que se assume como argumento compactado e cliticizado, referencial e distribucionalmente não autónomo. Estamos, por isso, perante uma situação de atenuação da transitividade léxico-sintáctica resultante de motivações de base semântico-ontológica, assim se justificando a inclusão das estruturas reflexas e recíprocas num patamar de transitividade inferior ao das transitivas plenas, mas superior ao das estruturas passivas e decausativas.

A organização argumental que está subjacente às estruturas de SE de sujeito indeterminado reveste-se de alguma particularidade, pois, contrariamente aos casos já analisados, não assenta na reestruturação da correspondência entre estrutura temático-argumental e respectiva materialização sintáctica, nem resulta da sobreposição e indistinção semântico-ontológica dos argumentos envolvidos. Nestas estruturas, a presença do clítico, embora não decorra de substanciais reajustes argumentais, contribui também para compactar, cliticizando-a, a presença sintáctico-lexical do argumento externo sujeito (no caso de construções com verbos transitivos e inergativos) ou do argumento interno sujeito (nas construções com verbos inacusativos e nas construções passivas perifrásticas). Nas estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos transitivos assiste-se ao esvaziamento semântico-referencial do sujeito, tipicamente Agente, cuja referência se torna inespecífica ou indefinida, e à manifestação formal do mesmo através do clítico SE. Quando estamos perante estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos intransitivos, ocorre uma acentuação dessa intransitividade, no sentido em que o único argumento presente se manifesta sintáctico-lexicalmente através de uma forma cliticizada, exibindo também uma referência inespecífica. Estas estruturas, tal como as estruturas passivas de SE, resultam de motivações pragmático-discursivas, sendo seleccionadas pelo falante quando este pretende deixar imprecisa ou inespecífica a referência do sujeito frásico.

Em suma, constatamos que SE está, nas estruturas de SE decausativo, nas estruturas passivas de SE e nas estruturas de SE anafórico, associado a alterações mais ou menos substanciais na estrutura temático-argumental dos predicadores em uso e na respectiva manifestação sintáctico-lexical. Estas decorrem sobretudo de motivações semântico-ontológicas (estruturas de SE anafórico) e de motivações pragmático-discursivas (estruturas de SE impessoal e de SE decausativo). Fruto desta reorganização argumental, estas construções vêem reduzida a sua transitividade, em graus diversos, seja em termos semântico-ontológicos, seja em termos sintáctico-lexicais. No Quadro XLVIII procuramos, assim, dar conta do *continuum* de (in)transitividade a que estão associadas as estruturas de SE.

**[++ transitivo]** Estruturas transitivas padrão ou transitivas plenas → estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos transitivos → estruturas recíprocas → estruturas reflexas → estruturas passivas → estruturas decausativas → estruturas intransitivas padrão → estruturas de SE de sujeito indeterminado com verbos intransitivos **[++ intransitivo]**

Quadro XLVIII: Continuum de (in)transitividade das estruturas de SE

Esta gradação (in)transitiva ancora-se, como acima referíamos, em alterações mais ou menos pervasivas na articulação dos argumentos seleccionados pelos predicadores em causa. Delas dá conta o Quadro XLIX, em que se esquematiza a relação entre os participantes nas situações descritas pelas várias estruturas em causa, o número de argumentos constantes da estrutura temática e da estrutura argumental e ainda o número de argumentos com presença na linearidade frásica.

Estruturas	Participantes na situação extralinguística	Estrutura temática (n.º de argumentos)	Estrutura argumental (n.º de argumentos)	Argumentos com realização sintáctico-lexical
Transitivas padrão	2	2	2	1+1
De SU indeterminado com V transitivo	2	2	2	1 <sub>(-)</sub> +1
Recíprocas	2	2(x2)	2	1+1 <sub>(-)</sub>
Reflexas	1	2	2	1+1 <sub>(-)</sub>
Passivas	2	2	2	1+1 <sub>(-)</sub>
Decausativas	2	2	1	1
Intransitivas padrão	1	1	1	1
De SU indeterminado com V intransitivo	1	1	1	1 <sub>(-)</sub>

Quadro XLIX: Alterações na organização temático-argumental das estruturas de SE e na sua materialização sintáctica

Neste quadro, o símbolo (-) dá conta da atenuação da presença sintáctico-lexical de um dos argumentos seleccionados pelos predicadores em questão – materializado através do clítico SE –, situação frequentemente associada à mitigação da transitividade destas estruturas. Esta atenuação da transitividade, como anteriormente frisámos, pode ter motivações de base semântico-ontológica ou de base pragmático-discursiva, como se esquematiza no Quadro L.

Atenuação da transitividade das estruturas de <i>SE</i>	Motivações semântico-ontológicas	• estruturas de <i>SE</i> anafórico
	Motivações pragmático-discursivas	• estruturas de <i>SE</i> impessoal • estruturas de <i>SE</i> decausativo

Quadro L: Estruturas de *SE* - motivações de base semântica e motivações de base pragmático-discursiva

A diversidade das estruturas de *SE* que se reflecte nos quadros anteriores não pode dissociar-se das diferentes **propriedades do clítico** presente em cada uma destas construções: nos casos em que a de-transitivização é completa, isto é, em que se assiste à total eliminação sintáctica de um dos argumentos verbais, *SE* ocorre como clítico destituído de conteúdo argumental; nos casos em que a de-transitivização é gradual, *SE* funciona como manifestação formal compactada e cliticizada de um dos argumentos seleccionados pelo predicador em uso. Na realidade, os diferentes comportamentos e propriedades de *SE* nos vários contextos de uso estudados contribuem para sublinhar a ideia, defendida por autores como Galves e Abaurre (1996), Monge (2002) ou Brito, Duarte e Matos (2003), de que as construções de *SE* estudadas correspondem a diferentes estádios do processo de evolução diacrónica deste clítico.

Nas estruturas reflexas e recíprocas, *SE* exhibe estatuto argumental, ocorrendo associado à posição de objecto e funcionando como materialização do argumento interno seleccionado pelo predicador. Trata-se de contextos de uso em que o clítico, com valor referencial definido a partir do do respectivo antecedente, o SN sujeito, revela um comportamento próximo do da forma pronominal reflexa latina. Com efeito, como explica Cano Aguilar (1987: 256), “[...] parece cierto que el valor primitivo de se fue el ‘reflexivo’, y que de él surgieron todos los demás”, perspectiva também presente nas palavras de Monge (2002: 345) ao afirmar que “la historia del pronombre reflejo, desde la primera época del latín hasta nuestros días, consiste, pues, en una lenta pero continua expansión a otros empleos desde su reducida esfera primitiva”. Na realidade, *SE* anafórico é facilmente comutável por pronomes de OD/OI, o que corrobora a sua proximidade relativamente à sua função pronominalizadora inicial.

Estruturas como as que aqui analisamos no conjunto das decausativas de *SE* eram já usadas em Latim nas chamadas construções médias. Estas, que originalmente se construíam mediante o uso de formas verbais com morfologia passiva, passam posteriormente a incluir o operador *SE*, em resultado da “[...]”

proximidade semântica entre estruturas activas com *se* reflexo e as estruturas mediopassivas correspondentes: *se lavit – laveor* ‘lava-se’. A associação de *se* ou da morfologia passiva a uma dada forma verbal passam então a ser estratégias alternativas para exprimir a voz média: *moveri* ou *se movere*, ‘mover-se’ [...]. A estratégia “reflexiva” torna-se mais comum à medida que a passiva morfológica vai deixando de ter expressão em latim” (Martins, 2003: 20). Apesar de ter origem no SE pronome reflexo, este clítico que ocorre nas estruturas decausativas é destituído de uma série de propriedades que marcam o clítico reflexo, como, por exemplo, o seu estatuto argumental e a sua capacidade referencial. Na realidade, este uso afasta-se substancialmente do uso primitivo de SE, na medida em que nestas novas construções o clítico não é usado com a função típica do pronome reflexo, não permitindo a identificação referencial com o sujeito, não sendo comutável por pronomes do paradigma dos pronomes pessoais de OD/OI, e não tendo, assim, um “conteúdo substantivo pleno” (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003: 845). Trata-se, portanto, de um exemplo claro da deriva histórica de SE e do modo como os vários usos deste clítico se vão afastando daquela que foi a sua aceção primeira, enquanto clítico reflexo latino, caminhando para polifuncionalidade que hoje se verifica.

Esta diversificação de valores de SE acentuou-se com o surgimento de SE em estruturas de sentido passivo. Como sublinha Monge (2002: 351-352), “[...] el proceso de gramaticalización estaba ya muy avanzado en los dos primeros siglos de nuestra era y el resultado final (la pérdida progresiva de la fuerza personificadora del reflexivo que llega a utilizarse en los casos en que de ningún modo puede ser pensado el sujeto como actuante: *el libro se lee, la casa se vende*) estaba asegurado”. A natureza passiva destas novas estruturas, que coexistem com a passiva perifrástica, “é evidenciada pela limitação do âmbito da construção aos verbos transitivos, pela concordância obrigatória entre o verbo e o seu argumento interno, que assume o papel de sujeito gramatical, e pela expressão opcional do agente” (Martins, 2003: 20). Entretanto, no decurso dos séculos, a própria organização argumental subjacente às estruturas passivas de SE sofreu alterações, passando a ser interdita a coocorrência de SE e de um *sintagma-por* (cf. Nunes, 1991: 41-46).

Nestas estruturas passivas, vieram explicar estudos linguísticos muito posteriores (Naro, 1976; Nunes, 1991; Duarte *et alii*, 2001), SE poderá revelar um duplo estatuto: por um lado, assume-se como



manifestação sintático-lexical atenuada do argumento externo, por outro, funciona como operador apassivador, espoletando a permutação argumental típica das passivas e aproximando-se, assim, dos morfemas apassivadores com ocorrência nas perifrásticas. Dada esta duplicação funcional, e uma vez que, nestas estruturas, *SE* partilha a capacidade de reorganização argumental com a chamada “morfologia passiva”, parece-nos que *SE* passivo ilustra mais um estágio da evolução diacrónica de *SE*. Perdendo as propriedades típicas dos pronomes e aproximando-se de algum modo das unidades afixais (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003: 845), este uso do clítico pode ser um exemplo da tendência de gramaticalização que alguns autores (e.o., Cardinaletti e Starke, 1999) propõem estar associada aos clíticos, assumindo-a como base para esta multiplicação dos usos de *SE*.

A diversificação de usos de *SE* em português acentuou-se com o aparecimento das estruturas de *SE* de sujeito indeterminado, em que a interpretação do clítico se aproxima da dos pronomes indefinidos (cf. Reis, 1868). Segundo esclarece Posner (1996: 272), “in Spanish, Italian and Portuguese ‘impersonal *SE*’ was a post-medieval development which grew up when the grammars of the standard languages were being codified and when the vernacular was being used to treat of ‘serious’ topics, which lend themselves more to depersonalized, objective statements, focusing on the activity rather than the agent”. Com efeito, vários autores com trabalho aplicado aos dados do Português (Naro, 1976; Nunes, 1991; Martins, 2003) sublinham precisamente este aparecimento tardio de *SE* dito impessoal, relacionando a sua utilização com a de *SE* apassivador e aproximando-o do pronome pessoal de referência indeterminada do Francês, *on*. A propósito deste *SE*, Martins (2003: 21) explica que “no final do período medieval manifesta-se uma nova mudança que afecta as estruturas com *se*, incrementando a sua diversidade. [...] surgem a partir do século XV e tornam-se mais frequentes no século XVI frases [...] sem concordância entre o verbo e o seu argumento interno, evidenciando a emergência de estruturas activas em que *se*, e já não o argumento interno do verbo, se encontra associado à posição de sujeito”. A este novo *SE* vários autores atribuem traços bastante definidos, como os que Martins (2009) sublinha ao perspectivar o clítico como uma expressão referencial plena.

Fruto desta forte ampliação dos contextos de uso de *SE*, esta unidade exhibe hoje, nas várias estruturas em que ocorre, propriedades e comportamentos muito distintos, conforme se pode verificar no Quadro LI.

	SE anafórico		SE impessoal		SE decausativo	SE inerente
	reflexo	recíproco	indeterminador	apassivador		
Estatuto argumental	+	+	+	+	-	-
Manifestação do argumento externo	-	-	+	+	-	-
Manifestação do argumento interno	+	+	+	-	-	-
Referência dependente e definida	+	+	-	-	-	-
Referência autónoma e indeterminada	-	-	+	+	-	-
Operador diatésico	-	-	-	+	-	-
Marcador diatésico	-	-	-	-	+	-

Quadro LI: Síntese dos traços prototípicos dos vários usos de SE

Assim, para a caracterização das ocorrências do clítico SE em PE é fundamental que se tenham em conta (i) o seu **estatuto [+/- argumental]**, (ii) a sua **capacidade referencial** e (iii) a (im)possibilidade de funcionar como **operador** ou como **marcador diatésico**. O quadro LII dá conta do carácter [+/- argumental] dos diferentes usos de SE abordados ao longo deste trabalho.

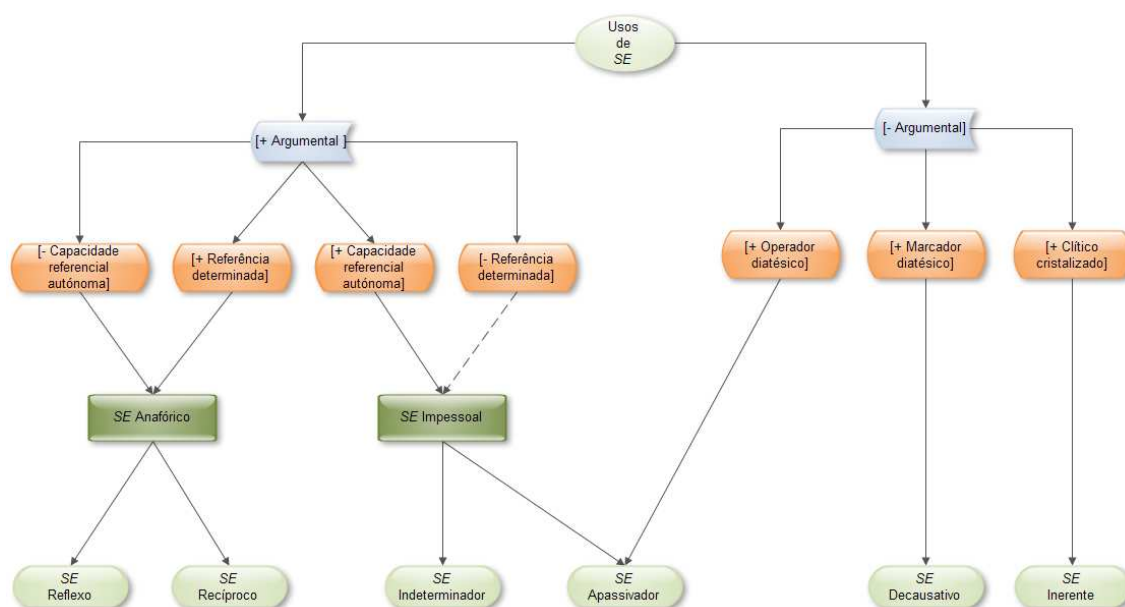
SE indeterminador	SE anafórico	SE apassivador	SE decausativo	SE inerente
[+ argumental]				
		[- argumental]		

Quadro LII: Carácter [+/- argumental] de SE

Por sua vez, os usos de SE [+ argumental] diferenciam-se em função da sua capacidade referencial. SE anafórico é referencialmente dependente, tendo um valor referencial determinado, coincidente com o do respectivo antecedente, o sujeito. SE impessoal é referencialmente autónomo, não dependendo de qualquer antecedente, e tem referência indeterminada ou inespecífica.

Apesar da indeterminação ou indefinição da referência de SE impessoal, indeterminador e apassivador, esta pode organizar-se num *continuum* de genericidade, desde uma referência universal ou genérica, sendo parafraseável por “as pessoas”, até uma referência mais restrita, que envolve o enunciador. Assim

sendo, é possível, em função das aporções de outros elementos frásicos (como a presença de indicadores aspectuais ou de marcadores deícticos), que a leitura associada a estas estruturas de SE impessoal – e ao clítico em particular – assumam, na realidade, diferentes graus de indeterminação (o que, no Esquema II, se representa através do uso de uma linha tracejada).



Esquema II: Propriedades dos diferentes usos de SE

Os usos de SE [- argumental] ocorrem (i) em contextos em que SE funciona como operador diatésico, propiciando uma substancial alteração na correspondência entre a estrutura temático-argumental e respectiva realização sintáctica, (ii) em contextos em que o clítico, embora também associado a uma profunda reestruturação argumental – que não espoleta –, sinaliza a perda de um argumento e (iii) em contextos em que o clítico é, claramente, uma unidade cristalizada, vazia de conteúdo semântico e morfo-sintáctico (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003: 843).

Apesar de procurarmos, nos parágrafos anteriores, dar conta das propriedades mais genéricas dos três principais usos de SE explorados ao longo deste trabalho, esta sistematização global não permite enfatizar algumas particularidades identificáveis dentro de cada um destes grupos de estruturas. Efectivamente, é possível definir, para cada grupo de estruturas de SE atrás delineado, vários subgrupos de estruturas com características semânticas ou formais próprias. No Quadro seguinte sumariamos algumas das propriedades dos vários subtipos de estruturas de SE analisadas ao longo deste trabalho.

Estruturas de SE	Subtipos de estruturas de SE		Traços prototípicos do SN sujeito	Papel temático associado ao SU
Anafórico reflexo	Prototípicas	de acção corporal	[+ animado] [+ humano] [+ intencional]	Agente
		de acção não corporal	[+ animado] [+ humano] [+ intencional]	Agente
	De fronteira	de dano corporal com SU Experienciador	[+ animado] [+ humano] [- intencional]	Iniciador não intencional Experienciador
Impessoal indeterminador	Com verbos transitivos		[+ humano] [+/- intencional] [- determinado]	Agente Experienciador
	Com verbos inergativos		[+ humano] [+ intencional] [- determinado]	Agente
	Com verbos inacusativos		[+ humano] [- intencional] [- determinado]	Tema
Impessoal apassivador	Passivas eventivas		[- humano] [- intencional]	Tema
	Passivas estativas		[- humano] [- intencional]	Tema
	Passivas atributivas		[- humano] [- intencional]	Tema
Decausativo	De mudança de estado físico		[- humano] [- intencional]	Tema
	De mudança de estado psicológico		[+ humano] [- intencional]	Experienciador
	De mudança de estado social		[- humano] [- intencional]	Tema

Quadro LIIIV: Subgrupos de estruturas de SE: traços prototípicos

Na realidade, as fronteiras que fomos definindo entre as várias estruturas de SE são, em muitos casos, bastante ténues e pouco rígidas, sendo difícil, para algumas estruturas, propor exactamente a sua localização no quadro que acima delineámos. As pontes que se estabelecem entre algumas estruturas de SE são frequentes e evidentes, permitindo, portanto, que, tendo em conta propriedades formais ou semânticas, se definam outros grupos e que se proponham outras classificações.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho analisámos as estruturas que, em PE actual, incluem o clítico *SE*, procurando reflectir não apenas sobre o estatuto e sobre o comportamento deste operador, mas também sobre a sua influência na determinação da organização interna e da interpretação de tais construções. Constatámos que, apesar da diversidade de estruturas em causa, é possível definir uma organização coerente das mesmas, assente em critérios sintácticos, semânticos e pragmático-discursivos. Para tal revelaram-se fundamentais, por um lado, a concepção da linguagem como uma capacidade cognitiva solidária e assente na permanente interacção entre as diferentes componentes que a constituem e, por outro, a articulação de noções e conceitos de vários domínios gramaticais: só assim foi possível analisar e descrever um operador que actua nas interfaces da gramática.

Em termos globais, a análise desenvolvida permitiu-nos responder a muitas das questões que estiveram na origem do presente trabalho, levando-nos, por exemplo, a concluir que, apesar da aparência superficialmente idêntica das estruturas de *SE*, estas revelam propriedades sintácticas e semânticas por vezes muito díspares, incluindo um *SE* que exhibe, no actual estágio do PE, características e comportamentos bastante diferentes entre si. Partindo desta constatação, identificámos quatro usos de *SE* principais – anafórico, impessoal, decausativo e inerente –, tendo analisado com maior detalhe os três primeiros.

Para a identificação destes usos de *SE*, assumimos este operador como um clítico especial, isto é, uma unidade lexical de estatuto intermédio entre a palavra e o afixo, com escassa autonomia ao nível prosódico e, em alguns casos, também ao nível referencial, e com uma distribuição sintáctica própria. Efectivamente, no PE *SE* revela-se prosodicamente dependente do seu hospedeiro, um verbo, e mostra-se também muito condicionado no que concerne à sua distribuição na linearidade frásica, pois está sujeito a determinantes muito específicas que orientam a sua posição relativamente à forma verbal a que se associa e a outros clíticos com os quais possa co-ocorrer. Em determinados contextos, *SE* é ainda deficitário em termos referenciais, estando dependente também a este nível, desta feita do seu antecedente, necessariamente presente no mesmo domínio sintáctico mínimo.

Na realidade, a estreita ligação que se estabelece entre o clítico *SE* e o seu hospedeiro verbal, para além de se revelar determinante para a diferenciação e caracterização dos vários usos do clítico, sublinha a importância de que se reveste a análise dos predicadores verbais para a compreensão das estruturas de *SE*.

Com efeito, ao perspectivarmos os predicadores verbais como unidades dotadas de diferentes capacidades de selecção argumental e ao analisarmos o papel que *SE* desempenha aquando da manifestação sintáctica de tais argumentos na linearidade frásica, constatámos que este operador, apesar das semelhanças superficiais, nem sempre ocorre com estatuto argumental (situação que se verifica apenas com *SE* anafórico e *SE* impessoal), podendo surgir também como um operador diatésico que espoleta as operações de reorganização argumental subjacentes às estruturas passivas (*SE* apassivador), como um marcador associado à perda de manifestação sintáctica de um dos argumentos semânticos (*SE* decausativo), ou como uma unidade cristalizada, destituída de conteúdo semântico (*SE* inerente). Para tal, partimos de uma representação dos predicadores verbais assente em duas camadas estruturais – a estrutura temática e a estrutura argumental – relacionadas entre si segundo regras de ligação. Tendo em conta esta codificação, procurámos aferir de que modo a presença de *SE* se pode relacionar com eventuais alterações na correspondência entre os elementos constitutivos de cada uma dessas camadas e tentámos verificar se este clítico está associado a alterações na manifestação sintáctico-lexical destes argumentos na linearidade frásica.

Embora a análise que levámos a cabo nos tenha permitido delimitar quatro grupos principais de construções com *SE* – estruturas de *SE* anafórico, estruturas de *SE* impessoal, estruturas de *SE* decausativo e estruturas de *SE* inerente –, optámos por analisar aprofundadamente apenas os três primeiros grupos, pois as estruturas de *SE* inerente, pela natureza cristalizada do complexo verbal *V+SE*, exigem um estudo que se afasta do que propomos para as restantes estruturas e que implicaria uma profunda investigação diacrónica que extravaza as balizas do presente trabalho. A análise que levámos a cabo para cada um dos restantes grupos centrou-se na definição de subgrupos de estruturas de *SE* e na identificação das suas principais características tanto no que respeita às alterações temático-argumentais que lhes estão associadas e ao papel que *SE* nelas desempenha, quanto no que concerne ao tipo de

sujeito que exibem e aos predicadores que nelas têm ocorrência. Nos parágrafos seguintes daremos conta das principais conclusões a que chegámos relativamente a cada uma das classes de estruturas em estudo.

- a. Agrupámos sob a designação de **estruturas de SE anafórico** aquelas que tradicionalmente são conhecidas como estruturas reflexas (*A Joana inscreveu-se ontem*) e estruturas recíprocas (*Os amigos reencontraram-se no jardim*). Em comum estas estruturas têm o facto de o SE que nelas ocorre se assumir como um clítico anafórico, destituído de capacidade referencial autónoma e, portanto, dependente a este nível do respectivo antecedente, o sujeito. Este clítico, que absorve caso acusativo, ocorre associado à posição de objecto, correspondendo à materialização significativamente atenuada do argumento interno, habitualmente um Tema. Esta atenuação da presença sintáctico-lexical do argumento interno na linearidade frásica, conseguida pelo recurso a um clítico, resulta de motivações semântico-ontológicas e conduz a uma diminuição – ainda que pouco encorpada – da transitividade associada a estas estruturas.

No caso das **estruturas reflexas**, que descrevem uma situação em que um único interveniente se assume como iniciador e alvo da acção em causa, a atenuação da transitividade resulta, sobretudo, da indiferenciação entre Agente e Tema, contrariando-se, assim, um dos critérios básicos de transitividade definidos na literatura dedicada ao assunto (cf. Hopper e Thompson, 1980). No âmbito das estruturas reflexas definimos vários subgrupos, sobretudo tendo em conta motivações semânticas e formais. Assim, distinguimos as estruturas reflexas prototípicas das de fronteira, incluindo nas primeiras as estruturas que denotam situações intencionalmente espoletadas pela entidade codificada pelo sujeito e agrupando nas segundas aquelas estruturas que, embora marcadas pela reflexividade, não exibem um sujeito dotado de intencionalidade. Nas estruturas reflexas prototípicas incluímos as reflexas de acção corporal, denotando situações associadas a uma grande expectativa de reflexividade, e as reflexas de acção não corporal, que descrevem situações cuja reflexividade é apenas esporádica. Nas estruturas reflexas de fronteira encontram-se aquelas que exibem um sujeito Experienciador (*A Maria conhece-se bem*) ou um sujeito Iniciador não intencional (*O rapaz magoou-se ao jogar futebol*).

Porque são muitas vezes incluídas no grupo das estruturas reflexas, abordámo-lo ainda, sob a designação de complexos *V+SE*, uma série de seqüências cristalizadas, que não admitem nunca a ausência de *SE* nem a sua comutação por pronomes pessoais de acusativo. Trata-se de usos de *SE* inerente, presentes em estruturas que incluem verbos de uso exclusivamente pronominal, que ocorrem obrigatoriamente com o clítico *SE*, desprovido de qualquer conteúdo referencial, e que resultam de processos de cristalização e de lexicalização ocorridos em estádios anteriores do português.

As **estruturas recíprocas**, também construídas com recurso ao clítico anafórico, dão conta de eventos com contornos bastante distintos daqueles que caracterizam as situações reflexas. Numa situação recíproca intervêm obrigatoriamente dois ou mais participantes, estando cada um deles associado a dois papéis temáticos, por norma Agente e Tema. Trata-se, portanto, de proposições que descrevem dois eventos inversamente coincidentes. Estamos, assim, perante uma situação de duplicação e de sobreposição de papéis temáticos, o que desrespeita os critérios de transitividade definidos na literatura sobre o tema (cf. Hopper e Thompson, 1980) e, portanto, conduz a uma diminuição da transitividade (tal como prototipicamente concebida) associada à estrutura em causa. Trata-se, no entanto, de uma de-transitivização menos acentuada do que aquela que associamos às estruturas reflexas, uma vez que nestas a minimização argumental resulta de uma situação extralinguística em que participa um único interveniente, cenário que não se verifica no caso das recíprocas. Em ambos os casos, no entanto, assiste-se à materialização sintático-lexicalmente atenuada de um dos argumentos, o argumento interno, o que atenua a transitividade das estruturas também a este nível.

- b. Nas **estruturas de *SE* impessoal** incluímos construções de *SE* que decorrem de um mesmo intuito pragmático-discursivo – a indeterminação da referência associada à entidade humana, Agente ou Tema consoante as propriedades dos predicadores em causa, subjacente às situações descritas. Sob esta designação ampla incluímos as estruturas passivas de *SE* e aquelas a que chamamos estruturas de *SE* de sujeito indeterminado.



As **estruturas passivas** de *SE* (*Analisaram-se os programas eleitorais*) verbalizam uma situação transitiva em que participam pelo menos dois intervenientes, associados geralmente aos papéis temáticos de Agente e de Tema. No entanto, e porque resultam de uma diferente perspetivação da situação por parte do falante, estas estruturas visam dar proeminência ao Tema ou à acção, relegando o Agente para segundo plano. Por isso, nestas estruturas, o papel temático Agente ocorre na linearidade frásica através do clítico *SE*, uma unidade destituída de autonomia a vários níveis e com referência indeterminável. *SE* ocorre também como operador apassivador propiciando a reorganização argumental típica das estruturas passivas: impede o argumento temático externo de se materializar na sua posição sintáctica habitual, a posição de sujeito, e inibe o verbo de atribuir caso acusativo, obrigando o argumento interno a ocupar a posição de sujeito. Em resultado desta profunda reorganização argumental, o argumento temático externo é absorvido pelo próprio clítico, que ocorre na linearidade frásica como manifestação compactada e cliticizada desse argumento, habitualmente um Agente. Assistimos, assim, a uma mitigação da transitividade associada a estas estruturas, na medida em que o argumento interno passa a ocorrer como sujeito e o argumento externo deixa de ter ocorrência na sintaxe na sua posição e na sua formatação habituais, surgindo, destituído de autonomia aos níveis prosódico e distribucional, numa posição de menor proeminência e num formato significamente minimizado (porque materializado através de uma unidade clítica). Neste caso, porém, a mitigação da transitividade resulta de motivações pragmático-discursivas, nomeadamente do intuito de indeterminar a referência do Agente e de lhe retirar relevância discursiva.

As estruturas passivas de *SE* podem dividir-se em três subgrupos: passivas eventivas, passivas atributivas e passivas estativas. Estas estruturas distinguem-se não apenas pelas propriedades evidenciadas pelo sujeito e pelas características dos predicadores em uso, mas também pela interpretação que espoletam: as estruturas passivas eventivas dão conta de eventos dinâmicos, as passivas estativas permitem descrever estados resultativos e as passivas atributivas usam-se para atribuir propriedades à entidade denominada pelo respectivo sujeito.

As estruturas de **SE de sujeito indeterminado** (*Procedeu-se à revisão das provas*) correspondem àquelas a que tradicionalmente se atribui a designação de estruturas de *SE* impessoal. Trata-se de construções que assentam na indeterminação do respectivo sujeito, independentemente do papel temático que lhe esteja associado. Estas estruturas, que podem construir-se com recurso a predicadores de diversos tipos, não resultam propriamente de alterações na estrutura temático-argumental que lhes está subjacente, uma vez que pressupõem apenas a substituição de um sujeito lexicalmente pleno pelo clítico *SE*, sem autonomia a vários níveis e sem referência definida. Tal como nas estruturas anteriormente referidas, também nestas se assiste à compactação sintáctico-lexical de um dos argumentos verbais, que, materializando-se através do clítico *SE*, tem uma presença sígnica atenuada.

Apesar da inespecificação da referência do clítico que nelas ocorre, as estruturas impessoais – de *SE* passivador e de *SE* indeterminador – podem suscitar leituras diferentes (uma leitura genérica ou universal, uma leitura existencial exclusiva e uma leitura existencial inclusiva), associadas a uma maior ou menor delimitação do possível âmbito de referência do clítico.

- c. As **estruturas decausativas** (*Os vidros partiram-se com a ventania*), que denotam situações de mudança de estado, exibem como sujeito um SN que corresponde à materialização do argumento interno seleccionado pelo predicador em questão. Trata-se de estruturas que, embora dando conta de situações em que necessariamente intervêm pelo menos duas entidades, se materializam numa construção intransitiva, em resultado da activação de uma profunda reorganização argumental: o argumento temático *Causa*, a que se associa uma interpretação existencial que não interessa especificar, imobiliza-se na estrutura temática, não chegando a projectar-se para a estrutura argumental e, portanto, não tendo capacidade para aflorar na linearidade frásica. Uma vez que não se associa qualquer papel temático ao argumento externo, o verbo deixa de ter capacidade para atribuir caso acusativo, fazendo com que o argumento interno passe a ocupar a posição de sujeito sintáctico, tal como nas estruturas passivas. Neste caso, *SE* não funciona como manifestação de nenhum dos argumentos seleccionados pelo verbo a que se agrega, assumindo-se apenas como marcador diatésico,

assinalando a perda argumental subjacente às estruturas em que ocorre. A fragilidade decorrente deste seu carácter não argumental reflecte-se, por exemplo, na opcionalidade da sua presença em muitas estruturas.

No âmbito das construções de *SE* decausativo, definimos, em função da interpretação a que estão associadas e das propriedades do respectivo sujeito e dos predicadores nelas operantes, três subtipos de estruturas: aquelas que denotam mudanças de estado físico, as que descrevem mudanças de estado psicológico e as que codificam mudanças de estado social/cultural.

Uma vez que optámos por uma análise global das estruturas de *SE*, não pudemos aprofundar exaustivamente a caracterização que propomos para cada uma delas. Ainda assim, parece-nos que sobressaem algumas conclusões primordiais desta análise: (i) o operador *SE*, apesar da sua origem diacrónica comum, exhibe propriedades e comportamentos diferentes em cada uma das estruturas em análise; (ii) as diferenças entre os usos de *SE* nas várias estruturas decorrem sobretudo de divergências ao nível da organização e da materialização da estrutura temático-argumental associada ao predicador que nelas ocorre; (iii) independentemente das características dessas estruturas, *SE* está sempre associado à atenuação, em diferentes graus, da presença sintáctico-lexical de um dos argumentos seleccionados pelo verbo em uso; (iv) em função desta mitigação argumental, as estruturas de *SE* afiguram-se, em graus diversos e fruto de diversas motivações – de índole semântico-ontológica ou pragmático-discursiva –, como estruturas destransitivizadas, isto é, estruturas de transitividade mitigada ou atenuada.

Esta caracterização global das estruturas de *SE*, que sistematizámos e sumariámos nos últimos parágrafos, permitiu-nos dar resposta às questões de base em que ancorámos a investigação subjacente a este trabalho, tornando sobretudo claro que o operador que ocorre nas várias estruturas em análise, apesar da configuração gráfica e fonética coincidente, exhibe características e comportamentos bastante diferentes, situação que nos levou a assumir a existência de quatro grandes usos de *SE*. Uma vez que apenas em contexto – tendo em conta aportações de várias componentes da gramática e considerando os restantes elementos fráscos –, é possível distinguir as propriedades de cada um destes usos de *SE*, ressalvamos como características principais deste clítico a versatilidade e a polifuncionalidade. Trata-se,

na realidade, de um operador que, apesar de ter uma presença sígnica mínima e de ter uma manifestação sintáctico-lexical e semântico-referencial atenuada ou não autónoma, se revela extremamente rico e polifuncional, com grande poder ao nível da (re)configuração sintáctico-semântica das estruturas em que ocorre.

Com efeito, para além da caracterização de cada uma das estruturas de *SE* em análise, este estudo permitiu também identificar algumas propriedades determinantes para uma afinada caracterização do clítico nelas operante: o seu estatuto [+/- argumental], o seu carácter referencialmente [+/- autónomo], a sua capacidade para induzir substanciais alterações na organização frásica ou para, simplesmente, sinalizar a ocorrência das mesmas e ainda a sua natureza [+/- cristalizada]. Com base nelas, é possível distinguir usos de *SE* [+ argumental] (*SE* anafórico e *SE* impessoal) de usos de *SE* [-argumental] (*SE* decausativo). No âmbito dos usos de *SE* [+ argumental] identificam-se aqueles que têm capacidade referencial autónoma (*SE* indeterminador e *SE* apassivador) e aqueles cujo valor referencial é dependente do de outro elemento frásico (*SE* anafórico). *SE* apassivador concilia o estatuto argumental, correspondendo à materialização lexicalmente atenuada do argumento externo, com o estatuto de operador diatésico, pois propicia a reorganização argumental em que assenta a construção passiva. *SE* decausativo, com estatuto [- argumental], funciona como marcador diatésico, na medida em que sinaliza, sem a induzir, a perda do argumento Causa e o conseqüente reajuste argumental. Também o clítico inerente se inclui no âmbito dos usos de *SE* [- argumental], figurando como uma partícula cristalizada, sem conteúdo semântico ou funcional.

Apesar de nos ter permitido delinear estas propostas de descrição das estruturas de *SE* e do próprio clítico, a análise desenvolvida revelou a existência de muitas outras questões que merecem um estudo apurado e que, portanto, se afiguram como possíveis linhas de trabalho futuro. Efectivamente, é importante explorar com detalhe o percurso diacrónico dos diferentes usos de *SE*, conferindo particular atenção ao *SE* inerente, que optámos por não analisar com pormenor neste trabalho. Ainda numa perspectiva diacrónica, é necessário aferir e compreender, entre outros aspectos, a dimensão e as motivações de fenómenos como a queda do clítico, sobretudo em estruturas decausativas, verificando, por exemplo, se há motivações diatópicas, diastráticas ou diafásicas que favoreçam esta perda de *SE*. É

também fulcral que, numa perspectiva predominantemente pragmático-discursiva, se investigue a estreita relação entre algumas estruturas como, por exemplo, as estruturas passivas de *SE*, as passivas perifrásticas e as estruturas de *SE* de sujeito indeterminado, aferindo as motivações ou intuítos discursivos subjacentes à selecção de cada uma destas estruturas. Revela-se ainda uma área de grande interesse a análise do uso destas estruturas em textos de diferentes tipos, bem como a comparação do recurso a estruturas de *SE* do género das que estudámos nas diferentes variantes nacionais do Português. Efectivamente, como se verifica em muitos trabalhos recentemente publicados (e.o., Brito, 2007), dedicados sobretudo ao estudo do PB, os usos de *SE* parecem revelar-se um terreno propício ao estudo das mudanças linguísticas em curso e à análise da variação diatópica culturalmente/socialmente motivada.



## BIBLIOGRAFIA

- ABRAHAM, Werner (1995).** Diathesis: The Middle, Particularly in West-Germanic. In Werner Abraham, T. Givón & Sandra A. Thompson (eds.), *Discourse, Grammar and Typology*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 3-48.
- (2006).** Passivization and Typology. Form vs. Function – a Confined Survey into the Research *status quo*. In Werner Abraham & Larisa Leisiö (eds.), *Passivization and Typology. Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-27.
- ABRAHAM, Werner & LEISIÖ, Larisa (eds.) (2006).** *Passivization and Typology. Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- ALBOUI, Gabriela, BARRIE, Michel & FRIGENI, Chiara (2002).** Derived Reflexives in Romance: The Case of SE. In Sophie Burelle & Stanca Somesfalean (eds.), *Online Proceedings from the 2002 CLA Conference*. Montréal, Université du Québec à Montreal, 7-14. Texto disponível em linha em <URL: [http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/2002/Alboiu\\_Barrie\\_Frigeni\\_2002.pdf](http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/2002/Alboiu_Barrie_Frigeni_2002.pdf)>, consultado a 12 de Outubro de 2010.
- (2004).** SE and the Unaccusative-Unergative Paradox. In Martine Coene, Gretel de Cuyper & Yves D'Hulst (eds.), *Antwerp Papers in Linguistics*, 107, 109-139.
- ALENCAR, Leonel F. & KELLING, Carmen (2005).** Are Reflexive Constructions Transitive or Intransitive? Evidence from German and Romance. In Miriam Butt & Tracy Holloway King (eds.), *Proceedings of the LFG05 Conference*. CSLI Online Publications. Disponível em linha em <URL: <http://csli-publications.stanford.edu/LFG/10/lfg05alencarkelling.pdf>>, consultado a 17 de Julho de 2009.
- ALSINA, Alex (1996).** The Romance Reflexive Clitic. In Alex Alsina, *The Role of Argument Structure in Grammar: Evidence from Romance*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 81-114.
- AZPAZIU TORRES, Susana (2004).** Reflexiones en Torno al Clítico SE en Español. *ELUA – Estudios de Lingüística*, 18, 7-20.
- BAKER, M., JOHNSON, K. & ROBERTS, Ian (1989).** Passive Arguments Raised. *Linguistic Inquiry*, 20 (2), 219-251.

- BARBOSA, Jorge Morais (1999).** Lêem-se Livros? Lê-se Livros? In Jorge Morais Barbosa *et al.* (orgs.), *Gramática e Ensino das Línguas – Actas do I Colóquio sobre Gramática (25 a 27 de Maio de 1998)*. Coimbra: Livraria Almedina, 19-26.
- BARBOSA, Pilar (1996).** Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects. In Aaron Halpern & Arnold Zwicky (eds.). *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford/California: CSLI Publications, 1-40.
- (2000).** Clitics. A Window into the Null Subject Property. In João Costa (ed.). *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 31-93.
- BARBOZA, Jerónimo Soares (1830).** *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia de Lisboa.
- BARROS, João de (1540).** *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Reprodução fac-similada e introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BECHARA, Evanildo (1999).** *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BELLETTI, Adriana (1982).** “Morphological” Passive and *pro-drop*: the Impersonal Construction in Italian. *Journal of Linguistic Research*, 2, 1-34.
- (1988).** The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19 (1), 1-34.
- BITTENCOURT, Regina Lúcia C. L. (2006).** *No Rastro do Apagamento: Pronomes Clíticos nas Funções Recíproca, Reflexiva, Apassivadora e Indeterminadora*. Dissertação de Mestrado em Linguística Histórica. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- BOSQUE, Ignacio (1985).** Sobre las Oraciones Recíprocas en Español. *Revista Española de Lingüística*, 15 (1), 59-96.
- BOOU, Geert (1992).** Morphology, Semantics and Argument Structure. In I. M. Rocca (ed.), *Thematic Structure. Its Role in Grammar*. Berlin/New York: Foris Publications, 47-64.
- BRESNAN, Joan (2001).** *Lexical-Functional Syntax*. Oxford: Blackwell Publishers.



- BRITO, Ana Maria (1998).** A Relação Semântica Lexical-Sintaxe na Gramática Generativa: Um Breve Balanço a Propósito da Natureza Aspectual e da Estrutura Argumental de Alguns Tipos de Verbos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Série II, Vol. 15, 377-420. Texto disponível em linha em <URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2779.pdf>>, consultado a 17 de Julho de 2009.
- (2003).** Categorias Sintáticas. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 322-432.
- BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês e MATOS, Gabriela (2003).** Tipologia e Distribuição das Expressões Nominais. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 795-867.
- BRITO, Dorothy Bezerra Silva de (2009).** *O SE Reflexivo no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado em Letras e Linguística. Universidade Federal de Alagoas.
- BRITO, Susana Sousa (2007).** *Se passivo? Pela Derrubada da Concordância com a qual Ninguém Concorda*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa. Universidade de Brasília.
- BÜSSE, W. & VILELA, Mário (1986).** *Gramática de Valências*. Coimbra: Almedina.
- BUTT, John & BENJAMIN, Carmen (2000).** *A New Reference Grammar of Modern Spanish*. London: Hodder Arnold.
- CAMACHO, Roberto Gomes (2002).** Construções de Voz. In M.<sup>a</sup> Bernardete Abaurre & Ângela C. S. Rodrigues (orgs.) *Gramática do Português Falado* Vol. VIII. Campinas/S. Paulo: Editora da UNICAMP, 227-316.
- (2003).** Em defesa da categoria de voz média. *DELTA* [online], 19 (1), 91-122. Texto consultado em linha em <URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502003000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000100004)>, a 12 de Maio de 2009.
- CAMPOS, Héctor (1999).** Transitividad e Intransitividad. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. II: Las Construcciones Sintácticas Fundamentales. Relaciones Temporales, Aspectuales y Modales*. Madrid: Espasa/Calpe, 1519-1574.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa & XAVIER, Maria Francisca (1991).** *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CANO AGUILAR, Rafael (1987).** La Partícula SE: su Relación con la Transitividad. In Rafael Cano Aguilar, *Estructuras Sintácticas Transitivas en el Español Actual*. Madrid: Editorial Gredos, 257-301.

- CARDINALETTI, Anna & STARKE, Michael (1999).** The Typology of Structural Deficiency. A Case Study of the Three Classes of Pronouns. In van Riemsdijk (org.), *Clitics in the Languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 145-233.
- CAVALCANTE, Sílvia (2006).** *O Uso de SE com Infinitivo na História do Português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro Modernos*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- CENAMO, Michela (2010).** Thematic and Aspectual Constraints on the (Anti)causative Alternation in Old Italian. Comunicação apresentada no *Workshop on Variation and Change on Argument Realization*. Nápoles, 27-30 de Maio de 2010.
- CENAMO, Michela, EYTHÓRSSON, Thórhallur & BARODAL, Jóhanna (em publicação).** The Rise and Fall of Anticausative Constructions in Indo-European: the Context of Latin and Germanic. In Leonid Kulikov & Nikolaos Lavidas (eds.), *Typology of labile verbs: focus on diachrony*. Texto consultado em linha em <URL: [http://org.uib.no/iecastp/barddal/Anticausatives\\_Cennamo-Eythorsson\\_Barddal.pdf](http://org.uib.no/iecastp/barddal/Anticausatives_Cennamo-Eythorsson_Barddal.pdf)>, a 15 de Março de 2011.
- CHIERCHIA, Gennaro (2004).** A Semantics for Unaccusatives and its Syntactic Consequences. In Artemis Alexiadou, Elena Anagnostopoulou & Martin Everaert, *The Unaccusativity Puzzle. Explorations of the Syntax-Lexicon Interface*. Oxford: Oxford University Press, 22-59.
- CINQUE, Guglielmo (1988).** On Si Constructions and the Theory of Arb. *Linguistic Inquiry*, 19 (4), 521-581.
- (1995). On Si Constructions and the Theory of Arb. In Guglielmo Cinque, *Italian Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 121-192.
- CORREIA, Deolinda Rosa Varela Marques (2003).** *Passivas e Pseudo-passivas em Português Europeu: Produção Provocada e Compreensão*. Tese de Mestrado em Linguística, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CULICOVER, Peter W. & JACKENDOFF, Ray (2005).** *Simpler Syntax*. Oxford: Oxford University Press.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1998).** *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa.

- D’ALESSANDRO, Roberta (2007).** *Impersonal Si Constructions: Agreement and Interpretation*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- D’ALESSANDRO, Roberta & ALEXIADOU, Artemis (2002).** Inclusive and Exclusive Impersonal Pronouns: A Feature-Geometrical Analysis. *Rivista di Grammatica Generativa*, 27, 31-44.
- DE MIGUEL, Elena & FERNÁNDEZ LAGUNILLA, Marina (2000).** El Operador Aspectual *se*. *Revista Española de Lingüística*, 30 (1), 13-43.
- DIAS, A. Epiphanio Silva (1881).** *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa: A. Ferreira Machado Editores.
- DIMITRIADIS, Alexis (2008).** Irreducible Symmetry in Reciprocal Constructions. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 375-409.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen (1998).** Impersonal SE Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry*, 29 (3), 399-437.
- (2005).** The SE-Anaphor and its Role in Argument Realization. In M. Everaert & Henk van Riemsdijk (eds.), *The Blackwell Companion to Syntax*. Oxford: Blackwell, 118-179.
- DUARTE, Inês (2000).** *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- (2003a).** A Família das Construções Inacusativas. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 507-548.
- (2003b).** Aspectos Linguísticos da Organização Textual. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 85-123.
- (2003c).** Relações Gramaticais, Esquemas Relacionais e Ordem de Palavras. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 275-321.
- (2003d).** Subordinação Completiva – as orações completivas. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 593-651.
- (em publicação).** Construções Activas, Passivas, Incoativas e Médias. In Maria Antónia Mota *et al.* (eds.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa).

- DUARTE, Inês & BRITO, Ana Maria (2003).** Predicação e Classes de Predicadores Verbais. In Maria Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 179-203.
- DUARTE, Inês & MATOS, Gabriela (2000).** Romance Clitics and the Minimalist Program. In João Costa (org.), *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 116-142.
- DUARTE, Inês, MATOS, Gabriela & FARIA, Isabel (1995).** Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In Isabel Faria e M.<sup>a</sup> João Freitas (eds.), *Studies on the acquisition of Portuguese*. Lisboa: APL/Edições Colibri, 129-154.
- DUARTE, Inês, MATOS, Gabriela, GONÇALVES, Anabela & RIBEIRO, Ilza (2001).** Clíticos Especiais em Português Europeu e Brasileiro. Comunicação Apresentada ao 2.º Workshop do Projecto “Português Europeu e Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio”, Universidade Federal do Ceará.
- EVANS, Nicholas (2008).** Reciprocal Constructions: Towards a Structural Typology. In E. König e V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 33-103.
- EVERAERT, Martin (2008).** Domain Restrictions on Reciprocal Interpretation. In E. König e V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 557-576.
- FABREGAS, Antonio (2002).** Los Verbos de Realización Gradual: Estructura Léxica. *Revista Española de Lingüística*, 32 (2), 475-506.
- FALTZ, Leonard (1985).** *Reflexivization: a Study in Universal Syntax*. New York: Garland.
- FELIU ARQUIOLA, Elena (1999).** Los Verbos de Cuidado del Cuerpo y la Expresión de la Reflexividad en Español. In Á. Yanguas & F. Salguero, *Estudios de Lingüística Descriptiva y Comparada. Trabajos presentados en el III Simposio Andaluz de Lingüística General* (Sevilla, 15-17 marzo 1999). Sevilla: Kronos, 153-162.
- (2003).** *Morfología Derivativa y Semántica Léxica: la Prefijación de auto-, co- e inter-*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Jesús (2005).** Reflexiones sobre la Inacusatividad. In Luís Santos Ríó et al. (eds.), *Palabras, Norma, Discurso en Memoria de Fernando Lázaro Carreter*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 415-424.

- FERNANDEZ LAGUNILLA, M. & MIGUEL, E. (1999).** Relaciones entre el Léxico y la Sintaxis: Adverbios de Foco y Delimitadores Aspectuales. *Verba* 26, 97-198.
- FERNANDEZ LEBORANS, María Jesús (2008).** Algunas reflexiones sobre la operación de 'reflexivización'. *Revista Española de Lingüística*, 38 (2), 75-102.
- FERNÁNDEZ SORIANO, Olga (1999).** El Pronombre Personal. Formas y Distribuciones. Pronombres Átonos y Tónicos. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. I: Sintaxis Básica de las clases de palabras*. Madrid: Espasa/Calpe, 1209-1273.
- FIGUEIREDO, Olívia (2000).** *A Anáfora Nominal em Textos de Alunos: A Língua no Discurso*. Tese de Doutoramento. Universidade do Porto.
- FILLMORE, CHARLES (1968).** The Case for Case. In Bach & Harms (eds.), *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1-88.
- FONSECA, Joaquim (1993).** Predicação do Complemento Directo em Português. *Máthesis*, 2, 47-68.
- FONSECA, Paula (2010).** *Os verbos pseudo-reflexos em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FOX, Barbara & HOPPER, Paul J. (1994).** *Voice – Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- FRIGENI, Chiara (2004).** How do You Miss Your External Argument? Non-active Voice Alternations in Italian. *Toronto Working Papers in Linguistics [Online]*. 23 (1), 47-94. Disponível em linha em <URL: <http://twpl.library.utoronto.ca/index.php/twpl/article/view/6202/3191>>, consultado a 04 de Junho de 2010.
- GALVES, Charlotte (2000).** Agreement, Predication and Pronouns in the History of Portuguese. In João Costa (ed.), *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, 143-168.
- GALVES, Charlotte & ABAURRE, Maria Bernardete (1996).** Os Clíticos no Português Brasileiro. Elementos para uma Abordagem Sintático-Fonológica. In Ataliba Castilho & Margarida Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*, vol. IV. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 273-319.

**GARCIA-MIGUEL, José M. (1985).** La Voz Media en Español: las Construcciones Pronominales con Verbos Transitivos. *Verba*, 12, 307-343.

**GENIUSIENE, Emma (1987).** *The Typology of Reflexives*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

**GERLACH, Birgit & GRIJZENHOUT, Janet (2000).** Clitics from Different Perspectives. In B. Gerlach & J. Grijzenhout (eds.), *Clitics in Phonology, Morphology and Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-29.

**GIVÓN, Talmy (2001).** *Syntax*. Vol. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

**GODOY, Luísa Andrade Gomes (2008).** *Os Verbos Recíprocos no PB: Interface Sintaxe-Semântica Lexical*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais.

(2009). Os Verbos Recíprocos no PB e a Hipótese da Determinação Semântico-lexical sobre a Sintaxe. *Alfa*, 53 (1), 283-299.

**GOMEZ TORREGO, Leonardo (1994a).** *La Impersonalidad Gramatical: Descripción y Norma*. Madrid: Arco Libros.

(1994b). *Valores Gramaticales de SE*. Madrid: Arco Libros.

**GONÇALVES, Anabela (1999).** *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

(2000). Propriedades do Causado na Construção *fazer+inf* do Português Europeu. In Rui Vieira de Castro & Pilar Barbosa (Orgs.), *Actas do 15.º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Faro, 29-30 de Setembro e 1 de Outubro de 1999*. Vol. II. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 9-26.

(2001). Predicados Complexos com Verbos Causativos e Perceptivos do Português Europeu. In Clara Nunes Correia & A. Gonçalves (orgs.), *Actas do 16.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra 28-30 de Setembro de 2000*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 227-239.

**GONÇALVES, Perpétua (2002).** Os Pronomes Pessoais Reflexivos Não-argumentais no Português de Moçambique.

In Axel Schonberger, Cornelia Doll & Christine Hundt (eds.), *Ex Oriente Lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 231-239.

- GONZÁLEZ CALVO, José Manuel (2005).** Pasiva, Pasiva Refleja y Transitividad. In Luís Santos Río *et al.* (eds.), *Palabras, Norma, Discurso en Memoria de Fernando Lázaro Carreter*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 617-625.
- GONZÁLEZ VERGARA, Carlos (2006).** *Las Construcciones No Reflexivas con «Se». Una propuesta desde la Gramática del Papel y Referencia*. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid.
- GRIMSHAW, Jane (1990).** *Argument Structure*. Cambridge/London: The MIT Press.
- GRIVET, A. (1881).** *Nova Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos.
- GRUBER, J. (1976).** *Lexical Structures in Syntax and Semantics*. Amsterdam: North-Holland.
- GUENTCHÉVA, Zlata & RIVIÈRE, Nicole (2007).** Reciprocal and Reflexive in French. In Vladimir P. Nedjalkov (ed.), *Reciprocal Constructions*. Vol. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 561-607.
- HAIMAN, John (1983).** Iconic and Economic Motivation. *Language*, 59 (4), 781-819.
- HALLE, K. & KEYSER, J. (1986).** Some Transitivity Alternations in English. *Lexicon Project Working Papers 7*, Center for Cognitive Science. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- HASPELMATH, Martin (1987).** Transitivity Alternations of the Anticausative Type. *Arbeitspapiere N.F. 5*. Consultado em linha em <URL: <http://www.eva.mpg.de/lingua/staff/haspelmath/pdf/1987ant.pdf>>, a 30 de Junho de 2009.
- (1993).** More on the Typology of Inchoative/Causative Verb Alternations. In Bernard Comrie & Maria Polinsky (eds.), *Causatives and Transitivity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 87-111.
- (2007).** Further remarks on reciprocal constructions. In Vladimir P. Nedjalkov (ed.), *Reciprocal Constructions*. Vol. 4. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2087-2115.
- (2008).** A Frequentist Explanation of Some Universals of Reflexive Marking. *Linguistic Discovery*, 6 (1), 40-63.

- HASPELMATH, Martin & MULLER-BARDEY, Thomas (2004).** Valency Change. In G. Booij, C. Lehmann & J. Mugdan (eds.), *Morphology. A Handbook on Inflection and Word Formation*. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1130-1145.
- HOPPER, P. J. & THOMPSON, S. (1980).** Transitivity in Grammar and Discourse. *Language*, 56 (2), 251-299.
- (1982).** *Studies in Transitivity*. New York: Academic Press.
- HUNDT, Marianne (2007).** *English Mediopassive Constructions. A Cognitive, corpus-based study of their origin, spread and current status*. Amsterdam/New York: Rodopi.
- JACKENDOFF, Ray (1976).** Toward an Explanatory Semantic Representation. *Linguistic Inquiry*, 7 (1), 89-150.
- (1987).** The Status of Thematic Relations in Linguistic Theory. *Linguistic Inquiry*, 18 (3), 369-411.
- (1990).** *Semantic Structures*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- (1997).** *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- (2002).** *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- (em publicação).** "Conceptual Semantics". In K. von Stechow, C. Maienborn & P. Portner, (eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*, Berlin: Mouton de Gruyter. Texto consultado em linha em <URL: <http://ase.tufts.edu/cogstud/incbios/RayJackendoff/recentpapers.htm>>, a 30 de Novembro de 2009.
- JAEGLI, Osvaldo (1986).** Passive. *Linguistic Inquiry*, 17(4), 587-622.
- JEZEK, Elizabetta (2003).** *Classi di Verbi tra Semantica e Sintassi*. Pavia: Pubbl. Facoltà Lett. e Fil. Univer. Pavia.
- KALLULLI, Dalina (2006a).** A Unified Analysis of Passives, Anticausatives and Reflexives. In O. Bonami & P. Cabredo Hofherr (eds.), *Empirical Issues in Syntax and Semantics 6 [online]*, 201-225. Texto consultado em linha em <URL: [http://www.cssp.cnrs.fr/eiss6/index\\_en.html](http://www.cssp.cnrs.fr/eiss6/index_en.html)>, a 31 de Março de 2010.
- (2006b).** Passive as a Feature-Suppression Operation. In W. Abraham & Larisa Leisiö (eds.), *Passivization and Typology. Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 442-460.
- KAYNE, Richard (1975).** *Syntax: the Transformational Cycle*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- (1988).** Romance Se/Si. *GLOW Newsletter*, 20.
- (1991).** Romance Clitics, Verb Movement and PRO. *Linguistic Inquiry*, 22 (4), 647-686.



- KELLING, Carmen (2006).** Spanish SE-Constructions: the Passive and the Impersonal Construction. In M. Butt & T. H. King (eds.), *Online Proceedings of the LFG06 Conference*. Texto consultado em linha em <URL: <http://csli-publications.stanford.edu/LFG/11/lfg06kelling.pdf>>, a 27 de Março de 2010.
- KEMMER, Suzanne (1993).** *The Middle Voice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- (1994).** Middle Voice, Transitivity, and the Elaboration of Events. In Barbara Fox & P. J. Hopper (eds.), *Voice: Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 179-230.
- KÖNIG, Ekkehard & GAST, Volker (eds.) (2008a).** *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- KÖNIG, Ekkehard & GAST, Volker (2008b).** Reciprocity and Reflexivity. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1-29.
- KOONTZ-GARBODEN, Andrew & LEVIN, Beth (2005).** The Morphological Typology of Change of State Event Encoding. In G. Booij et al. (eds.), *Morphology and Linguistic Typology – Online Proceedings of the Fourth Mediterranean Morphology Meeting (MMM4) Catania 21-23 September 2003. University of Bolonha*. Texto consultado em linha em <URL: <http://mmm.lingue.unibo.it/mmm-proc/MMM4/185-194-KoontzGarboden-Levin-MMM4.pdf>>, a 24 de Junho de 2009.
- LABELLE, Marie (2008).** The French Reflexive. *Natural Language and Linguistic Theory*, 26 (4), 833-876.
- LAPESA, Rafael (2000).** Construcciones Personales e Impersonales o de Sujeto General. In Rafael Lapesa, *Estudios de Morfosintaxis Histórica del Español. Tomo II*. Madrid: Gredos, 342-454.
- LEVIN, Beth (1993).** *English Verb Classes and Alternations. A Preliminary Investigation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- (2000).** Aspect, Lexical Semantic Representation and Argument Expression. In *Proceedings of the 26<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, Berkeley Linguistics Society – Department of Linguistics, University of California, 413-429. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.stanford.edu/~bclevin/bls00.pdf>>, a 24 de Junho de 2009.
- LEVIN, Beth & RAPPAPORT-HOVAV, Malka (1988).** Non event –er Nominals: A Probe into Argument Structure. *Linguistics*, 26, 1067-1083.

- (1994). A Preliminary Analysis of Causative Verbs in English. *Lingua*, 92 (35), 35-77.
- (1995). *Unaccusativity: At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge/London: MIT Press.
- (2005). *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (em publicação). Lexical Conceptual Structure. In Claudia Maienborn, Klaus von Stechow & Paul Portner (eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin: Mouton de Gruyter. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.stanford.edu/~bclevin/hsk08rev.pdf>>, a 24 de Junho de 2009.
- LIPKA, Leonhard, HANDL, Susanne & FALKNER, Wolfgang (2004). Lexicalization & Institutionalization. The State of the Art in 2004. *Journal of Theoretical Linguistics*, 1 (1), 1-19.
- LOPES, Ana Cristina Macário (2004). A polifuncionalidade de “bem” no PE contemporâneo. In Augusto Soares Silva et al. (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição. Estudos de Linguística Cognitiva, vol. II*. Coimbra: Livraria Almedina, 433-458.
- LOPES, Ana Cristina Macário & RIO-TORTO, Graça (2007). *Semântica*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Luis, Ana (2002). Function Words, Prosodic Structure and Morphological Dependency. In Marjo van Koppen, Joanna Sio & Mark de Vos (eds.) *Online Proceedings of Console X, 2001*. Leiden: SOLE, 157-171. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.hum2.leidenuniv.nl/pdf/lucl/sole/console10/console10-luis.pdf>>, a 10 de Outubro de 2010.
- (2004). *Clitics as Morphology*. Tese de Doutoramento. Universidade de Essex.
- LYNGFELT, Benjamin & SOLSTAD, Torggrim (eds.) (2006). *Demoting the Agent: Passive, Middle and Other Voice Phenomena*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- MADEIRA, Ana Maria, XAVIER, Maria Francisca & CRISPIM, Maria de Lurdes (2010). Pronomes Clíticos na Gramática de Crianças Falantes de Crioulo. In Maria João Marçalo et al. (eds.), *Língua Portuguesa: Ultrapassar Fronteiras, Juntar Culturas*. Évora: Universidade de Évora. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slq24/01.pdf>>, a 25 de Setembro de 2010.
- MAGRO, Catarina (2007). *Clíticos: Variações sobre o Tema*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- MARANTZ, Alec (1984). *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.

- MARTÍNEZ VÁSQUEZ, Montserrat (1998).** *Diátesis: Alternancias Oracionales en la Lengua Inglesa*. Huelva: Servicio de Publicaciones – Universidad de Huelva.
- MARTINS, Ana Maria (1994).** *Clíticos na História do Português*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (2003).** Construções com *se*: Mudança e Variação no Português Europeu. In Ivo Castro & Inês Duarte (eds.), *Razões e Emoção: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional—Casa da Moeda, 19-41.
- (2005).** Passive and Impersonal *se* in the History of Portuguese. In Claus D. Pusch, Johannes Kabatek & Wolfgang Raible, *Romance Corpus Linguistics II: Corpora and Diachronic Linguistics*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 411-430.
- (2009).** Subject Doubling in European Portuguese Dialects: the Role of Impersonal *se*. In Enoch O. Aboh *et al.*, *Romance Languages and Linguistic Theory. Selected Papers from "Going Romance" Amsterdam 2007*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 179-200.
- MASLOVA, Elena (2007).** Reciprocal and Polyadic (remarkable reciprocals in Bantu). In Vladimir P. Nedjalkov (ed.), *Reciprocal Constructions*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 335-352.
- (2008).** Reflexive Encoding of Reciprocity: Cross-Linguistic and Language Internal Variation. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 225-255.
- MASLOVA, Elena & NEDJALOV, Vladimir P. (2011).** Reciprocal Constructions. In Mathew Dryer & Martin Haspelmath (eds.), *The World Atlas of Language Structures Online*. Munich: Max Planck Digital Library, Chapter 16. Consultado em linha em < URL: <http://wals.info/chapter/106>>, a 05 de Abril de 2011.
- MATEUS, Maria Helena M., FROTA, Sónia & VIGÁRIO, Marina (2003).** Prosódia. In Maria Helena Mira Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1035-1076.
- MATOS, Gabriela & DUARTE, Inês (1984).** Clíticos e Sujeito Nulo no Português: Contribuições para uma Teoria de *pro*. *Boletim de Filologia*, tomo XXIX, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 479-538.

- (1986). SE Impessoal: Sua Caracterização Sintáctica. In Associação Portuguesa de Linguística, *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 335-352.
- MEL'CUK, Igor (1993)**. The Inflectional Category of Voice: Towards a More Rigorous Definition. In Bernard Comrie & Maria Polinsky (eds.), *Causatives and Transitivity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-46.
- (2006). Voice. In Igor Mel'cuk, *Aspects of the Theory of Morphology*. Berlin/New York : Mouton de Gruyter, 181-262.
- MENDES, M. Amália Pereira (1999)**. Analyse Aspectuelle et Structure Lexico-Conceptuelle des Verbes Psychologiques. *Transitivité et langues romanes, de l'Objet Direct à l'Objet Indirect, VERBUM*, Tome XXI (1), 25-36.
- (2001). *Propriedades Sintáticas e Semânticas de Predicados Verbais com Pluralidade de Sentidos: o Caso dos Verbos Psicológicos*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- (2002). Uma análise dos Verbos Psicológicos com Base nos Dados de um *Corpus*: Regularidade, Variação e Polissemia Verbal. In Isabel Margarida Duarte et al. (org.) *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, vol. 1. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 21-34.
- MENDIKOETXEA, Amaya (1999a)**. Construcciones con Se: Medias, Pasivas e Impersonales. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. II: Las Construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*. Madrid: Espasa/Calpe, 1631-1722.
- (1999b). Construcciones Inacusativas y Pasivas. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. II: Las Construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales*. Madrid: Espasa/Calpe, 1575-1629.
- (2000). Relaciones de Interficie: los Verbos de Cambio de Estado. In A. Bravo Martín, C. Luján Berenguel & I. Pérez Jiménez (eds.), *Cuadernos de Lingüística VII 2000*. Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset, 125-144.

- (2002). La Semántica de la Impersonalidad. In Cristina Sanchez Lopez, *Las Construcciones con Se*. Madrid: Visor Libros, 239-275.
- (2007). En Busca de los Primitivos Léxicos y Su Realización Sintáctica: Del Léxico a la Sintaxis y Viceversa. In Teresa Monné Cabré (ed.), *Lingüística Teòrica: Anàlisi i Perspectives II*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 55-102.
- MIGUEL, Afonso João (2006)**. *Sobre a Referência Indeterminada de Sujeito e Agente da Passiva em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa. Universidade de Lisboa.
- MILLER, Philip (1992)**. *Clitics and Constituent in Phrase Structure in Grammar*. New York: Garland
- MONACHESI, Paola (1999)**. *A Lexical Approach to Italian Cliticization*. Stanford: CSLI Publications.
- (2006). Clitics, Pronouns, Noun Phrases and the Head-Complement Parameter. *Annali dell' Università di Ferrara [online]*. Ferrara: University of Ferrara publications. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.let.uu.nl/~Paola.Monachesi/personal/papers/annalifepap.pdf>>, a 04 de Outubro de 2010.
- MONACHESI, Paola & MILLER, Philip (2003)**. Les Pronoms Clitiques dans les Langues Romanes. In Danièle Godard (ed.), *Les Langues Romanes. Problèmes de la Phrase Simple*. Paris: CNRS Éditions, 67-123.
- MONGE, Félix (2002)**. Las frases pronominales de sentido impersonal en español. In Cristina Sanchez López (org.), *Las construcciones con se*. Madrid: Visor Libros, 343-391.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos (1984)**. La Diátesis Anticausativa: Ensayo de Sintaxis General. *Revista Española de Lingüística*, 14 (1), 21-43.
- NARO, Anthony (1976)**. The Genesis of the Reflexive Impersonal in Portuguese: a Study in Syntactic Change as a Surface Phenomenon. *Language*, 52 (4), 779-810.
- NEDJALKOV, Vladimir (ed.) (2007a)**. *Reciprocal Constructions*. Vol. 1-4. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- (2007b). Encoding of the reciprocal meaning. In Vladimir P. Nedjalkov (ed.), *Reciprocal Constructions*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 147-207.

- (2007c). Overview of the research. Definitions of terms, framework, and related issues. In Vladimir P. Nedjalkov (ed.), *Reciprocal Constructions*. Vol. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 3-114.
- NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. (2008). Estratégias de Impessoalização no Português Brasileiro. In J. L. Fiorin & M. M. T. Petter (eds.), *África no Brasil. A Formação da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ed. Contexto, 179-203.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp.
- NUNES, Jairo M. (1991). Se Apassivador e Se Indeterminador: o Percurso Diacrónico no Português Brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos de Campinas*, 20, 33-58.
- OLIVEIRA, Mariana Fagundes (2005). *A Voz Passiva Portuguesa: um Estudo Diacrónico*. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística. Salvador, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.
- OSÓRIO, Paulo & MARTINS, Edson Ferreira (2007). *A Sintaxe das Construções com Se no Português do Brasil*. Chamusca: Zaina Editores.
- PENA, Jesus (1982). La Voz en Español. Intento de Caracterización. *Verba*, 9, 215-252.
- PEREGRÍN OTERO, Carlos (1999). Pronombres Reflexivos y Recíprocos. In Ignacio Bosque & Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. I: Sintaxis Básica de las clases de palabras*. Madrid: Espasa/Calpe, 1427-1518.
- (2002). Facetas de Se. In Cristina Sanchez Lopez, *Las Construcciones con SE*. Madrid: Visor Libros, 181-209.
- PEREIRA, Rui Abel Rodrigues (2002). Verbos Prefixados com a(d)-, e es- em Português: Estrutura Interna e Externa. *Mathesis*, 11, 77-94.
- (2007). *Formação de Verbos em Português: Afixação Heterocategorial*. Muenchen, Lincom Europa.
- PERLMUTTER, D. M. (1978). Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. In *Proceedings from the IV Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*. Berkeley: Berkeley University, 157-189.
- PERES, João Andrade (1984). *Elementos para uma Gramática Nova*. Coimbra: Almedina.

- PERES, João Andrade & MÓIA, Telmo (1995).** Construções Passivas. In João Peres & Telmo Mória, *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 209-251.
- PESETSKY, David M. (1995).** *Zero Syntax: Experiencer and Cascades*. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- PINO MORENO, Marta (2000).** *Las Construcciones Pasivas e Impersonales Transitivas en Español*. Tesis Doctoral. Santiago de Compostela.
- PORTILLA, Mario (2007).** Diacronia de las Construcciones con Pronombres Reflexivos en Español. *Filología y Lingüística*, XXXIII (1), 131-149.
- POSNER, Rebecca (1996).** *The Romance Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PUSTEJOVSKY, J. (1988).** The Geometry of Events. In C. Tenny (ed.), *Studies in Generative Approaches to Aspect*. Lexicon Project Working Papers 24. Cambridge/Massachusetts: MIT Press.
- RAMCHAND, Gillian (2008).** *Verb Meaning and the Lexicon: a First Phase Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAPOSO, Eduardo & URIAGEREKA, Juan (1996).** Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14 (4), 749-810.
- RAPPAPORT HOVAV, Malka & LEVIN, Beth (1998).** Building Verb Meanings. In M. Butt & W. Geuder (eds.), *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford: CSLI Publications, 97-134.
- (2002).** Change of State Verbs: Implications for Theories of Argument Projection. *Comunicação ao 28th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, Berkeley, CA, 15-18 Fevereiro 2002*. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.stanford.edu/~bclevin/bls02hdr.pdf>>, a 13 de Julho de 2009.
- RAKOSI, György (2008).** The Inherently Reflexive and the Inherently Reciprocal Predicate in Hungarian. Each to their own Argument Structure. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 411-450.
- REINHART, Tanya (1996).** Syntactic Effects of Lexical Operations: Reflexives and Unaccusatives. *UiL OTS Working Papers in Linguistics [Online]*. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.let.uu.nl/~tanya.reinhart/personal/>>, a 19 de Setembro de 2009.

- (2000). The Theta-System: Syntactic Realization of Verbal Concepts. *Uil OTS Working Papers in linguistics [Online]*. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.let.uu.nl/~tanya.reinhart/personal/>>, a 19 de Setembro de 2009.
- (2002). The Theta System: An Overview. *Theoretical Linguistics*, 28 (3), 229-290.
- REINHART, Tanya & REULAND, Eric (1993)**. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*, 24 (4), 657-720.
- REINHART, Tanya & SILONI, Tal (2004)**. Against the Unaccusative Analysis of Reflexives. In Artemis Alexiadou, Elena Anagnostopoulou & Martin Everaert (eds.), *The Unaccusativity Puzzle: Explorations of the Syntax-Lexicon Interface*. Oxford: Oxford University Press, 159-180.
- (2005). The Lexicon-Syntax Parameter: Reflexivization and Other Arity Operations. *Linguistic Inquiry*, 36 (3), 389-436.
- REIS, Francisco Sotero dos (1866)**. *Grammatica Portuguesa*. Maranhão.
- (1868). *Apostillas de Grammatica Geral, Applicada á Língua Portuguesa*. Maranhão.
- REULAND, Eric (2008)**. Anaphoric Dependencies: How are they encoded? Towards a Derivation-Based Typology. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 499-555.
- RIBEIRO, Pablo Nunes (2010)**. *A Alternância Causativa no Português do Brasil: A Distribuição do Clítico SE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RIO-TORTO, Graça (org.) (2004a)**. *Verbos e Nomes em Português*. Coimbra, Livraria Almedina.
- (2004b). Morfologia, Sintaxe e Semântica dos Verbos Heterocategoriais. In Graça Rio-Torto (org.), *Verbos e Nomes em Português*. Coimbra: Almedina, 17-89.
- RIVERO, Maria Luisa (2002)**. On Impersonal Reflexives in Romance and Slavic and Semantic Variation. In J. Camps & C. R. Wiltshire (eds.), *Romance Syntax, Semantics and L2 Acquisition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 169-195.
- RODRIGUES, Alexandra Soares (2001)**. *A Construção de Postverbais em Português*. Porto: Granito Editores e Livreiros.



- (2007). *Formação de Substantivos Sufixados Deverbais em Português*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- RODRÍGUEZ ESPÍNEIRA, M.<sup>a</sup> José (2004). Oraciones Pasivas e Impersonales com Se. In *Lecciones de Sintaxis Española*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela.
- SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SALVI, Giampaolo (2008). La Formazione della Construzione Impersonale in Italiano. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 3 (1), 13-37.
- SANCHEZ LOPEZ, Cristina (ed.) (2002a). *Las Construcciones con SE*. Madrid: Visor Libros.
- (2002b). Las Construcciones con SE. Estado de la Cuestión. In Cristina Sanchez Lopez, *Las Construcciones con SE*. Madrid: Visor Libros, 13-167.
- SANTOS, Ana Lúcia (1999). *O Participio Absoluto em Português e em Outras Línguas Românicas*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SANSÒ, Andrea (2006). 'Agent defocusing' Revisited: Passive and Impersonal Constructions in Some European Languages. In W. Abraham & Larisa Leisiö (eds.), *Passivization and Typology. Form and Function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 232-273.
- SCHÄFER, Florian (2009). The Causative Alternation. *Language and Linguistics Compass*, 3 (2), 641-681.
- SHIBATANI, M. (2004). Voice. In G. Booij, Ch. Lehmann & J. Mugdan (eds.), *Morphology: an International Handbook on Inflection and Word-Formation*. Vol. II. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1145-1165.
- SILONI, Tal (2001). Reciprocal Verbs. *Online Proceedings of IATL 17*. Texto consultado em linha em <URL: [http://humanities.tau.ac.il/segel\\_eng/siloni.html](http://humanities.tau.ac.il/segel_eng/siloni.html)>, a 19 de Setembro de 2009.
- (2003). Active Lexicon. *Theoretical Linguistics*, 28 (3), 383-400.
- (2008). The Syntax of Reciprocal Verbs: An Overview. In E. König & V. Gast (eds.), *Reciprocals and Reflexives. Theoretical and Typological Explorations*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 451-498.

**SOUZA, Paulo Chagas (1999).** *A Alternância Causativa no Português do Brasil: Defaults num Léxico Gerativo*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

**TESNIÈRE, Lucien (1959).** *Éléments de Syntaxe Structurale*. Paris: Klincksieck.

**URIAGEREKA, Juan (1995).** Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, 26 (1), 79-123.

**VENDLER, Zeno (1967).** Verbs and Times. *The Philosophical Review*, 66 (2), 143-160.

**VERA LUJÁN, Agustín (1990).** *Las Construcciones Pronominales Pasivas e Impersonales en Español*. Murcia: Secretariado de Publicaciones – Universidad de Murcia.

(2001). Génesis y sentido del concepto de reflexividad en castellano. *Revista de Investigación Lingüística*, 1 (IV), 207-230.

**VIGÁRIO, Marina (1999).** Pronominal cliticization in European Portuguese: a postlexical operation. *Catalan Working Papers in Linguistics*, 219-237. Texto consultado em linha em <URL: <http://www.raco.cat/index.php/CatalanWP/article/viewFile/18154/17995>>, a 12 de Outubro de 2010.

(2003). *The Prosodic Word in European Portuguese*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

**VILELA, Mário (1992).** *Gramática de Valências – Teoria e Aplicação*. Coimbra: Livraria Almedina.

**WANNER, Anja (2009).** *Deconstructing the English Passive*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

**WILLIAMS, Edwin (1981).** Argument Structure and Morphology. *Linguistic Review*, 1, 81-114.

**ZUBIZARRETA, Maria Luisa (1985).** The Relation Between Morphophonology and Morphosyntax: The Case of Romance Causatives. *Linguistic Inquiry*, 16 (2), 247-289.

(1987). *Levels of representation in the Lexicon and in the Syntax*. Dordrecht: Foris.

**ZWICKY, Arnold (1977).** *On clitics*. Indiana University Linguistics Club.

**FONTES:**

**CETEMPúblico** (*Corpus* de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público). Base de dados disponível em linha em <URL: <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>>.

**Corpus do Português** (Mark Davies & Michael Ferreira). Disponível em linha em <URL: <http://www.corpusdoportugues.org>>.

**DiaCLAV** (*Corpus*: Diário de Coimbra, Diário de Leiria, Diário de Aveiro e Diário de Viseu). Base de dados disponível em linha em <URL: <http://dinis.linguateca.pt/ACDC/>>.

**Natura/Minho** (*Corpus* Diário do Minho). Base de dados disponível em linha em <URL: <http://dinis.linguateca.pt/ACDC/>>.